This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em `http://books.google.com/`

A 810,088

PROPERTY OF THE
University of Michigan Libraries
1817
ARTES SCIENTIA VERITAS

Portuenses illustres

TOMO II

PORTO
TYPOGRAPHIA PROGRESSO
DE DOMINGOS AUGUSTO DA SILVA & C.ª
L. de S. Domingos, 15

Sampaio, José Pereira de

BRUNO

Portuenses illustres

TOMO II

PORTO
LIVRARIA MAGALHÃES & MONIZ, EDITORA
11, Largo dos Loyos, 14
1907

CT
1364
.S22
v. 2

585598 176

I

Manuel Pereira de Novaes — Manuel de Oliveira Ferreira

No curto preambulo do opusculo *Apontamentos para a historia da cidade do Porto, juntos e coordenados por J. M. P. Pinto*, seu auctor, que ahi se confessa «filho d'esta cidade», exara que *admira* que não haja havido quem, «com amor á terra onde nasceu, tenha escripto a historia d'uma cidade como o Porto!»

Este espanto apresenta a data de 1869. Até então, assombra-se o snr. J. M. P. Pinto «que só exista a de Agostinho Rebello (salvo erro), apezar de não ser filho do Porto!»

Não ha erro a salvar. Porque publicada não existia, com effeito, historia alguma do Porto.

Porém isto não quer dizer que não tivesse havido «mão habil» cujo dono a dispuzesse a destino de commemorar pela escripta o passado da

terra onde elle vira a luz. «Eu tenho desejo, mas faltam-me as forças», com sinceridade ingenua o consigna o snr. J. M. P. Pinto, cujo nôme modesto é justo que se registre, pelo desinteresse da affeição despremiada, investigando e inquirindo, trabalhando, emfim, pela notoriedade de suas glorias, na medida das proprias forças, lealmente consagradas. De que estas lhe faltassem não duvidara o portuense fr. Manuel Pereira de Novaes, benedictino, do qual, na sua resenha dos portuenses illustres, esse Agostinho Rebello, lembrado por J. M. P. Pinto, se limita a dizer que escrevera de historia e florescerá «no seculo passado».

Mas de «muito perito na Historia, e lettras Sagradas» o qualifica Diogo Barbosa Machado, que archiva haver visto, manuscriptos, «na mesma cidade do Porto», os dous grandes volumes que, «para se mostrar grato á patria que lhe dera o berço», elle redigira com o titulo seguinte: *Anacrisis historial del origen, fundacion y antiguedad de la muy noble y siempre leal* ciudad de Oporto...

A parte primeira, tom. I, continha a *Descripcion de su antiguo sitio, y de lo que hoy conocemos en el ambito de sus murallas con la topografia del caudeloso rio Duero que le baña y fertiliza con el tesoro grande de sus aguas y curso, y con su puerto y comercio.* Começava o texto assim:

Escribo, ó intento descubrir la antiguedad y fundacion de la muy noble y siempre leal ciudad de Oporto.

E acabava assim:

Deus Optimus Maximus me semper adjuvet, et tribuat semper puram mentem. Amen.

A parte segunda, tom. II, continha o *Episcopologio de su S. Iglesia, vidas y acciones de sus Ilustrissimos Obispos, y la primera promulgacion del Evangelio en dicha leal ciudad.* Em fol., era dedicada *al Ilustrissimo y Reverendissimo Señor D. Juan de Sousa y Menezes, dignissimo Obispo de la misma ciudad, del Consejo de la Magestad del-Rey de Portugal D. Pedro II, y sumiller da cortina.* Começava assim:

Las primeras noticias, ò, por mejor dezir, las primeras luzes de la Ley de gracia, y promulgacion del Santo Evangelio etc.

E assim acabava:

Se atribuan solo a mis defectos, que son muchos y grandes, en que estes no merezcan lo grande que hay en la excellencia de la Santa Iglesia.

Manuscripto quedou, por egual, outro in-folio do portuense fr. Manuel Pereira de Novaes, qual o seu *Commento ao «Polifemo» de Gongora,* obra essa que communicara seu auctor, quando viera ao Porto visitar seus parentes, ao doutor Christovão Alão de Moraes, de quem Barbosa Machado fizera memoria no logar respectivo de sua *Bibliotheca Lusitana.*

Porquanto, natural da cidade do Porto, Manuel

Pereira de Novaes vestira a cogula de monge benedictino no convento de S. Martinho de Compostella.

Se os factos do Porto os commemorou em hespanhol o portuense Manuel Pereira de Novaes, as datas portuenses em latim as registrou o portuense Manuel de Oliveira Ferreira, em sua *Epocharum memorabilium synopsis*, a qual contém em summa os annos em que a cidade do Porto foi fundada e habitada das nações mais celebres do mundo, e do principio d'este, e de outras acções memoraveis até áquelle presente em que o auctor se encontrava e em que se sagrou o bispo D. fr. José Maria da Fonseca Evora; ella vem impressa no principio de sua *Psalmodia sacra, potius recta series Officium Divinum recitandi, atque S. S. Missæ sacrificium concelebrandi juxta proprium S. E. Portopolitanc situm in urbe, et Diœcesi pro anno 1742. Portopoli, in Offic. Cortiana, 1741*, que é o primeiro kalendario que se fez proprio para a diocese do Porto, d'onde resultou separar-se do geral do reino, consoante o adverte Barbosa Machado.

Que, outrosim, archiva a lembrança das obras que do portuense Manuel de Oliveira Ferreira, á laia das do portuense Manuel Pereira de Novaes, restavam manuscriptas, e como taes até nossos dias se conservam, se ainda existem.

São numerosas; mas, contrahindo-nos ao nosso programma, não nos cumpre apontar mais do que a *Descriptio Civitatis Portuensis*, que constava de

220 disticos; e os dois fol., contendo um as *Memorias da Cidade do Porto desde a sua Fundação até o nosso tempo, tanto no estado Gentilico, como no Catholico, Secular, e Ecclesiastico, Bellico, e Pacifico;* e o outro comprehendendo as *Vidas dos Varoens naturaes da Cidade do Porto, insignes em virtudes, lettras e armas.*

A este Manuel de Oliveira Ferreira, que nasceu em a cidade do Porto a 31 de dezembro de 1711, «attendendo aos seus merecimentos, que se ornam de vasta litteratura e inculpavel procedimento», pondera-o, referindo-o, Barbosa Machado, aquelle bispo do Porto, D. fr. José Maria da Fonseca e Evora, o nomeou reitor da egreja de S. Miguel de Oliveira de Azemeis, que á data elle estava administrando «com vigilancia de sollicito pastor».

A quem não exonerava a cura pastoreante do afan de memorar litterariamente o que de nota se lhe figurava ir occorrendo na redondeza de sua douta residencia, conforme o attesta seu *Juizo historico, theologico, philosophico, mathematico, medico, cirurgico e juridico sobre o prodigio de um menino que nasceu com corôa na cabeça em Oliveira de Azemeis no anno de 1738.* Infelizmente não o podemos aquilatar, pois que em manuscripto tambem se ficou; mas Barbosa Machado informa-nos de que constava de oito capitulos, «com muita erudição», essa obra do «menino que nasceu com corôa na cabeça».

Quanto a Manuel Pereira de Novaes, d'elle faz

menção a moderna *Encyclopedia Portugueza*: «Religioso benedictino nascido no Porto no seculo XVII. Escreveu em hespanhol uma obra sobre a historia da cidade do Porto, trabalho que ficou manuscripto». Onde parará?

*

Em seu texto, depararíamos, consoante já noticiado ficou, varia hypothese nas, variadissimas, attinentes ás portuenses origens, pelo que a seu nôme mysterioso e inicial de *Cale* toque.

A ignorancia d'uma verdadeira origem introduziu muitos começos voluntarios, admoesta Florez, que declara hesitar se inveje ou se se apiede d'aquelle bom acontentar dos auctores que, destituidos de appoio na antiguidade, mostraram grande segurança de consciencia em affirmar a origem remotissima de uma povoação, pela precisa allusão de seus nômes com outros, como Noé com Noela, Tubal com Toledo e com Tudela etc.

Para a cidade do Porto, esses tantos recorrem a um *Gatelo*, que dizem filho de Cecrope, fundador de Athenas, ou de Argivo Noelo, quarto rei dos gregos, que, sahindo do Egypto, em tempo de Moysés, com sua mulher, Escota, desembarcou na embocadura do Douro e fundou esta cidade, dando-lhe o nôme de *Porto Gatelio*, mas com o tempo, abreviadas algumas lettras, se disse Portugal.

Florez prosegue:

Emquanto contens o riso, ou irrisão, apontaremos a vinda dos gregos á Hespanha, depois da destruição de Troya, pelos quaes perseverou n'esta costa o nôme dos Graios, ou Gravios; e dizem que, fundando *Porto Gravio*, degenerou depois o nôme em *Porto-Gallo*. A outros soou-lhes esta voz mais allusiva aos *Gallos* do que aos Gravios; e, como vieram á Hespanha não só Gregos senão tambem os Gallos Celtas, deixaram o nôme dos Celtas (com que entraram em Hespanha) e, juntando o de Porto com os Gallos, se encontraram com porto, com fundadores e com nôme de *Porto-Gal*. Não lhe pareceu bem a um natural do Porto recorrer a francezes, e foi-se aos Argonautas, onde ouviu um principe *Callais*, e deriva d'alli a origem e o nôme de *Cale*.

Vai Florez rindo:

Outros insistiram nos romanos, por não sabemos que inscripção citada com nôme de *Julius* e por vêrem na Italia uma povoação *Cale*, Cales ou Calemem.

Florez contesta:

Porém estes não poderão rebater os que com a mesma facilidade appellem para a ilha *Cale*, mencionada por Antonino, ou para o *Cale* de Plinio (liv. 5, cap. xxx), ambos no Oriente, pois, se o nôme lhes bastou aos primeiros, não pedirão mais aos segundos; e nenhum deve ficar contente.

Como contente não ficará aquelle que tome qualquer diccionario geographico e corra com um relance as columnas idoneas. Assim o fazendo para o lusitano *Diccionario de geographia universal*, que, pouco modestamente mas por similaridade

inadequada e ingenua, se dá como elaborado por *Uma sociedade de homens de sciencia*, debaixo da direcção, abalisada, de facto, do, na verdade, muito illustrado e competente snr. Tito Augusto de Carvalho, encontramos, de pancada, *Cale*, pequeno rio da provincia de Anvers (Belgica). E verêmos *Cale*cut, cidade da presidencia de Madrasta (India britannica); *Cale*don (cidade da colonia do condado da Boa-Esperança), como bahia do golfo de Carpentaria, na costa septentrional da Australia. Nôme antigo da Escocia é *Cale*donia, como *Cale*iro é uma povoação da provincia de Pontevedra; *Cale*lla o é, maritima, da provincia de Barcelona; *Calem*, corre um rio que separa o territorio de Damão, na provincia de Goa (India portugueza), do territorio do dominio britannico; mas *Caleu* temos em França, a 74 kilom. de Mont-de-Marsan, bem assim em França temos *Calès*, no departamento da Dordogne, um, outro no departamento do Lot.

Em Portugal tambem ha *Calles*, no concelho de Villa-Real e no concelho do Pezo-da-Regoa; e *debaixo*, e *decima*, no concelho de Louzada; e *Calle*, no nosso paiz, povoações são nas freguezias de Avões, *Cale*ndario, Moimenta do Douro e Soalhães.

Se *Cal*amianas é grupo de ilhas das Filippinas, *Cal*amba é, das Filippinas, na ilha de Luçon, cidade que possue perto de quatro mil habitantes, quando, em a nossa Africa portugueza occidental, pequena população representa no concelho de Muxima, districto de Loanda, provincia de Angola. Mas na

costa da Guiné reino surge, *Gal*abar, como povoação do reino de Bonis significa, e outrosim rio, que parece seja um braço do Niger, se interpreta. Etc.; etc.

Ainda no mesmo diccionario, mas se da lettra *C* passarmos para a lettra *K*, depararemos com Kala Bagh, cidade do territorio de Rajaputana (Indostão); com Kala Daun, povoação do territorio de Khira, tambem na Asia; mas na Europa eis Kalaem, na Hungria; e na Africa a ilha do Nilo, Kalafat, e o immenso planalto da austral, Kalahari. Na Europa, o cabo de Kalakria, na costa da Bulgaria; a cidade, capital da provincia da Messenia, na Grecia, Kalamaha; na America, o rio do Kalamagoo, no Estado de Michigan, dos Estados-Unidos. *Kale*, é um rio do condado do Roxburg (Escocia); é uma cataracta do Alto Zambeze (Africa). El Kale é uma povoação do Sennaar, na Nubia; como em o Indostão Kalee não passa d'um rio. Etc.; etc.

Se partimos para o grupo *Kh*, logo de chofre ou com o rio Khalka, da provincia de Ecatherinoslav, da Russia européa, ou no territorio da Mongolia (China), situado entre 42° e 53° Lat. N., e entre 93° e 128° Long. E. Na provincia de Aderbaidjan, da Persia, a 108 kilom. S. S. E. de Ardebil e a 200 E. S. E. de Tauris, fica, então, a cidade de Khalkhal. Etc.; etc.

A moderna geographia, democraticamente vulgarisada, não nos fixa, pois. Revertamos ao ecclesiastico doutissimo.

Que pondera que não falta quem derive o nôme *Cale* de propinqua voz grega, . . .; e, portanto, exclue os romanos, conclue com sobriedade escarninha o padre Florez. Obstina-se no motejo. Escreve, referindo:

Mas, não se aquietando com origem que se attribua a gregos, por parecer moderna, recorre a Noé, dando-lhe os nômes de *Gallo* e *Gallerim*, sem omittir a menção da *Chale*, edificada por Asur, filho segundo de Sem, e outras voluntariedades que, se tens paciencia, poderás lêr na prefação que Cerqueira Pinto antepoz ao «Catalogo dos bispos do Porto» escripto por D. Rodrigo da Cunha, num. 52.

Ensejo era. Mas *rira bien qui rira le dernier*. Será ensejo? Todavia, quem se póde reputar *le dernier?*

Assim, modernissimamente (1902), no tom. I do seu suggestivo estudo ácerca dos phenicios e da Odyssea, Victor Bérard notava que o vocabulo que a nós do sitio nos diz a *Mui Bella* é um nôme seguramente grego, posto que lhe hajam querido encontrar uma etymologia hittita.

Na verdade, S. Reinach, *Chron.-d'Orient*, II, pag. 489, attinentemente com respeito ao «doublet» Thêra-Kallistè, adverte que a «Thira, o P. de Cara reconhece uma camada pelasgica por debaixo da camada phenicia, *no que tem perfeitamente rasão*. O nôme primitivo da ilha, . . ., é a grecisação d'um vocabulo pelasgo-hittita contendo a raiz *Khal*».

Hittita, heteu ou hetheu (em gr. *Khettaios;* em

hebr. *Khéti-Khétim;* em assyr. *Khati;* em egypc. *Khaîti-Khâti*) informados somos de que o nôme seja d'um povo que, de principio conhecido quasi que exclusivamente pelos escriptos biblicos, foi por completo descoberto pelos monumentos egypcios e assyrios.

Sem embargo de todas as achegas, ás tôas andamos; e, pois, não será bizarro que por aqui por alli saltemos, tentando via.

Eis que, por exemplo, attentamos em que, occupando-se das sciencias occultas na Asia, como quer que estude o ponto da magia entre os chaldeus e as origens accadias, François Lenormant nos explica que a palavra accadia *Kalama* significa o paiz (no sentido mais largo), a superficie terrestre, a terra habitavel ou a epiderme terraquea *(Ki-a)*, designada tambem por essa expressão collectiva dita, das zonas e regiões, *Kalama.* A figura da terra, para os auctores das formulas magicas d'Accad, bem como para os astrologos chaldeus das edades posteriores, era a d'uma barca voltada, não uma barca tal como estamos na habituação de as vêr, mas um d'esses botes absolutamente redondos que servem ainda habitualmente, sob o nôme de *Kufa,* nas travessias e passagens do baixo Tigre e do Euphrates inferior, e do qual as esculpturas historicas dos palacios da Assyria nos offerecem a representação; diz Lenormant que exprimiriamos hoje a mesma idéa comparando-a a uma tigella voltada.

O sabio archeologo, historiador, numismata, critico relembra que, para as gentes finnicas, em sua mythologia, Kalewa é a região da luz e da beatitude. Os finnicos, como os accadios, admittem egualmente dois mundos em antagonismo, o dos deuses e dos espiritos favoraveis, e o dos demonios, o da luz e o das trevas, o do bem e o do mal. Mas collocam estes dois mundos na terra, em vez de fazerem sahir, como os accadios, os demonios d'um abysmo subterraneo; é a região bemaventurada de Kaleva, situada sob a acção directa e bemfazeja dos raios do sol, e a região sinistra de Pohja, «que devora os homens e engole os heroes».

Do velho mundo se a phantasia nos transferir ao novo, não poderemos valer á hesitação do nosso amigo Ferdinand Denis, quando, para a collecção do *Univers*, desejou dar a etymologia positiva do nôme que usa a California; mas deparara com tantas opiniões diversas emittidas a este respeito, e algumas tam pouco admissiveis, que força lhe fôra dizer com Greenhow: «Ellas nem mesmo o merito teem de ser engenhosas». O sabio Warden reproduzira uma das menos desarrazoadas — assim a qualifica Denis — e parece adoptal-a. Os primeiros hespanhoes que chegaram a esta região, surprehendidos, diz-se, dos extraordinarios calôres de que tinham a soffrer, chamaram-lhe *Calida fornax* ou fornalha ardente. Miguel de Venegas vê no vocabulo «California» uma appellidação india desfigurada. Como quer que dizer se possa, ponto era que tal

denominação não se estendia, no tempo de Cortez, mais do que a uma só e unica bahia.

Se o francez Denis não apura o que convinha para a expressão india, fica, quanto ao vocabulo francez *cale*, o francez Littré ensinando que ha no hespanhol *cala*, assim como no provençal e no italiano; adverte que se tem dito que *cale* estava por *escale*, escala, arribada, ancoradouro; e, com effeito, todos os sentidos de *cale* se podem entender d'uma descida (additando que o italiano *calata*, que vem certamente de *calare*, exprime essa descida mesmo); mas, como esse sentido ao verbo *caler* pertença outrosim, Littré opina que é mais natural tirar *cale* de *caler*. E, para *caler*, em provençal e hespanhol *calar*, em italiano *calare*, etymologicamente Littré nos diz que vem do latim *chalare*, do grego (. . .), que marca abaixar, largar.

Em hespanhol, a via publica se chama *calle* e apparece o «doublet», unitario e heteroclito, de *calle de la rua*. O portuguez *cale*, *caleira* designa o rego inclinado, á moda do vocabulo francez, em cujo idioma faça de par as funcções de «cunha» e de «porão».

Porém nada d'isto nos encarreira.

Ao contrario, e em compensação, melhormente nos seduz o aceno que, para que em suas avenidas e meandros enveredemos, nos fazem os idiomas semiticos; elles nos promettem a chave do enigma á cata de cuja solução á tôa desatinamos.

Assim, busquemos da apartada estante o volu-

mesinho dos *Vestigios da lingua arabica em Portugal, ou lexicon etymologico das palavras e nômes portuguezes que tem origem arabica*, composto, por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, por fr. João de Sousa, socio da dita Academia e interprete de S. Magestade para a lingua arabica, obra augmentada e annotada, n'esta nossa edição de 1830, por fr. José de Santo Antonio Moura, socio da predita Academia e interprete regio da referida lingua.

Ahi antolham-se-nos: Calahorra, *Calatelhoera*, cidade episcopal no reino de Aragão, sobre o rio Ebro; é nôme composto de (. . .), *calâ*, fortaleza, e de *horra*, a livre; vid. *Geograph. Nubiens.;* Calaiate, *Calataiate*, cidade da India no reino de Calecut; compõe-se de *cala*, fortaleza, e de *aiate*, as maravilhas: fortaleza das maravilhas; Calataud, *Calataiûb*, cidade de Hespanha no reino de Aragão, é composto de *cale*, fortaleza, e de *Aiûb*, Job, seu fundador: Fortaleza de Job, vid. *Geograph. Nubiens.;* Calatrava, *Calat el terata*, cidade de Hespanha em Castella-a-Nova, reino de Toledo; compõe-se de *calá*, fortaleza, e de *Teraba*, a terra; foi assim chamada pelos dois grandes outeiros de terra que tem dos seus lados; *Geograph. Nubiens.;* o Cartaz (*Historia dos soberanos mahometanos da Mauritania*, traduzido em 1828 por Moura) chama-lhes *Calat-Rebah*, fortaleza de lucro ou interesse, porque o segundo nôme derivou do verbo (. . . .), lucrar, interessar; o mesmo segundo nôme, sendo

a vogal da primeira consoante *ó*, significa môno ou cabrito, vindo a dar, pois, fortaleza do môno ou cabrito.

Em 1861 appareceu, em francez, o *Glossario das palavras hespanholas e portuguezas derivadas do arabe*, que tinha por unico auctor um joven hollandez, o snr. Engelmann, e constituia uma brochura, in-8.º, de 137 pag. Esse opusculo era um trabalho «mui estimavel», consoante teve o prazer de o proclamar, no *Journal asiatique*, de Janeiro de 1862, um membro do Instituto de França, socio correspondente da Academia de S. Petersburgo, o snr. Defrémery, das inquirições do qual, bem como das de Müller (de Munich), se aproveitara o sabio professor de Leyde, Dozy, que, na ausencia do seu antigo discipulo, aquelle Engelmann nomeado, presidira á reedição da obra, em tal e tanta maneira por elle augmentada que sua amplitude ultrapassa de mais de tres quartos a extensão da edição primitiva, consoante elogiosamente o registrou o citado Defrémery na analyse que, a proposito, inseriu no n.º 8 (de 1859) do mesmo *Journal asiatique*, impressa tambem em extracto separado.

Em um largo introito se aponta o *Catalogo* que, em Hespanha, Martinez Marina déra no IV vol. das *Memorias de la Real Academia de la Historia;* elle é, porém, apreciado com severidade, como deixando muito a desejar, sob diversos aspectos por que se encare.

Adeante affirma-se que, pelo que toca ao portu-

guez, o numero das palavras arabes redunda n'esta lingua muito menor do que em hespanhol, e recordado é ao leitor que ellas fôram recolhidas e explicadas por Sousa, nos seus *Vestigios da lingua Arabica em Portugal*, Lisboa, 1789, obra que fôra reimpressa em 1830 com as addições de Moura. «Este livro, se bem que não seja isento de erros graves, é muito superior ao catalogo de Marina».

Mau! Que não é isento de erros graves...

«Elle explica tambem os nômes geographicos que são d'origem arabe; mas, como não entrava no plano da minha obra occupar-me dos nômes proprios, omitti-os».

Peor! Que esta omissão perdeu-se uma excellente occasião de a não fazer...

Mas não. Felizmente. Na nova edição do *Glossario*, de Engelmann, por Dozy, ha quanto diga ao nosso interesse do momento. E' attinentemente a Calahorra, que Victor (Hierosme; -*Bolonnois*-; «Tesoro de las tres lenguas, Española, Francesa, y italiana», Genebra — 1609, Colonia — 1637) traslada por este teôr: «fortaleza, vocabulo arabe». Mas Dozy corrige que esta palavra não é arabe d'origem; addita que parece que seja basca = Calagurris, que anda bem conhecida como nôme proprio, e que, entre os arabes, é (....), da mesma maneira que entre os hespanhoes (Calahorra). Todavia (para o que já se veja Ibn-al-Khatêb em Müller, *Beitrage*, p. 3, e os artigos de P. de Alcala que cita o editor), os arabes empregam-a como um

nôme appellativo no sentido de *fortaleza ou de torre d'uma fortaleza.* Eis o que nos baste óra.

Assim como Kalaï (ao politicante Floquet, que ficou mal por se abonar com cital-o, Kalaí mandaria Larousse lêr ka-la-i) elle diz que significa fortim, palanque fortificado, na Turquia, assim não ha duvida, e é elementar, que, «para a conversação na Argelia», familiarmente, se diga, no typo (. . .), para se dizer *fortaleza.*

E não só familiarmente, pois para divisa de seu «Diccionario francez-arabe», o snr. Cherbonneau, ex-director á data, do collegio arabe-francez d'Alger (1872), correspondente do Instituto, toma, caracteristicamente, uma passagem de Renan, em sua «Historia das linguas semiticas», pag. 381, que diz que «os arabes não consideram o arabe litterario e o arabe vulgar como duas linguas, antes sim como duas fórmas, uma grammatical, a outra não grammatical, da mesma lingua».

II

Agostinho Albano da Silveira Pinto — José Joaquim Rodrigues de Freitas — Agostinho Albano — Urbano Loureiro — Guilherme Braga — Alexandre Braga.

PERSUADE-SE o doutissimo Florez que o primeiro que nomeia a cidade de Cale foi Sallustio, citado de Servio sobre Virgilio (*Aen.*, 7, v. 728), onde diz: *In Flaminia est civitas quæ* Cale *dicitur, et in Gallia hoc nomine, quam Sallustius captam à Perpenna commemorat.*

Por *Gallia* deve lêr-se *Gallicia*, como previne Vossio sobre Mella; e, se bem que o padre Contador de Argote diz que este é *engano manifesto*, por isso que Cale não pertenceu á Galliza, mas sim á Lusitania durante o imperio romano, não tem razão. Antes preciso é insistir em Galliza, porque Perpenna não teve briga em França junto a Paris, aonde os modernos, ao tempo do auctor da *España Sagrada*, punham a aldeia de *Cale*, mas sim em a Hespanha, na guerra de Sertorio. E, assim, preciso é insistir em Galliza, sem que obste o limite com Lusitania,

pois o confinar esta com aquella bastou ao que escrevia fóra de Hespanha para attribuir á Galliza a Cale confinante com ella. Assim, deveria ter visto o padre Contador que não só no tempo de Sallustio mas no de Strabão applicavam o nôme de Galliza a gran parte da Lusitania desde Bruto o Callaico: *Effecerunt* (Callaici) *ut nunc plurimi Lusitanorum Callaici vocentur*. Se no tempo de Strabão *(nunc)* se alargava o nôme dos gallegos a parte da Lusitania, que muito — pergunta Florez — que em tempo de Sallustio (antes de fazer Augusto a repartição de provincias) se reduzisse Cale á Galliza, quando ainda depois estendiam o nôme de gallegos a gran parte dos lusitanos? Deve, portanto, confessar-se que Sallustio nomeou a Cale de Hespanha e não a da Gallia, onde não tomou Perpenna cidade alguma. O mesmo nôme expressa o Itinerario de Antonino: *Calem*, a 35 milhas de Braga.

Muito achincalha Florez do nosso Cerqueira Pinto, que não se contentou com o nôme de Cale e disse que os celtas accrescentaram a palavra *dunum*, que, em sua lingua, significava *cidade*, e lhe chamaram *Caledunum*. Para applicar este nôme ao Porto, não havia outro fundamento mais do que encontrar em Ptolomeu, não Cale, mas Caladunum. Porém, nem *dunum* significava, em lingua celtica, «cidade», senão sim «montanha» (como o explicava o moderno — em 1766 — diccionario de Bullet, tom. II, pag. 514) nem a posição que Ptolomeu applica a Caladunum favorece o Porto, pois a

colloca meio grao mais ao oriente que Braga e o Porto é mais occidental.

Reprehende Florez:

Se dizes que Ptolomeu está errado, necessitas buscar outro documento antigo que, nomeando Caladunum, o colloque onde o Porto; e creio que te cansarás sem fructo.

Outros disseram que Cale se chamou antes *Lavara*. Para isto não vê Florez mais fundamento do que nomear Ptolomeu Lavara junto ao Douro, pela parte meridional; ahi commummente soe reduzir-se a antiga Cale, onde hoje Gaya. Porém o Porto está da banda septentrional; e, assim, não póde confundir-se com povo da outra banda. Nem aquelle nôme póde attribuir-se a Cale, porque Antonino e Ptolomeu são d'um mesmo tempo e, attribuindo cada um ao povo diversos nômes, fallam de logares diversos.

O mais notavel, segundo Florez, no nôme de Cale é que, segundo varios auctores, proveio d'elle a voz de *Callaici* e *Callæcia*; assim Cellario, Vossio e Weseling. Mas, collocada Cale aonde o Porto, isto é na banda boreal do Douro, nem por isso se póde dizer que d'elle proveio a voz de Galliza nem dos Callaicos.

Para isto cumpre suppôr que a Galliza se ha de tomar não como *provincia* (em cujo sentido comprehendeu até Astorga) mas sim como *região*, que é o conceito mais antigo, e proprio para quantos escreveram antes de Constantino Magno, só no tempo

do qual começou a ser provincia, composta de bracharos, grovios, celticos, etc. Ora, considerada assim Galliza, não estava onde o Porto, porém sim mais acima de Braga. Prova-se por Plinio, que, fallando do curso do Douro, põe ao fim os turdulos na banda meridional, e na boreal os bracharos: *Disterminatis à Lusitania Gallæcis, ibi quoque Turdulos à Bracharis arcens* (liv. IV, cap. XX). Nomeia Lusitania e Galliza em geral (pois ainda antes de Bruto os gallegos, por mais guerreiros, estenderam o seu nôme a outros confinantes) mas, individualisando mais os termos, nomeia os turdulos e bracharos. Aquelles occupavam a margem meridional do Douro, que os dividia dos bracharos. Eram, pois, bracharos os que habitavam da parte do Porto, contraposta aos turdulos. E que, em rigôr, aquillo não era Galliza (considerada como região particular) se convence pelo mesmo Plinio, que no logar citado colloca os gallegos sobre Braga: *Bracharum oppidum Augusta, quos supra Gallæcia.* Se os gallegos legitimos estavam acima de Braga, resulta — conclue seu raciocinio Florez — que a sua capital denominante não esteve onde o Porto, pois este cahe uma jornada mais abaixo de Braga.

Quanto ao sitio de Cale, pergunta Florez:

Já que ignoramos a antiguidade e etymologia de Cale, resta vêr se concordam os auctores com o sitio?

E responde, desolado:

Tam pouco com o sitio concordam.

Era coisa recebida que Cale esteve, na parte meridional da embocadura do Douro no Oceano, onde hoje Gaya, contraposto ao Porto, que está da outra banda. Assim Fernão Lopes, na chronica do rei D. Affonso I; assim Resende; assim Osorio; assim Duarte Nunes de Leão; assim Gaspar Estaço e outros; assim elle Florez, no tom. XV, onde começara a negar o que novamente negaria no XXI, isto é que Galliza se denominasse de Cale, alli fundando-se em que esta povoação de Cale se colloca por muitos na costa que o Douro deixa aos lusitanos e, assim, se fôra denominante, mais devia dar nôme á parte da Lusitania onde estava que á opposta da Galliza. Que Cale fôsse Gaya, o snr. Acuña (dom Rodrigo da Cunha) o dava *como coisa averiguada.*

Todavia, os antigos portuguezes mencionados mais suppunham do que provavam a existencia da antiga Cale onde hoje Gaya. Não declaram as particularidades d'este sitio, as suas mostras de antiguidade, o seu transito de Cale a Gaya, a sua conformidade com as medidas do Itinerario d'Antonino, mais proprias em Gaya, que não no Porto; e, emfim, as provas que dariam para sustentar o partido contra os que negassem haver estado Cale onde Gaya.

Os passos do Itinerario são trinta e cinco mil de Cale a Braga:

Calem
Brachara M. P. XXXV.

As trinta e cinco milhas parece que favorecem mais a Gaya do que ao Porto, pois d'este a Braga ha trinta e duas e as tres restantes podem applicar-se a Cale em Gaya, mais affastado de Braga do que a cidade do Porto.

Porém crê Florez que não foi este o motivo, mas sim o nôme de *Portucale*, que, composto de *Portus* e de *Cale*, offerece a Cale de Antonino e o Porto actual.

Gaya é sitio alto e pouco proporcionado para o uso de mercadores e pescadores; pelo que, começaram estes a povoar a outra costa do rio, mais plana e extensa. E, como a povoação fronteiriça tinha o nôme antigo de Cale, chamaram ao novo sitio *Portus Cale*. D'este modo de discorrer parece que proveio o suppôr-se Cale onde Gaya. Porque, se estivera onde hoje a cidade, não havia necessidade de chamal-a por *Portus*, antes sim pelo seu proprio e antigo nôme de Cale, como se vê nas demais cidades que são porto: Cadiz, Carthagena, Corunha, etc., que no seu nôme não recebem a voz *Porto*. Mas, povoação nova, feita em frente de Cale para porto, mui congruentemente se intitulava, pela povoação visinha, *Portus-Cale*.

Exara-o Florez:

Se isto os não moveu a suppôr que Cale foi a Gaya da outra banda da cidade, esperaremos que nos declarem os motivos.

Por motivo de Cale varios de nossos velhos escriptores rara menção nos fazem do anonymo de Ravenna, que assim se designe o auctor desconhecido d'um tractado de geographia encontrado n'aquella terra, compilação mediocre que parece haver sido composta no VII seculo; estampada em 1688 por dom Porcheron, erudito membro da illustre congregação dos benedictinos de Saint-Maur, cuja primeira publicação consistiu n'esta edição, corrigida e annotada, de um manuscripto do alludido anonymo de Ravenna, sob o titulo de *Anonymi Ravennatis De geographia lib. V*, trabalho que devia ser seguido d'outro analogo, sobre a *Taboa de Peutinger*, mas que a morte impediu seu auctor de ultimar e que a lume não sahiu. Quanto áquelle que em Paris, in-8.º, logrou a luz da publicidade, assevera H. Royer que elle esclareceu o que o barbaro geographo da edade media tinha d'obscuro; o addicionador de Moreri informa que elle publicara sua edição sobre um manuscripto da bibliotheca do rei de França, enriquecendo-o com grande numero de notas curiosissimas e d'um excellente prefacio latino, que é a lingua do anonymo.

Mas por motivo de Cale varios de nossos velhos auctores frequente menção nos fazem do *Itinerario d'Antonino*, nôme do mais importante e do mais precioso dos trabalhos geographicos que o mundo antigo transmittido nos haja.

Nada se sabe de bem positivo nem sobre a data da publicação nem sobre o nôme do auctor d'esta

importantissima obra. A opinião dos sabios e dos eruditos, a este respeito, longe está — sabio e erudito francez moderno nol-o transmitte — de ser unanime. Henri Estienne attribuia-o a Antonino-o-Pio ou a Marco-Antonio; os allemães Peterson, Wasseling e Manvert dão-lhe outra origem. O que por certo e seguro se póde ter é que o fundo primitivo do *Itinerario*, locupletado por addições successivas, se concatena ao trabalho geodesico decretado por todo o imperio romano no anno 44 antes de J. C., sob os consules Julio Cesar e Marco Antonio, e concluido durante Augusto, sob o consulado de Saturnino (19 antes de J. C.). A alma d'esta vasta empreza foi Vipsanino Agrippa, que consignou os resultados das operações geometricas em seus *Commentarios*. Ethico, geographo do IV seculo, que passou durante a edade-media por ser o auctor do itinerario, mencionando os trabalhos d'Agrippa, nomeia até os engenheiros ou geometras subalternos incumbidos da topographia das differentes partes do imperio. Agrippa nutria o intento de dar uma representação graphica não tam sómente do imperio romano mas da *terra inteira;* a morte tolheu-lhe realisar este amplo projecto, e Augusto fez representar, em pintura ou em mosaico, nas paredes d'um portico construido no Campo de Marte, o *orbis terrarum* segundo os planos e os commentarios do seu amigo. Ademais, evidente é que esse trabalho official recebeu ulteriormente addições e modificações; certos paizes resultaram

melhormente conhecidos, novas estradas se traçaram e interpolados fôram nômes novos. A derradeira revisão é a que ordenou Theodosio II, em 435.

N'outro lanço da mesma sabia e erudita obra franceza moderna, frisa-se que, publicado pela primeira vez por H. Estienne, em Paris, em 1512, in-16, é provavel que o titulo com que chegou até nós esse precioso documento do *Itinerario d'Antonino* provenha d'um erro ou da ignorancia dos copistas, e que um e outro dos Antoninos sejam absolutamente extranhos á confecção d'esse *Itinerario*. Os manuscriptos mais antigos trazem, com effeito: *Dimensio universi orbis a Julio Cesare et Marco Antonio consulibus facta*, o que, em vez d'Antonino, nos dá Marco-Antonio. Após longas discussões, os eruditos haviam accordado em que similhante trabalho tinha sido emprehendido no tempo de Julio Cesar e fôra remanejado successivamente até á epocha em que um geographo desconhecido, do III ou do IV seculo, lhe déra a fórma pela qual chegara até nós. Existia uma sexcentena de manuscriptos, pouco differentes uns dos outros, quando H. Estienne teve a idéa de publicar um d'elles.

A obra acha-se dividida em duas partes. A primeira, a mais consideravel, tem o titulo de *Itinerarium provinciarum*; a segunda o de *Itinerarium maritimum*. Longe se está de que sua ordem nos appareça methodica, pelo menos tal como nós outros o comprehendemos; mas, por embrulhados

como sejam, esses dois itinerarios compoem, com as *Taboas de Peutinger*, as melhores fontes geographicas que nos haja deixado a antiguidade.

Para o «Itinerario» de Antonino, lembrando que é tambem um dos livros geographicos antigos que tractam da provincia de Galliza, do seu auctor recorda o nosso portuguez D. Jeronymo Contador de Argote (*Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga, primaz das Hespanhas*, tom. I, pag. 16) que querem uns fôsse o imperador Antonino Pio, outros Antonino Caracalla, e alguns o attribuem a outros escriptores; fôsse, porém, qualquer que fôsse, o certo era que n'aquella obra descrevera as vias militares que de Braga corriam até Astorga, e d'alli em deante, e que nomeara as povoações que tocavam e as distancias que entre si tinham; «e, a não haver dois grandes inconvenientes, teriamos n'este livrinho declarada com certeza uma grande parte da geographia da Galliza antiga». Seguidamente especifica, cada um de per si, os dois inconvenientes a que alludira.

Porém, a nós, na parte respeitante á zona em que, tomando por centro Milão, o auctor irradia d'esta cidade para a Gallia, para a Germania e para a Hespanha, pondo de lado o caminho de Braga a Astorga, consideramos, na edição que em Berlim, *imprensis Friderici Nicolai*, em 1848, *ex libris manuscriptis ediderunt* G. Parthey e M. Pinder, a rota anterior, *ab Olysipone Bracharam Augustam*, marcando successivamente: Jerabriga; Scalabria; Sel-

lium; Conimbrica; Eminio; Talabriga; Langobriga; Calem; Brachara.

O dr. Guilherme Freund, em seu *Grande Diccionario da lingua latina, sobre um novo plano,* traduzido em francez, revisto sobre os textos e considerdavelmente augmentado, segundo os trabalhos lexicographicos e epigraphicos os mais recentes, tanto francezes como extrangeiros, por N. Theil, diz-nos que Jerabrica o mesmo é que Maugnera, e que citado Maugnera fôra na Estremadura, sobre o Tejo, a 3 $^1/_2$ m. do N. E. de Lisboa; Scalabis é hoje Santarem; Sellium, indenominado logar na estrada de Olysippo a Brachara, na Lusitania, ao N. de Scalabis; Conimbrica, hoje Coimbra; Æminium, cidade da Lusitania, ao S.E. de Talabriga, ao norte do rio Vacua, hoje Agueda; Talabriga, cidade da Lusitania, entre Æminium e Langobriga, hoje, segundo Reichard, Talavera de la Reyna (mau, que desencarreiramos!), mas, segundo Ukas, Aveiro *(à la bonne heure!);* Langobriga, cidade da Lusitania, na visinhança de Talabriga, quiçá hoje Feira, cidade da provincia da Beira, não longe d'Aveiro; Cale, Portus Cale, Portus Calensis, logar na Gallecia (Hispania Tarracon.), na emboccadura do Durius; hoje Oporto, Porto, *Port à Port,* da provincia portugueza entre Minho e Duero; Brachara, Bracharaugusta, Augusta Brachara, hoje Braga, capital da referida provincia portugueza entre Duero e Minho, na provincia do Cavado, a 29 l. ao S. de Compostella, a 31 ao O. de Bragança.

Quanto a Jeronymo Contador de Argote, n'aquellas suas *Memorias*, notavel é o juizo que apresenta ácerca d'esta obra o auctor da erudita e bem trabalhada «dissertação» sobre o quinto anno do tribunicio poder do imperador Caio Julio Vero Maximino, inserta na *Revista Litteraria* do Porto. D'esta foi redactor principal o portuense Agostinho Albano da Silveira Pinto.

*
* *

Medico (auctor do *Codigo Pharmaceutico Lusitano)*, naturalista (auctor das *Primeiras linhas de Chimica e Botanica, coordenadas para uso dos que frequentam a aula de Agricultura da Real Academia da Marinha e Commercio)*, linguista (auctor dos *Novos Elementos da Grammatica Franceza)*, financeiro (auctor de *A Divida Publica Portugueza, sua historia, progresso e estado actual)*, economista (auctor das *Prelecções preliminares ao Curso d'Economia Politica da Eschola da Associação Commercial do Porto)*, elle precede n'estes difficeis estudos outro portuense illustre, José Joaquim Rodrigues de Freitas, de quem não posso fallar aqui extensamente, por o haver feito já no meu volume *Os modernos publicistas portuguezes* (de pag. 318 a pag. 341).

Silveira Pinto teve um neto, como elle, pela paterna gratidão, como seu avô chamado Agostinho Albano e d'estes dois nômes tam só usou e com

elles se celebrou no mundo litterario, escrevendo romances *(Amor e palavras)*, traduzindo dramas *(Os Apostolos do mal*, de Faniot, cujo ultimo acto refez) e publicando livros d'um humorismo elegante, onde reviveu a succinta louçania de Léo Lespès *(Timothée Trimm)*, como o volume gracioso *Antes de soprar á luz.*

D'outro distincto portuense foi Agostinho Albano companheiro e camarada na redacção do *Diario da Tarde*, celebre folha de propaganda anti-clerical começada a publicar por 1872. Esse portuense litterato a que me estou referindo era Urbano Loureiro, que se tinha assignalado na critica mordaz, das lettras *(Os Gafanhotos*, o *Salamalek)* e dos costumes *(O Bocage*, *Perfis burlescos).*

No *Diario da Tarde* collaboraram dos mais insignes representantes da proxima camada mental portuense, como Guilherme Braga, de quem aqui não me occupo, por o haver feito no prefacio da reedição do *Bispo*, e da camada anterior, como seu irmão Alexandre Braga, de quem tambem sou forçado a deixar de fallar, pelo haver feito no preambulo da edição do seu primeiro grande Discurso anti-jesuitico.

Mas revertamos.

*

Se Florez apurou a mais antiga menção do nôme de *Cale*, cumprir-lhe-hia que o mesmo fizesse

*

pelo que concerne *Portucale*. Fêl-o o laborioso erudito.

A'cerca de quando começara a cidade de Portucale, confessara Estaço que não se encontra documento, e passara a buscar a sua primeira menção, a qual fixara na divisão de bispados attribuida ao imperador Constantino; mas, sendo apocrypha, como elle Florez o provara no tom. IV da sua obra preciosissima, força era recorrer a outros principios.

A mais antiga menção que elle Florez achava d'esta cidade do Porto com o nôme de *Portucale* era em Idacio, para o anno de 457: *Rechiarius ad locum, qui Portucale appellatur, profugus Regi Theudorico captivus adducitur.* Logo accrescenta que Ayulfo, aspirando ao reino, morrera em Portucale.

Esta é prova de muita antiguidade, porquanto, existindo já em meio do seculo V, deve retroceder-se ao tempo dos romanos (pois os barbaros, que entraram no anno de 409, mais pensaram em arruinar cidades do que em fundal-as) e aos mesmos romanos favorece esse nôme de *Portus*, anteposto ao de Cale. Dissera Estaço que isto foi depois de Antonino Pio, porquanto, se então houvera a povoação do Porto, a nomearia. Isto não convence, porque podem fazer-se menções n'umas povoações e não em outras; porém faz força contra os que antecipadamente a supponham cidade.

E assim eis-nos já — adverte Florez — n'outra questão, a saber: Se o Porto era ou não era cidade antes dos suevos.

Entra no discriminar do caso Florez, ponderando que os argumentos do silencio de Mella, Plinio e Ptolomeu não servem, porque tam pouco mencionaram Cale. Aquelle que se empenhe em fazel-a mais famosa com o nôme de Portucale do que com o de Cale necessita proval-o. Idacio tão só expressa *locus* e *castrum* (sobre o anno 459 da edição d'elle Florez): *Maldrus germanum suum fratrem interficit, et* Portucale castrum *idem hostis invadit.* Sobre o anno 456, chamou a Braga *extremam civitatem Gallæciæ;* e, como o Porto se segue depois para a Lusitania, parece que o não reconheceu como cidade (pois, em tal caso, fôra esta a ultima de Galliza, e não Braga). Sem embargo, era população illustre n'aquelle tempo: pois os successos referidos o qualificam, em vista de mencionar-se n'elles pessoas reaes, assim o escreve, com a candura dos sabios, o padre Florez, para quem, ao parecer, a pessoas reaes não podem sobrevir successos senão em populações illustres.

D'aquillo que dito deixava, resultava não poder attribuir-se aos suevos a fundação do Porto, pois antes do seu dominio pacifico já existia, desde o tempo dos romanos. O que podia attribuir-se aos suevos era o haverem illustrado essa cidade do Porto com bispo, como logo diria.

Já que, por motivo do nôme, nos suevos tocara, convinha-lhe prevenir que, se bem que a divisão de bispados, reduzida ao seu tempo, applica ao do Porto, *in Castro novo*, as parochias alli nomeadas

e, ao fallar de Coimbra, dá ao seu bispo (afóra outras) a de *Portucale Castrum antiquum*, não se deve entender que este Castro antigo se chamasse *Portucale;* pois, cabendo a Coimbra, deve suppôr-se na banda meridional do Douro (como a mesma Coimbra) e isto corresponde ao Cale antigo em Gaya; porém aquella nunca se chamou Portucale, só sim a povoação contraposta na parte boreal. Portanto, é preciso confessar, com Estaço, que alli está em genitivo a voz «Portucale», como indeclinavel, de maneira que diga caber a Coimbra o *Castro antigo de Portucale*, e não que aquelle castro se chamasse Portucale, pois isto é falso. Assim o confirma a escriptura de Vamba, que diz: «*Portugaliæ* Castrum antiquum», no segundo caso. E esta é (para Florez) uma das provas para que Cale estivesse na margem meridional do Douro, pois, desde que houve bispo no Porto, não podia tocar ao de Coimbra o que ha na outra parte do rio, na qual está o Porto, e, vendo que alli distinguem «Castro velho de Portucale» e «Castro novo» — aquelle de Coimbra, e este proprio do Porto — resulta (para o padre Florez) que aquelle era o Cale antigo, isto é da banda meridional de Coimbra.

Com motivo d'estes Castros, diz Estaço que o principio do Porto foi debaixo do nôme de Castello novo, porque, não intervindo alli braço de rei que intentasse levantar cidade, e só sim os de homens particulares e pobres, tam só podiam nomeal-a por Castello novo; e assim se fôram contrapondo ao

Cale da outra banda do rio, com o nôme de Castello antigo. Outros, vendo que se ia povoando *porto*, usaram d'este nôme. O certo era que Idacio usou o nôme de *Castro* em Portucale; e este — para distincção do contraposto Cale, segundo Florez — póde chamar-se novo. Porém, como a escriptura de que fallava (intitulado Concilio Lucense dos Suevos) não é original, remata Florez que não devemos escrupulisar, nem inculcar, muito o rigor de seus termos.

Segundo a repartição de gentes mais antigas, correspondia o Porto aos *Bracharos*, que começavam do Douro para cima. O convento juridico onde deviam concorrer com os seus pleitos foi o de Braga; pelo que, desde que esta se erigira metropole ecclesiastica permanente, a ella pertencera a egreja Portucalense.

Antes de se apartar do nôme d'esta egreja, previne Florez que Resende, na Carta a Quevedo, depois de referir que o nôme de *Portugal* correspondeu, no principio, á diocese do Porto, e logo se estendeu aos bracharos, addita que, quando baixou a outras cidades, o bispo se intitulara *Portuense*, para evitar confusão. Isto não o podera elle comprovar, «pois nos nossos concilios se intitula Portucalense, e só no Bracharense fingido é que se diz *Portuense*, o que outros disseram ser abreviatura de Portucalense». Nem receio havia de equivocação, quando nenhum bispo, a não ser este, se intitulou Portucalense. Assim, o bispo de Leon não mudou

o seu titulo, quando estava em toda a sua força o reino de Leon, pois, se bem que o reino se nomeie pela capital, só o seu bispo é que tinha o titulo de Legionense. O mesmo succedera em Portugal e no bispo Portucalense, que não podia equivocar-se com outro por este titulo; e antes, bem ao contrario, o de *Portuense* era commum a outro de Italia, cujo titulo tem sempre um cardeal.

*

Que Lîchas (-æ) fôra o camarada de Hercules que a seu amo e senhôr trouxera a tunica empeçonhada, e a quem Hercules, nos transportes de sua dôr, precipitara no mar; e que tres ilhotas, as Lichades, entre a Eubea e a Locrida, d'elle tomaram seu nôme, ao que se diz, diz o doutor Smith, pelo professor Theil traduzido.

Mas, mandada por Dejanira, mulher de Hercules, por mão de Lychas a camisa do centauro Nesso, não sabendo ella nem o conductor os horriveis effeitos que produziria (assim que o heroe a vestiu, sentira-se como abrazado, e se lançou ao fogo de um sacrificio, em que morreu queimado, depois de ter arrojado Lychas ao mar, onde Tethys o converteu em rochedo): — que o penedo em que foi metamorphoseado Lychas fôra Leixões (os nossos antigos escreviam *Leichões*), grande penedia, formando ilheu, na distancia de meia legoa ao mar, da foz do Leça, o suppõe o portuense Alexandre Garrett.

E que o Leça o Lethes era — outro portuense poeta, tambem em verso o exprime, ambiguamente, fr. Manuel de Santa Thereza, no cap. III do seu poema *Lusifineida*, de que Manuel Gomes de Lima Bezerra, a partir da 27, publicou algumas oitavas no tom. I de seus *Extrangeiros no Lima*, quando, do Porto a Pontevedra, reduzindo-se a Entre-Douro-e-Minho, considera como

. . . Segue o *Lethes* seu destino,
Vagaroso Acheronte, velho e grosso,
Ou seja o que esta Ponte vê da Barca
Ou *o Leça do Porto na comarca.*

Entre os que sustentam que o Leça é o Lethes mythologico está Faria e Sousa, que, na sua *Fuente de Aganipe* (parte II, poema 8.º), diz:

El Leza, que por hondo y fresco valle
Curriendo con sociego grave y blando,
Ocupa angusta y tortuosa calle
Con los nombres de *Lethes* y *Celando;*
Pero, si de el olvido se apelida,
Quien una vez le vè jamás se olvida.

Elle nasce em uns juncaes, chamados *Lameiras do Redondú* (ou *Redundú*, esmiuça Pinho Leal), na freguezia de Monte Córdova (antigamente *Monte Córva*, admoesta), proximo da estrada que vae do Porto para Santo Thyrso, e desagúa no Oceano, entre Leça da Palmeira e Mattosinhos, com 24 kilometros de curso.

Quanto ás pedras de Leixões, ellas, na sua massa geral, formam quasi um semicirculo em frente

de Leça, apresentando á vista duas zonas distinctas e quasi concentricas. O eminente engenheiro hydraulico, snr. Adolpho Loureiro, no primeiro tomo da sua notavel obra ácerca d'*Os Portos maritimos de Portugal e ilhas adjacentes*, falla com elogio, quando tracta dos planos successivos do porto artificial de Leixões, do «bello projecto» do engenheiro Manuel Affonso de Espregueira, que tem a data de 17 de Março de 1865 e que foi publicado na *Revista de Obras Publicas e Minas*, porém só em 1874, com a caracteristica pachorra lusitana. *Festina lente*. N'essa sua *Memoria descriptiva do projecto de um porto de abrigo em Leixões* (separata do mesmo 1874), o snr. Manuel Affonso Espregueira, desde 1865, aos poderes publicos informava de que «a sonda não accusa lodo em parte alguma do espaço destinado ao porto de abrigo».

Com fartura em frente da foz do Douro, onde existe uma extensa zona em que se notam depositos de lodo, começando junto á costa a meia distancia entre o castello do Queijo e o monte do Castro. Esta zona apresenta uma ponta para o norte, terminando em frente do Leixão grande, a uma distancia que o snr. Manuel Affonso d'Espregueira nos diz ser de 1:700 metros d'esta pedra.

O monte do Castro (ou Crasto, segundo o dizer archeologico do povo) pertence áquella copiosa conta de aldeias e montes que em Portugal existem com o nôme de Castro ou Crasto e que Pinho

Leal avalia em assás acima de 200, additando que não se dava antigamente o nôme de Castro ou Crasto só aos montes que tinham grande ou pequeno castello, mas sim se dava tambem áquelles cuja posição era propria para alli se edificar qualquer fortaleza e até aos que, sendo cerrados por penedia, simulavam de longe um castello; e, attinentemente á inferencia pela etymologia, recorre ao *Elucidario* de Viterbo. E' onde Viterbo tracta de «Castrello, e Crestello» e quando diz que estes nômes trazem a sua origem de *Castro* ou *Crasto*, «que se tem equivocado com *Castello*, que egualmente é diminutivo de *Castrum*. Porém na architectura militar antiga houve n'estas palavras não pouca differença.» Segue, esmiuçando.

Castellum, i, n., (dimin.) [*castrum*] o allemão dr. Guilh. Freund, traduzido pelo professor francez N. Theil, diz-nos que é, no sentido lidimo, castello forte, praça forte, cidadella, praça d'armas, fortaleza, forte, toda e qualquer obra de defeza, momentanea ou permanente; e *castrum, i*, n. [da mesma familia que *casa*, choça, tenda] no sing.: toda e qualquer praça fortificada: forte, fortaleza, castello forte; cidadella (mais raramente empregado que *castellum*).

Do alto d'outro monte do Crasto, que não este da Foz do Douro, se descortinam muitas serras e povoações, — uma vasta extensão do Oceano e parte da cidade do Porto; é na freguezia de Romariz, comarca e concelho da Feira (extincto con-

celho de Fermedo, aponta Pinho Leal em 1874). Elle diz que deve notar-se que, ao SO. e a 1 kilometro d'este monte, na freguezia de Milheiroz de Poyares ha uma aldeia chamada Mâmoa; ao S, e a partir com esta freguezia de Romariz, ha, no concelho de Oliveira de Azemeis, a freguezia de Cesar. «Um nôme celta e tres romanos — Pinho Leal os conta: — *Mâmoa*, Castro, Romariz e Cesar». Na serra do Pinheiro, em frente do Castro (na dita freguezia de Cesar), elle admoesta-nos de que «ha tambem vestigios de alicerces antiquissimos».

Do Leça, «o que parece certo — resume Pinho Leal — é que no tempo dos godos se dava a este rio o nôme de *Leza*, que, segundo alguns, é palavra phenicia. Em quasi todos os documentos gothicos se lhe dá só este nôme». Atraz dissera que «nas *Ardennes* (França), provincia de Namur, ha um rio chamado Lesse».

A certa altura da sua viagem de descoberta á roda do poema fragmentario de Avieno, Martins Sarmento incita-nos a que nos lembremos de que, havendo-as na costa occidental de Hespanha, nas costas cantabricas não ha ilhas, não se podendo ahi pensar nos Scopuli Trileuci. As ilhas de que fallava o roteiro, além de serem duas, não tres, se estavam deshabitadas, era por causa da sua pequenez, e elle não se esquecia de nos advertir que são ilhas no rigoroso sentido da palavra:

Circumlatrat pontns insulas duas,

«não havendo talvez n'esta advertencia nada de banal; sabe-se que os phenicios, pelo vocabulo ilha, tanto entendiam uma ilha como uma peninsula (Smith, *The Cassiterides*, pag. 52)». E os Scopuli Trileuci são rochedos, como o diz a sua denominação, aliás pleonastica, pois que *scopuli* e *leuci* são duas palavras de origem differente, que exprimem a mesma cousa, «vendo-se claramente que da ultima são representantes actuaes o *lech* e analogos das linguas chamadas neo-celticas, o portuguez *lage*, augmentativo *leichão*, plural *leichões*, nôme ainda hoje vulgar para designar alguns *scopuli* das nossas costas».

*

Abstrahindo da probidade litteraria, a qual sentencêa que não é das mais immaculadas nos seus ultimos expedientes, que lhe discerne, e que tem, a seu aviso, por attenuante a impossibilidade de conciliar as contradicções que elle proprio, consoante o suppõe, originara, ha a agradecer a Avicus — escreve Martins Sarmento — o escrupulo, voluntario ou forçado, de não adulterar o seu documento com informações d'outra fonte e de se adstringir unicamente aos seus textos. Diz:

Sendo assim, na *Ora maritima* temos os *disjecta membra* d'este velho auctor, e a reorganisação do seu roteiro, que consiste principalmente na restituição d'algumas estações ao logar primitivo, d'onde Avieno as deslocou, e na restituição d'algumas caracteristicas topographicas egualmente translocadas pelo

poeta — tarefa que já dissemos atraz estar feita e acabada — deve dar-nos em resultado um roteiro, nem mais nem menos obscuro que todos os escriptos d'esta natureza, sempre enigmaticos em virtude do seu archaismo, do vago das suas indicações, etc. O que elle não deve offerecer é o caracter absurdo e disparatado, que por culpa do poeta tem attrahido a este famoso documento os desdens da critica menos reflectida.

E' o que Martins Sarmento vai verificar. Por sua ordem. Primeiro: Promontorio œstrymnico, Columnas d'Hercules; segundo, *Veneris jugum, insulæ duæ;* terceiro, *Arvi jugum;* quarto, *Pelagia insula;* quinto, *Ophiusæ in oras prominens;* sexto, um golfo; engana-se na numeração, salta para o numero oitavo, *Cepressicum jugum.* Chega, assim, ao numero nono, *Insula Achale.*

> ... subjacet porro insula
> Achale vocata ab incolis (V. 183-4).

Depois de um minucioso e subtil debate, Martins Sarmento chega á conclusão seguinte:

Seja como fôr, que o promontorio Cepressico é o cabo de Espichel, a ilha Achale uma e a mesma coisa que a ilha dos Pætanios, e esta ilha a lingueta de terra onde se encontram hoje as ruinas de Troia, é o que pensamos não poder ser posto em duvida por ninguem.

Accrescenta ainda:

E, se não erramos, é ás turfeiras da bahia do Sado, que nos tempos antigos exigiriam as côres carregadas d'uma pintura, que hoje nos parece exaggerada, que se referem os seguintes versos:

. . . . . ægre est fides
Narrationi pre rei miraculo;
Sed quam frequens auctoritas sat fulciat.
Aiunt in hujus insulæ confiniis
Nunquam esse formam gurgiti reliquo parem
(Splendorem ubique quippe inesse fluctibus
Vitri ad nitorem, et per profundum marmoris
Cyaneam in undis esse certum imaginem est)
Confundi at illic æquor immundo a luto
Memorant vetusti; semper atque sordibus
Ut fæculentos gurgites hærescere. (V. 184-94).

Em nota Martins Sarmento dá estas informações de Nery Delgado, de quem outras, no mesmo fito, dera já:

Muitos dos nossos rios teem na região inferior do seu leito maior um deposito lodoso, que é immediatamente subjacente ás arêas soltas do littoral e geologicamente anterior ás alluviões que no seu regimen actual esses rios transportam. Em muitos pontos esse deposito está acima do nivel das aguas (campos e marinhas da Murraceira, em frente da Figueira), mas nas margens está occulto, descobrindo só na maré baixa (como se observa á entrada da Figueira), e mostrando um aspecto pouco agradavel e exhalando mau cheiro, pela decomposição da materia organica que encerra e animaes que alli viveram. E' a este deposito lodoso que está subordinada a turfa que, segundo o snr. Carlos Ribeiro me informou, apparece em muitos pontos da bacia do Sado, nomeadamente nas margens do Juncal, que vem desaguar n'este rio passando na Comporta, e tambem na parte descoberta na maré baixa entre a Comporta e o monte da Carrasqueira, em frente de Setubal. A maior parte dos lodos anegrados, que ficam a descoberto na maré vazia, e que estão indicados na carta chorographica pela convenção respectiva, diz o nosso amigo, poderiam chamar-se turfa impura.

Na collecção Panckoucke, a traducção que d'aquelles versos todos, a Achale referentes, apre-

sentaram em 1843 os snrs. E. Despois e Ed. Saviot, aggregados da Universidade, ex-alumnos da Eschola Normal, a seu turno transferida para nossa linguagem portugueza, é por este teor:

Abaixo (do cabo Cepressico) estende-se uma ilha denominada Achale pelos habitantes. E' difficil acreditar na narrativa que a seu respeito é feita, tanto a prodigio se achega; todavia, numerosas auctoridades o confirmam. Dizem que nas margens d'essa ilha jámais o mar é tam bello como elle o é por toda outra e qualquer parte: por toda a parte, com effeito, as ondas brilham com a rutilancia do crystal e, através a profundeza das aguas, claramente nos apparece uma imagem azulada; mas alli, no dizer dos antigos, um lôdo immundo turva o mar e espessas lhes faz as vagas immoveis.

Estudando ulteriormente a Argonautica, como «subsidios para a antiga historia do Occidente», Martins Sarmento adverte que noticias relativas á costa do occidente da Hespanha nenhuma nos ficou; ou, se sim, de tal sorte as desfiguraram os mythographos gregos com as suas deturpações que, a seu parecer, o mesmo é que se as não conservassem.

Exceptua apenas o episodio dos filhos de Deimacho Trieceu, que entram «para o navio phenicio» no mesmo logar e na mesma occasião em que sae o filho de Lycho. Para Martins Sarmento, boas razões ha para suspeitar que a navegação que os novos praticos vão dirigir comprehendia principalmente o trajecto do noroeste da Hespanha para o canal da Mancha; «e, como esse trajecto se fez

por alto mar, a terra dos filhos de Deimacho ha de ficar para áquem da Corunha, d'onde aquella travessia era feita».

Marcar-lhe, porém, a posição determinada era hoje impossivel com os dados de que dispômos. E em nota addita Martins Sarmento que as estações nomeadas no periplo phenicio do seculo VI, segundo a interpretação que lhe déra no seu estudo sobre a *Ora maritima* de Avieno, eram: ilha Achale, em frente da bahia do Sado; bahia do Tejo; ilha Pelagia, pelas alturas d'Aveiro; foz do Lima; ria d'Aroza (Padrão); Corunha, perto do promontorio Œstrymnis (Cabo d'Ortegal). Segundo o periplo, que tantas vezes tinha citado, os Argonautas phenicios deviam encontrar na Corunha a população que deu ao Ortegal o nôme d'Œstrymnis, e que depois emigrou para a Inglaterra. Martins Sarmento, no lance, e no fito de adequados desenvolvimentos corroborantes, remette seu leitor para o seu estudo sobre a obra d'Avieno.

*

No *Glossario* de Engelmann e Dozy, esta verba, notanda, apparece:

* CALAIM pg. (estanho indio) de. . . *(Calá'i)*, que vem, por sua vez, do malaio. . . *(kélang)*, *estanho*, ou então que é derivado de *Cala'a* (. . .), nôme d'uma cidade na India d'onde se tirava o estanho; vide Quatremère no *Journal des Savants* de 1846, pag. 731; Djawâlikî, pag. 125 do texto, e pag. 56, 57 das notas. Entre os arabes *cala'i* é ao mesmo tempo um adjectivo

e um substantivo. Edrîsî (Clim. I, Secç. VI) nomêa. . . . . ., « o estanho cala'î », entre os productos da China, e a mesma expressão se encontra no man. de Napoles do *Mosta'inî*, no artigo. . . . . Alhures lê-se n'este livro (art. . . .) . . . . . .
« . . . . . .

Para «Calaim, Calaîm», mandando ver «Estanho», Bluteau diz que é «estanho da India, mais fino que o nosso»; e cita as *Decad.*, fol. 7, de Couto, fol. 78, col. 5; «Prezam muito o estanho, ou *calaim*».

Que os jazigos de estanho são frequentes no nosso paiz, dizia-o no seu *Relatorio sobre a exposição universal de Londres de 1862* («Estudos geologicos, mineraes uteis e suas applicações, metallurgia e lavra de minas») o snr. J. A. C. das Neves Cabral, vogal da commissão de estudo e membro do jury internacional, mas que é quasi exclusivamente na Beira, Traz-os-Montes e Minho que elles se encontram additava.

Relativamente á provincia do Minho, os mais conhecidos dos seus jazigos estanniferos eram até então o de Rebordosa e o da serra do Marão, proximo ao logar de Anciães. As condições geognosticas d'estes dois jazigos e a sua constituição são inteiramente differentes e formam, por assim dizer, dois typos caracteristicos. O do Marão é constituido por filões estanniferos encaixados entre os schistos crystallinos amphibolicos, envolvidos pelas massas graniticas porphyroides, que se prolongam, por Amarante e Penafiel, até um pouco a oes-su-

doeste de Rebordosa, e que se estendem para oeste e para o norte por uma grande parte da provincia do Minho. O de Rebordosa consta de uma massa granitica, de grão fino muito friavel, encaixado entre o granito porphyroide da região, contendo oxydo de estanho, óra disseminado óra encontrado em zonas limitadas. Tanto d'este como do jazigo antecedente haviam ido áquella exposição de Londres exemplares que o competentissimo snr. Neves Cabral declara «notaveis: os de Rebordosa, pela excellente qualidade do minerio, e os do Marão, pela grandeza dos pedaços de oxydo de estanho, alguns dos quaes pezavam 1 libra». Proclamava-o o snr. Neves Cabral:

Quanto á provincia de Traz-os-Montes, ella é, inquestionavelmente, dotada de uma grande riqueza metallifera, da qual numerosos jazigos de estanho formam uma parte importantissima.

Em 1893, na collecção então publicada dos *Relatorios da exposição industrial portugueza em 1891 no Palacio de Crystal Portuense*, no referente á classe 1.ª («Productos de minas, pedreiras e mineraes diversos, devidamente preparados para serem entregues á industria»), no cap. II, respeitante aos «Minerios metallicos», o snr. João Augusto Barata repetia que «a provincia de Traz-os-Montes, abundante em minerios de ferro, antimonio, chumbo e cobre, é a região por excellencia do estanho», e elle, perante idoneo conspecto, assegurava «o mais auspi-

*

cioso futuro á lavra do estanho na provincia transmontana».

O systema de classificação para a exposição internacional do Porto em 1865, com que abriu o referido Palacio de Crystal Portuense, adoptou a seguinte divisa: *Ordo lumen accendit, deinde per lumen iter demonstrat;* sua primeira divisão destinou-se a «Materias primas e suas transformações immediatas». A classe primeira respeitava as «Minas, pedreiras e productos mineraes». Das respectivas sub-classes, a primeira (Metaes) abrangia duas secções: *b*) *Metaes preciosos* — platina, prata e ouro; *a*) *Metaes communs* — ferro, em seus differentes estados, comprehendendo o aço, chumbo, zinco, antimonio, bismutho, mercurio, nickel, cobre, estanho etc.

E o Catalogo official da Exposição, no districto administrativo de Bragança, inscrevia a Companhia de mineração d'estanho de Traz-os-Montes por um pacote com 6 barras d'estanho, extrahido em primeira fundição, pelo methodo imperfeito local; pertencente fòra á mina de Montesinhos. No districto do Porto, inscripto era o snr. Jorge Alberto Adolpho Leuschner, n'esta cidade residente, por 16 mineraes e 2 caixinhas com crystaes das minas de estanho de Ramalhosa e Portella da Goiva, Amarante; por 7 mineraes e 2 caixinhas com crystaes da mina d'estanho do monte Feital, Guarda; por 4 mineraes da mina d'estanho das Rodas do Marão, Amarante.

Marcando o estado natural do estanho, ensina-se

que o unico minerio de estanho é o bioxydo SnO^2, que se denomina *estannite*, *pyrite de estanho* — *cassiterite*, *pedra de estanho*, *mina de estanho*. O jazigo em filões ou acervos é nos terrenos mais antigos e nos de transição (Bohemia, Saxe e Cournouailles); mas tambem se encontra nas areias de alluvião provenientes do ataque das rochas estanniferas antigas (Peninsula de Malaca, Banka, Indias). O minerio acha-se associado a sulfuretos e arsenietos de ferro, chumbo, cobre etc. Em Portugal, adverte-nos o illustre chimico portuguez dr. Ferreira da Silva de que a cassiterite apparece de ordinario entre os granitos, ou em filões mais ou menos espessos, ou em areias de alluvião. Nos districtos de Bragança, Villa Real e Vizeu existem os principaes depositos, elle nos indica, em veias, cortando os schistos metamorphicos paleozoicos; e no primeiro d'estes districtos ha alluviões estanniferas. A' primeira categoria das estabelecidas, o sabio professor fixa-nos que pertence o minerio de Rebordosa, no districto do Porto.

As qualidades estanniferas da região são hoje mesmo notorias fóra de Portugal, e não só entre os mineralogistas, engenheiros e industriaes como até extranhas não se esquivam á inquirição dos eruditos, historiadores, litteratos, philologos e criticos.

Insufficiente é já, no que ao estanho toque, a marcação, para a peninsula iberica, feita pelo geologo e archeologo Gabriel de Mortillet, quando se deu ao estudo da formação da nacionalidade fran-

ceza. Em França, á conta do estanho portuguez, rigoroso informe lhe seria licito colher.

Dos engenheiros francezes eram então, com effeito, e são hoje mais ainda conhecidos o estanho e o wolfram portuguezes. Dos francezes philologos conhecido é o estanho portuguez, analoga e concorrentemente.

Alludo a passagem caracteristica do tom. I da obra notavel, editada por Armand Colin, em Paris, em 1902, e escripta por Victor Bérard.

Elle entende e ahi assevera que, seguramente, minas d'estanho fôram exploradas desde a antiguidade ao longo das costas hispanicas, «entre *Oporto* et Oviédo».

III

Eduardo Augusto Salgado — Diogo Kopke — José Gomes Monteiro.

Chegando ao ponto da introducção do christianismo nas Hespanhas, o francez Romey lembra-se do hespanhol Mariana, o qual, reportando-se a uma velha tradição, conta, «com uma incrivel e desesperadora confusão, e em um estylo d'uma prolixidade de fazer perder o folego», que o apostolo Sant-Iago, após haver soffrido o martyrio em Jerusalem, fôra encerrado pelos seus discipulos n'uma barca, a qual, abandonada ás ondas do mar da Syria, veio miraculosamente parar na embocadura do rio Ulla, na extremidade da Galliza, no sitio mesmo onde hoje está a cidade d'El Padron. Mariana fôra mais longe: nomeia todos os discipulos que Sant-Iago teve em Hespanha: Pedro, bispo d'Evora na Lusitania, chamado por outros Thesiphonto; Cecilius, d'Illiberis; Euphrasius, d'Illithurgis; Secundus, d'Abila; Indalecius, d'Urei; Torquatus, d'Acci; Esichius, de Cartesa, não longe de Asturica; final-

mente, Athanasio e Theodoro, que, segundo a tradição, lhe prestaram as honras derradeiras.

No Porto, disse, no seu catalogo dos bispos d'esta cidade, o lisbonense Rodrigo da Cunha, do Porto bispo, que a egreja de S. Pedro de Miragaya fôra edificada por S. Basilio, primeiro bispo d'aqui, e dedicada a S. Pedro, que ainda então vivia e viveu alguns annos depois, querendo-lhe S. Basilio com esta honra pagar a saude que recebera á porta chamada *Especiosa*. Concluira que este era aquelle côxo que alli estava, pedindo esmola quando por ella entrara este principe dos apostolos em companhia de S. João Evangelista. Porém, devendo elle «fallar com aquella circumspecção digna de uma materia tam grave», diz Agostinho Rebello da Costa que não póde concordar com essa opinião, «bem que abonada por tam doutos e respeitaveis escriptores», quaes, além de dom Rodrigo da Cunha, o padre fr. Luiz dos Anjos, eremita de Santo Agostinho e, em sua edição, o academico Antonio de Cerqueira Pinto.

A tradição da vinda e prégação de S. Thiago nas Hespanhas viria a ter, no ponto de vista especial, uma hoje quasi inteiramente ignorada impugnação por parte de antigo escriptor portuguez. Este foi fr. Miguel de Santa Maria, eremita augustiniano, mestre de theologia na sua Ordem, chronista da provincia e prior no convento de Santarem, como aquelle Antonio de Cerqueira Pinto, academico da Academia Real de Historia. Elle escreveu

a obra seguinte: *Voz da verdade, que, proferida pela bôcca dos antiquissimos e santissimos Pontifices Romanos; dos santos e antiquissimos Padres da egreja; dos martyrologios d'ambas as egrejas latina e grega; dos menos antigos, mas sapientissimos theologos e expositores, parte expressamente, parte por evidentes discursos, clama que não o apostolo S. Thiago maior, mas S. Paulo, maior apostolo que S. Thiago, e um dos dous principes dos apostolos, é o que illustrou Hespanha com as primeiras luzes do Evangelho.*

N'esta obra, que sahiu á luz em Lisboa em 1726, tracta o auctor de sustentar o que antes escrevera em uma *dissertação* latina, em a qual se pronunciara contra a opinião que tem por certa a vinda de S. Thiago á Hespanha. Os impugnadores a que responde são quasi todos hespanhoes, entrando, porém, n'essa conta o portuguez D. Jeronymo Contador de Argote, que tambem defendera mui expressamente aquella opinião, em a sua *Dissertação da vinda de S. Thiago a Hespanha, provada e sustentada com a doutrina do maximo doutor S. Jeronymo*, a qual foi escripta em 1726 e sahiu na *Collecção das Memorias e Documentos da Academia* do mesmo anno.

Prégado o christianismo em Hespanha, elle germinou fecundamente, não obstante rotinas e entraves, qual essa furiosa perseguição ordenada mau grado de Constancio Chloro e quasi que mau grado outrosim do proprio Diocleciano, a cujo nôme

se reporta. Mas a Hespanha era ainda quasi toda pagã antes de Constantino chegar ao imperio; de maneira que os perseguidores, crueis inimigos das novidades (era assim que a elles mesmos se qualificavam os defensores dos bons tempos passados), atormentando os christãos, dos Pyrineus ao Oceano, deparavam nas populações hespanholas, fortemente embebidas de paganismo, uma sympathia singular e um appoio que assustaram a minoria: as abjurações multiplicaram-se, havendo, sem embargo, martyrios, mas em assás pequeno numero. A Hespanha teve ahi a triste coragem de testemunhar n'um monumento publico a approvação que dava aos perseguidores.

Que pensaria a Hespanha catholica d'essa Hespanha freneticamente pagã? Não é para meditar este contraste historico que mostra nos hespanhoes atormentadores dos judeus, deicidas na pessoa do Christo, os netos dos hespanhoes atormentadores de seus proprios naturaes, por que reus do crime da crença christã? Assim fôra, na verdade, miserrimamente, e, como sempre, em vão.

Segundo o costume, e pela millesima vez, julgava-se haver-se *extincto* ou *anniquilado* a idéa que mais se não havia feito do que perseguir; julgava-se d'ella haver-se triumphado para todo o sempre — Romey o qualifica, no lance de transcrever a curiosa inscripção que traz Masdeu, em sua *Historia critica de España*, secção da *España Romana*, e que, segundo elle Romey, testemunha d'aquella approvação:

IIII Invicti: Caesares
Matri: Devm
Sacello
In. Dvrii Annuis. Ancone
Instrvete
Sub. Magnae Pasiphaes Nomine
Privatum Dianæ. Sacrum
Fordam. Vaccam. Albam
Immolavere
Ob. Christianam
Eorvm. Pia. Cura
Svppressam extinctamque
Svperstionem
Dioclec.
Maximian.
Galerius.
Et. Constantius
Imper. Avgggg. perpetu.

Tambem Rosseeuw-Saint-Hilaire reproduziu, com melhoria aqui, peoria alli, de correcção, a inscripção citada por Masdeu e tambem elle frisou que baldadamente o paganismo hespanhol, chamando o poder em seu auxilio, applaudia as proscripções e celebrava por sacrificios «a suppressão e a extincção da superstição christã». Elle, como Romey, transcreve, de sua sabia obra sobre a extincção do paganismo, as asseverações de Beugnot, o qual, com respeito á discutida inscripção, aventara que «esse acto de paganismo, de qual o virtuoso Constancio Chloro elle-mesmo é tornado cumplice, revela assás o fanatismo que reinava então na Lusitania».

As copias, tanto de Romey como de Rosseeuw-Saint-Hilaire (que nenhuma especifica tomo e pagina; são, respectivamente, o 5.º, 372-373), estão imperfeitas; a traducção que dá Masdeu é assim:

Los quatro Cesares Invictos, Emperadores, Augustos perpetuos, Diocleciano, Maximiano, Galerio y Constancio Cloro, habiendo edificado una capilla à la madre de los Dioses en este recodo del rio Duero, bajo la proteccion de la gran diosa Pasifae hicieron un sacrificio à Diana, cuya victima fuè una baca blanca preñada, en memoria de haber con su celo religioso suprimido y extinguido la supersticion Christiana.

Não podemos duvidar da legitimidade d'esta inscripção — adverte Masdeu — porque a lapide original se encontra em Tera, pequena aldeia de Castella, *à poca distancia de los manantiales del Duero.*

Quanto ao ponto restricto da introducção do christianismo na Hespaha, não teve do lusitano Miguel de Santa Maria conhecimento o bretão Ernesto Renan, ao escrever o seu livro de *S. Paulo,* que se encerra pela carta, segundo os dados pelo historiador fornecidos, levantada em 1868, em Berlim, pelo geographo Henrique Kiepert. Esse volume de *S. Paulo* é o terceiro da série das *Origens do Christianismo.* Os dois primeiros fôram para portuguez traduzidos pelo portuense Eduardo Augusto Salgado, de quem novamente me recordou o recente fallecimento de Heliodoro Salgado.

Jornalista, filho este era de jornalista; e litterato, filho e neto de litterato elle era. Porquanto seu pae, Eduardo Augusto Salgado, do Porto natural, dedicando-se á vida periodistica, foi n'esta cidade em 1863 redactor da *Emancipação*, e era collaborador effectivo do *Commercio do Porto*, quando falleceu nos principios de janeiro de 1870, contando apenas 37 annos de edade. E seu avô, José Augusto Salgado, bacharel formado pela Universidade de Coimbra, secretario da Academia Polytechnica do Porto, e tenente de um batalhão provisorio durante o cerco d'esta cidade em 1832 (que nascera em 1807 na quinta de S. Marcos, em Villa Nova de Gaya, sendo filho de João Salgado de Almeida e de D. Francisca Felicía da Silva Salgado), compoz e fez imprimir em 1841 a sua *Bibliotheca Lusitana Escolhida*, que se apresenta como um catalogo sendo dos escriptores portuguezes de melhor nota, quanto a linguagem, com a relação de suas principaes obras. José Augusto Salgado explica, em um prologo, os motivos que a seu trabalho o determinaram. Diz elle:

A lingua portugueza, tam copiosa em palavras, tam rica em conceitos, tam abundante em phrases e sentenças, tam propria para todos os estylos, tem sido de tal maneira viciada por muitos escriptores que lhe introduziram vocabulos e phrases espurias e de sua lavra que muitas de suas bellezas nativas lhe teriam sido roubadas, e até por tempo esquecidas, se homens amantes da litteratura patria não houvessem tido o arrojo de pôr barreiras á sua corrupção.

Ao lado dos antigos (Diniz, Filinto, Garção) aponta José Augusto Salgado os modelos que aos estudiosos se deparam nas paginas dos modernos, como Castilho e Alexandre Herculano.

De Eduardo Augusto Salgado fazendo menção, lastíma Innocencio que a falta de informações lhe tolhesse, na verba idonea, ser mais extenso, impossibilitando-o talvez da enumeração de mais alguns trabalhos que o litterato portuense houvesse até á data publicado. E, com effeito, escrevendo em 1870, o esmerado bibliographo não dá noticia do volume *Versos e Fantasias*, que em 1863 Eduardo Augusto Salgado déra á estampa e que, além de composições de sua inventiva propria, encerra traducções em verso do francez e do allemão, de Béranger, Lamartine, Mathissom, Klopstock.

Convivia Eduardo Augusto Salgado com os mais distinctos da brilhante pleiade portuense sua coeva, conforme o attestam as dedicatorias de varios de seus escriptos, ao pintor Rezende, a Guilherme Braga, a Vieira de Sá, com quem, sobre a undecima edição, emprehendeu em 1864 a traducção da *Vida de Jesus*, de Ernesto Renan; em 1866 sahia, já traduzida tam só por elle Salgado, a continuação d'este livro celebre, *Os apostolos*, o segundo dos tomos da obra que Renan dedicaria ao estudo da historia das origens do christianismo.

Tomando parte com outros escriptores na polemica litteraria que em 1865-1866 se suscitou, provocada pela carta de Anthero de Quental *(Bom-*

senso e bom-gosto), endereçada a Antonio Feliciano de Castilho, que deu origem á chamada «questão coimbrã», Eduardo Salgado publicou a este proposito e por essa occasião um opusculo, intitulado *Litteratura de ámanhã;* o titulo contrapõe-se ao do opusculo, no mesmo pleito, d'outro jornalista portuense d'então, *Litteratura de hoje*, por José Duarte Ramalho Ortigão. As ideas humanitarias de Eduardo Salgado nutrem o seu folheto, que propugna pela causa da instrucção popular; elle déra o exemplo de propagandista, fazendo em um compendio adequado uma clarissima exposição, para todos, do systema metrico, quando este era ainda, para nós portuguezes, designado, 1859, como o «systema legal francez».

Um irmão mais velho de Heliodoro Salgado, muito illustrado e culto, se encontra de ha longos annos no Brazil e d'elle falla o fallecido no preambulo do seu ultimo livro publicado, ácerca do dogma da immaculada conceição; e um irmão mais novo foi meu companheiro de exilio em Hespanha e é um dos signatarios do Manifesto dos emigrados, de Madrid. De Hespanha foi para o Brazil, onde ainda reside ao presente e é um professor de ensino livre, diligente e zeloso. Professora era-o tambem, e intelligentissima, uma irmã de Heliodoro Salgado, a qual, tragicamente, estava destinada a succumbir na grande catastrophe do theatro Baquet.

Devo a Heliodoro Salgado (a quem é endereçado, sob a fórma de cartas da occasião, o meu livro das *Notas do exilio)* testemunhos de affeição

que me captivam e penhoram, como ainda ultimamente o artigo, hyperbolicamente amavel, que, com motivo de minha hesitante convalescença em minha doença passada, escreveu no seu ultimo jornal portuense. E da folha da *Voz Publica* foi, durante largo lapso, Heliodoro Salgado um dos collaboradores mais instruidos, mais devotados e mais assiduos. Duplamente me julguei obrigado, pois, á data a uma singela homenagem publicada, pallido reflexo da impressão profunda que me causara a noticia brusca da sua morte.

D'elle fui collega nos jornaes republicanos do Porto *A Folha Nova*, *A Discussão;* commigo, elle foi um dos fundadores do Club de Propaganda Democratica do Norte; trabalhamos juntos em eleições populares e juntos nos encontramos, em Lisboa, nas indignadas aspirações que vivamente provocou a injuria britannica do *ultimatum* de Salisbury. Não quero fallar já da camaradagem litteraria nem das affinidades philosophicas que nos comprehendiam, sob as divergencias individualistas, a todos os que sacudira a anciedade revolucionaria, proximamente explicita em Proudhon, que Salgado lia com fervôr.

No Alto-de-San João se enterrou o cadaver do nosso collega e camarada; a manifestação em seu funeral foi imponente; no cemiterio, de Heliodoro Salgado disseram oradores eminentes; a um humilde jornalista ficasse, na memoria saudosa do morto, o dizer succintamente dos meritos de sua distincta familia.

E, tendo fallado de Angelo Salgado e Augusto Salgado, d'outro irmão de Heliodoro Salgado não fallara ainda, de Frederico Salgado, que, indo de Portugal para o Brazil em 1878, na então provincia de Minas se bateu valentemente, como muito poucos brazileiros o fizeram, pela causa da republica, do livre-pensamento e da liberdade do escravo. O *Correio de Barbacena* e o *Leopoldinense,* de que foi director, o attestam. «Fallecido em 1889, esse teve, ao menos, o prazer de sobreviver, embora por um mez só, á monarchia. . .», m'o memora o secretario da Eschola Agricola Luiz de Queiroz, que me pede este acto de justiça a favor de um morto que muito luctou, tudo sacrificando pelas suas idéas.

Esta volta ao thema me faz pensar um affligido momento de novo na horrenda desgraça do theatro Baquet, em que succumbiu a irmã de Heliodoro Salgado.

Cantava-se a opera-comica capital de Maillart e dirigia o espectaculo Cyriaco de Cardoso.

Portuense de nascimento, tambem o era de sentimento e affeição este distincto musico, auctor de composições de camara, delicadissimas, e de operetas espertas e vivas, como o *Burro do Sur. Alcaide* e o *Solar dos Barrigas.*

Uma opereta tambem escrevera outro musico eminente, Miguel Angelo, natural do Porto e pianista insigne, como o portuense pianista eximio Arthur Napoleão. D'essa opereta *(Na lua)* fòra librettista Manuel Maria Rodrigues, de Valença do

Minho. Mas da grande opera de Miguel Angelo, *Eurico*, o librettista fôra o poeta Pedro de Lima, do Porto.

Este, auctor foi do livro de versos *Occasos*, no Porto, em 2.ª edição, em 1867 editado pelo excellente traductor portuense dos *Miseraveis*, de Victor Hugo, A. R. de Sousa e Silva.

Do remotissimo ponto, porém, estas lembranças modernas largo nos removeram. Reatemos prestes o fio.

*

Constantino puso muchos Obispos en muchas cibdades, que los non havia antes: et digeronle que España era buena tierra, et bien poblada, et havia muchos Cristianos, et non havia Obispos: et el tomó consejo, que faria? et hove por bien partir à España en seis Obispos, et que sin embargo et sin miedo mostrassen la Fé de Jesu Cristo: et mandolos venir ante el: et dió al primero que fuesse Obispo de Narbonna: et diòle con ella seis cibdades, que hoviesse de vêr et castigar quanto en fecho de las animas. Et las cibdades han nombre la I. Pentis, et la otra, etc. Et el segundo Obispo dió à Braga, è otrosi muy grandes et buenas cibdades, et la primera es Dourian et el Puerto de Portogal, etc.

Assim se diz em obra de que o transcriptor — o R. P. M. fr. Henrique Florez — exara que até hoje — 1756 — se não sabe onde pare manuscripto algum na lingua arabe em que fôra escripta; no anno de 1239 havia-o em Toledo, como se infere do que adiante se diria.

No seculo seguinte constava achar-se tambem em Portugal, porque, em tempo do rei D. Diniz, e de sua ordem, refere Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, que se traduzira na lingua vulgar.

André de Rezende, na carta a Kebedo, diz que a traduzira um architecto, tambem mouro, chamado Mahomet, ajudado pelo licenciado Gil Perez.

Não se deu o aliás escrupulosissimo Henrique Florez ao cuidado de consultar, a proposito de Gil Perez, a *Bibliotheca Lusitana*, na verba respectiva, como a consultara no v. *Diniz*. Se o fizesse, ahi veria que de Gil Perez, capellão de Pedro Eannes de Portel, filho de João de Avoim, insigne varão e illustre cavalheiro, Barbosa Machado diz que floresceu no reinado de D. Diniz, sexto rei de Portugal, e que fôra muito perito na lingua arabia, da qual traduzira em a portugueza, «juntamente com o Mestre Mafamede», a chronica de Hespanha, que compuzera o mouro Razis, chronista de Miramolim, rei de Marrocos e de Cordova, conforme a Egira dos mouros em o anno de 366 e em o de Christo 957.

O titulo da obra traduzida era o seguinte: *Livro composto por Razis, chronista de Miramolim de Marrocos; por seu mandado e foi tirado da lingua Arabia em Portuguez por Mestre Mafamede, e a escreveu Gil Pires, Clerigo de Pedreanes de Portugal.*

Começava o primeiro capitulo assim:

*

Ha em Espanha quatro serras que atravessam a terra de mar a mar, e nenhum rio nem valle em parte nenhuma d'estas serras.

Uma copia se conservava na bibliotheca do conde do Vimieiro.

Da obra e do traductor, Barbosa Machado recorda que menção fazem Rezende, *Hist. das Antig. da Cid. de Evor.*, cap. XI e na *Epistol. ad Kabed.*, Coloniæ apud Mylium, 1660, a pag. 164, e na *Hispan. Illustrat.*, tom. II, pag. 1:006; D. Nicolau Antonio, *Bib. Hisp. Vet.*, lib. 6, cap. XII, §§ 283 e 284; e o então moderno addiccionador da *Bib. Geograph.* de Ant. de Leão, tom. III, tit. unic., col. 1:147.

Sobre o tempo em que Razis escreveu adverte Henrique Florez que erraram alguns, por não saberem reduzir os annos dos arabes ou por não haverem manejado o referido livro. Ponto está que no remate d'elle se diz expressamente que, quando o Miramolim recebeu o escripto, *andava a Era dos Mouros em trezentos e sessenta e seis annos*, e assim estava concluido no anno 977, com o qual concorreu, no seu mór espaço, a Hegira 366, pois começou terça-feira 29 de agosto de 976.

No artigo dedicado ao rei D. Diniz, Barbosa Machado dissera que, como fautor que foi das artes e sciencias, não sómente as praticara com profundidade mas as promovera com disvelo, mandando traduzir alguns livros na lingua materna, para que a sua licção fôsse universalmente proveitosa, como

fôram a «Historia do mouro Razis, *chronista d'el-rei Almançor, de Cordova*, etc.»

Ambrosio de Morales (livro XII, cap. LXVIII) discorrera que d'aquella traducção portugueza viria á lingua castelhana aquell'outro exemplar que um castelhano teve; e a Academia Valenciana prevenira de que imprimiria o escripto d'esse mouro, com notas marginaes do snr. Perez, bispo de Segorbe; «*y entonces sabràn todos el juicio que se debe formar*».

Entretanto, juizo se forme desde já de que a divisão de provincias ecclesiasticas attribuida ao tempo de Constantino Magno é apocrypha e extrahida d'esse escripto d'aquelle mouro Razis, Abubenque Mahomat, historiador do Miramolim Dalharab, para cuja instrucção e de cujo mandato elle escrevera tal historia e descripção de Hespanha.

Do Porto, consequentemente, se conclue que não era esta terra séde episcopal no tempo dos romanos.

Mas a primeira divisão de metropoles que se depara em historiadores hispanicos como dimanada da auctoridade civil: do teor d'essa seja, consoante a topamos na *Cronica general*, d'onde se dilatou. Este relato, traduzido para nosso idioma, manuscripto se conservara até 1863, data em que em Coimbra, na imp. Litteraria, se começou a imprimir, em fol., direitos de impressão e traducção reservados, á custa do conselheiro Antonio Nunes de Carvalho (lente jubilado na faculdade de direito pela Universi-

dade da mesma Coimbra), que fielmente o copiara do original que se guarda na bibliotheca por então imperial de Paris; não passou, porém, de pag. 192 a impressão d'este *inedito*, que é precedido de uma dedicatoria a uma irmã do editor, a esta dedicatoria seguindo-se brevissima noticia do codice com a sua descripção: *Historia geral de Hespanha, composta em castelhano por el-rei de Leão e Castella D. Affonso, o Sabio, trasladada em portuguez por el-rei D. Diniz ou por seu mandado, e continuada na parte que diz respeito a Portugal até ao anno 1445, no reinado de el-rei D. Affonso v.*

De todos os trabalhos litterarios de Antonio Nunes de Carvalho só conhecia, até 1858, estampado Innocencio com o seu nôme o *Roteiro da viagem que fizeram os portuguezes em 1541 de Gôa a Suez, por D. João de Castro*, que elle déra á luz em Paris em 1833, «precedido de um douto e noticioso prefacio, e seguido de breves, mas eruditas notas».

No Porto, em 1843, de D. João de Castro, e segundo manuscripto autographo, foi publicado o *Primeiro roteiro da costa da India, desde Gôa até Diu, narrando a viagem que fez o vice-rei D. Garcia de Noronha, em soccorro d'esta ultima cidade, 1538-1539*, pelo «capitão da terceira secção do exercito, lente da Academia Polytechnica do Porto» Diogo Kopke, natural da mesma cidade do Porto e morto a 25 de Fevereiro de 1844, contando apenas 36 annos de edade.

*
* *

Pela erudição se distinguiram no Porto coevos do Porto filhotes egregios, como José Gomes Monteiro, o «bibliophilo Joseph» do folhetim espirituoso que ácerca do theatro lyrico portuense primevo Camillo Castello-Branco transcreveu em annotação á sua novella da *Sereia*. Nos *Ecos da lyra teutonica* elle deu a conhecer aos portuguezes os poetas romanticos da Allemanha, e a sua imaginação poetica conciliou-se com o seu saber de erudito, ou divagando, em carta a Thomaz Norton, sobre a situação da ilha dos Amores, no poema de Camões, ou congeminando sabias decifrações positivamente historicas ácerca da novella cavalleiresca do *Amadis de Gaula*.

José Gomes Monteiro outrosim entreteve seus ocios doutos em reedições prestimosas; o mesmo, Diogo Kopke. De seus *Apontamentos archeologicos*, a *Revista Litteraria*, em seu tom. v, disse:

> As memorias conteudas n'estes *Apontamentos* são tam recheadas de erudição historica e paleographica, fundidas pelo molde da mais apurada critica, que assás denunciam no auctor aquelle habito intelligente que torna familiar e facil o distinguir em materias diplomaticas a verdade da impostura ou da impericia e inadvertencia.

Tarde em Portugal se radicou este habito. Este foi o paiz da credulidade: os falsarios aqui encon-

traram illusos. A Hespanha nos acompanhara em abusões, que afinal não fòmos dos ultimos, por honra nossa, felizmente a espancar.

Assim, por ex., proseguindo:

Além da divisão de bispados attribuida ao imperador Constantino, no tempo de Flórez se tinha commummente por authentica outra que se attribue a um concilio de Lugo, celebrado no tempo dos suevos; porém esta não foi geral a todo o continente, senão só para o dominio dos suevos, que comprehendia a Galliza, Asturias e parte da Lusitania. Attribuida era esta divisão a um concilio de Lugo, em que, afóra outras coisas, se erigiu uma nova metropole, se regularam os limites que devia ter cada bispado e se fundaram de novo algumas sés.

Este concilio perdera-se ou, pelo menos, não se havia encontrado até então mais que o fragmento d'uma parte historial, que se acha em uma copia, e que occulta esteve tambem até remate do seculo XVI, em que a publicou D. Garcia de Loaysa, em sua obra de concilios, impressa em Madrid em 1593.

Do concilio se encontra menção no pleito que o arcebispo de Santiago teve com o de Braga em tempo de Innocencio III, cuja sentença Florez põe no appendice II do tom. IV de sua *España Sagrada*. Antes o mencionara o *Chronicon Iriense*, e crê Florez que esta é a memoria mais antiga d'elle. D. Lucas de Tuy falla do mesmo synodo, depois da era de 704.

Post Vandalos. João Vaseo tracta do fragmento que resta, como que existia no archivo da egreja de Braga. Loaysa diz que o recebeu do bispo de Lugo, D. Juan Ruiz e que, por motivo de sua auctoridade, se moveu a dal-o ao publico. Ambrosio de Morales menciona-o como existente em Lugo, porém só lhe copiou a primeira clausula (liv. II, cap. LIX).

Nos demais auctores não tam só se lhe dá nôme de escriptura como principalmente de concilio, suppondo-se como coisa inconcussa a divisão de bispados e o restante que n'ella se menciona.

O moderno — na sua epocha — lusitano Pereira da Silva (assim se expressa Florez), admittindo a legitimidade da substancia, accrescenta que a escriptura em que se acha não é original.

Antes, porém, de fallar d'isso, é preciso — adverte Florez — exhibir a escriptura, que passa a transcrever de Loaysa, pag. 128, de quem a tomaram os demais. E nós da transcripção de Florez tomaremos, restrictamente, a repartição que coube a quem óra nos interessa. Quando:

etiam in ipso concilio alias sedes elegerunt, ubi episcopi ordinarentur: sicque post hæc pro unaquaque cathedra diœceses et parochias divisserunt, ne inter episcopos contentio aliquatenus fieret: id est:

. . . . . .

Ad Sedem Portugalensem *in castronovo ecclesias quæ in vicino sunt: Villanova, Betania, Visea, Mentuno, Torebia, Baubaste, Benzoaste, Lumbo, Nescie, Flapolet, Curmiano, Cagvesto, Leporeto, Melga, Taugobia, Villagomedea, Tanvase;*

item pagi Labrencio, Aliobio, Vallacia, Truluco, Cepis, Flandolas et Palentiaca.

. . . . . .

A l Conimbricensem, . . . *et* « *Portucale castrum antiquum* ».

Mas que esta escriptura não fôsse instrumento original, o notara já Pereira, no fim das « Memorias do bispado da Guarda », na Dissertação Exegetica, Nota III, num. 18.

Assenta Florez que esta escriptura não é do tempo dos suevos e addita logo que nem é tambem do tempo dos godos, mas sim posterior a estes. E depois d'isto haver escripto achara o mesmo conceito e resolução no padre Contador de Argote, em suas «Memorias do Arcebispado de Braga» (tom. II, liv. 4, cap. VII, pag. 755), onde elle conclue que tal fragmento não se escreveu governando os suevos, nem mesmo os godos, senão tam só já em tempo dos reis das Asturias (num. 1.254).

Procede seguidamente Florez, com a sua perspicacia e bom-senso habituaes, a inquirir do tempo a que se deve reduzir o concilio de Lugo, e o primeiro e segundo Bracharense, apurando-se no lance o ponto, connexo e determinativo, dos reis que dominavam por então na Galliza.

De suas investigações doutissimas resulta que o concilio de Lugo se deve assignalar depois do anno de 561, em que se teve o I de Braga, e antes do de 572, em que foi o II; porém em que anno determinado, não era facil estabelecel-o.

Sobre o rei que fizera congregar este, e os dois

concilios bracharenses, devolve Florez o leitor para o seu tom. II, a partir da pag. 144. O auctor dos *Anales de Galicia*, D. Francisco de la Huerta y Vega, dissera no seu tom. I, que o concilio I de Braga se teve em tempo de Ariamiro, successor de Theodomiro I, filho de Carriarico; o synodo de Lugo reinando Theodomiro II; e o segundo de Braga no tempo de Miro. Não convem n'isto Florez e largamente, a proposito, se explica.

Commentando as obras do Turonense (liv. I *De Miraculis S. Martini*, cap. II), tam arredio andara Ruinart de admittir dois Theodomiros que nem sequer a Carriarico quiz reconhecer e disse que, se bem que a maioria dos mss. punham este nôme, não houvera tal rei e que elle o mesmo fòra que Theodomiro, ou Ariamiro, pae de Miro, additando que Miro foi o filho do rei suevo, sarado por S. Martinho, como infere do liv. 4, cap. VII da «Historia do Turonense», onde diz: *Miro rex in civitate illa in qua decessor ejus basilicam S. Martini ædificaverat.*

Escreve Florez:

Mas, com sua licença, digo que não permitte estas identidades a chronologia posta no tomo II, segundo a qual Carriarico foi diverso de Theodomiro, e este foi o sarado, não Miro, sem que prove o contrario o texto do Turonense, porque a palavra *decessor* não recahe precisamente sobre o pae de Miro, senão sim sobre o avô; e, assim, cessa, de todo o argumento.

Satisfeito, decerto, por tam rapida quam cortantemente se ter visto livre delle, volta a devolver seu

leitor para o seu Tomo II; especifica part. 2, cap. I.

E, no immediato § III do cap. 3 d'este seu Trat. tambem 3, passa a mostrar não ser certo que em Lugo se tivesse concilio para divisão de bispados e augmento de metropole, com o que apura, em remate, qual o motivo de equivocação sobre a introducção d'este concilio. O § V explana os motivos que mostram não fazer fé a escriptura em que se estriba o concilio de Lugo. E o § VII, frisando que a Galliza, na sua maior extensão, nunca teve mais do que treze bispados, enumera que egrejas se fizeram episcopaes no tempo dos suevos. Anteriormente, no § VI, Florez propuzera e examinara outra escriptura que se topa com o nôme de novo concilio em Lugo, dita por uns concilio II de Lugo e por outros concilio quarto. «Não devemos omittir sua relação, pois me persuado que são ambas d'uma mesma officina, e uma aclara mais os fins da outra». Esta fôra aquella escriptura cuja cabeça copiara Morales, por ser, como elle diz (l. II, cap. 62), *muy linda.*

Na III de suas *Peças justificativas* ao texto de seu tom. I, Rosseeuw-St.-Hilaire, para dar uma idéa flagrante da terrivel crise da invasão dos barbaros na peninsula, apresenta as actas do concilio de Braga, em 411, as quaes «offerecem um ingenuo e curioso quadro das miserias da egreja hespanhola e da piedosa resignação de seus bispos». Depois do que, apresenta ainda a carta, escripta por Arisberto

(que não diz quem seja, mas que fr. Bernardo de Brito dissera (cap. II do livro VI da *Monarchia Lusitana)* que «devia ser o bispo do Porto assignado com os mais nos decretos do concilio») a Samerio, arcediago de Braga, a qual «completa aquelles annaes do concilio». Esse fôra o primeiro concilio de Braga.

Mas em 1723, em Lisboa, por Paschoal da Silva, sahira, fol., escripta por Manuel Pereira da Silva Leal, presbytero e freire professo na Ordem Militar de Christo, mestre em artes, doutor em canones e lente da mesma faculdade na Universidade de Coimbra, academico da Academia Real da Historia, sahira a publico a *Dissertação exegetica-critica, em que se prova ser fabuloso o supposto primeiro concilio de Braga, citado por fr. Bernardo de Brito.* Este trabalho anda tambem incorporado na *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia* d'esse anno, e mais tarde tornou a sahir como *Appendice* no fim da obra *Memorias para a historia ecclesiastica do bispado da Guarda. Parte primeira. Comprehende em dous tomos o que pertence áquelle bispado, em quanto a sé episcopal residiu na cidade da Idanha, desde a sua fundação até ser extincto pelos mouros. Tomo I,* que sahiu em Lisboa, por José Antonio da Silva, em 1729, sendo as ultimas 121 pag. preenchidas com o *Appendix*, contendo áquella *Dissertação*, da qual a Innocencio parece que por essa occasião se tiraram tambem em separado alguns exemplares, e não chegando a publi-

car-se o tomo II, d'essas *Memorias*, «talvez em rasão da morte do auctor», a qual succedeu prematuramente em 22 de Outubro de 1733, estando Manuel Pereira da Silva Leal no 39.º anno de sua edade.

Em Lisboa, na Regia Offic. Typ., em 1773, sahiu, em 4.º, escripta por seu *Auctor Lusitano Philopatrio*, uma *Dissertação critica e apolegetica da authenticidade do primeiro Concilio bracharense, celebrado em 411, vindicada contra os vãos esforços, que para provar a sua supposição fizeram Gaspar Estaço, o P. M. Macedo, o dr. Manuel Pereira da Silva Leal, e ultimamente um sabio moderno.*

Este *Lusitano Philopatrio* foi D. fr. Ignacio de S. Caetano, carmelita descalço, primeiro (e unico) bispo de Penafiel, e depois arcebispo titular de Thessalonica, confessor da rainha D. Maria I e seu ministro assistente ao despacho; e o *sabio moderno* a que se allude explica Innocencio que era o padre Antonio Pereira de Figueiredo, que escrevera uma *Dissertação* concernente a mostrar a falsidade da existencia do referido concilio, a qual não chegou a vêr a luz, por lhe ficar supprimida na Meza Censoria, quando sollicitava as licenças necessarias para a impressão d'ella.

E não faltou quem dissesse que o proprio D. fr. Ignacio de S. Caetano fôra o que se empenhára, pondo em obra os meios e influencia de que gosava, para obstar á publicação. De modo que sahiu a refutação, sem que então nem depois apparecesse a obra refutada!

Apparecendo a lume a *Monarchia Lusitana*, logo em 1616, em Lisboa, por Jorge Rodrigues, sahiu, em 4.°, escripto por Diogo de Paiva de Andrade o *Exame de antiguidades. Parte primeira. Repartida em doze tractados, onde se apuram historias, opiniões e curiosidades pertencentes ao reino de Portugal, e a outras partes, desde a creação do mundo até o anno 3403*, obra esta em que o auctor censurou, no fito de as convencer de falsas, as opiniões do fr. Bernardo de Brito, seguidas em varios logares d'aquella *Monarchia Lusitana*.

Em defeza de Brito sahiu a campo um amigo e confrade, fr. Bernardino da Silva, o qual escreveu a *Defensão da Monarchia Lusitana*, cuja *Primeira parte* appareceu em Coimbra, por Nicolau Carvalho, em 1620, e a *Segunda parte*, em Lisboa, por Pedro Craesbeeck, em 1627.

Mas, quanto restrictamente ao ponto em foco, no tom. IX da *Revista Litteraria do Porto*, pag. 318 ess., publicou um estudo ácerca da *Serie dos bispos do Porto, e d'aquellas pessoas a quem falsamente se prodigalisou o titulo de bispos da mesma cidade, no periodo do primeiro seculo da Igreja até ao fim do septimo seculo* Antonio de Almeida, formado em medicina pela Universidade de Coimbra, medico do partido da camara na cidade de Penafiel e socio da Academia Real das Sciencias, em cuja collecção de *Memorias* inseriu (no tom. XII, parte I) um estudo sobre os *Erros historicos-chronologicos de Fr. Bernardo de Brito na Chronica de Cister, correctos em 1834.*

Porém no tomo III da *Collecção de Mem. da Acad. R. de Hist.*, anda, desde pag. 105 e o appendice dos documentos desde pag. 195, a *Dissertação apologetica em que se defende a verdade do primeiro Concilio Bracharense, descoberto e dado á luz por Fr. Bernardo de Brito etc.*, a qual, escripta pelo padre Francisco Leitão Ferreira, academico da Academia Real da Historia, em Lisboa, por Paschoal da Silva, sahiu, em fol., em 1723, no seu trabalho aquelle beneficiado pugnando pela verdade d'esse concilio e «respondendo a todas as objecções que se lhe oppuzeram, que não fòram poucas». Assim se expressa o Academico supranumerario da mesma Academia Real da Historia Portugueza, Antonio Cerqueira Pinto, que accrescenta que n'este particular ponderara já largamente, «em especulativo estudo academico» as rasões que concorreram para que, na segunda parte da *Monarchia Lusitana*, de fr. Bernardo de Brito, quando sahiu á luz, não viesse n'ella fielmente copiado o dito concilio na fórma em que o achou.

Quanto á objecção fundada (a respeito de no referido concilio se dar a Panchraciano tambem o titulo de *Archiepiscopus primæ sedis)* na intelligencia de que o titulo de arcebispo era, no tempo d'este concilio, ignorado em Hespanha e o fòra até o da entrada dos mouros n'ella, Antonio Cerqueira Pinto, além de fr. Francisco de Bivar, soccorre-se do padre fr. Manuel Leal (de Barros), no *Crysol purificativo, em que se apura o monacato do grande*

patriarcha e doutor principal da igreja Sancto Agostinho, e a successão continuada da ordem eremitica, que instituiu em Africa, e seus discipulos introduziram n'esta provincia lusitana (Lisboa, 1674), e reverentemente «das aureas doutrinas que expende o doutissimo academico o illustrissimo D. Francisco de Almeida» (Mascarenhas).

Elle as expendera na sua obra: *Apparato para a disciplina e ritos ecclesiasticos de Portugal. Parte I. Na qual se tracta da origem e fundação dos patriarchados de Roma, Alexandria e Antiochia, e se descreve com especialidade o patriarchado do occidente, mostrando: que as Igrejas de Hespanha lhe pertenciam por direito particular; e por occasião d'esta materia se disputam bastantes questões, pertencentes á disciplina ecclesiastica, curiosas e não vulgares.* São 4 tomos, impressos em Lisboa de 1735 a 1737.

Em 1733, em Lisboa, de D. Francisco de Almeida (Mascarenhas) appareceu a *Primeira dissertação critica contra as* «Memorias do bispado da Guarda» *sobre alguns pontos da disciplina ecclesiastica de Hespanha.* Ella sahiu tambem no tomo XII da *Collecção de Memorias e Documentos da Academia de Historia.*

*

De obra que rapidamente vamos apontar fizeram a censura, para a licença do Santo Officio, o M. R. P. M. João Col, da Congregação do Oratorio de Lisboa, qualificador do mesmo Santo Officio, e o M. R. P. M. frei José Pereira de Sant'Anna,

religioso da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, jubilado na Sagrada Theologia, e na mesma faculdade doutor pela Universidade de Coimbra, consultor do referido Santo Officio, ex-provincial e chronista geral da sua Ordem n'estes reinos e dominios.

Com effeito, além de *Os dous Atlantes da Ethiogia, Sancto Elesbão, imperador* XLVII *da Abyssinia, advogado dos perigos do mar, e Sancta Ifigenia, princeza da Nubia, advogada dos incendios dos edificios,* dois tomos, tendo o primeiro no fim o *Sermão* prégado pelo auctor na collocação das imagens dos mesmos sanctos; além da *Vida da insigne mestra do espirito, a virtuosa madre Maria Perpetua da Luz, religiosa carmelita do convento de Beja,* um fol.; além de diversas obras asceticas que vêm mencionadas na *Bibl.* de Barbosa, as quaes por brevidade Innocencio omitte, «por não serem hoje lidas nem procuradas», frei José Pereira de Sancta Anna, confessor da rainha D. Maria I quando princeza e das infantas suas irmãs, natural da cidade do Rio-de-Janeiro, publicou dois tomos de uma *Chronica dos Carmelitas da antiga e regular observancia n'estes reinos de Portugal, Algarve e seus dominios,* dando-se o caso de que, segundo declara fr. Miguel d'Azevedo, da mesma Ordem, em uma obra manuscripta, varia vez por Innocencio citada, pereceram no incendio do convento do Carmo, por occasião do terramoto de 1755, não só os manuscriptos dos tomos III e IV d'essa *Chronica*, que estavam prestes a imprimir-se, mas tambem todos

os documentos originaes que haviam mandado os conventos da provincia, sem deixarem d'elles copias nos seus archivos, com o que se tornara impossivel a continuação da mesma *Chronica*.

De Lisboa natural foi o outro censor, João Col, que, sendo eleito bispo d'Elvas por el-rei D. João v, em 1739, recusou constantemente esta dignidade, por a julgar superior ás suas forças, ainda depois de achar-se n'ella confirmado pelo Summo Pontifice, em Lisboa vindo a fallecer aos 82 annos de sua edade.

Por banda do Paço, a censura é de D. Francisco Xavier de Menezes, quarto conde da Ericeira, do Conselho de Sua Magestade e do de guerra, mestre-de-campo-general de seus exercitos, deputado da Junta dos Tres-Estados, academico e censor da Academia Real da Historia Portugueza.

Em sua censura de então (Lisboa Occidental, 27 de Junho de 1738) elle começa por declarar que já tinha, por ordem do monarcha, feito a censura dos auctores apocryphos da historia antiga da Hespanha, que a Academia Real Portugueza mandára imprimir nas suas collecções,

> reconhecendo a pouca fé que merecem estes escriptores modernos, que, usurpando ou fingindo o nôme dos antigos, com zelo indiscreto da gloria da sua patria, forjaram muitos livros que só estimam os que, sem luz da bôa critica, admittem o falso por verdadeiro e antes querem encher de fabulas os seculos menos conhecidos do que confessar que se ignora muita parte da historia antiga, que o tempo escureceu.

*

A melhor luz para aquella sua censura, exara elle que lh'a deram as *Dissertações ecclesiasticas* e outras obras eruditas do marquez de Agropoli y Mondexar; agora via continuadas as nobres fadigas do auctor n'uma segunda parte das suas *Dissertações ecclesiasticas*, que permittira que se imprimissem o marquez de Mondexar, seu neto, dando o original da primeira parte muito correcto e accrescentado, essa segunda e outras muitas obras de que se nos promettia a impressão, que facilitara D. Gregorio Mayans de Siscar, erudito bibliothecario do rei Catholico, communicando-as a D. Francisco de Almeida Mascarenhas, Academico Real, a quem se devia o beneficio d'essa impressão.

João Col declara:

Li a segunda parte das *Dissertações ecclesiasticas*, que deixou escripta o marquez de Agropoli e Mondexar, e me parece tão digna de se imprimir como a primeira, porque nas dissertações d'esta segunda parte continúa este Excellentissimo e judicioso escriptor a utilisima e gloriosa empreza de expurgar a historia ecclesiastica da Hespanha das muitas fabulas que n'ella introduziram os chronicões de Flavio Dextro, Luitprando, Marco Maximo e outros similhantes que não tem mais auctoridade que a dos nômes suppostos com que se publicaram.

E fr. José Pereira de Santa Anna, por sua parte:

Li, e com a possivel attenção examinei, a segunda parte das *Dissertações ecclesiasticas* que, em obsequio de sua nação, escreveu D. Gaspar Ibañes de Segovia y Peralta, cavalleiro da Ordem de Alcantara, marquez de Agropoli y Mondexar. E' esta obra dignissima não menos de acceitação que de louvor.

A parte I das *Dissertaciones eclesiasticas, por el honor de los antiguos tutelares, contra las ficciones modernas* (as quaes, em Lisboa, *en la nueva imprenta Silviana*, fôram *nuevamente impressas, añadidas y illustradas com la correccion de muchos errores de la primera impression)* tem a data de 1747; ellas fôram dedicadas a D. Felix Fernando Jañes de Lima Sotomayor Masones y Castro, duque de Sotomayor, Grande de Hespanha de primeira classe, marquez de Tenorio, conde de Crecente e de Montalvo, barão de Posada, embaixador extraordinario e plenipotenciario de Sua Magestade Catholica na côrte de Lisboa — por Domingos Duarte Capriata.

Na offerta (em portuguez), a seu patrono Domingos Duarte Capriata informa (num. 2) que da obra se reimprimiu o primeiro tomo, addicionado pelo marquez seu auctor e mais correcto pela laboriosa diligencia do Principal da Egreja de Lisbôa, D. Francisco de Almeida Mascarenhas, e o segundo (que ainda não tinha devido ao prélo o beneficio de ser conhecido no mundo) pelo cuidadoso zelo do muito erudito D. Gregorio Mayans y Siscar, bibliothecario de Sua Magestade Catholica, e do mesmo Principal Almeida Mascarenhas, que Domingos Duarte Capriata nomeia grande venerador do marquez. Cujas façanhas de polemica critica Capriata bellicosamente descreve pela phantasia pittorica assim: «Combateu este famoso athleta da litteratura, não só contra Flavio Dextro, Marco Maximo, Luitprando de Cremona, Humberto de

Sevilha, Liberato de Cordova, João Annio de Viterbo, Aulo Halo de Bordeus, Julião Perez de Toledo e o padre Jeronymo de la Higuera, mas contra todos os que appoiaram com as auctoridades d'estes escriptores os livros que escreveram, e contra os que, não escrevendo, adoptavam a sua seita. Quem grangeou tantos adversarios sempre carece de patrocinio, principalmente em um reino onde as novidades colhidas n'aquelles escriptos foram até'gora tam acceitas dos seus historiadores».

E, todavia, a esse mesmo reino — o de Portugal — largo quinhão cabia em a participação na iniciativa da reacção contra novidades taes; e, se em 1747 as obras de um auctor castelhano em um paiz extrangeiro deprecavam com justificado motivo a protecção d'um embaixador hespanhol em Lisboa, em 1868 com mais justificada razão os elogios de um auctor castelhano em Madrid buscavam asylo nas eruditas relembranças da corporação affin do extrangeiro paiz lusitano.

Esclareço, especificando que alludo a don José Godoy Alcántara, auctor da *Historia critica de los falsos cronicones*, obra premiada por voto unanime (e a suas expensas publicada) da «Real Academia de la Historia».

Ao avisinhar-se do remate da sua longa analyse, Godoy Alcántara recorda como foi que Mayans, que havia recolhido com brio a bandeira sustentada por Agropoli contra as falsidades que deslustravam

a hispanica historia, teve occasião, como bibliothecario do monarcha, de examinar os manuscriptos de don Nicolau Antonio e copiar a *Defensa de la Historia de España contra el padre Higuera*, que havia longo tempo anciava por possuir; elle deu á estampa aquella obra com o titulo de *Censura de historias fabulosas*, «dedicando-a ao rei de Portugal, D. João v, talvez porque existiu o pensamento de publical-a n'aquelle reino, onde a Academia Real accordara não allegar, nem ainda citar para nada, estes apocryphos». Mas o zelo dos delatores, que com o Santo Officio cabida não tiveram, acolhimento logrou do Conselho de Castella e um alcalde do crime endereçado foi á villa de Oliva, onde Mayans residia, para apoderar-se de seus papeis, dos exemplares da *Censúra* que alli tinha, e para tomar noticia dos que já havia distribuido; Mayans, porém, avisado sem duvida de tal visita, pôde pôr a salvo seus manuscriptos.

Escreve Godoy Alcántara:

Lisboa brindava com seguro refugio os impugnadores dos chronicões, e para alli havia enviado Mayans a reimprimir as *Dissertações ecclesiasticas* de Agrópoli, como para abrir passo á *Censura*. Talvez logo julgando desnecessaria tal reimpressão, por se haver decidido a publicar em Hespanha este ultimo livro, fel-a suspender; porém, á vista da tormenta contra elle suscitada, activou a edição preparada desde 1738, e as *Dissertações*, augmentadas e illustradas, vieram novamente á luz n'aquella côrte em 1747, escoltadas das mais lisongeiras approvações de inquisidores, theologos e academicos.

E' de notar que, na dedicatoria de Domingos Duarte Capriata ao duque de Sotomayor (das linhagens interessadas na burla), Capriata toma em serio (num. 6) outro fingimento, o da historia do bispo don Fernando, traduzida em lingua gallega, e addicionada por D. Pedro de Seguina, e mais confunde que allegue fr. Felipe de la Gandara, que cuidava aliás que, n'esse engodo dos Boan e de Pellicer, julgava discernir o verdadeiro do falso.

IV

João de Deus—Eduardo Augusto Allen

Pelo final do quarto seculo, o christianismo, animado, quasi sem interrupção, pelos imperadores, a partir de 306, havia feito grandissimos progressos; a Hespanha tornara-se em grande parte christã; não se fallava de outra coisa que de religião. Priscilliano animara os espiritos, dividindo-os; por toda a parte tudo eram controversias. Infelizmente, desde essa primeira edade do christianismo na Hespanha, logo o christianismo hespanhol se mostrou intolerante e cruel; Idacio e Ithacio, dois bispos orthodoxos, com tanto encarniçamento a Priscilliano o perseguiram que o imperador Maximo lhe fez cortar a cabeça:—era o primeiro passo (commenta, contando-o, Romey) para a inquisição.

No consulado de Antonio e de Olibryo (anno 379)—constando esta data pelo *Chronicon* attribuido a S. Prospero de Aquitania—começou a

prégar doutrinas hereticas um discipulo de Elpidio e de Agape, chamado Priscilliano, natural da Galliza, de raça hispano-romana, «se havemos de julgar por seu nôme, que é latino», adverte don Marcelino Menendez Pelayo, no tomo I de sua orthodoxa *Historia de los heterodoxos españoles*, pag. 100.

A' sua doutrina attrahiu Priscilliano grande numero de nobres e plebeus, mulheres em abundancia e até mesmo bispos, estendendo-se rapidamente o priscillianismo de Gallaecia a Lusitania e d'ahi á Betica. Após largas e renhidas contendas, entendeu-se necessario, para atalhar os progressos da nova doutrina, reunir (no anno de 380) um concilio em Saragoça, ao qual assistiram dois bispos da Aquitania e dez hespanhoes, entre elles Idacio, que assigna em ultimo logar, sendo por este synodo excommungados os prelados Instancio e Salviano e os leigos Helpidio e Priscilliano, segundo nol-o transmitte Sulpicio Severo. A notificação e cumprimento do decreto que excommungava os priscillianistas com especificação dos seus nômes, como textualmente affirmam os Padres do primeiro Toledano, confiou-se a Ithacio, bispo Ossonobense na Lusitania.

Afreimaram-se na perseguição Idacio e Ithacio e recorreram aos juizes imperiaes, que arrojaram das egrejas alguns priscillianistas, e o proprio imperador Graciano, reinante á data, deu um rescripto (em 381) que intimava o desterro *extra omnes*

terras aos herejes hespanhoes, cedendo alguns, occultando-se outros.

Por intermedio, porém, de Macedonio, *magister officiorum* (pois *tenian Prisciliano y los suyos áurea llave para el alcásar de Graciano*, consoante as expressões, desprezadoras e acerbas, do supersticioso, fanatico, intolerante, consciencioso e erudito Menendez Pelayo), do imperador se obteve novo rescripto, por teor do qual devia ser annullado o primeiro e restituidos os priscillianistas a suas egrejas.

N'este em meio, as legiões da Britannia acclamaram imperador o hespanhol Clemente Maximo, fugindo Graciano para Lyon e sendo morto em uma embuscada, quiçá por ordem e aleivosia de Maximo, entrando «o tyranno hespanhol» victorioso em Trèves, e tendo o seu compatriota Theodosio, que estava longe e não podia acudir á herança de Graciano, de tractar com elle e ceder-lhe Hespanha, Britannia e as Gallias.

Era Maximo mui zeloso da pureza da orthodoxia e da virtude — tal lh'o chama a submissa intransigencia rancorosa de Pelayo. Que assim era, o sabia nosso Itacio, o qual a Maximo apresentou immediatamente um escripto contra Priscilliano e seus sequazes.

Baldadamente protestou Martinho de Tours e exhortou a Itacio para que desistisse da accusação; elle pediu a Maximo que não derramasse o sangue dos priscillianistas; em contra, os bispos Magno e Rufo redobraram suas instancias com Maximo.

Emfim, fôram condemnados á morte e decapitados Priscilliano, os dois clerigos Felicissimo e Armenio, neophytos do priscillianismo, Asarino e o diacono Aurelio, Eucrocia e Latraniano, a quem S. Jeronymo dedica esta breve mas honrosa verba no livro *De viris illustribus* (cap. CXXII):

Latraniano, da provincia de Hespanha, varão mui erudito e comparavel na poesia com os classicos antigos, foi decapitado em Trèves com Priscilliano, Felicissimo, Juliano, Eucrocia e outros do mesmo partido. Obras temos do seu engenho escriptas em variedade de metros.

Essas poesias estão perdidas.

No *Panegyrico de Theodosio* aproveitou Latino Pacato a relembrança do supplicio de Eucrocia para ponderar a clemencia theodosiana, em cotejo com a crueldade de Maximo, algoz da mulher viuva a quem se exprobava a nimia religiosidade, que, commum nos priscillianistas, podia, em sua affectação, deslumbrar um declamador gentilico como Pacato, cujo *Panegyrico*, indicando onde, edição e pagina, Menendez Pelayo, que por aquelle teor duro e sarcastico se expressara, recommenda, todavia, que se leia todo. Porquê e para quê?

A nós commove-nos, visto como a morte de Priscilliano a sentimos ainda hoje, consoante no tempo ella foi deplorada da maioria. E' o que se póde suspeitar d'aquell'outra passagem da oração de Pacato a Theodosio:

Viu-se esta nova especie de delatores, bispos no nôme, soldados e verdugos de facto, que, não contentes com haver despojado estes pobres desgraçados dos bens de seus maiores, buscavam ainda pretextos para derramar-lhes o sangue e tiravam a vida aos que haviam feito culpados, da mesma maneira que pobres os haviam feito; mais ainda: depois de haverem assistido a seu juizo criminal, depois de haverem fartado seus olhos com seus tormentos e os ouvidos com seus gritos, depois de haverem manejado as machadas dos lictores e manchado suas mãos com o sangue dos justiçados, iam com ellas offerecer o sacrificio.

A traducção de Ampère (*Histoire littéraire de la France avant le douzième siècle*, tom. I, pag. 243) é bem mais exacta e mais completa, com outra energia e impeto.

Quanto á sua fé, mui pagão se nos figura o catholicismo do anti-heterodoxo Menendez Pelayo; melhormente christão o catholicismo nos parece do orthodoxo Chateaubriand:

Vendo as coisas de mais alto, em suas relações com a grande familia das nações, as heresias não fôram senão a verdade philosophica ou a independencia do espirito do homem, recusando sua adhesão á coisa adoptada. Tomadas n'este sentido, as heresias produziram effeitos salutares: exerceram o pensamento, precaveram da barbarie completa, mantendo esperta a intelligencia em os seculos os mais rudes e os mais ignorantes; conservaram um direito natural e sagrado, o direito de optar. Sempre ha-de haver heresias, porque o homem, que nasceu livre, fará sempre escolhas. Quando mesmo a heresia choca a rasão, constata uma das nossas mais nobres faculdades, a de nos informarmos sem fiscal e de procedermos sem entraves.

Dando já por assente, conforme o vimos fazer a Menendez Pelayo, que Priscilliano filhote seja da Galliza, varios auctores se arrojaram a distinguir discriminadamente o logar de seu nascimento, que algum quer que fôsse *Aguas Caldas*. Declara Manuel Murguia, no tomo II de sua *Historia de Galicia*, não saber que população seja esta, a não ser que queiram dizer *Aguas cálidas* (Caldas de Cuntis); mas talvez quizeram designar Orense, «pois vêmos em Novais, *Historia de Oporto*, Ms., que uns o fazem filho d'aquella cidade e varios de Tuy».

Outro portuense no tom. II de sua «obra utilissima em especial para os ministros da Egreja», no Porto publicada, da typ. de Antonio Alvares Ribeiro, anno de 1804, a pag. 7 respectivamente, contenta-se com informar os portuenses leitores de que em Hespanha «no fim do quarto seculo a heresia dos prescillianistas fez alli seus estragos».

A obra é o *Diccionario historico, juridico e theologico, que contém as peças mais interessantes pertencentes á Historia Ecclesiastica, á Jurisprudencia e á Theologia*. Diz o *Supplemento* ao *Diccionario Bibliographico:*

Apezar de conciso, póde ser consultado com proveito em muitos artigos do seu conteúdo. Os exemplares são pouco vulgares no mercado, não só em Lisboa mas na provincia do Minho, devendo notar-se que não consta que apparecesse algum nas livrarias dos vinte conventos da mesma provincia, de que se formou a bibliotheca publica de Braga.

Do auctor, fr. João de Deus limita-se o *Supplemento* a consignar que, franciscano da provincia da Conceição, n'ella exercera alguns cargos; mas a lauda de rosto de sua obra desenvolve-nos que, ex-leitor da Sagrada Theologia e ex-custodio na sua provincia da Conceição, elle fôra ministro consultor da Bulla da Santa Cruzada.

Seu trabalho resultará propicio a todos os paladares. O auctor diz, dirigindo-se ao leitor:

> No todo d'esta obra mixtiforica acharás algumas cousas agradaveis e outras, semsaborias; mas, como não escrevo só para ti, e a differença dos gostos segue a differença dos humores, deixa-as passar em salvo para outros, que gostarão d'ellas.

No apuro de contas, todos assim temos de dizer ao leitor, os que para o publico escrevemos.

*
* *

D'entre os reis suevos da Galliza, governou Carrarick a antiga provincia gallega e era já de edade avançada quando um de seus filhos enfermou gravemente e se viu ás portas da morte. Dizem alguns que o mal que tanto ao principe molestava era a phtysica, porém S. Gregorio de Tours escreve que a lepra fôra; e não falta até quem assegure que curada com os banhos sulfurosos de Orense, cidade onde se assevera haver tido logar a construcção do templo em honra de S.

Martinho, cujas reliquias transportadas de França haviam operado a cura do filho e a consequente conversão do pae. Mas no lance o empêno.

Porquanto á gloria de haverem sido erigidas em tal tempo e occasião a disputam a Egreja cathedral de Orense e a Collegiada de Cedofeita, em Portugal, no Porto.

A opinião mais geralmente admittida, segundo a conta de douto e elegante escriptor gallego, favorece a primeira das duas litigantes; sem embargo, a mór parte dos escriptores portuguezes elle declara que sustentam que não só o nôme de Cedofeita, que traduz em *hecha pronto,* está por elles, senão que a egreja em questão é antiquissima e a primitiva.

Accrescenta o nosso auctor que Raczynski (*Les Arts en Portugal,* pag. 339) publica uma curiosa nota de Herculano, na qual «justiça as pretensões dos seus compatricios, tractando o assumpto com aquelle profundo senso de que era dotado tão insigne historiador».

«Sem embargo (attenúa logo), nem todas as suas asseverações podem admittir-se por egual», o escriptor gallego prosegue dizendo com motivo e a respeito d'essa nossa egreja de Cedofeita, que de proposito elle visitou em duas occasiões differentes.

Pelo contrario, o auctor a que alludo, e é Manuel Murgia (em sua *Historia de Galicia*, tom. III, Corunha, 1888), allegando que Herculano desvanecera certo erro de critica architectonica de Raczynski, reprehende-o de cahir immediatamente

em outro «*menos disculpable*», passando a embrenhar-se logo em technicos debates.

Aqui, porém, reduzamo-nos a considerar aquelle argumento historico contra a vetustez da egreja de Cedofeita, por Alexandre Herculano formulado, quando elle escreve n'este teor:

Mas o que, sobretudo, torna quasi impossivel a supposição de que o edificio de Cedofeita remonte aos tempos gothicos são os successos politicos da epocha arabe. E' certo que ao norte do Douro os mouros nunca tiveram um dominio estavel, mas frequentemente renovaram suas invasões na Galliza. Os limites da Galliza ao sul eram formados pelo Douro. N'essas *gaswas* (é assim que elles denominam suas incursões) assolavam, saqueavam e queimavam tudo, e decerto que pensa que não faziam excepção das egrejas. Os arabes eram mui tolerantes para com os christãos que viviam sob seu dominio; mas não o eram em modo algum para com os christãos livres e que eram os seus inimigos. Nós-outros sabemos mesmo que o famoso *progressista* Hadjeb de Cordova, El Mansur, em suas numerosas *gaswas* sobre os territorios christãos tinha por ponto de honra o destruir, o queimar e arrazar tudo! Em 997, El Mansur emprehendeu uma expedição, por terra e por mar, tam só para destruir a egreja de Sant-Iago de Compostella. Os dois exercitos reuniram-se no Porto. Julga que, vindo de tam longe, com o unico fito de arrazar uma egreja, situada no interior do paiz, os arabes houvessem poupado uma egreja no sitio mesmo em que desembarcaram? Se ella houvesse existido, havel-a-iam queimado infallivelmente, ainda que não fôsse senão para aguçar o appetite.

Engano! Porque era de advertir que das *gaswas* de El Mansur, a celeberrima, entre todas as do Hadjeb, essa que elle dirigiu contra Sant-Iago de

Compostella, foi-o a instigações dos condes christãos da Galliza meridional, n'aquella crise que a *Hist. Compost.* (tom. I, cap. II, mon. VIII) aponta: *Interea Rudericus Velasqui et pater prugati episcopi cum ceteris consulibus terræ hujus Sarracenorum cum duce eorum Almezor in partes istas duxit.*

Mas Ch. Romey deixará contar essa campanha por completo pelo historiador mussulmano El Makkari, «cuja narrativa até agora (1839) não foi nem traduzida, nem mesmo consultada por pessoa alguma».

No lance, crê — e bem o julga — o snr. Ch. Romey (*Histoire d'Espagne depuis les primiers temps jusqu'à nos jours*, Paris, tom. IV) auctorisar-se com o nôme de Reinaud; fòra á graciosa amabilidade d'esse sabio orientalista que devera Romey o poder dar do relato de El-Makkari uma traducção «fiel até ao escrupulo».

El Makkari apresenta da expedição de El Mansur as mais circumstanciadas minudencias; assim para a frota que El Mansur fizera construir no logar chamado o castello de Abudanes (Kassv Abudanes), porto dos Algarves (al gharb al Andalus). Fizera-lhe guarnecer os navios com grande numero de gente de mar e de muitos corpos de infanteria. Ademais, estavam carregados de provisões de bocca, de munições e de armas. A frota chegou a Bortkal sobre o rio chamado Dweira; entrou no rio até ao logar que El Mansur fixara para a passagem. Ahi, El Mansur arranjou por meio d'essa frota uma

ponte, perto da fortaleza que se encontra n'esse sitio. Desembarcaram-se as provisões da banda do exercito, que assim pôde viver na abundancia até ao momento em que entrou *no solo inimigo*. Repare-se.

Em 1861 publicou-se em Leyde, estampada por E. J. Brits, impressor da Universidade, em quatro tomos, a *Historia dos mussulmanos de Hespanha até á conquista da Andaluzia pelos almoravides (711-1110)*; seu auctor, o snr. R. Dozy, commendador da Ordem de Carlos III de Hespanha, membro correspondente da Academia de Historia de Madrid, associado extrangeiro da Sociedade Asiatica de Paris, professor de historia na Universidade de Leyde, etc.

Ora, d'esta obra o livro III *(O Califado)*, que se encontra em o tambem terceiro tomo, no cap. XI, tracta d'essa campanha de Sant-Iago-de-Compostella, «a mais celebre de todas quantas Almanzor fez durante sua longa carreira de conquistador».

No sabbado 5 de julho do anno de 997, partiu o terrivel Almanzor de Cordova á frente da cavallaria. Primeiro se encaminhou a Coria, depois a Vizeu, onde com elle foram ter grande numero de condes submissos á sua auctoridade, depois ao Porto, onde o esperava uma frota que havia saído do porto de Caçr-Abî-Dânis (hoje Alcacer do Sal). N'essa frota encontrava-se a infanteria, a quem o ministro quizera poupar uma longa marcha, e tinha carga de armas e provisões. Os navios, encostados

uns aos outros, serviram, ademais, de ponte ao exercito para passar o Douro. *Como o paiz entre este rio e o Minho pertencia aos condes alliados, os mussulmanos puderam atravessal-o sem terem a vencer outros obstaculos mais do que os que o proprio terreno lhes oppunha.*

O texto que Dozy segue, fallando de Vizeu, diz: «*medina Galicia*, isto é, a capital da Galicia». A palavra *Galliza* goza ahi d'um sentido mui restricto: designa a provincia portugueza que tem hoje o nôme de Beira. Essa provincia fôra frequentemente um reino á parte, de que Vizeu era capital; Dozy remette o leitor para o tom. I d'outra tambem notavel obra sua. Quanto ao paiz d'entre Douro-e-Minho pertencente aos condes alliados, n'essa provincia nomeia Ibn-Adhâri um districto a que chama Valladares; e Dozy accrescenta, para elucidação, que esse districto se encontra nomeado tambem em diploma de 1156, publicado na *Esp. Sagr.*, tom. XXII. Cumpre dirimir.

Mas, *depois de se haver passado o Minho, encontrou-se com os seus Almanzor em paiz inimigo*, na freima que os levava de arrazarem a egreja que, para nos servirmos, diz Dozy, da expressão de um auctor arabe—este fôra El-Makhari—era para os christãos o que a Caaba de Mecca era para os mussulmanos, na cumplicidade de leonezes associados, por acceso rancor e irreflexão cega, ao projectado sacrilegio. Aqui deu-se episodio curioso; mas paremos.

Bastante fica dito para desconvencer da efficacia do argumento historico de Alexandre Herculano contra a antiguidade presumida de Cedofeita, vendo-se porque foi que, se a egreja existia então, Almanzor a não destruiu, para «aguçar o appetite».

No volume *Galicia* da collecção *España (Sus monumentos y artes—Su naturaleza é historia)*, de Barcelona, em 1888, o referido Manuel Murguia observa, a pag. 900, que a egreja gallega competidora da portugueza Cedofeita conserva ao abrigo do seu altar-mór as reliquias do santo debaixo de cuja advocação se poz o templo, «*cosa que no deja de ser importante para el mayor esclarecimiento de sus origines cuando, como se sabe, se disputan la gloria de haber sido fundadas por Carrarick la catedral de Orense y la colegiada de Cedofeita en Oporto*».

No opusculo *Appontamentos sobre a natureza dos bens e rendimentos da Santa Igreja e insigne Collegiada de S. Martinho de Cedofeita*, do Porto, em 1858, o dom prior da mesma Collegiada, D. Francisco de Portugal Correia de Lacerda, appoiando-se, ademais, em os documentos no Cart. da Colleg., dava a dita egreja de Cedofeita fundada na era de 559. «A inauguração da egreja de Cedofeita (a pag. 5 elle escrevia) é muitos seculos anterior á fundação da monarchia portugueza.»

*
* *

Reportando-se não só do moderno Mariana como ainda do vetusto Isidoro de Sevilha, o diccionarista Luiz Moreri, em sua «nova e ultima edição, revista, corrigida e augmentada» (Paris, 1732), na verba respectiva, refere do rei dos suevos em Hespanha, Rechiario, que, derrotado, em 456, no mez de agosto, por Theodorico II, rei dos wisigodos, com cuja irmã casara, e havendo-se retirado, de ferimentos coberto, para as extremidades da Galliza, fôra aprisionado «em um logar chamado *Portucal*».

No estudo especial ácerca dos reis suevos, que se comprehende na copiosa collecção attinente á historia universal, em Allemanha organisada e dirigida por Oncken, o snr. Felix Dahn frisa o contraste do exito dos vencedores e do infortunio do vencido, pois que, «no entrementes, levado dos temporaes, houve Richardo de arribar a Portus Cale».

Em 28 de outubro de 456, seu vencedor, Theodorico, que não quiz deixar respirar os suevos após sua derrota, deitando-se vivamente em sua perseguição, encontrava-se frente a Brachara, cidade que, appoiando-se em Ferreras (III parte, V seculo) Ch. Romey lembra lhe abrira as portas, implorando sua clemencia.

Mas, menos escrupuloso do que Alarico em

Roma, devastou Theodorico os santos logares, com grande escandalo, nota-o, dos historiadores da epocha, pois a cavallos e a *camellos* os recolheu nas egrejas, profanação que, pouco conforme aos habitos piedosos dos godos, se explica pelos odios religionarios, porquanto os suevos eram então catholicos e os godos arianos; ora, os arianos eram os protestantes da epocha, e, como taes, mais dispostos a poupar pagãos do que orthodoxos, explica-o o mesmo auctor da nota, ou seja, no tom. I da nova edição, revista e corrigida (Paris, 1852), de sua *Historia de Hespanha desde os primeiros tempos historicos até á morte de Fernando VII*, o professor aggregado de historia na Faculdade das Lettras, o snr. Rosseeuw-St.-Hilaire.

Quanto ao pobre Rechiario, no immediato dezembro de 456, por seu implacavel cunhado elle foi justiçado, sem ou com os requintes romanescos com que o relata na serie romanesca de *Los Reys Suevos de Galicia*, o gallego don Benito Vicetto, em Braga, *como quieren algunos*.

O' talvez en el mismo Oporto, que es más fácil, insinua o gallego Manuel Murguía, em sua *Historia de Galicia*, tom. III.

O qual, no fim, como «illustração II», nos fornece a nota das moedas suevas e godas cunhadas na Galliza. Das godas, na zona demarcada, Heiss, em sua obra publicada em Paris em 1882, fornece, para o Porto, uma do rei Lewgild, outra de Rekuval, outra de Liwa, outra de Sisebuth. Das moedas

dos suevos de Hespanha, de sua resenha informa que as precedentes inscriptas haviam sido explicadas em um artigo inserto na *Revue de la numismatique pour 1865*, pelos numismatas portuguezes, snrs. «Teixeira d'o *Aragao (sic)* e Aller».

Este *Aller* é o fallecido portuense Eduardo Augusto Allen, que publicou na *Revue numismatique*, nova serie, tom. x, 1865, um estudo intitulado *Monnaies d'or suévo-lusitaniennes*, datado do Porto, de 10 de maio d'esse anno de 1865, e de collaboração com o snr. Henrique Nunes *Teixeira*. Ha uma separata, *extrait, imprimé par E. Thimot et C.e, Rue Racine, 26, Paris*, acompanhado de uma pl., a IX *(L. Dardel sc.; Imp. Ch. Chardon ainé)* da dita *Revue Numismatique*, 1865.

Na nota de pag. 12 relata-se que em 1863 o director do Museu do Porto (o citado fallecido portuense Eduardo Augusto Allen) publicara uma brochura sobre um «triens» inedito de Reccaredo, cunhado no Porto (Portucale); outro de Leuvigild, tambem do Porto, etc., possuindo o tambem fallecido rei Dom Luiz, em sua collecção, moedas d'um dos Liuva cunhadas outrosim no Porto e que os signatarios do escripto em referencia declaram não haverem visto, exarando, todavia, que as suppoem de Liuva II. Elles julgam (pag. 11) que não é, por certo, sem relação com a pequena serie que descrevem n'aquella sua noticia a notavel moeda sueva de Rechiario, publicada por Mionnet *(Rareté des med. rom.*, tom. II, pag. 347), onde o B-R está

por *Bracchara*, por sem duvida, reproduzindo-a, em sua pl. IX, sob o num. 1, como nos num. 5 e 7 se topam com lettras isoladas no campo do reverso, qual nas duas peças o L, que, d'analogia, é provavelmente a inicial do nòme do *logar monetario*, consoante o A-R por Arelate, o M-A por Massilia, o L por Lugdunum, etc., na serie merovingia.

Ora, se fòram os suevos que cunharam as peças descriptas pelos portuenses Eduardo Augusto Allen e Henrique Nunes Teixeira, em que epocha o fizeram elles? Seria a quando do esplendôr da sua monarchia no tempo de Hermanrico (409-441) e de seus dois successores immediatos, antes que a derrota de Astorga tivesse vindo fazer abortar seu projecto de estabelecimento d'um grande reino hispanico e preparar a seus vencedores a realisação d'um projecto similhante, que se effectuou um seculo mais tarde; ou pertencerão ellas acaso á segunda apparição dos suevos de Hespanha na historia, sob Carriarico e Theodorico (550? a 570?)

Francamente confessam os signatarios do escripto da *Revue Numismatique* que o estado confuso das legendas não permitte em modo algum formar a seu proposito conjecturas com algum grau de certeza. E em nota esmiuçam que o estylo d'aquellas nove peças é desegualissimo.

Algumas são d'um fabrico extremamente barbaro (num. 5, 7, 9); outras (num. 3, 4, 8), pelo contrario, approximam-se um pouco mais das moedas imperiaes das officinas das duas capitaes que o dinheiro de Rechiario imita perfeitamente; e este

ultimo facto não deve espantar-nos, porque o norte de Portugal, e sobretudo a antiga *Interamnensis* (o Entre-Douro e Minho), de todo o tempo tem sido afamado entre nós por seus habeis artifices (não menos que pela abundancia relativa do seu ouro nativo). No tempo do rei D. Sebastião, um ourives de Guimarães, a quem deram a alcunha do *Engenhoso,* tentou, sob os auspicios do governo, uma reforma da gravura das moedas. Actualmente, o snr. Mollarinho, o nosso mais habil gravador de cunhos, posto que estabelecido no Porto de longa data, nasceu, todavia, tambem em Guimarães.

Em 1890 nas *Duas palavras* com que abre o *Catalogo da collecção de moedas visigodas pertencentes a Luiz José Ferreira,* o fallecido portuense Eduardo Augusto Allen relembra, na nota de pag. 10, que em 1862 publicara uma *Noticia e descripção de uma moeda inedita de Recaredo cunhada no Porto,* e até então desconhecida; da moeda cunhada pelos Wisigodos na cidade do Porto em fins do VI seculo, e ultimamente descoberta pelo snr. Francisco José do Amaral, a noticia e descripção, acompanhadas de alguns apontamentos historicos e critico-numismaticos, pelo fallecido portuense Eduardo Augusto Allen elaborados, sahira em 1862, dos prelos, já basta vez lembrados, do hespanhol D. Antonio Moldes.

Na segunda-feira 29 de maio de 1899 tivera eu, de facto, logo de manhã, a dolorosa surpreza da noticia do fallecimento de Eduardo Augusto Allen, director da Bibliotheca do Porto. Não sabia que o snr. Allen acamara havia tres ou quatro dias, cru-

ciado por uma colica, afflictiva e renitente a todos os esforços da sciencia.

Eduardo Allen era formado em direito pela Universidade de Coimbra e era tambem bacharel em lettras pela Universidade de França. Em França fizera mesmo a sua primeira educação, no celebre collegio installado em Fontenay-aux-Roses pelo insigne pedagogo fr. José da Sacra-Familia, auctor de um compendio de geographia mathematica, physica e politica, por cujas laudas ainda viemos a estudar, todos os rapazes do meu tempo.

Em Fontenay-aux-Roses tivera Eduardo Allen por condiscipulo outro portuguez illustre, Pedro de Amorim Vianna, que desde creança manifestara a excentricidade do seu espirito original.

Pertencia Eduardo Allen a uma familia muito distincta, pelos dotes do espirito e do coração, que, originaria da Irlanda, fixara sua residencia em Portugal, encendrando-se de vivo amor por sua nova patria.

De todo o tempo, todos os membros d'esta prestimosa familia, em seus varios ramos, se assignalaram pela eximia cultura da intelligencia.

Assim, já nas interessantissimas cartas mandadas, de Portugal, a seu irmão pelo irlandez Arthur William Costigan, nos meados do seculo XVIII, encontramos calorosos elogios ao saber e á bondade do dr. Allen, em Lisboa.

No Porto, o respeitavel negociante João Allen constituiu uma primorosa galeria de pinturas, para

cuja guarda mandou construir, passado o cêrco, uma casa especial. No seu tractado de geographia, desde 1839, lhe reproduziu a fachada o hespanhol D. José de Urcullu, socio correspondente da Real Sociedade Geographica de Londres e da de Paris. Alli, a paginas xv do preambulo do volume terceiro, assegura que está persuadido de que em toda a peninsula iberica não ha outro museu, dos pertencentes a particulares, que possa egualar-se a este.

Nas celebres cartas que, sobre as artes em Portugal, dirigiu á Sociedade artistica e scientifica de Berlim, acompanhadas de notas, o conde A. Raczynski assevera, mais modestamente, que Lisboa não possue collecção particular que possa ser comparada a essa do negociante Allen. Nos nossos dias, Lisboa enriquecer-se-hia com a galeria Daupias; e no moderno museu publico, geral, de bellas-artes, ás Janellas-Verdes, exhibiria uma collecção opulenta para a historia ethnologica e artistica, profana e religiosa, industrial e technica do paiz. Emancipar-se-hia este, assim, bellamente da tradição das vergonhas, estheticas e plasticas, em que não é safara, aliás, esta terra descurada d'uma patria estremecida.

Os filhos d'esse negociante benemerito honraram as tradições civilisadoras de seu pae.

O mais velho, Alfredo Allen, depois visconde de Villar d'Allen, foi um virtuose apreciadissimo. O desenvolvimento do gosto da alta musica no Porto

deve-lhe; foi um dos fundadores da Philarmonica; com o talentoso, extincto, professor Salvini, organisou a primeira sociedade choral que houve n'esta cidade.

A elle cabe, depois do medico Braga e do fidalgo Pacheco, grandissimo quinhão na honra d'essa brilhante audacia da fundação do Palacio de Crystal e da organisação da Exposição Internacional de 1865, padrão memorando de gloria para essa burguezia do Porto de então, que assombra hoje pelo impetuoso arranque de suas confiantes iniciativas.

Com outro genero de temperamento, Eduardo Allen, esse, confinou-se no isolamento meditativo do estudo.

Era d'uma modestia extrema, excessiva, de modo que a sua timidez, injusta para comsigo mesmo, foi causa de que elle não desse de seus notaveis meritos os abalisados testemunhos que seria legitimo esperar. Na verdade, possuia Eduardo Allen uma illustração variadissima e segura, assignalando-se nos mais diversos ramos, sendo um naturalista, um numismata e um archeologo.

A elle se deve a organisação do Catalogo geral dos impressos modernos possuidos pela Bibliotheca a seu cargo; bem como foi elle que elaborou a lista dos quadros do Museu a que tambem presidia, e ainda da collecção dos molluscos e suas conchas. Publicou, outrosim, o catalogo dos manuscriptos existentes na nossa Livraria Municipal. E' este um trabalho demonstrativo de copioso saber e de cui-

dadosa investigação. O opusculo referente á nobiliarchia portugueza demonstra o escrupulo do empregado; como no numero relativo ao codice marcado slavonico em caracteres dos denominados illyricos ou de S. Jeronymo, que é uma das muitas preciosidades recolhidas no archivo de S. Lazaro, se patentea a abundante leitura do erudito.

Essa grande sciencia tornou-se respeitada no extrangeiro, publicando a *Révue Numismatique*, de Paris, aquelle referido, nas linhas preteritas, importante estudo do finado sobre as moedas d'ouro suevo-lusitanas. Tambem Eduardo Allen escrevera e dera á estampa uma noticia e descripção d'um sarcophago romano descoberto no Alemtejo e comprado pela cidade do Porto para o seu Museu municipal. E' um trabalho de certo folego, este; elle revela uma segurança de saber que, de per si só, honraria em alto grau o illustre morto. Não malbaratou, pois, suas palmas a Academia Real das Sciencias de Lisboa, chamando Eduardo Allen para o gremio dos seus socios correspondentes.

Nascera Eduardo Allen no Porto, a 19 de novembro de 1824. De seus filhos, poucos restam hoje. Ainda havia então só dois annos que fallecera um d'elles, Rodolpho Amsinck Allen, cavalheiro muito illustrado e sympathico, que no collegio, fundado por seu pae, foi com seus irmãos mais velhos camarada de muitos dos cavalheiros que vieram depois a brilhar nas classes liberaes da nossa terra.

A' familia enluctada, a que, por alliança, per-

tence o snr. dr. Antonio Placido da Costa, eximia capacidade da clinica especial e ornamento insigne do ensino profissional, endereçámos, no magoado momento, a expressão dos nossos pezames, sinceros.

O collaborador do jornal portuense *(A Folha do Norte)* que estas linhas então rubricou devia uma, ainda que pallida, homenagem publica de respeito pela memoria de um compatricio que o honrara, não só consultando a nullidade do seu parecer como penhorando-o pela benevolencia das immerecidas palavras com que, em seu catalogo, se lhe referiu, no lance de discutir os codices das novellas de cavalleria, do cyclo grego, adquiridos, do legado do conde de Azevedo, pela Bibliotheca Municipal do Porto.

V

Antonio da Costa Porto — Vimarano — Hermenegildo Gutterrez — Sesnando Viegas.

Entrados os mouros em Hespanha, consoante se expressa dom Rodrigo da Cunha, em seu *Catalogo dos Bispos do Porto*, elles elle conta que facilmente renderam todas as praças e presidios, fazendo em tudo cruel estrago, não perdoando a templos nem a egrejas, com furor e crueldade barbara, até de todo arruinarem a monarchia dos reis godos.

Do *Catalogo dos Bispos do Porto* fez nova edição em 1742 o padre Antonio da Costa Porto, bacharel nos sagrados canones, natural da mesma cidade e na sua officina (*Prototypa*, Episcopal) impresso á sua custa.

Chegara a Portugal o que o bispo do Porto e Portalegre, arcebispo de Braga e Lisboa, chama o castigo das outras partes de Hespanha. E em breve tempo vieram conquistando suas terras as armas

dos mouros ditos. No anno de Christo 715 tomaram a cidade de Beja, que se dizia *Pax Julia*, aonde se tinha recolhido a nobreza de Sevilha, como referira o padre Mariana em sua *Historia de Hespanha*.

No anno de Christo 716 disse Frei Bernardo de Brito, na segunda parte da *Monarchia Lusitana*, que se perderam as cidades do Porto, Lisboa, Coimbra, Braga e outras de Galliza. As palavras latinas do memorial que aquelle allega, exara este que querem assim dizer: *Na era de Cesar 754 tomou Abdelaziz a cidade de Lisboa por concerto, e destruiu Coimbra, com todo seu districto, e a deixou entregue a Mahometh Alhamar, filho de Tarif. Depois ganhou o Porto, Braga, Tuy, Lugo e despovoou Orense, arrazando-a até os fundamentos.*

Os moradores d'estes pontos, relata Cunha que se derramaram por diversos logares, como a cada um guiava o medo ou esperança. Os vencedores puzeram guarnições de soldados em logares a proposito, para que os naturaes não podessem rebellar-se nem sacudir aquelle jugo tam pezado.

Quanto aos bispos do Porto e das outras cidades, receando que a sua dignidade não fosse acatada d'aquelles barbaros, que assim os categorisa, se recolheram, juntamente com grã parte da clerezia, a Galliza, onde o bispo de Iria Flavia, ou fôsse o Padron, deu a muitos prelados rendas e dizimos de que se sustentassem n'aquelle desterro, como mencionara o padre Mariana.

Sepultada n'estas miserias estivera a cidade do Porto por alguns annos, roubada das suas riquezas, que os barbaros lhe tinham levado, quasi inhabitada e erma, e com mui poucos moradores, e d'esses a maior parte mouros, que aos christãos que n'ella ficaram tractavam com grande crueldade.

Nem tem dom Rodrigo da Cunha por cousa provavel o que escreve João de Barros na *Geographia de Entre-Douro-e-Minho;* ahi affirma este que a cerca velha do Porto, onde de presente a Sé está, nunca fôra tomada dos mouros e que elles estanciavam em uma fortaleza, quatro legoas da cidade, a que chamam Vandoma.

O arrazamento de Orense, a Manuel Murguia (*Galicia*, na collecção *España*, de Barcelona) não lhe parece concordar com o caracter relativamente brando que os historiadores concedem a Abdelaziz, em cuja affirmada furia destruidora Murguia comprehende Braga outrosim, reportando-se ao *Chronicon Lusitano*, citado por Florez no tom. XVII, pag. 49, da monumental *España sagrada;* mas, na lauda anterior, Murguia transcrevera a phrase especifica: *Auriam vero depopulavit usque ad solum*, destruindo-a, consoante traduz Frei Bernardo de Brito, conforme fizera a Coimbra, com toda sua comarca, no mesmo traslado da *Monarchia Lusitana.*

Na primeira parte da *Historia de la dominacion de los arabes en España, sacada de varios manuscritos y memorias arabigas*, pelo doutor don José Antonio Conde, o capitulo XVIII, que idoneá-

mente se dispõe a tractar *Del imperio del califa Suleiman*, diz-nos que por 715 em Hespanha adeantou Abdelaziz a conquista até ao extremo da Lusitania na costa do grande mar Oceano, correndo seus caudilhos toda a terra Alguf. Alguf ou Algufia é a parte norte, Alquibla a do meio-dia, Axarkia a de oriente e Algarbe ou Algarbia a de poente.

Empenha-se, no tom. xv *(España arabe)* de sua *Historia critica de España y de la cultura española*, Masdeu por arranjar concordancia em datas, com respeito á chronica da vida, morte e governo de Abdelaziz na referencia dos relatos fragmentarios do mouro Rasis. Mas no prologo do relato da dominação dos arabes em Hespanha, extrahido de varios manuscriptos e memorias arabicas pelo dr. don José Antonio Conde, sômos admoestados de que a historia que se diz do mouro Rasis, e que se suppõe traduzida do arabe por mestre Mahamede Gil Pires, clerigo, por ordem de D. Diniz, rei de Portugal, é uma mesquinha compilação dos barbaros chronicões antigos, com algumas noticias tiradas de maus livros arabes, «*toda llena de errores, y fábulas absurdas*». Unicamente merece alguma consideração na parte geographica, que, ainda que mui deturpada, serve n'este ponto para o conhecimento de aquelle medievico tempo, sendo assim por egual tam escassa como tosca e rude. Com a auctoridade e nôme d'esse historiador arabico Izáben Alqued Razif, que certamente que escreveu a historia de Hespanha que citam muitos auctores

arabes, desparziram-se não poucas patranhas nas chronicas castelhanas. A que se intitula *Crónica general* obra é repleta de excellentes coisas, de nobres descripções e discretos conselhos; e ella não póde deixar de considerar-se, segundo o parecer no douto preambulo formulado, como a mais elegante e culta que em lingua vulgar se escrevera na Europa por aquelles tempos. Mas nem por isso deixa de abundar em phantasmagorias e ridiculos contos de mouros e judeus. Por mais que o sabio rei D. Affonso diga que «*fizo facer este libro despues que uvo ayuntados todos los antiguos libros, et todas las crónicas, et todas las historias del latin, et del hebrayco, et del arabigo, que eran ya perdidas et caidas en olvido*», sem embargo não melhorada nem mais conhecida e certa foi a historia dos arabes hispanicos.

Revertendo a Abdelaziz, sua existencia poetisa-se prestes dos tons da novella e melhormente sympathico se torna esse que se havia assignalado já por sua clemencia e moderação para com os christãos. Veio a ser mais suave ainda sob seu governo a sorte e condição dos vencidos, mercê, nas palavras do moderno historiador da Hespanha, Lafuente, de «*una circumstancia notable*».

E foi que entre os prisioneiros feitos em Merida se encontrava a rainha viuva do mal afortunado Rodrigo. Era joven e bella, Abdelaziz era-o tambem, e captivou-se apaixonadamente de sua illustre e formosa captiva.

O generoso filho de Muza logrou fazer-se amar da viuva do ultimo rei godo; e, com surpreza de musulmanos e christãos, os que começaram por amantes logo se converteram em esposos.

Abdelaziz não exigiu da sua bem-amada que abraçasse o islamismo, permittiu-lhe que proseguisse sendo christã, e deu-lhe o nôme arabe de *Onmalisam*, que quer dizer *a dos lindos ou preciosos collares.*

Entretanto, escriptas as cartas do califa a Muza e a Taric ben Zeyad para que sem dilação partissem para Damasco, a Muza ordenando que deixasse no governo de Hespanha e de Africa pessoas de confiança, pouco antes de Muza se partiu Taric, e a sua hoste quedou encarregada a Habib ben Abi Obeida, para que fizesse a conquista da Lusitania e da Galliza.

E por môr do seu amor veio Abdelazis a ser trucidado sem defensa.

*

* *

Por motivo de difficuldade a que busca solução, dom Rodrigo da Cunha, discutindo o ponto, que, por outra banda, achamos em auctores diligentes — cita á margem fr. Bernardo de Brito, na *Monarchia Lusitana,* II parte, liv. VII, cap. XVII —, assenta que no tempo de el-rei D. Ordonho, o segundo do

nôme, que começara a reinar no anno de Christo de 913, conforme ao doutor Salazar de Mendonça — do qual á margem aponta o liv. I, capitulo XIII — quatro annos depois da morte de D. Affonso, o Magno, seu pae, estivera por capitão da cidade do Porto o conde Hermenegildo, avô de S. Rosendo, e n'ella sustentara com grande valor o cerco que lhe veio pôr Abderramen, rei de Cordova, até ser socorrido por Ordonho, que, em batalha campal, venceu ao barbaro e o fez retirar a suas terras, com perda de quasi todo seu exercito e com deixar no campo os melhores e mais ricos despojos que das victorias passadas tinha recolhido.

Em sua addição, explicação e continuado supplemento ao respectivo capitulo de dom Rodrigo da Cunha, Antonio Cerqueira Pinto, com effeito erudito e na verdade pouco merecedor dos desdens do eruditissimo padre Florez, accrescenta, esclarecendo, por quem e por que motivo o conde Hermenegildo Gutterrez foi posto governador do Porto.

Volve a soccorrer-se do «douto academico o doutor fr. Manuel da Rocha», e está bem que o faça; mas, desattento, não repara (o que o livraria da confusão que o illaquea, com dom Rodrigo que corrige) em certa passagem do *Portugal renascido*, e é a que constitue o num. 54 do cap. IV de sua II parte, dizendo, attinentemente a D. Ordonho, assim:

Alcançada a insigne victoria de Gormaz no anno 916, discorre o erudito Ferreras que houve tregoas por tempo de dous annos entre os christãos e os mouros; Sampiro, porém, e Tudense, que são os auctores a quem segue, e eu sigo como dignos de maior credito, por escreverem mais proximos áquelles annos, dizendo se suspendera por algures o furor da guerra, lhe antepõem uniformemente outra batalha. . .

A qual (num. 56 *in-fine*)

. . .durando por todo um dia. . ., nenhum dos combatentes pôde lograr a victoria. Apartou-os a noite, tendo sido fatal no dia a effusão do sangue. Nenhum ficou com forças para proseguir: ambos se retiraram sem vencer. . .

Ora, esta batalha «se deu em um logar que Ferreras chama Mindonia; Sampiro, trasladado por Savedra, lhe chama Medina; e o Tudense, Britonia». Porém, ao certo, «aonde fôsse este logar, se não sabe». Cerqueira Pinto embrenhou-se na tradição portuense da Batalha, Campanhã, Rio-Tinto.

Porém, referentemente ao ponto restricto respeitante ao conde Hermenegildo, o mesmo Cerqueira Pinto rememora que, elevado ao throno real D. Affonso o Magno no anno de 886, como em apurada chronologia bem mostrava o já referido douto academico, o doutor fr. Manuel da Rocha, supposto que nos principios de seu reinado lhe não faltaram rebelliões domesticas, comtudo gloriosamente as vencera, sendo a ultima a de Vimara ou Vima, poderoso vassallo que lhe havia surprehendido a cidade do Porto, ao qual desbaratou, com morte do

rebelde, no anno de 873. E, para evitar qualquer outro disturbio, poz logo por governador da mesma cidade do Porto e das mais da provincia de Entre-Douro-e-Minho ao fiel conde Hermenegildo, ordenando-lhe fortificasse esta e a de Braga, tirando-as ou reparando-as de suas ruinas, ficando assim mais desembaraçado a continuar a guerra com os mouros na provincia da Beira e tomar-lhes a cidade de Coimbra.

No cap. III da primeira parte de seu *Portugal renascido*, disserta o doutor fr. Manuel da Rocha do anno e dia em que morreu el-rei D. Ordonho e começou a reinar seu filho D. Affonso o Magno; como contra este se rebellara D. Favila Lemundo e outra rebellião houvera, de Vimarano, na cidade do Porto.

Debate o pleito fundando-se em memoria, de que logo fará menção, e em tudo lhe pareceu justo não apartar-se d'ella, «sendo tam conforme á verdade, e tam antiga.» Da morte do pae e da acclamação do filho elle topara uma individual lembrança, que seria fortuna maior, se a achassemos egual, em ordem dos mais reis.

Eu a descobri em um livro que, feito no mosteiro de Lorvão, se conserva no cartorio de Alcobaça, e se intitula: *Livro dos Testamentos*, mostrando ser escripto ha mais — 1730 — de quinhentos annos.

Marcado com rigor o dia mysterioso em que «aquelle luzido sol de Hespanha começou a illus-

trar a Monarchia Catholica», não sabe fr. Manuel da Rocha se para crescer mais a sua gloria permittiu o ceu que aos jubilos da sua acclamação puzessem intempestivo fim domesticas perturbações, de que os auctores (Sampiro e outros) nos dão alguma noticia e a que D. Affonso prevaleceu com singular fortuna. O primeiro que contra o rei se declarou rebelde fôra D. Froila Lemundo, ou Veremundo, como o Tudense lhe chama, o qual actualmente governava as terras da Galliza. A esta rebellião accrescentam os auctores outra, movida pelo conde Eilo nas terras de Alava.

Estas são as rebelliões de que os auctores nos dão noticia, e que com elles propõe Ferreras, movidas na acclamação de D. Affonso o Magno, sem que eu saiba de auctor algum que estenda estes successos ás terras de Portugal; mas, ponderando que estas com Galliza eram n'aquelles tempos uma mesma cousa, lá tinha minha suspeita de que, rebellando-se D. Froila, seguissem estas terras a sua mesma fortuna, e a tive de achar o mesmo que suspeitava, porque no antigo e já allegado «Livro dos Testamentos» descobri memoria de que, no segundo anno de D. Affonso, se fez senhor do Porto um cavalheiro por nôme Vimara ou Vimarano, que pela occorrencia do tempo se argue ser algum dos rebellados: *Era Dccccvi prenditus est Portugale ad Vimarani Petri.* Quem fôsse este cavalheiro, bem poderá ser que o venhamos a descobrir; por'ora hei de dar noticia da sua rebellião.

Persuade-se fr. Manuel da Rocha que as referidas duraram mais tempo do que os auctores insinuam, pois, fazendo-se Vimara senhor do Porto, julga que com violencia e sem beneplacito ou von-

tade dos moradores, que lhe parece estavam pelo partido do rei, como inculcam, diz, as palavras: *Prenditus est Portugale*, não pôde o mesmo rei acudir a estas partes senão na éra 911 ou no quinto anno depois que se levantara aquelle rebelde, que vem a ser no anno 873, no qual o mesmo rei viera contra o rebelde Vimara, que, ao sexto dia depois da sua chegada, acabara a vida, como dizia a mesma memoria: *D.cccxi.venit rex Adefonsus in Vimara, et in vi die Vimara mortuus est.* «E não era de crêr que sem acudir a esta rebellião deixasse passar el-rei D. Affonso cinco annos, se o não tivessem divertidos outros mais sensiveis cuidados».

*

* *

Em seu *Catalogo dos bispos do Porto*, parte I, cap. XIII, D. Rodrigo da Cunha escreve que nos annos que governaram os reinos de Galliza e Leão os reis D. Ramiro, primeiro do nôme, D. Ordonho, assim mesmo primeiro, e D. Affonso VII, o Magno por sobrenôme, se topa em muitos privilegios dos mesmos reis assignado a um cavalleiro chamado Hermenegildo, conde das cidades do Porto e Tuy e senhor de quasi toda a terra que cabe entre o rio Douro e Minho.

Fôra este, quanto ao sangue, parente mui chegado d'el-rei D. Affonso, o Magno, porque D. Affonso V lhe chama, em uma carta de doação sua

que se guarda em Celanova, e se fez á mesma casa, em fevereiro do anno de Christo de 1015, parente dos mais chegados do mesmo rei. São as suas palavras: *Hermenigildus Gutierres, qui et ipse Comes, regio generi de propinquis erat*, «Hermenegildo Guterrez, que foi Conde, era dos mais chegados á linha real, etc.»

No esforço foi tão avantajado que el-rei D. Affonso, o Magno, o fez seu capitão general em muitas emprezas e o levou comsigo, como pessoa de quem dependia o bom successo da guerra, em todas as jornadas que fez contra mouros. Achara-se na conquista de Coimbra; prendera ao tyranno Witiza, que sete annos andou rebellado contra seu rei e senhor em Galliza e fizera outras façanhas de que estão cheias as chronicas hespanholas.

Na primeira addição, declaração e supplemento ao cap. XIV, Antonio Cerqueira Pinto declara concluil-a com relatar uma grande batalha que n'esta cidade houvera, a qual referiram, além do mesmo D. Rodrigo da Cunha, fr. Bernardo de Brito e na *Benedictina Lusitana*, tom. 2, pag. 3, cap. I, pag. 115, fr. Leão de Santo Thomaz, e fôra pelos annos de 920, ou pouco antes, sendo conde do Porto este Hermenegildo famoso.

Pois, querendo Abderramen, rei mouro de Cordova, vingar-se do grande destroço que lhe havia feito el-rei D. Ordonho II, na antecedente batalha de S. Estevão de Gormaz, intentara pessoalmente outra vez experimentar fortuna.

De modo que, entrando pelas terras de Portugal, chegou sobre a cidade do Porto, a que deu fortissimos combates, porém a todos resistira valorosamente o conde Hermenegildo, até ser soccorrido por el-rei D. Ordonho, que pessoalmente a isso acudiu logo.

Ora, dando-se campal batalha, de poder a poder, todo um dia, em que a noite, superveniente, não permittiu completar-se a victoria, foi tal o estrago dos mouros que Abderramen, confuso, se retirara na madrugada seguinte, bem pouco acompanhado, a Cordova.

D'esta memoravel batalha, «de que ainda permanece n'esta cidade bem viva a memoria», resultara, do sitio em que acamparam os mouros perto d'ella, para a parte do nascente, o nôme da freguezia de *Campanhan* e a um pequeno rio que por ella corre, a incorporar-se no Douro, o nôme de *Rio-tinto*, pelo muito sangue que o innundou n'aquella fatal occasião, bem como ao sitio em que sem duvida principiou o conflicto, junto da cidade antiga, o da *Batalha*, «em que ha hoje — 1742 — uma porta dos modernos muros d'ella, que sahe para aquella parte chamada a porta da *Batalha*».

D'esta tradição permanente, largos annos adeante entendera confusamente o vulgo, suppondo no dia da batalha completa a victoria, que essa se acabara de conseguir no sitio «em que hoje — 1742 — já intra-muros se acha a egreja e freguezia de N. Senhora da Victoria, e por essa

razão, no altar-mór d'ella se usa de um quadro, que ordinariamente cobre a tribuna, em que se vê delineada a dita batalha».

Como, porém, não chegara a completar-se a victoria, e do sitio da *Batalha* se havia de ir seguindo contra os mouros e seu acampamento *(Campanhan)* o estrago d'ella, até o sitio de *Rio-tinto*, em que ultimamente o muito sangue o innundou, e por isso lhe deu de Rio-tinto o nôme, «se manifesta que o da egreja de N. Senhora da Victoria lhe proveio de outro não menos glorioso principio».

Pouco glorioso, na interpretação subsequente de Cerqueira Pinto, pelo processo como obtido o triumpho, aliás.

O padre mestre fr. Leão de Santo Thomaz, no preludio I da parte III, tractado I, tom. II, de sua *Benedictina Lusitana*, é discreto. Dizendo que D. Ordonho II alcançara muitas victorias dos mouros, contenta-se com reunir ao dito que entre ellas se póde contar o encontro que teve junto ao Porto com Abderramen, rei de Cordova, no qual, pelejando um dia todo, os campos se apartaram de cançados.

Mas, em se recolher o mouro á pressa para Cordova se infere que ficou de peor partido. Derramou-se tanto sangue n'este encontro que um ribeiro que hoje se chama *Rio-tinto*, do sangue que por elle correu, e o tingiu, tomou o nôme.

Fr. Bernardo de Brito, esse, diz que Abderramen, entrando pelas terras de Portugal, sem perdoar de caminho a cousa de christãos nem deixar levantado muro dos que novamente se refizeram em tempo dos reis passados, com tal braveza assim chegou sobre a cidade do Porto.

Assentada (como já disse algumas vezes) d'est'outra parte do rio, a que deu grandes combates, sem a valentia dos christãos que tinham guarda e de seu conde, Hermenegildo, avô de S. Rosendo, lhe dar logar a que se melhorasse em cousa alguma, antes era rebatido com tanto animo que de todos os assaltos se retirava com perda de gente e reputação, deixando-a dobrada aos cercados.

A estes não tardara o soccorro muitos dias, porque, junta a cavallaria e gente de armas que se pôde recolher em Biscaya, Castella, Galliza e Portugal, partira el-rei D. Ordonho em busca dos barbaros e lhes apresentou batalha, de poder a poder, que foi pelejada com tanto animo e resolução de ambas as partes, sem se acabar de manifestar a victoria por uma d'ellas que só a noite serviu de limite a tantas mortes, com a escuridão da qual se retirou el-rei Abderramen d'aquelle sitio, deixando plantadas n'elle as tendas de seu campo, com a maior parte das riquezas e mantimentos que trouxera, e na madrugada seguinte se foi retirando por onde viera, receoso d'el-rei acabar de o destruir, querendo-se affrontar com elle em segunda batalha.

Mas a rota dos christãos fôra tal e a gente que perderam tanta que el-rei se teve por bem andante, de ver a praça soccorrida e o campo ficar por seu, sem tractar de seguir o alcance dos que fugiam, por não experimentar algum contraste e dissabôr da fortuna; e, deixando o Porto com mais gente e mantimentos, se retirou a Leom, n'este anno de Christo 920,

Porém Masdeu (tom. XII, pag. 197, ao num. CLVI, cuja notula marginal marca: *Combate com os mouros outro dia inteiro sem vencel-os nem ser vencido)*, narra:

Pezaroso el-rei de Cordova com tam funesto acontecimento, qual o da batalha ganha por Ordonho II mui gloriosa em S. Estevam de Gormaz,—a preço de qualquer desgraça quiz tornar desde logo, por honra de suas armas; e com um corpo de soldados escolhidos, que tinha de reserva, voou a logares distantes do exercito christão, entrando por Galliza, segundo parece, até um povo a que chamam Mindonia ou Mittonia, e Mariana chama-lhe Rondonia.

O rei christão acudiu com toda a sollicitude possivel; porém, como os mouros estavam furiosos e os christãos chegavam cansados, assás fez em pelejar desde pela manhã até ao cahir do sol, sem retirar-se do posto nem da batalha, ainda que com perda de muita gente.

Com a sombra da noite, fôram-se os inimigos, pregoando de vencedores porque não quedaram vencidos: e o rei de Leon, após haver dado ás suas tropas o descanso e premio devido, restituiu-se á côrte no mesmo anno que disse de 919.

Além de outros, em nota a fundo de lauda Masdeu declara-se baseado em Sampiro, *Chronicon*, num. 18, pag. 463; no Monge de Silos, *Chronicon*, num. 55, pag. 301; em Lucas de Tuy, *Chronicon mundi*, lib. 4, pag. 82.

Se outros negocios houvessem podido fazer esquecer a Abderramen que elle tinha ainda a vingar a derrota do seu exercito e a morte do intrepido Ibn-abi-Abda, de quem Ordonho fizera cravar a cabeça na parede de San Estevan, a par d'uma de javalli (Mon. Sil., c. 47), os christãos cuidado teriam tomado de o forçar a seus deveres, porquanto, na primavera do anno de 918, Ordonho II e o seu alliado Sancho de Navarra assolaram as cercanias de Najera e de Tudela, após o que Sancho tomou o arrebalde de Valtierra e poz fogo á grande mesquita d'essa fortaleza (Arib., tom. II, pag. 179). Abderramen confiava agora o commando do seu exercito ao hãdjib-Beor, e enviou aos habitantes das fronteiras ordem para se reunirem aos pendões, excitando-os a aproveitar-se d'essa occasião para lavar a vergonha de que se haviam coberto no anno precedente. A 7 de julho partiu-se de Cordova; e, quando ao territorio leonez se chegou, atrevidamente se atacou o exercito inimigo, que se tinha entrincheirado nas montanhas. Por duas vezes, a 13 e a 15 de agosto, se feriu batalha cerca de um sitio que se chamava «Montonia». O texto citado mostra que tal é a verdadeira licção, mas Dozy (tom. III, pag. 40) adverte-nos de que se

ignora a situação de tal logar. Fôsse onde fôsse, ponto foi que por duas feitas, n'uma batalha dupla, os musulmanos alcançaram uma victoria brilhante. Os leonezes, como os seus proprios chronistas o attestam, houveram de se consolar dizendo com David que as armas são para cada dia (Arib., tom. II, pag. 179 e 181; Sampiro, cap. 18).

Abderramen reparara assim a ignominia da sua derrota; mas, não julgando ainda os leonezes sufficientemente humilhados, e ardendo, de resto, no desejo de ter a sua parte nos louros que os seus generaes colhiam na guerra contra os infieis, tomou em pessoa o commando do seu exercito no começo de junho de 920. E um ardil o empossou d'Osma.

*

* *

D'entre os bispos do Porto, o Beato Sesando I, irmão de D. Moninho Viegas, filhos do conde D. Gonçalo Moniz, natural d'esta cidade, e que tinha ido a França conduzir a este Porto famosa armada de gascões, fôra o que succedera a Nonego, que governara pelos annos de mil e oito até mil e quinze, tendo sido bispo de Vandoma em França, de cujo bispado desistiu, para vir a esta cidade na armada que conduzira os nobres gascões que a haviam reedificado, como por elle Agostinho Rebello da Costa, em seu cap. I, ficara dito.

Ahi dissera que, arrazados os muros do Porto por Almançor, capitão arabe, que não deixara em todo o seu ambito pedra sobre pedra, assim a cidade permanecera despovoada e erma, até que no anno de 999 uns nobres e valorosos fidalgos gascões entraram, com uma grande armada, pela foz do rio Douro, para expulsarem os mouros das terras que tyrannamente possuiam.

Eram os chefes d'esta armada D. Moninho Viegas, D. Sesnando, seu irmão, que depois foi bispo d'esta cidade, e Nonego, que, para acompanhar esta empreza, tinha renunciado o seu bispado de Vandoma na França.

Estes fidalgos, que traziam na sua companhia muitos e distinctos officiaes, apenas desembarcaram na parte septentrional do rio Douro, dirigiram a sua marcha ao mesmo logar em que existia a cidade arruinada. Elles a reedificaram muito mais ampla e forte, cingindo-a de soberbos e elevados muros, que n'aquelle tempo eram inaccessiveis ao soldado mais intrepido. Deixaram n'ella uma escolhida guarnição, e logo partiram, a expulsar do resto da provincia os barbaros que a dominavam; e, pela fé a que recorriam, as terras que submettiam ao seu dominio as intitulavam *Terras de Santa Maria.*

Hoje mesmo — 1789 — se conserva esta preciosa invocação nas terras das villas da Feira e Guimarães, que fôram as primeiras que elles conquistaram. Tambem se conservam ainda desde aquelle tempo algumas muralhas, torres e portas, que

rodeam a cidade antiga, situada no bairro alto da Sé. Alli, sobre um arco espaçoso, que dá entrada e sahida ao interior da mesma cidade, está uma capella consagrada á Rainha dos Anjos com o precioso titulo de Senhora da *Vandoma*, cuja imagem, dizem, trouxeram de França os mencionados gascões.

O nosso famoso fr. Bernardo de Brito especifica que, edificada a fortaleza e retomada a povoação e egreja antiga, ordenado bispo do Porto dom Sesnando, em companhia do irmão, D. Moninho, e dos mais cavalleiros, foi conquistando as terras de uma e outra parte do rio Douro, até os concelhos de Rezende e Bemviver, repartindo as terras entre os fidalgos e cavalleiros que lh'as ajudaram a conquistar, a quem assignavam logares e honras em que vivessem.

Aqui n'esta conquista do concelho de Bemviver morrera o bispo dom Sesnando, e jaz sepultado no mosteiro de Villa-boa-do-Bispo, com opinião de santo. Mas Agostinho Rebello da Costa, mais minucioso, informa que, depois de ser um perfeito bispo, retirou-se Sesnando ao mosteiro de Villa Boa, que era de conegos regulares, onde foi martyrisado pelos mouros no momento em que celebrava o sacrificio do altar. Na sua sepultura mandara o bispo D. Pedro Rabaldis gravar o seguinte epitaphio:

Martyr et antistes jacet hic rite
Sepultus V. Idus Octob. in Era MCXL
Sesnandus nomine, quem Christus ad
Aethera sumpsit III. Kal. Feb. in Era
MLXXIII

Aquelle copioso fr. Bernardo de Brito accrescenta-nos, quanto a dom Nonego, que elle conquistara por outra parte, e em uma serra, quatro legoas do Porto, edificara um forte, a que poz nôme *Vandoma* (como inda hoje — 1609 — se chama a serra), d'onde fez tanta guerra a mouros que desoccupou grande parte d'aquella comarca; e, vindo a morrer, foi sepultado no mosteiro de Assidos, com não menos reputação de santo que o bispo dom Sesnando.

Pelo que toca a dom Moninho, ao tempo que chegara a Portugal, trouxera comsigo dous filhos, chamados dom Egas e dom Garcia Moniz, dos quaes dom Garcia morrera em uma batalha que deu a mouros e ficando dom Egas em Portugal, servindo ao rei Dom Affonso V e a Dom Bermudo III de Leão, tido sempre em tanta estima que casou com dona Toda Hermiguez, filha de dom Hermigio Alboazar e neta do infante Alboazar Ramirez; dos quaes nasceu dom Hermigio Egas, e d'elle dom Moninho Hermiguez, que casou com dona Minanha, de quem houve Mem Moniz, de riba de Douro, e Egas Moniz, que foi aio d'el-rei dom Affonso Henriques.

Mas, inda que elle tenha esta successão por verdadeira, não deixa fr. Bernardo de Brito de duvidar em serem os Monizes de Gasconha, por achar em Portugal senhores d'este appellido muito antes da vinda de dom Moninho a Hespanha. Confirma seu asserto com varias corroborações demonstrativas, faina escusavel, pois pareça que labora o inau-

gurador da *Monarchia Lusitana* em méra equivocação, não contrariando o corollario que deduz de que «os Monizes, ou são dos antigos povoadores de Hespanha ou da nobreza dos godos, sem dependencia de nações extrangeiras, pois tanto antes da vinda dos gascões eram grandes em Hespanha». (Liv. VII, cap. XIII).

O ignorado J. M. P. Pinto, auctor dos modestos *Apontamentos para a historia da cidade do Porto*, ao ponto diz assim:

Consta que no tempo de dom Ramiro II, outros dizem terceiro, de Hespanha, entrou pela Foz do Douro uma armada christã, em que vinham aguerridos francezes gascões, e fizeram assento no sitio de Gaya, e reedificaram o castello, que estava arrasado e abandonado, da fórma de que o deixou dom Ramiro, quando matou o regulo Alboazar Iben Albucadura; cuja armada era commandada por dom Moninho Viegas e seus irmãos dom Nonego e dom Segismundo, de Vandoma, em 982 ou 999; e depois passaram a reedificar e fundar, no sitio aonde hoje é, a Sé, aonde havia vestigios de povoação e fortaleza arruinada, para ponto de partida a suas conquistas. Tinha quatro portas, a primeira e principal chamada da Vandoma, em razão de ter no cimo uma ermida, com a invocação de N. S. da Vandoma, e uma reliquia que elles trouxeram de França; cuja porta foi demolida em 1855; era proxima á Sé, do lado do nascente. A segunda porta, chamada de S. Sebastião, era junto ao Aljube, ao pé do palacio que foi da rainha D. Thareja, junto ás escadas chamadas da Rainha. A terceira porta, chamada de Sant'Anna, era no fim ou Bainharia, ao ir para o Collegio ou Grillos. A quarta porta era junto ás escadas de N. S. das Verdades, atraz do Paço Episcopal, ao descer para o Barredo; aonde se vê—1869—, ao descer as escadas do lado direito, gravado na parede, o distico e vestigios.

Em a altura para *Vandoma*, informava em 1868 dom José Maria d'Almeida e Araujo Corrêa de Lacerda que, freguezia de Portugal, na provincia do Minho, comarca de Penafiel, concelho de Paredes, contava 440 habitantes.

*

Após os tristes exemplos que Fernando sob seus proprios olhos tivera, coisa não seria que se esperasse, aventa Rosseeuw-St.-Hilaire, vêl-o recomeçar o erro de Sancho o *Grande*, e comprometter o repouso da Hespanha por essas funestas partilhas, que prenhes eram de discordias e de guerras civis. Todavia, um anno antes de sua morte, Fernando convocara em Leon os prelados e os grandes do seu reino, para os consultar sobre o seu projecto de dividir seus Estados entre seus filhos, «afim de que após sua morte, diz ingenuamente o chronista, seus filhos, *caso fôsse possivel*, levassem entre si uma vida pacifica». E, estranha coisa! — exclama o reputado historiador francez da Hespanha, — n'essa assembleia de todos os conselheiros da corôa, nem uma só voz se ergueu para protestar contra tal partilha imprudente.

Sancho, o filho mais velho de Fernando, teve a Castella, até ao Pisuerga, e a parte da Extremadura que se estendia até Avila, com Najera e a riba direita do Ebro. Affonso (que o rei preferia aos dois outros) teve, para sua parte, o resto da Extrema-

dura até Salamanca, com as Asturias e o reino de Leon. Finalmente, Garcia, o mais moço, teve a Galliza e Portugal.

Asperos fôram os resultados da funesta partilha operada por Fernando I entre os seus filhos. Durante os dois annos que se seguiram á morte d'este principe, o ascendente de sua viuva lograra, não sem custo, manter a concordia entre os seus tres filhos e os reis de Navarra e d'Aragão, seus primos.

Dos tres irmãos, o mais descontente da partilha era o mais velho, Sancho de Castella. A sua ambição, sempre inquieta, fêl-o, d'entrada, atacar seu primo, Ramiro, d'Aragão, que succumbiu, á roda de 1066, n'uma guerra contra Sancho e contra o emir de Saragoça, então alliado e tributario de Castella. Sancho, vencedor do rei d'Aragão, contara com herdar-lhe os despojos; mas falhou-lhe essa esperança: os aragonezes deram-se pressa em eleger o filho de Ramiro.

Após um ataque impotente contra o rei de Navarra, Sancho voltou suas armas contra Affonso de Leon, seu irmão e seu visinho immediato, que, batido em 19 de julho de 1068, se devolveu a Leon de cerce do rio Pisuerga, onde se déra a refrega.

Tres annos depois, em julho de 1071, os dois reis mediram-se ainda uma vez perto do rio Carrion, na fronteira de seus reinos; mas d'esta feita a fortuna voltou-se para o lado d'Affonso, que, contentando-se com haver punido seu irmão d'uma injusta aggressão, se recusou a acabar sua derrota. O

famoso Cid, que servia no exercito de Sancho e que apparece aqui pela primeira vez na historia, persuadiu-o a que não desesperasse da fortuna, e a que tentasse um ataque contra o acampamento d'Affonso, onde reinava a segurança confiada da victoria oriunda. Sancho, congregando suas tropas, atacou ao alvôr do dia o exercito inimigo. Os leonezes, surprehendidos a meio do somno, fôram facilmente vencidos; Affonso, feito prisioneiro, resgatou sua vida, cedendo a seu irmão todos os seus direitos sobre o reino de Leon, e consentiu até em tomar o habito monachal; mas prestes de seu retiro se evadiu e um asylo foi pedir a seu alliado e tributario, o emir Almamun, de Toledo, encontrando no seu antigo vassallo a mais hospitaleira acolhida.

Após sua victoria, apoderara-se Sancho do reino de Leon e de todos os Estados de seu irmão; depois do que, o ambicioso Sancho se voltou para a Galliza e marchou contra Garcia, o derradeiro dos filhos de Fernando e rei da Galliza e Portugal.

Um obscuro favorito alienara do coração do rei de Galliza e Portugal os corações de seus subditos, e todos os nobres não mais que um pretexto aguardavam para se pronunciarem contra elle.

O avisinhar-se em tom de guerra Sancho deu o signal da insurreição, e o favorito foi morto á vista mesmo de seu amo.

Garcia não tentou sequer luctar contra a fortuna; seguido de trezentos cavalleiros, poz-se em fuga, e foi pedir soccorro e asylo ao seu vassallo o

emir de Sevilha que, não se lhe dando o pôr-se a mal com Sancho, por mòr dos lindos olhos de Garcia, a Garcia se limitou a fazer-lhe promessas vãs, e foi-o affastando cortezmente de seus Estados.

Garcia, illudido em sua espectativa, dirigiu-se então para Portugal, onde se assenhoreou de algumas praças fortes.

Mas Sancho, marchando immediatamente contra elle, desbaratou-o, fêl-o prisioneiro e não o soltou senão após lhe haver exigido um juramento de homenagem e de fidelidade.

Após haver esbulhado seus irmãos, quiz Sancho punir Zamora, e veio pòr sitio a esta cidade que dominava todo o curso do Douro; mas os assaltantes, apezar de seus esforços, não ganhavam nesga de terreno. A heroica dona Urraca mantinha-se firme. Era ella uma das duas filhas de Fernando I que na partilha d'este haviam obtido, á sua parte, uma, dona Elvira, Tóro, a outra, dona Urraca, Zamora. Isto é, pelo menos, o que affirma Rodrigo de Toledo; mas Lucas de Tuy, que com elle é a fonte principal pelo que toca ao reinado dos filhos de Fernando, pretende que Zamora haja sido dada por Affonso VI a sua irmã Urraca, pela qual professava uma deferencia quasi filial *(tanquam matri parebat)*.

Após sua victoria sobre Affonso e retirando-se este para junto do emir Almamun de Toledo, e havendo-se apossado, como se disse, Sancho do reino de Leão e de todos os Estados de seu irmão,

tão só os habitantes de Zamora, vassallos de dona Urraca, haviam protestado contra essa usurpação; mas Sancho não se detivera por então a pelejar contra elles e açodado se voltara, conforme se viu já outrosim, para Galliza, marchando contra Garcia.

Reconsiderara agora e agora volvera; porém dona Urraca soubera, em tal e tanta maneira, inflammar a coragem dos habitantes de Zamora que elles supportavam sem se queixarem todas as miserias d'um prolongado assedio, «e uma cidade sósinha ousava assim — pondera Rosseeuw-St.-Hilaire, o que ousado não haviam dois reinos».

Durava o cerco havia já longo tempo quando um dos habitantes de Zamora, chamado Vellido, penetrou no acampamento do usurpador e vingou assassinal-o (4 de Outubro de 1072).

Este golpe de audacia lançou o pavor no exercito inimigo. O assassino escapou, graças á velocidade do seu cavallo, se bem que Rodrigo de Toledo o faça matar pelo Cid, no momento em que a porta de Zamora se lhe abria. O exercito de Sancho, desanimado, retomou o caminho de Castella, levando comsigo o corpo de seu rei.

A voz publica accusou Urraca do assassinato de seu irmão. Esta, mal apenas liberta, enviou um mensageiro a seu outro irmão, bem-amado esse, Affonso, refugiado em Toledo, para lhe dar conta da morte de Sancho e para o incitar a que viesse reclamar sua herança.

Mal apenas Affonso com sua irmã veio ter a

Zamora que os seus antigos subditos de Leão e das Asturias, sabendo de seu regresso, se apressaram a restituir-lhe a corôa.

Garcia, vendo seus vassallos promptos a seguir o exemplo dos leonezes, quiz-lhes ganhar em presteza, e declarou a guerra a seu irmão. Affonso enviou-lhe deputados para o convidarem a vir tractar com elle da paz. Garcia acquiesceu sem desconfiança, e Affonso mandou-o arrojar em prisão no castello de Luna, onde preso elle permaneceu o restante de sua existencia.

Esta versão de Lucas de Tuy é mais favoravel ainda a Affonso do que a do bispo Pelayo, que lhe faz atacar Garcia poucos dias após seu regresso de Toledo, para se appoderar de seu reino. Quanto a Rodrigo de Toledo, attribue ao defunto Sancho o crime d'esta cobarde traição, da qual Affonso, todavia, teria colhido o fructo, conservando preso Garcia.

Como quer que fôsse, certo é que eis aqui Affonso ascendido de novo ao throno de Leão e senhor da Galliza e de Portugal, de que esbulhara Garcia, de Galliza e Portugal rei.

*

Vendo os *ricos homens* castelhanos a raça dos seus reis extincta com Sancho, e Affonso reposto no throno de Leão, e senhor da Galliza e de Portugal, que elle havia tirado a Garcia, decidiram-se a

offerecer-lhe a corôa de Castella, sob condição de que lhe juraria que parte alguma tomara no assassinato de seu irmão.

Culpado ou não, Affonso consentiu em sujeitar-se a esta clausula; senhor d'aquella triplice corôa, que devia talvez ao fratricidio, Affonso reconheceu os serviços da sua *prudente* irmã, dando-lhe o titulo de rainha e associando-a d'alguma maneira ao seu poder, da ironia do italico tem a responsabilidade Rosseeuw-St.-Hilaire, d'onde o tomo.

O fim desastroso de Sancho IV de Navarra, que, em 1076, morreu assassinado por seu irmão Ramon e sua irmã Ermesinda, forneceu a Affonso de Castella, prompto a agarrar a occasião de se augmentar ainda, o lanço propicio para invadir, como invadiu, a Navarra, apanhando á sua conta a Rioja e a Biscaya, emquanto que o rei d'Aragão se apoderava da alta Navarra, com Pamplona, sua capital.

Assim, de todos os soberanos que se haviam repartido a Hespanha do norte, á data não restavam mais do que tres, mui deseguaes em poderio, Sancho I d'Aragão, Raymundo Berenger I, conde de Barcelona, e o temeroso soberano de Leão e de Castella. Desde Logroño até Coimbra, Affonso reinava sobre um Estado compacto, formidavel a seus visinhos, e de que os emires musulmanos reconheciam, tremendo, a supremacia.

Mas tanto que Toledo, sentinella avançada do Islam, pudesse espalhar a cada instante a invasão sobre o territorio christão, a Affonso parecia que a

corôa de Castella segura não estava em sua cabeça. Emquanto Almamun fôra vivo, hesitara em arrancar das armas contra elle. A morte do emir, sobrevinda em 1075, veio libertal-o dos seus escrupulos, e não hesitou em passar com a fortuna para a banda de Mohammed de Sevilha. Almamun, deixando o throno a seu filho Yahia, creança ainda, havia-o posto, por assim dizer, sob a tutella d'Affonso, seu hospede e seu alliado; «e, todavia, —observa Rosseeuw-St.-Hilaire, impressionado com estas humanas protervias—a propria mão de que esse moço principe esperava um appoio era a que lhe devia arrebatar a corôa».

A 25 de Maio de 1085, dia para sempre glorioso para a Hespanha christã, Affonso entrou triumphante na intomavel cidade de Toledo, da qual sua coragem e sua paciencia lhe haviam emfim aberto as portas; o emir Yahia retirou-se para Valencia, e Affonso, por uma generosidade onde suggere Rosseeuw-St.-Hilaire que quiçá o remorso entrasse em qualquer percentagem, deixou-lhe levar com elle seus thesouros. Assim cahiu, após um cerco de sete annos, esse baluarte da Hespanha musulmana. Toledo, a antiga capital da Hespanha gothica, voltou a sêl-o da Hespanha da reconquista.

Mas em Agosto de 1086 o audacioso e afortunado Yusuf embarcava em Ceuta, á frente do melhórmente poderoso exercito que jámais houvesse invadido a Peninsula; e em 23 de Outubro feria-se a mortifera batalha de Zalaca, da qual, derrotado,

a grão custo logrou Affonso, perseguido de perto pelos almoravides, escapar-se, refugiando-se em Toledo com uma centena de cavalleiros.

Assim, o primeiro passo de Yusuf no sólo da Hespanha fòra uma victoria. Se, perseguindo o seu inimigo, sem lhe dar tempo a reparar as suas perdas, elle houvesse chegado ao mesmo tempo que Affonso a debaixo dos muros de Toledo, talvez que, na primeira consternação d'um desbarato, as portas d'esse baluarte da christandade perante elle lhe fòssem abertas, Rosseeuw-St.-Hilaire duvidosamente o presume; e addita, corroborando sua conjectura, que, vencido Rodrigo, a Hespanha inteira, ganha n'uma batalha, passara sob a lei do Propheta; mas a fortuna viera em soccorro dos christãos, arredando Yusuf, chamado a Marrocos pela morte d'um de seus filhos, e os hespanhoes, libertos do seu mais temeroso adversario, poderam retomar folego.

Em Junho de 1088 desembarcou Yusuf na Hespanha com um novo exercito e pela terceira vez, em 1090, a Hespanha passou, resolvido d'essa feita a deitar fóra a mascara e a predominar irrefragavelmente; e tam decidido andou n'esse fito que em 1092 Valencia cahia em poder dos almoravides, havendo seu emir Yahia vendido caro a vida. Já Yusuf se apossara de Granada e nas mãos dos almoravides estava Sevilha.

Assim, todos os soberanos musulmanos d'éste e do meio-dia haviam cessado de reinar, e Yusuf

completara a sua conquista em menos de tres annos. E' licito o pasmo pela inacção d'Affonso, de par e passo que o monarcha africano extirpava, uma após outra, do solo da Hespanha as suas vencidas soberanias, todas sem raizes, e reconstruia sobre uma mais larga base o imperio dos Ommyadas. Mas esse principe andava por então preoccupado com outras canceiras: «recolhia d'espada em punho a sua parte da herança do emir de Badajoz, tomando-lhe Lisboa e Santarem, que dava em feudo a seu genro, o conde Henrique de Besançon, fundador da realeza de Portugal». Estes são os dizeres de Rosseeuw-St.-Hilaire, que adeante registra que em 1093 Affonso VI retomara em Portugal Lisboa e Santarem, conquistas de Fernando I, recahidas em poder dos arabes; na *Chron. Complut.* e *Chron. Conimbr. I*, se fundara; era certo que o primeiro não falla senão de *Sancta-Irene* (Santarem); mas, em compensação, elle nos informa de que ella fôra reconquistada em IIII pelo *rei* Cyr ou Seir, logar tenente de Yusuf.

No desbarato da batalha d'Uclès, perdida, como a de Zalaca, pelos christãos, morto o moço infante Sancho, antes de morrer, Affonso VI occupou-se, com firmeza d'animo, de regular a ordem de sua successão, que já agora nenhum filho devia recolher. O mesmo Sancho (que era filho de Zaida, filha do emir de Sevilha, que a dera, á volta de 1091, a Affonso VI, o qual a admittira no seu leito como concubina mas não como esposa), ainda que

vivesse, risco corria de não chegar a obter o usufructo da paterna herança. Um documento curiosissimo, citado por D. Achery (*Spicileg. Veter. Script.*, tom. III, pag. 122), revela a existencia d'um tractado secreto, concluso entre os dois genros d'Affonso, Henrique de Portugal e Raymundo de Galliza, para dividirem entre elles dois a successão d'Affonso e tiral-a ao moço Sancho, como filho d'uma pagã, que, morta longo tempo antes d'elle, abraçara aliás a fé catholica.

O documento alludido é uma carta dirigida ao abbade Hugo de Cluny, um dos mais activos propagandistas da influencia franceza na Peninsula.

Henrique e Raymundo, n'esse pacto, que Rosseeuw St.-Hilaire qualifica de singular, juram-se, por uma precaução caracteristica da epocha, o garantirem-se mutuamente a vida, a liberdade e a *integridade de seus membros;* as duas terças partes do erario regio deviam ser dadas a Raymundo, e a terça a Henrique; este ultimo devia ter, além de Portugal, Toledo e o seu territorio, ou a Galliza, mas a titulo de feudo dependente de Castella, e sob condição de ajudar Raymundo a apoderar-se do resto dos Estados d'Affonso. A morte de Sancho, e mais tarde a de Raymundo, tornaram este pacto inutil.

Esse Raymundo e aquelle Henrique eram dois francezes que a Hespanha tinham vindo nas circumstancias seguintes:

Affonso VI, em 1080, tornara a casar-se. Com Constança, filha de Roberto I, duque de Borgonha,

e d'ella teve a celebre dona Urraca, que cumpre não confundir com a princeza do mesmo nôme, irmã do rei de Castella, morta em 1101. O rei casou essa filha, apenas de idade de dez annos, com um cavalleiro francez, de nôme Raymundo, filho de Guilherme I, conde de Borgonha, em recompensa dos serviços por elle prestados no cerco de Toledo. O genro do rei, foi creado conde da Galliza.

De modo e maneira que a casa de Borgonha, por um concurso singular — tambem lhe chama assim Rosseeuw-St.-Hilaire, — tomou raiz no solo de Hespanha, ahi se volvendo na cepa de duas familias de reis. Uma d'estas duas regias familias indica-se já, pois foi o filho d'Urraca e do conde Raymundo aquelle que mais tarde é dado vêr, sob o nôme d'Affonso VII, o *Imperador*, occupar com intenso brilho o throno de Castella. Seu pae Raymundo viera com outro fidalgo francez, ambos parentes da rainha Constança, no seu sequito, trazendo por todo patrimonio seu nôme e sua espada, a buscarem fortuna na Peninsula, aventureiros bem-succedidos, elle Raymundo e o outro, Henrique, seu parente.

« Henrique de Besançon — são as palavras de Rosseeuw-St.-Hilaire — obteve, em 1094, com a mão d'uma filha natural de Affonso, Thereza, um condado, que prestes se mudaria em reino, o condado de Portugal ».

VI

Soror Dolores — D. Maria Adelaide Fernandes Prata — D. Maria Peregrina de Souza.

Do burgo do Porto, em tempos esses de Henrique e Thereza ou Tareja, doação episcopal celeberrima se outhorgou.

Chegando a pag. 469 de seu tom. VII (1876) adverte, e em normando, Pinho Leal que de sua obra o artigo do *Porto* ia já bastante extenso, para os limites proprios de um diccionario. Julgava, porém, não dever privar os portuenses da leitura de tres documentos importantes, e curiosissimos, do duodecimo seculo, que, demais a mais, a vantagem tinham de ser pouco extensos. Conseguintemente, decide-se a apresental-os.

Começa por dar a traducção da doação que do burgo do Porto fez a rainha D. Thereza ao bispo Dom Hugo e é a seguinte:

*

Pela auctoridade dos nossos antepassados, queremos que tudo o que mandarmos seja firme e valioso para sempre, e por isso o outhorgamos por escripturas publicas e authenticas, para ficar em memoria não só dos presentes mas tambem dos que de nós vierem.

Pelo que, eu, a rainha D. Thereza, filha do glorioso imperador, Dom Affonso (VI) — e por honra e em louvor da bemaventurada Virgem Maria, e para remissão dos meus peccados e redempção da minha alma e das de meus paes — faço testamento e carta de doação e confirmação, pela presente escriptura, á Sé do Porto, com exclusão de outro qualquer herdeiro, do meu burgo do Porto, sem obrigação de dar comedorias ou outro qualquer alimento a pessoa alguma, ainda que allegue titulo de meu herdeiro.

E lhe faço esta doação, com todas as rendas e achegas e com a egreja de São Pedro (de Miragaya) e com a *Redondella*, *Tapada* e *Castello*, que em portuguez se chama *Luêda* (Noêda?) com todas as suas pertenças, e *Germalde* (que minha irman, a rainha D. Urraca, já tinha dado) e com todas as heranças reaes que dentro do dito couto se contém.

Portanto, dôo as sobreditas heranças e pesqueiras a Santa Maria da Sé do Porto, e a D. Hugo, seu bispo, e aos successores d'este prelado; e o faço couto firmissimo, por seus termos — que são:

Por *Loeda*, e d'ahi pelo *ribeiro de Conairo*, que corre por junto do paço de Garcia Gonçalves — e d'ahi, pelas *Pedras-Fixiles* — e d'ahi por *Parâmos*, até *Barêso* — e d'ahi, até a *Arca-Velha*, que está junto á fonte — e de ahi até outra *Arca* — e d'ahi, pela *Pedra Furada* — e d'ahi, pelo monte chamado *Pé de Mulla* — e d'ahi pelo *Monte-Captivo*, e onde parte Cedofeita com Germalde — e d'ahi, á *Cortinha de Frades* — e d'ahi até ao *Canal-Maior*, assim como corre o rio Douro.

Do mesmo modo qualquer direito ou propriedade que tenho ou deva ter dentro dos limites de *Bouças* ou de *Santa Maria de Aguas-Santas* ou de outras possessões reaes; pois de tudo faço doação e testamento á egreja de Santa Maria da

Sé do Porto e a D. Hugo, bispo da dita Sé, para elle e seus successores; e por este instrumento o confirmo, para que o tenha e possua a dita egreja, para todo o sempre até ao fim dos seculos.

E, se algum dos meus parentes ou extranhos tentar romper, tirar ou quebrantar este instrumento e carta de doação ou couto, primeiramente incorra na ira de Deus e seja apartado e alheado do Santissimo Corpo e Sangue de Nosso Senhor Jesus Christo — e, não se emendando, tenha no inferno o mesmo logar que tem o traidor Judas Escariote; e tudo o que contra esta doação pretender obrar seja nullo e de nenhum valor e em nada se torne, pagando, além d'isso, a pena de seis mil soldos e um talento d'ouro — e esta seja para sempre firme e inviolavel.

Foi feita na era de 1158 (1120 de J. C.) e foi confirmada e sellada no santo dia da Paschoa, aos 18 do mez d'abril, aos 15 dias da lua, anno da Encarnação de Nossa Senhora de 1120, na indicação 2.ª, concorrente 4.ª, epacta nenhuma. No 6.º anno do pontificado de D. Hugo, bispo da dita egreja.

Eu, a rainha D. Thereza, filha do glorioso imperador, D. Affonso, confirmo e assigno esta carta ou encoutamento com a minha propria mão, com consentimento de meu filho D. Affonso e de minhas filhas, D. Urraca e D. Sancha.

Foram testemunhas presentes, que tudo ouviram, *Gomes Nunes — Mendo Veiga — Pedro Paes — Pelayo Paes — Egas Gondozendo.* — E eu D. Affonso, filho da rainha D. Thereza, o assigno e approvo. E eu, D. Sancha, filha da rainha D. Thereza, o assigno e approvo. E eu, D. Urraca, filha da rainha D. Thereza, o assigno e approvo. — D. Hugo, bispo da dita egreja da Sé do Porto, o assigno. — *Hilario*, arcediago da dita egreja, o assigno. — *Froilão Almartins*, o assigno. — *Pelayo*, clerigo de missa, o assigno. — *Pedro*, conego, subdiacono, o assigno. — *Mendo*, notario, o escrevi.

Adeante, Pinho Leal completa os informes que, aproposito, fornece ao leitor, dando-lhe tambem a traducção do diploma que contém a ampliação do couto do burgo do Porto, feita por D. Affonso Henriques, á Sé da mesma cidade, e é do teor que segue:

Em nome de Nosso Senhor Jesus Christo, eu, o infante D. Affonso, filho do conde D. Henrique e da rainha D. Thereza, e neto do rei D. Affonso, o Magno — e, por vontade de Deus, principe de Portugal, dôo e amplio a vós, D. João (D. João Peculiar), bispo do Porto, e a todos os vossos successores, o couto que minha mãe fez á egreja de Santa Maria da Sé do Porto, sendo os limites do mesmo couto: — Pela *Luêda*, até á *Fonte da Conairo;* e d'ahi, á *Arca de Samigosa;* e d'ahi, á *Mamôa Pedrosa;* e d'ahi, ás *Penhas da Regueira:* e d'ahi, á *Esperola;* e d'ahi, á *Mamôa Furada;* e d'ahi, a *Sertagem* — ou *Sertã;* e d'ahi, aos *Sobreiros Munidos;* e d'ahi, á *Portella do Arrabalde* — assim como se divide pelo couto de Cedofeita; e d'ahi, a *Pé de Mulla;* e d'ahi, ao *Monte do Captivo;* e d'ahi seguindo a divisão de Cedofeita com Germalde — e depois, pela *Cortinha dos Frades;* e d'ahi, ao *Casal Maior*, assim como vae correndo para o Douro. Confirmo e amplio o referido couto pelos ditos limites, assim a vós, mencionado bispo, como a vossos successores, para remedio da minha alma e das de meus paes e pelo desejo de participar da patria celeste.

Portanto, tende vós e todos os vossos successores firmemente e *in perpetuum* o mesmo couto, firmissimamente inviolavel e inteiro por todos os seculos.

Se alguma pessoa, seja clerigo ou leigo, tentar invadir ou romper a ampliação d'este firmissimo couto, pagará a vós, ou a vossos successores, seis mil soldos, de bôa moeda, e o que fôr julgado. E esta minha escriptura haja de ter sempre validade.

Feita esta carta de ampliação e firmeza no mez de maio da era de 1176 (1138 de J. C.). Eu, sobredito principe D.

Affonso, que dou esta carta de firmeza a vós, D. João, bispo do Porto, e a vossos successores, a mandei fazer, e com a minha propria mão a confirmo, perante as testemunhas que viram e fôram presentes. *Egas*, mordomo, confirmo. — *Garcia Mendes*, alferes, confirmo. — *Fernando Pedro*, confirmo. — *Lourenço*, testemunha. — *Sanches*, testemunha. — *Pedro*, notario.

A traducção que dos dois documentos apresenta Simão Rodrigues Ferreira, em suas *Antiguidades do Porto*, offerece variantes. Aquella obra elle a elaborou por motivo de ter compulsado, diz e com verdade, porque era curioso e estudioso, muitas memorias e documentos para a historia da sua terra, Penafiel.

O seu livro, publicado no Porto, tem uma preambular advertencia do Porto datada em 18 de agosto de 1875, pelos editores, que creio fôram os amigos do auctor snr. Antonio Moreira Cabral, negociante portuense, e o fallecido Tito de Noronha, distincto litterato no Porto residindo.

*

Mas, quanto ao foral que o bispo D. Hugo deu ao dito burgo do Porto, a traducção que d'elle apresenta Pinho Leal (1876) é a seguinte:

Em nome da S.S. Trindade, Padre, Filho e Espirito Santo. Aquillo que com firmeza e validade queremos fazer o confirmamos por escripturas publicas; pelo que — eu, Hugo, por graça de Deus, bispo do Porto — ainda que indigno — faço saber, assim aos presentes como aos futuros, que, não só com

o consentimento dos nossos padres mas tambem por conselho dos homens bons — dôo aos habitantes do meu burgo do Porto, ou a qualquer pessoa que n'elle vier habitar, taes e tam bons fóros como teem os de São Facundo — isto é — que no dia da Ceia do Senhor pague cada um, por uma casa qualquer, um soldo; e aquelle que quizer fazer casa n'este burgo o meirinho da villa lhe dará para isso logar e por isso receberá um soldo — e aquelle que quizer vender a sua casa faça a venda a qualquer do burgo, com audiencia e auctorisação do bispo ou do seu meirinho.

E se alguem, constrangido por necessidade grave, quizer sahir do burgo, com licença do bispo e do seu meirinho, póde dar ou vender a sua casa; mas, se o bispo ou o seu meirinho a quizer comprar, serão preferidos, dando o preço em que os homens bons da villa a avaliarem.

O meirinho não poderá penhorar em moveis que qualquer pessoa do burgo tenha em sua casa quando fóra d'ella achar que penhorar. Nem poderá entrar em casa de pessoa alguma d'este burgo para fazer penhora sem ser acompanhado por dois ou tres homens bons da villa; e, se de outra sorte o fizer, pagará o dobro do valor do que violentamente tirar de casa, e perderá o officio de meirinho.

Qualquer que trouxer pão a esta villa para vender não paga por isso portagem alguma, e a medida do pão será uma só e egual em toda a villa, tanto para comprar como para vender.

O vinho tambem terá uma só medida, egual para todos, mas pagará portagem, como é fôro. E aquelle que vender ou comprar por outra medida que não seja a da villa pagará cinco soldos.

Similhantemente será medido o sal, por uma só medida.

De todas as *calumnias* (« côimas ») se pague a decima parte, excepto se fôr homicidio, rauso ou offensa ao meirinho.

O que vender cavallo, pague um soldo. — De uma egua, seis dinheiros. — De jumento, quatro dinheiros. — De boi, dois dinheiros. — De porco, um dinheiro. — De carneiro, uma mea-

lha. E, se algum extranho matar vacca ou porco, pague os lombos. Se alguem de fóra vender dois bragaes, não pague portagem. — De uma *raposa* (certo vestido), um dinheiro, e de uma duzia, dois dinheiros. — De uma saia, um dinheiro. — De uma capa, dois dinheiros. — De um manto, dois dinheiros. — De uma *corda* de panno, dois dinheiros. — De um capuz de fustão, dois dinheiros.

Aquelle que plantar vinha fóra dos muros nos logares que o meirinho lhe dér pagará a quarta parte do vinho que ella produzir ao celleiro da Sé do Porto. De quanto se trabalhar na vinha, depois que fôr plantada, não se pague senão o dizimo, pela sua alma, e até que a vinha produza vinho.

O que arrotear montes ou valles pague a quarta parte e fique senhor da arroteia perpetuamente.

O que não satisfizer o pagamento da portagem incorra na inimisade do bispo e pague o duplo.

O macho carregado pagará dois dinheiros. — Um podão, dois dinheiros.

Fazemos esta carta para que Deus Omnipotente conceda á senhora D. Thereza, nossa rainha, a remissão de todos os seus peccados e lhe dê a vida eterna e a seus parentes e amigos; e a nós nos conceda a sua misericordia. Amen.

Qualquer que, de proposito, destruir esta nossa carta de constituição, e, depois de tres admoestações, recusar cumpril-a, em primeiro logar incorra na ira de Deus e tenha participação com Judas Traidor; e tudo o que tentar seja de nenhum effeito e esta carta fique sempre firme.

Feita e dada, esta carta, aos 2 de julho da era de 1161 (21 de junho do anno de 1123 de J. C.) — Eu, Hugo, bispo do Porto, robóro e confirmo. — Viram e fôram presentes: *D. Tifardo,* testemunha. — *Vermundo,* testemunha. — *Pelagio,* testemunha. — *Gonçalves,* testemunha. — *Rodrigo,* notario, — Eu, João, bispo do Porto, robóro e confirmo esta carta. — Eu, Pedro, I, bispo do Porto, robóro e confirmo esta carta. — Eu, Pedro, II, bispo do Porto, confirmo. — Eu, Pedro, III, bispo do Porto, robóro e confirmo esta carta.

Não vá alguem suppôr (admoesta Pinho Leal) que houve no Porto simultaneamente cinco bispos. Os quatro prelados que confirmaram o foral eram os successores de D. Hugo.

O primeiro (D. João) foi o celebre D. João Peculiar (Ovelheiro), que, de bispo do Porto, passou a arcebispo de Braga. D. Pedro I é D. Pedro Rabaldis, sobrinho de D. João Peculiar, que lhe succedeu na mitra do Porto. D. Pedro II, successor d'este, é D. Pedro Pitões. A este succedeu D. Pedro III, denominado D. Pedro Senior.

Ora, estes prelados iam confirmando, á medida que eram elevados ao episcopado.

No anno de 1786 requereu a D. Maria I Antonio Alvarez Ribeiro, impressor da cidade do Porto, que, precisando tirar da Torre do Tombo por certidão o foral da cidade do Porto, em data de 20 de Junho de 1517, lhe fizesse mercê de mandar passar provisão para na Terra do Tombo se lhe passar a dita certidão. Teve despacho favoravel, mandando-o a rainha pelos ministros do seu Conselho e seus Desembargadores José Alberto Leitão e Bartholomeu José Nunes Cardoso Geraldes, em 29 de Agosto do referido anno de 1786.

Sendo passada, pois, pela chancellaria a provisão, foi apresentada ao guarda-mór do Real Archivo da Torre do Tombo, e em seu cumprimento se buscaram os livros idoneos, e no de Foraes Novos da Comarca d'Entre-Douro-e-Minho da reforma que fez o rei D. Manuel se achou o foral do Porto, o

qual se copiou na fórma por que se achou, copia mandada pelo doutor João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, do Conselho da Rainha, e seu Desembargador do Paço, procurador da Coròa, deputado ordinario da Real Meza Censoria e guarda-mór da Torre do Tombo. José Maria de Souza Duarte Coutinho a fez; e Alexandre Antonio da Silva e Caminha a fez escrever.

Na sua officina, no Porto, no anno de 1788, o requerente Antonio Alvares Ribeiro a fez imprimir.

E no Porto, na typ. de Viuva Alvares Ribeiro & Filhos, em 1823, se estamparam os *Foraes da cidade do Porto, impressos por ordem da ill.ma camara constitucional,* contendo essa collecção a doação que fez a rainha D. Tareja ao bispo D. Hugo; o foral que, em consequencia da doação, outhorgou o mesmo bispo; a confirmação da doação por el-rei o snr. D. Affonso Henriques; o foral dado á cidade por el-rei o snr. D. Manuel; finalmente, a carta de lei de 5 de Junho de 1822.

O accordão por que a camara constitucional da cidade do Porto manda se imprimam os Foraes que existirem no cartorio tem a data de 15 de Março de 1823 e contém, d'assignaturas da vereação, as rubricas: Velho, Braga, Figueiredo, Oliveira, Van-Zeller, Cruz, doutor Albano, Brandão, Sá Passos.

Memorada teria de ser na creação poetica portugueza essa quadra romanesca de mouros e cavalleiros christãos da reconquista; mouros, arabes e até

os modernos turcos das phantasias estheticas portuguezas mereceriam o dom das versificadas evocações.

A gente litteraria do Porto claramente que se não escusou á regra geral d'essa plastica idealisação; e o engenho feminino de D. Bernarda Ferreira de Lacerda no seculo XVII teve echo no feminino engenho de D. Maria Felicidade do Couto Brown (*Soror Dolores*), que na sua poesia *O beijo da meia noite*, da «infeliz Gaya», da «linda moura» e de Almansor novamente se recordou. Essa composição, que está no volume de 1849, tambem está no opusculo *A coruja trovadora*, 184 . . ., com o titulo *Um beijo á meia noite;* a terceira edição da obra poetica da auctora (que nasceu a 10 de janeiro de 1800 e falleceu a 9 de Novembro de 1861) appareceu em 1854 e intitula-se *Virações da Madrugada*. A auctora (de quem o filho mais novo, Ricardo de Clamouse Brown, projectara fazer uma edição completa e luxuosa das obras, não chegando, porém, a realisar o seu desejo) foi casada com Manuel de Clamouse Brown, o principal fundador da «Sociedade Humanitaria do Porto» e, a todos os respeitos, com justiça o relembra o snr. Brito Aranha, cidadão benemerito.

Revertendo a suas poeticas phantasias, lembremos que a *Odaliska* é outra das composições de «Soror Dolores», a qual não dedignou outrosim os themas seus actuaes, como poetando *Na partida do cadaver de S. M. Carlos Alberto*.

Naturalmente que o romanesco episodio final

de Carlos Alberto, acolhendo-se ao Porto, para ahi expirar, inspiraria as musas melancholicas, como, com effeito, a de outra dama portuense inspirou, D. Maria Adelaide Fernandes Prata, a pag. 119 de seu volume de *Poesias*, «offerecidas ás senhoras portuenses», e no Porto impressas, em 1859. «Para ser representada no theatro da «sua imaginação», escreveu D. Maria Adelaide Fernandes Prata uma tragedia em tres scenas, *O sultão enamorado*, a qual fecha aquelle seu dito volume de *Poesias*. Em 1863 no Porto publicava mais a auctora *O Filho de Deus*, que é um largo poemeto tendo por assumpto a vida e paixão de Jesus Christo. Em 1867 D. Maria Adelaide Fernandes Prata publicou ainda no Porto uma versão do *Fingal*, poema em seis cantos, de Ossian, seguido de duas cartas escriptas á auctora pelos poetas portuenses, como ella havendo transferido do Porto para Lisboa sua residencia, Pinto Ribeiro e Sousa Viterbo; ácerca d'esta versão, escreveu um elogio Pinheiro Chagas no *Panorama* de 1869, pag. 202.

Natural do Porto, onde nasceu a 13 de Fevereiro de 1809, foi D. Maria Peregrina de Souza, cuja biographia, tecida, como o registra Innocencio, em grande parte de excerptos de cartas particulares da propria biographada, escreveu Antonio Feliciano de Castilho. Ella imprimiu no *Archivo Popular* (e fôram depois reproduzidas no *Iris*, tomo 1) quatro chacaras em verso: *A moura de Lissibona*, o *Cavalleiro portuguez*, *Bathilde* e *Bernardo del Carpio*.

Prosadora, ha d'ella, em tomos separados, o romance *Retalho do mundo*, o qual se compõe de cincoenta e oito capitulos, que são os desenvolvimentos de outros tantos rifões, adagios e anexins populares que lhes servem de titulos; *Rhadamanto* ou *A mana do conde*, romance ao qual a auctora registra Innocencio que chama «seu filho de predilecção»; e *Henriqueta*, de quem em 1876, precedendo-a da biographia da auctora pelo Visconde de Castilho, foi editor Antonio Leite Cardozo Pereira de Mello. O *Rhadamanto* é uma edição nitida, feita a expensas da sociedade Madrépora, do Rio-de-Janeiro, que estava então (1883) florescente e se destinava a proteger as publicações litterarias e os escriptores portuguezes, como consta da historia do *Archivo pittoresco*.

Para a versão dos *Fastos* de Ovidio por Castilho redigiu D. Maria Peregrina de Souza algumas notas; para a «Gazeta de Portugal» uma narrativa sob o titulo de *Um romance de Thomás da Gandara*; e na *Revista Universal* encontram-se da portuense D. Maria Peregrina de Souza seus escriptos das *Superstições do Minho;* d'ellas se tentou fazer uma collecção separada, no formato de 16.º menor, com uma introducção ou advertencia preliminar por Castilho (A.); mas em 1862 cria Innocencio que não chegara a imprimir-se d'essa collecção mais que a primeira folha, porque as luctas politicas, que distrahiram os animos em 1846, impediram a realisação d'aquella empreza.

Das «superstições do Minho», estudadas por D. Maria Peregrina de Souza, quaes se conservaram, ainda no Porto, mau grado da rajada sceptica moderna!

Assim, em outubro do feraz anno de 1902, andava o povo das Fontainhas alarmado por que todas as noites passava por aquellas cercanias um canzarrão, estranho e lanzudo, que albergava dentro de si alma penada. Já havia mezes o mysterioso bicho se dera a incommodar aquellas bôas gentes; depois desapparecera por uma temporada, mas então reapparecia nas suas importunas, ameaçadoras visitas. Sume-te, agouro! Para longe vás, coisa ruim!

Esta especie de lobis-homem trazia aquelles sitios transtornados e consternados, o que não admira, pois o logar é propicio a magias e encantamentos e toda a gente sabe aqui que na noite de S. João a agua do tanque d'alli tem virtude incontestavel; é a fonte de juventude que revigora o corpo e conforta a alma. De resto, a gente popular do Porto conserva prompta e fecunda a ancestral imaginativa e poucos annos decorreram após que subitamente brotou em aldeia limitrophe o culto do carvalho milagroso. No fim, é bella esta persistencia poetica da raça; mas lastima seja que se produza pela revivescencia das superstições.

Quanto ao canzarrão das Fontainhas, porém, derogaram as comadronas do sitio na attribuição que lhe faziam de maus propositos. O mesmo lobo,

apezar de sua ferocidade, quando anda correndo fado, é o arcabouço onde se aloja o heroe encoberto; no seu ventre, preso, vae nada menos do que o sol, que ha-de libertar-se, no fim dos trabalhos.

No *Mahâbhârata*, ao segundo dos tres filhos de Kuntî, a Bhîma, o forte, o terrivel, o voraz, chama-se-lhe Ventre-de-lobo (Vrikodara, o heroe solar encerrado nas trevas da noite, ou do inverno). Aqui, o lobo apresenta uma forma heroica e sympathica e o mesmo acontece no *Tuti-Namé;* ahi, e aliás estando esfomeado, experimenta compaixão por uma rapariguinha que segue viagem no fito de cumprir uma promessa. O heroe germanico Wolfslieterich, bem como os lobos que caçam em pró do heroe nos contos russos, e que, como os seus cães de caça, são consagrados a Marte e a Thor, participam de identica natureza bemfazeja. (A aurora da tarde toma o disfarce da noite por meio d'uma pelle de loba, alimenta em sua qualidade de loba o heroe solar recem-nascido e pela manhã deposita a sua pelle de loba sobre o rochedo inflammado do Oriente e vae ao reencontro de seu marido). Todas as historietas assim por este teor, como a d'aquelles que se transformavam em lobos por espaço de oito annos, quando atravessavam certo pantano, suggerem a Angelo de Gubernatis, por egual e novamente, a idéa das transformações zoologicas do heroe solar.

Se, assim, o mesmo lobo haja de respeitar-se por albergar tam grande e maravilhoso senhor como

o senhor Sol, que consideração e respeito não deveria a gente das Fontainhas ao cão, por negro e lanzudo que elle lhe apparecesse?

O cão é o amigo do homem; a sua lealdade inspirou a gratidão dos poetas e esse animal sympathico seria um irreprehensivel dom gratuito do céu, se não fôra o constante perigo da raiva, que é o horror dos horrores, em tal e tanta maneira que todos os meritos do bicho se obliteram e annullam, perante a simples consideração de que, por melhor que seja, é sempre susceptivel da calamidade insigne de que venha a danar-se.

Mas um cão possesso, um cão portador de alma penada transcende os limites da animalidade, da mesma humanidade, eleva-se a regiões que o tornam sagrado e o deveriam fazer invulneravel aos propositos de cacetadas irreverentes, quaes as que todas as noites aguardavam, sem successo, o canzarrão lanzudo das Fontainhas.

Angelo de Gubernatis adverte-nos de que o mytho do cão é um d'aquelles cuja interpretação é mais delicada. Da mesma maneira como o cão, animal real, tem o seu logar no limiar da casa, assim tambem o cão mythico se encontra ordinariamente, de manhã e á tarde, á porta do céu. Como guarda das portas da noite, é, habitualmente, um animal funebre, infernal e temeroso; como guarda das portas do dia, é, pelo contrario, em geral, considerado como propicio. Mas o nosso povo das Fontainhas não via no seu lanzudo cão noctivago

senão o aspecto diabolico e abominavel; e, consequentemente, fez-lhe montaria como a cão real e danado.

Quanto teem resistido estas superstições primitivas! Como são vivazes e profundas! Egualmente hão sossobrado, no empenho de as desenraizar, tanto os theologos como os philosophos.

Assim, por exemplo, no anno de 1628 publicou-se em Barcelona o copioso *Tratado* composto pelo Doutor e Mestre Pedro Ciruelo, conego da Santa Igreja Cathedral de Salamanca, então novamente estampado, depois de tres impressões, e agora com novas addições a cada capitulo pelo doutor Pedro Antonio Jofreu; tudo isto para reprovar todas as superstições e feiticerias; tractado esse, assim se assegura, muito util e neccessario a todos os bons christãos zelosos de sua salvação. Porém em Salamanca e em Barcelona ainda então em 1902 se acreditava e hoje, em 1907, se acredita piamente na existencia de bruxas e feiticeiras e almas penadas e lobis-homens e canzarrões lanzudos, tal qual como no Porto n'esse mesmo 1902.

Consoante a theologia, a philosophia póde repetir aquelle desconsolado lamento da anedocta do papagaio: «*J'ai perdu mon temps et ma peine*». «Perdi o tempo e o trabalho». O povo continúa a acreditar em bruxas e em lobis-homens, na mesma. Os raciocinios dos philosophos resultaram tam inuteis como os castigos dos theologos.

Eu dei-me, no fim da vida d'elle, com o patuleia

Antonio Navarro, personagem quasi historico, que prendeu aqui no Porto o duque da Terceira e que era um apaixonado leitor de Proudhon. Esse velho conservou esperto e vivo o entendimento até mui tarde; e tinha espirito, de sentido e alcance, nas suas zombarias. Uma noite, na roda do café, como alguem se referisse com colera aos horrores da Inquisição, o velho Navarro aconchegou os oculos e sahiu do seu longo mutismo para dizer: «Pois sim, sim. Será o que quizerem. A Inquisição teria sido muito má, teria. Mas eu venero-a pela gratidão que lhe devemos todos por um grande serviço que ella nos prestou. Ora, diga-me uma coisa: O snr. tem medo, por acaso, de que, estando o snr. deitado na sua cama, a dormir, muito descansado, lhe entre uma bruxa pelo buraco da fechadura e lhe venha chupar o seu sangue? Não tem. E porquê? Porque já não ha bruxas que tal façam. Mas (pergunto eu), porque é que já as não ha? Porque a Inquisição as queimou a todas. E não devemos dar graças á Inquisição santissima, que tal serviço nos prestou, a nós-outros, esquecidos e ingratos?»

Infelizmente, parece que, apezar de ter queimado muitos, não queimou a Inquisição a todos os lobishomens que tinha a queimar.

Por isso, nas Fontainhas, ao que por então se via dos noticiarios locaes, desatremado reboliço andava na espectativa pavida do lanzudo canzarrão noctivago. E ainda voltará elle?

Cruzes, canhoto! Sume-te, coisa má!

*

VII

«Feudo-tirou»—Argiovito-Constancio

O SENHORIO do Porto diz-se que pertencia aos bispos d'esta diocese desde o tempo do celebre amigo e panegyrista de Diogo Gelmires, o francez Hugo. O dominio real diz-se que se limitava á povoação da margem esquerda do Douro, hoje Villa-Nova-de-Gaya.

Mas, apezar da doação feita a D. Hugo e do senhorio do prelado diocesano, narra-se que os burguezes portuenses se recusavam a reconhecer-se por seus subditos ou vassallos, baseando-se na carta de foral. O burgo conta-se que, villa ou cidade episcopal, fôra crescendo rapidamente, á sombra dos privilegios que, na carta do couto, concedida a Hugo por D. Thereza, e confirmada por seus successores, se lhes outhorgaram; Hugo attrahira para alli moradores, conferindo-lhes varias isenções e regalias no seu foral, passado em 1123.

De opposto ás reivindicações burguezas, os bispos sustentavam, pelo contrario, que, supposto fôsse, na origem, como se pretendia, os burguezes haviam, todavia, em diversas cousas quebrado as condições do foral, e por isso renunciado ás vantagens que este lhes offerecera, sendo signal evidente d'essa renuncia o haverem acceitado muitos d'elles, e por varias vezes, cargos administrativos, não municipaes, mas dependentes dos prelados.

Pondera Alexandre Herculano:

> Facil era redarguir a uma allegação, que se estribava no procedimento de um ou outro individuo, contra o direito politico do concelho inteiro; mas os burguezes replicaram de um modo mais peremptorio e efficaz.

Offerecia-se-lhes para isso, com effeito, favoravel conjunctura nas discordias de Martinho Rodrigues com o rei e com uma parte do cabido. As cousas tinham chegado a tal ponto que os delegados regios mandaram saquear as casas de alguns conegos, partidarios do bispo, e derribar-lh'as, privando-os, além d'isso, das prebendas. Ou então, ou ainda antes, havia sido posto interdicto na cidade.

O povo associou-se aos officiaes do rei e, de commum accordo, proseguiram nas violencias contra o prelado. As portas das egrejas fôram arrombadas, os excommungados introduzidos no templo, e aos mortos durante o interdicto deu-se, como nos tempos ordinarios, sepultura ecclesiastica. O geral

dos membros do corpo capitular tinham seguido o movimento dos burguezes; e, não obstante a appellação de Martinho Rodrigues para o pontifice, o que tornava o negocio mais melindroso, continuavam a celebrar publicamente os officios religiosos, como se não existira interdicto.

Entretanto, os officiaes do rei e os do concelho conservavam o bispo encerrado no palacio episcopal, em tam estreito assedio que nem sequer lhe consentiram entrasse um sacerdote, a confessal-o, n'uma enfermidade que lhe sobreveio. Durou esta situação quasi cinco mezes.

Vendo-se reduzido á extremidade, abandonado por uma grande porção do proprio clero, que, unida ao povo, se ria das censuras ecclesiasticas, e conhecendo, talvez, que os de sua poderosa linhagem não podiam salval-o, Martinho Rodrigues entregou-se á mercê do rei. Esta resolução, a Alexandre Herculano parece não ter sido mais do que um alvitre para sahir da estreiteza do assedio; porque, sabendo que Sancho o queria constranger a vir a um accordo final pouco vantajoso para elle, insistiu em appellar para o pontifice, não obstante anterior concordata; e, fugindo de noite, sahiu do reino com o deão e varios outros individuos, apesar das providencias dadas para se lhe embargarem os passos.

Sabida a fuga, os officiaes publicos tomaram conta não só dos bens patrimoniaes do foragido mas tambem dos da mitra; e um agente do bispo

que tentava salvar alguma coisa foi lançado no fundo de um calabouço.

Martinho Rodrigues dirigiu-se a Roma; mas, falto de recursos para tam dilatada viagem, chegou alli em tal estado de miseria que movia á compaixão. Pintando ao papa os seus padecimentos, é natural, commenta Herculano, que exaggerasse as violencias praticadas pelos mandatarios do rei e pelos burguezes do Porto, e que d'esse modo pudesse, emfim, despertar a indignação de Innocencio III, em quem, posto que houvesse chegado com as mãos vasias, Herculano satyrisa, achou um poderoso protector.

Ao mesmo tempo que confirmava a antiga concordata, em que o rei e o prelado renunciavam á intervenção apostolica, na liquidação dos seus mutuos aggravos, o papa dirigia cartas ao bispo e ao arcediago de Zamora e ao abbade benedictino de Mosconela, nas quaes lhes dava commissão para compellirem Sancho I a reparar os damnos praticados e a dar satisfação das injurias feitas ao prelado. Mandava-lhes, outrosim, que, declarando incursos em excommunhão os conegos e raçoeiros que haviam escarnecido dos dous interdictos postos successivamente pelo seu diocesano, os privassem dos beneficios, e egualmente fulminassem a excommunhão contra os officiaes do rei, instrumentos da perseguição, e especialmente contra dous burguezes, que parece haverem sido os chefes do levantamento popular.

Era um d'estes dois um certo João Alvo, e ambos, segundo se deprehende das palavras de Innocencio III, se tinham mostrado mais que ninguem ardentes e tenazes no accomettimento dos paços episcopaes. O companheiro de João Alvo merecera ao povo a alcunha de *Feudo-tirou* (tirou-feudo ou vassallagem).

Vieram os burguezes portuenses a ser abandonados pelo rei, trahidos, talvez, por aquella parte do clero que se lhes mostrara favoravel; mas luctaram ainda por muito tempo.

No lance, frisa Alexandre Herculano:

> O Porto, essa terra que dera o nôme a este paiz, e que, por assim dizermos, estava predestinada para tambem lhe dar, na successão dos seculos, grandes exemplos do amor da independencia e de uma crença viva na dignidade moral do homem, abria a serie d'estes exemplos continuando, apezar de tudo, a combater em defeza dos seus fóros.

Entregues, porém, pelo poder real aos proprios recursos, fulminados pelos raios de Roma, que n'aquella edade não eram de desprezar, vendo concitada contra si a nobre e numerosa familia de Martinho Rodrigues, e encarregados até os clientes d'ella de serem seus juizes e verdugos (escreve-se que o prior de Nandim foi encarregado por Sancho I de restituir ao bispo a cidade do Porto e de fazer voltar tudo ao antigo estado; o mosteiro de Nandim possuia o couto de Palmeira, nas terras de que eram senhôres os membros da familia do bispo), os

burguezes do Porto fôram, emfim, constrangidos a submetter-se. Lapidarmente sentenceia Alexandre Herculano:

Mas os seus inimigos, conservando os documentos do triumpho obtido, nos transmittiram involuntariamente a memoria d'esses homens energicos, e os nômes de João Alvo e de Pedro «Feudo-tirou», que parece terem sido os chefes da conjuração municipal, podemos hoje estampal-os nas paginas da historia, o grande e indestructivel livro da linhagem popular.

Escrevia em 1896 Antonio Ennes:

que foi o Porto theatro de uma d'essas luctas em que a burguezia da edade-media se ensaiava para a magnifica tragedia que só veio a ser representada no final do seculo XVIII. Os populares acharam chefes no seu marulho, e reconheceram-n'os pela audacia no accometter e, porventura, por aquella eloquencia intuitiva que sabe resumir o sentir e o querer das multidões, é o pregão das revoltas e o clarim dos combates: João Alvo se chamava um d'estes heroes da arruaça, e o outro recebeu a alcunha de «Feudo-tirou».

Mas *arruaça* é aqui termo condigno?

Quanto ao desfecho, Antonio Ennes narrou assim:

Os burguezes, auxiliares de Sancho, fôram cruelmente sacrificados. Declarou-se nullo o seu foral, o burgo ficou fazendo parte do senhorio prelaticio e, como os resolutos companheiros de João Alvo e *Feudo-tirou* reagissem contra a injustiça que os entregava de mãos atadas á vingança e ao despotismo de Martinho, correram regatos de sangue nas ruas do Porto até que a carnificina persuadiu á submissão.

Diz que quem conta um conto accrescenta um ponto. Caso seria? E estará isto tudo bem entendido?

*

O historiador de Portugal, de historia professor na universidade de Giessen, Henrique Schaefer, tractando das dissidencias entre el-rei D. Sancho II e o clero, nota que já em 1227 o bispo Julião I (1227-1230) se tinha queixado ao papa Honorio da usurpação pelo rei feita dos direitos e regalias do bispado do Porto, ficando encarregue o bispo de Zamora e alguns sacerdotes de exhortarem o soberano e, em caso de necessidade, de o punirem com as penas espirituaes. N'esse mesmo anno ainda, Gregorio IX (Raynaldo, «ad. an. 1227»; Bzovio, «an. 1227», num. 9) aggravara a ameaça, com que exito não se sabe.

Mais encarniçada foi a lucta com o bispo seguinte, Pedro Salvador (1231-1247), grande zeloso dos direitos da sua cathedra, que, assim que subiu á cadeira episcopal, correu a Roma (1233), para se queixar ao papa das iniquidades que a sua egreja soffria da parte do rei. O papa encarregou (n'um breve de 1233) ao bispo e a dois ecclesiasticos superiores de Zamora o investigarem a causa das regias affrontas, advertindo o monarcha para se abster das intervenções e vexames de que o clero se queixava; no caso, porém, de que a

admoestação fôsse infructifera, encarregues ficavam de excommungar o monarcha, onde quer que se topasse. O papa Gregorio IX, em pessoa, escreveu ao monarcha.

D'estas medidas pontificias resultou um convenio entre os litigantes, rei de Portugal e bispo do Porto.

Parecia assim composta a discordia; e a bulla que Gregorio expediu no anno seguinte de 1234, por seu contexto, expressava a satisfação do papa pelo proceder do monarcha. Egualmente satisfeito podia estar o prelado.

«Mas, commenta Schaefer, assim como no reinado de D. Sancho I houvera um bispo do Porto que, sem embargo das mais amplas concessões que o rei lhe conferira, não esqueceu o rancor antigo e não soube moderar suas pretensões, assim agora o bispo do Porto Salvador procedia de modo similhante».

Apezar de todas as dadivas (como a da povoação de Marachil, no Algarve, acquisição recente por conquista aos mouros) com que D. Sancho II procurou, em vão, captivar o prelado portuense, foi este proprio prelado que (*España sag.*, tom. XXI, pag. 101) em Lyon apresentou ao Santo Padre queixas do rei que tiveram por consequencia a desthronação do monarcha.

Para Lyon, onde se encontrava Innocencio IV presidindo a um concilio, se endereçara a si-mesmo (conjunctamente com o arcebispo João, de Braga,

e com o bispo Tiburcio, de Coimbra) o bispo Pedro, do Porto, indo-se para a seu chefe, espiritual e temporal, apresentarem as suas queixas e — os seus desejos. «Estavam certos, addita Schaefer, de que n'este assumpto, pessoal e verbalmente, proseguiriam com mais exito».

Com effeito, em 24 de julho de 1245 despediu-se o golpe mortal, sendo D. Sancho II deposto e confiado o governo a seu irmão D. Affonso, conde de Bolonha, não sendo, porém, intenção do papa, segundo o texto da bulla, o tirar o reino a D. Sancho ou a seu filho, quando legitimo, antes succedendo no throno D. Affonso, segundo as leis do reino, caso, ao tempo de seu fallecimento, filho legitimo não deixasse D. Sancho, cujo desthronamento se motiva em causas que «não ha duvida que foram muy urgentes», diz Antonio Brandão, em lanço tam propositadamente de linguagem embaraçada que move Schaefer a escrever que «o frade, tam amigo da verdade, sabia ser tambem delicadamente fino».

E, comtudo, «o episcopado, que accusara Sancho II d'impiedade e por impio o fez depòr do throno, déra-lhe o exemplo de uma perseguição, inspirada por sentimentos torpes, e dirigida contra os seus proprios irmãos em Christo!», exclama Antonio Ennes, que allude n'essa exclamação á guerra que se moveu ás ordens monasticas recentemente estabelecidas no reino. E, comtudo, «pelo contrario, o rei que expirou expulso do reino e do

gremio da egreja foi, durante todo o tempo do seu governo, protector munificente das ordens religiosas, que os bispos opprimiam». De facto, por exemplo, para frades franciscanos construiu elle uma casa no Porto e no Porto fundou um convento para frades de S. Domingos.

A'cerca da fundação do convento do Porto conta a *Monarchia Lusitana* o seguinte:

Tinha o bispo D. Pedro Salvador, que então vivia, pedido religiosos d'esta familia (S. Domingos) por carta sua dirigida ao capitulo que se celebrara em Burgos no anno de 1237, persuadindo-lhe que com doctrina e exemplo de gente tão virtuosa se atalhariam os peccados que via irem em crescimento no povo; mas, depois, *considerando que as esmolas feitas aos religiosos ficavam em defraude da clerezia, que d'antes as lograva,* foi dando signaes de lhe pezar ter sollicitado para suas ovelhas o pasto espiritual e doctrina dos padres pelo dispendio temporal que recebia. Na occasião presente,... entendendo el-rei D. Sancho o animo do bispo, tomou-á sua conta as despezas do mosteiro e se declarou por seu padroeiro.

Deduz, rematando, Antonio Ennes:

Assim confessa Brandão a hostilidade do episcopado contra as ordens religiosas, e o motivo abjecto d'essa hostilidade!

A contenda dos poderes empenhara-se, primeiramente, entre o rei e o prelado do Porto, que era ainda aquelle famoso Martinho Rodrigues que tantos desgostos causara a Sancho I e que, segundo parece, se envolvera nas dissenções civis a que dera logar a menoridade de Sancho II, porque me-

moria haja de que defendera o burgo episcopal de um assalto que lhe déra seu sobrinho Pedro Mendes Poyares.

Ella encruecera e enfuriara a quando de Pedro Salvadores, que succedera a Martinho Rodrigues no governo da diocese do Porto e a quem se deve do estado do reino por então um dos quadros não só mais vigorosamente coloridos dos que chegaram até nós mas ainda, sem embargo de obra ser de pincel apaixonado, a juizo de Antonio Ennes, não inteiramente mentiroso; porém « no quadro de Pedro Salvadores collou a historia a figura do pintor hyperbolico ».

Com o attentado do infante de Serpa, abateu o animo de Sancho II, que, no attinente á questão com o bispo do Porto, pelo tempo das largas doações ao metropolita feitas, tambem a Pedro Salvadores deu satisfação. Quanto aos burguezes do Porto, que se haviam revoltado contra Pedro, tomando o partido do rei, por este relata Antonio Ennes que fòram abandonados, mas que nem por isso deixaram de combater até 1240.

Tinham-se elles ligado com Rodrigo Sanches, tio d'el-rei, que governava entre Lima e Douro e era inimigo pessoal do prelado, e com um conego da Sé de Braga, Fernando Annes, que disputava ao mesmo prelado a posse da egreja de Monte-Cordova.

Emfim, para que se conseguisse pôr termo á lucta, « em que os firmes e intrepidos burguezes — escreve Antonio Ennes — affrontavam armas e ex-

communhões», foi necessaria a intervenção dos frades, que lhes eram sympathicos, do rei e do pontifice; e necessaria, outrosim, foi a arbitragem do bispo de Coimbra, Tiburcio, e de Abril Peres.

Como, idealisando, se julga erroneamente do tempo passado, ao condemnar, improcedentemente, o tempo presente!

Ainda no anno preterito de 1906, em a camara dos deputados, fazendo sua estreia parlamentar, um membro da maioria e que pertence ao partido á data governamental e é sacerdote, increpou os republicanos, na questão pendente dos bispos, como intolerantes e rancorosos para com o clero.

No jornalismo ultramontano é regra então suspirar pelo antigo regimen, como a epocha santa do respeito, por povos e reis, votado ao sacerdocio e suas immunidades.

Quando nem as corporaes os reis antigos acatavam nem sequer nos bispos!

E se não venha ao caso o caso aqui de certo bispo do Porto. E então como flagrante e fragrantemente elle nos é contado!

Pois quam poetico, maravilhoso escriptor não seja o velho chronista Fernão Lopes! Para que, de per ti, julgues da sua prosa viva, vou pôr perante teus olhos um capitulo, curto e admiravel, de sua *Chronica d'el-rei D. Pedro I*, não lhe deturpando o tom originario, pois lhe conservarei os mesmos vocabulos embolorecidos, que pelo teor do sentido

geral facilmente entenderás; limitar-me-hei a modernisar a pontuação e a graphia.

E' o capitulo VII, que se intitula: *Como el-rei quizera metter um bispo a tormento, porque dormia com uma mulher casada.*

Esse bispo, bispo era do Porto; chamava-se Egidio; Agostinho Rebello da Costa proclama-o calumniado e innocente; quero crêl-o.

Fernão Lopes, porém, diz assim:

Não sómente usava el-rei de justiça contra aquelles que rasão tinha, assim como leigos e similhantes pessoas, mas assim ardia o coração d'elle de fazer justiça dos maus que não queria guardar sua jurisdicção aos clerigos, tam bem d'ordens pequenas como de maiores. E, se lhe pediam que o mandasse entregar a seu vigario, dizia que o puzessem na forca e que assim o entregassem a Jesus Christo, que era seu vigario, que fizesse d'elle direito no outro mundo. E elle, por seu corpo, os queria punir e atormentar, assim como quizera fazer a um bispo do Porto, na maneira que vos contaremos.

Certo foi, e não ponhaes duvida, que el-rei, partindo de Entre-Douro-e-Minho, por vir á cidade do Porto, foi informado que o bispo d'esse logar, que então tinha gran fama de fazenda e honra, dormia com uma mulher d'um cidadão dos bons que havia na dita cidade, e que elle não era ousado de tornar a ella com espanto d'ameaças de morte que lhe o bispo mandava pôr.

El-rei, quando isto ouviu, por saber de que guisa era, não viu o dia que estivesse com elle, para lh'o haver de perguntar. E logo, sem muita tardança, depois que chegou ao logar e houve comido, mandou dizer ao bispo que fôsse ao paço, que o havia mister, por cousas de seu serviço; e, ante que chegasse, fallou com seus porteiros que, depois que o bispo entrasse na camara, lançassem todos fóra do paço, tam bem os do bispo como quaesquer outros, e que, ainda que alguns do conse-

lho viessem, que não deixassem entrar nenhum dentro, mas que lhe dissessem que se fôssem para as pousadas, que elle tinha de fazer uma cousa em que não queria que fôssem presentes.

O bispo, como veio, entrou na camara onde el-rei estava, e os porteiros fizeram logo ir todos os seus e os outros, em guisa que no paço não ficou nenhum e foi livre de toda a gente.

El-rei, como foi adeparte com o bispo, desvestiu-se logo e ficou em uma saia d'escarlate; e, por sua mão, tirou ao bispo todas suas vestiduras; e começou de o requerer: que lhe confessasse a verdade d'aquelle maleficio em que assim era culpado; e, em lhe dizendo isto, tinha na mão um grande açoute, para o brandir com elle.

Os creados do bispo, quando no começo viram que os deitavam fóra, e isso mesmo os outros todos, e que nenhum não ousava de lá ir, pelo que sabiam que o bispo fazia, deshi juntando a isto a condição d'el-rei e a maneira que em taes feitos tinha, logo suspeitaram que el-rei lhe queria jogar d'algum mau jogo, e fôram-se á pressa ao conde velho e ao Mestre de Christo Dom Nuno Freire e a outros privados, de seu conselho, que accorressem asinha ao bispo. E logo tostemente vieram a el-rei e não ousaram d'entrar na camara por a defesa que el-rei tinha posta, se não fôra Gonçalo Vasques de Goes, seu escrivão da puridade, que disse que queria entrar, por lhe mostrar cartas que sobrevieram d'el-rei de Castella a gram pressa. E por tal azo e fingimento houveram entrada dentro na camara, e acharam el-rei com o bispo em rasões, da guisa que havemos dito, e não lh'o podiam já tirar das mãos, e começaram de dizer que fôsse sua mercê de não pôr mão em elle, que por tal feito, não lhe guardando sua jurisdicção, haveria o papa sanha d'elle. Demais que o seu povo lhe chamava algoz, que, por seu corpo, justiçava os homens, o que não convinha a elle de fazer, por muito malfeitores que fôssem.

Com estas e outras taes rasões, arrefeceu el-rei de sua mui brava sanha; e o bispo se partiu d'ante elle, com semblante triste e torvado coração.

Este Pedro o Cru, quer castigando quer folgando, era desatremado de todo. Já Fernão Lopes no seu tempo, aliás tam proximo, não o julgava *pera seer creudo*. Na verdade. Que elle especifica:

Em tres cousas, assignaladamente achamos, pela mór parte, que el-rei Dom Pedro de Portugal gastava seu tempo, a saber: em fazer justiça e desembargos do reino; e em montes e caça, de que era mui querençoso; e em danças e festas, segundo aquelle tempo, em que tomava grande sabòr, que aduz é agora para ser crido. E estas danças eram a som d'umas longas que então usavam, sem curar d'outro instrumento, posto que o ahi houvesse; e, se alguma vez lh'o queriam tanger, logo se enfadava d'elle, e dizia que o déssem ao demo e que lhe chamassem os trombeteiros. Ora deixemos os jogos e festas que el-rei ordenava por desenfadamento, nas quaes, de dia e de noite, andava dançando, por mui grande espaço; mas vêde se era bem saboroso jogo. Vinha el-rei, em bateis, d'Almada para Lisboa, e sahiam-o a receber os cidadãos e todos os dos mesteres, com danças e trebelhos, segundo então usavam; e elle sahia dos bateis e mettia-se na dança com elles, e assim ia até o paço.

Parae, mentes, se foi bom sabor: jazia el-rei em Lisboa uma noite na cama, e não lhe vinha somno, para dormir; e fez levantar os moços e quantos dormiam no paço, e mandou chamar Joãc Matheus e Lourenço Palos, que trouxessem as trompas de prata; e fez accender tochas, e metteu-se pela villa em danças com os outros.

As gentes, que dormiam, sahiam ás janellas, a vêr que festa era aquella ou por que se fazia. E, quando viram d'aquella guisa el-rei, tomaram prazer de o vêr assim lêdo; e andou el-rei assim gram parte da noite, e tornou-se ao paço em dança; e pediu vinho e fructa; e lançou-se a dormir.

*

Que painel curioso! E' uma tela feita; resta pintal-a. Como este, immensos os quadros historicos a extrahir para tintas das palavras pittorescas dos velhos chronistas, tam cheios de pó quam de poesia. Mas o pó, qualquer o lobriga; a poesia, é mister adivinhal-a, sentil-a, buscal-a.

*

Do pó se sacuda a noticia inesperada que resalta de que a tradição, nem sempre homogenea, nem sempre condiga com aquelle discutido telegramma pelos bispos portuguezes, por essa occasião alludida, enviado ao arcebispo de Paris e attestante da orthodoxia romana do nosso episcopado.

Seria sempre assim? Na tradição das nossas egrejas não quedaria vestigio indelevel de passada heresia?

Ficou, de facto; e é a séde episcopal do Porto que o testemunha, porque um dos bispos do Porto foi um heterodoxo; no Porto houve um bispo hereje.

Com effeito, da maior transcendencia nos destinos moraes, politicos e sociaes da peninsula iberica foi o terceiro concilio toledano, onde Reccaredo (rei godo que succedeu a essa poderosa personalidade governativa do annexionante Leovigildo, que, em materias de fé, foi, pela perseguição, provocada aliás e, seguramente, motivada, o Diocleciano do arianismo) abjurou a heresia dos germanos e abraçou o catholicismo hispano-romano dos conquistados.

Ora, depois que Leovigildo, apoderando-se do reino de Galliza, viu não poder contrarrestar a constancia do bispo catholico do Porto, Constancio, recorreu á força de introduzir alli outro ministro que prégasse o arianismo com titulo de bispo. Este se chamou Argiovito; e, « se bem que entrou como lobo — escreve catholicamente o doutissimo Florez — proseguiu como pastor ». Elle foi um dos que abjuraram o arianismo e receberam o catholicismo no concilio III de Toledo, anno de 589, segundo expressam as actas: *Argiovitus in Christi nomine Civitatis Portugalensis Episcopus, anathematizans hæresis Arianæ dogmata superius damnata fidem hanc Catholicam quam in Ecclesiam Catholicam veniens credidi, manu mea de toto corde subscripsi.*

Feita esta publica confissão, concorreu, com os demais Padres, a formar os canones do concilio, e assignou-os, no numero 50: *Argiovitus Portucalensis Ecclesiæ Eps. S. S.*

A ordem da firma do bispo portuense Constancio nas actas d'esse celebre concilio III de Toledo é o numero 26, entre 62, o que o suppõe de bastante antiguidade de consagração e, portanto, é preciso confessar, confessa o auctor da *España sagrada*, que elle era bispo antes de a Galliza pertencer aos godos, e que os suevos estabeleceram no Porto a Sé anteriormente collocada em Magneto, assim escreve.

Isto mesmo reflexiona que se confirma por aquelle facto de haver o rei ariano Leovigildo intro-

duzido bispo da sua seita no Porto, porquanto isso manifestava que achara a Sé collocada alli.

Fôra, pois, Constancio o primeiro bispo do Porto, sendo o bispado do Porto um dos que começaram em tempo dos suevos, advertindo de que seu principio não fôra com o titulo de Portucalense, porém sim Magnetense. Extincto este, começara o presente, por motivo de se haver passado a Sé Episcopal de Magneto para o Porto. E a primeira menção de bispo por este titulo constava das sobreditas actas do concilio III toledano alludido, que nos dão noticia, consoante vimos, do prelado chamado Constancio, que assignou assim: *Constantius Portucalensis Ecclesiæ Episcopus subscripsi.*

Do bispo Constancio ignoramos o fim: mas, como elle era já antigo e Argiovito moderno, conjectura o padre Florez como *caso muy regular* que, morto o primeiro, continuasse o segundo na dignidade episcopal até o proprio obito. Porém ignoramos o tempo e póde suspeitar-se de que vivia no anno 610, em que se achou em Toledo o bispo portucalense cujo nôme se escreve *Argiberto* e é de recear seja o mesmo Argiovito. Florez adduz razões rasoaveis para que se acredite que assim tivesse sido.

Mas, fôsse este ou fôsse outro, caso, e de ponderar, é que assignou assim: *Ego Argevertus Portucalensis Ecclesiæ Episcopus subscripsi.* Não haja equivocações; tracta-se do *Decreto* (e não do *Con-*

cilio), providencia regia em favor da paz dos prelados e protegendo a disciplina da egreja.

Aquelle que supponha com Loyaza (e pelas conjecturas allegadas) que Argeverto é o mesmo Portucalense que esteve no III toledano, admoesta Florez que deve tambem suppôr que sobreviveu pouco tempo o nosso bispo após 610, pois resultam uns vinte e quatro annos de pontificado desde que Leovigildo o introduziu por bispo no Porto (tom. XXI).

No tom. IV Florez estabelecera já que a segunda Sé do tempo dos suevos é o Porto, cujo bispo, Viator, assigna com o titulo de *Magnetense* no II de Braga e reporta-se do «moderno academico lusitano Pereyra». Logo a seguir reprehende, e com fundamento, prosapias, mentirosas ou candidas, d'outros lusitanos. «Se bem que — Florez escreve — o snr. Acuña (é dom Rodrigo da Cunha) introduza, com os pseudo-chronicões, bispos n'esta egreja desde o seculo I e o seu addicionador, Cerqueyra Pinto, o pretenda reforçar, comtudo não dá provas para que admittamos aquella antiguidade».

Antes de recopilar o tempo em que se inventou a divisão de Vamba e o Itacio em que se encontra, Florez arrumara, por mão d'outro lusitano, o importuno *Festabole* applicado ao Porto, o qual se topava descartado por Estaço, em suas *Antiguidades de Portugal*, cap. LXXIII, num. 34, onde diz que aquelle nôme era suspeitoso, por se não encontrar na divisão dos suevos nem em Morales, que vira

muitos originaes, E era nôme inaudito para os naturaes, por se não encontrar em escripto ou escriptura alguma. Concluia assim:

Não recebemos o tal nôme *Festabole*, como alheio ou incognito ou introduzido por erro. Nem menos a sua significação de «praia nova, ou porto chão», forjada na officina de fr. Bernardo, porque não vejo quem isto agora possa affirmar de lingua tam antiga, salvo se resurgiu algum suevo, meio nú, por falta de pelles com que se cobrisse, como Cesar os pinta, para declarar cousa de tanta importancia.

Até aqui é a traducção de Florez; mas Gaspar Estaço prosegue:

Nem esta barbara nação, costumada a viver em aldeias, segundo o mesmo Cesar, tinha brio para de proposito fundar cidades; e, se o tinha, como vencedora e arrogante, é graça dizer que fundou o Porto com o nôme *Festabole*, porque nunca o tal nôme foi por cá lido nem ouvido, além d'esta cidade ser mais antiga que os suevos em Hespanha.

No tom. VI Florez assenta, e rigorosamente bem, que, á vista de successos de tanta magnitude como os que se effectuaram no terceiro concilio toledano, lhe admirou que o formador das Licções do officio novo de San Isidoro dissesse que o mais celebre de todos os de Hespanha fôra o quarto toledano, sendo que não houvera n'elle circumstancia que egualasse á da profissão de fé feita pelos godos. Pelo que se deveria antepôr e applicar a este terceiro concilio a mais acertada critica do cl. don Juan Bautista Perez, que, fallando d'esse synodo

no seu Catalogo, lhe deu a primazia de excellencia sobre todos os de Hespanha: *Omnium Hispaniensium celeberrimum, quod in eo Gens Gothorum, abjurata hæresi Ariana, ad Catholicam Fidem est conversa.*

Bem sabia Florez que o quarto synodo fôra mui celebre, e denominado o *grande Synodo*, pelo copioso numero de canones que alli se estabeleceram.

Porém o mesmo não é ser grande no numero de partes que ser o primeiro em excellencia; e, como a fé, protestada no terceiro, é coisa mais sobresaliente do que a disciplina ecclesiastica, subscrevemos ao dictame de que este foi o mais celebre de todos.

Por outra ordem de razões, antitheticas, o consideraria, nos dias modernos, primacial o inglez Buckle.

N'elle o Porto teve representado o arianismo pelo seu bispo Argiovito e o catholicismo pelo tambem seu bispo Constancio. Ou seja, na essencia natural, o germanismo por Argiovito, o latinismo por Constancio. Naturalmente, este é que tinha de prevalecer, poisque tudesca não seja nossa estirpe.

A seu bispo, o povo do Porto, em hora critica, o buscou para chefe temporal; e não mui acertada a escôlha da turba resultaria.

VIII

José Maria de Sousa Monteiro — Antonio Joaquim de Mesquita e Mello — Duarte Lessa — Joaquim José da Silva Maia.

Sobrevindo a revolução de Hespanha contra os francezes, ella não poderia deixar de repercutir-se em Portugal; e em Portugal «o brado salvador quem o soltou foi o Porto», assim o registra Pinheiro Chagas, o qual consignara que, «apenas rebentou o primeiro grito de revolta, foi pasmosa a rapidez com que se foi repercutindo de echo em echo por todo o Portugal».

No Porto apenas havia, sob as ordens do general Quesnel, uns setenta e tantos dragões francezes, com alguns empregados civis e militares, da mesma nação. O referido Quesnel procurou, quanto antes, ter por si os soldados hespanhoes, promovendo o bom comportamento dos francezes para com elles, o que, todavia, o não impediu de armar e aprovisionar o forte de S. João da Foz, na mente de lhe

servir de refugio, tanto a elle como á sua escolta franceza, no momento em que os hespanhoes se sublevassem. Ora, esse momento a junta revolucionaria da Galliza o apressou, ordenando a D. Domingos Ballesta que entrasse na sua respectiva provincia, levando comsigo, prisioneiros, todos os francezes que no Porto se topassem ou que elle pudesse encontrar pelo caminho.

Em execução d'estas ordens, Ballesta, marechal de campo do corpo de engenheiros, havendo tomado o commando das tropas hespanholas, após a morte de Taranco, como sendo a patente mais graduada, prendeu effectivamenre no dia 6 de junho de 1808 o general Quesnel, o corregedôr mór Taboureau, o coronel de artilheria Picoteau, e egualmente com elles os officiaes, os empregados, os artilheiros e dragões francezes.

Ballesta reuniu depois na casa da camara as auctoridades portuguezas, civis e militares, entrando no numero os respectivos vereadores: todos os da reunião se decidiram pela prompta installação do governo nacional, acclamando-se o principe regente e lavrando-se d'esta acclamação um auto.

O portuense José Maria de Sousa Monteiro, auctor de uma *Historia de Portugal, desde o reinado da senhora D. Maria Primeira, até á Convenção d'Evora-Monte com um resumo historico dos acontecimentos mais notaveis que tem tido logar desde então até nossos dias,* em seu tom. I, de 1838, a pag. 159, dá-nos a nota das principaes auctori-

dades portuguezas que assistiram a este conselho convocado por Ballesta e cujos nômes o lisbonense Luz Soriano não conservou n'aquella narrativa que condensara a pag. 247 do seu tambem tom. I da segunda epocha *(Guerra da Peninsula)*, de 1870, de sua *Historia da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal, comprehendendo a historia diplomatica, militar e politica d'este reino desde 1777 até 1834.*

N'esse Conselho, Sousa Monteiro nos diz que:

> Se acharam o brigadeiro Luiz d'Oliveira e Costa, os desembargadores Estanislau José Brandão, João de Carvalho da Silva Ferrão, Victorino José Botelho do Amaral, João Bernardo Cardoso, Francisco Sabino da Costa Pinto, e Sá Lopes; o juiz-de-fóra Luiz Barbosa de Mendonça; os vereadores Bernardo Vieira de Mello e Thomaz da Silva Ferraz; o procurador da cidade Manuel Felix Correia Maia; o sargento-mór Raymundo José Pinheiro; e o tenente Luiz Paulino.

Mas a partida das tropas hespanholas deixara desprotegido o movimento do Porto, que Pinheiro Chagas qualifica de «filho de um impulso de enthusiasmo» e que não podia contar, segundo sua conjectura, nem sequer com os mais ligeiros elementos de vida. «Por isso o brigadeiro Luiz de Oliveira da Costa, para evitar as vinganças de Junot, tractou immediatamente de affogar essa manifestação, que lhe parecia insensata». Assim foi, na verdade; e, com effeito, a auctoridade dos francezes foi logo restabelecida. Mas o insensato era o

prudente, e a sensatez residia então, como sempre nos lances de desespero, na temeridade.

De facto, bastara aquelle grito unico para despertar mil echos em todo o paiz; succedem-se a seguir os pronunciamentos de Braga, Melgaço, Villa-Pouca-de-Aguiar, Chaves, Bragança, Guimarães, Vianna, a Torre de Moncorvo. Na verdade, não lavra com mais rapidez o fogo n'um rastilho de polvora do que lavrou a insurreição pelo norte de Portugal.

Prosegue Pinheiro Chagas:

> Presenceava o Porto com surpreza os resultados da sua iniciativa. Assustara-o o som da sua propria voz, vibrando no silencio do paiz opprimido. Ao impulso do enthusiasmo succedera logo o desalento da reflexão, e era com espanto supremo que ouvia de todos os pontos das provincias do norte responderem mil brados sympathicos ao seu clamor isolado. Esse grito voltava a reboar nos seus muros amplificado pelos echos das serranias de Traz-os-Montes. A 19 de junho de novo se proclamou no Porto a independencia portugueza, organisando-se logo uma junta provisoria de que foi presidente o bispo.

E' hora de resarcir-se Luz Soriano dando a lista d'essa junta que não apresenta Pinheiro Chagas.

Ella se denominou *Junta provisional do supremo governo do reino* e foi composta do já citado bispo, D. Antonio José de Castro, constituido, consoante outrosim se disse já, em seu presidente, e dos vogaes Manuel Lopes Loureiro, provisor do bispado; José Dias de Oliveira, vigario geral; José de

Mello Freire, juiz da corôa; Luiz de Sequeira Ayala, desembargador dos aggravos; Antonio da Silva Pinto, sargento-mór; João Manuel de Mariz, capitão de artilheria; Manuel Ribeiro Braga; e Antonio Matheus Freire de Andrade, sendo os primeiros dois, dos enumerados, vogaes por parte do clero; os segundos dois por parte da magistratura; os terceiros dois por parte da milicia; e os dois ultimos por parte do povo.

Cumpre não esquecer que, quando, na manhã de 19 de junho, se elegeu e installou a junta do supremo governo, tambem logo se decretou uma outra junta, ou commissão, militar, em que, além de outros officiaes, figuravam o tenente-coronel de engenheiros Luiz Candido Cordeiro Pinheiro Furtado e o tenente de cavallaria Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, devendo ser presidida pelo governador das armas do partido do Porto; á sua incumbencia cabia o tractar de tudo o que pertencesse á guerra, que era, adverte Soriano, o principal das circumstancias de então.

*
* *

Entre as sete e as oito horas da manhã do dia 29 de Março de 1809, a retirada era geral, por parte dos portuguezes, em toda a extensão da linha com que pretenderam defender da investida das tropas francezas invasoras, commandadas em chefe

pelo marechal Soult, a mal-aventurada cidade do Porto.

A' qual recolhendo-se, os fugitivos eram perseguidos de perto pelos francezes, que desapiedadamente os matavam, vindo correndo sobre elles pelo sitio da Senhora da Lapa.

Muitos houve, dos nossos, que fugiram para o lado da Foz; mas outros, sendo estes talvez o maior numero, correram para a Ribeira, onde alguns d'elles, cheios de terror, se deitaram logo ao Douro, para o atravessarem a nado. Alguns o conseguiram passar, mettidos nos pequenos barcos que a sua bôa-fortuna lhes deparou, de par que o geral d'elles se dirigia em tropel para a antiga ponte-das-barcas.

Está em breve se atulhou de uma immensa multidão, onde parte d'ella se estorvava e empurrava a outra, esmagando-se reciprocamente, pelo extraordinario aperto em que se collocaram uns individuos contra os outros, velhos, creanças e mulheres. Immenso paisanismo, de todas as idades, classes e profissões, quasi tudo a pé; militares em fuga; e tambem mulheres, de todas as gerarchias e idades, assim como de todos os estados: tudo absolutamente se topava alli accumulado.

E tudo ignorava que os primeiros que tinham passado a ponte lhes haviam levantado os alçapões, cuidando que por este modo embaraçariam aos francezes o passarem-se para Villa Nova, onde tinham a louca esperança de se fazerem fortes,

elles, exclama Soriano cuja narrativa vou seguindo, arejando-a com a abertura de paragraphos, elles que já se não tinham podido defender nas linhas e fortificações do Porto.

Os vencedores, ganhando sem difficuldade as barricadas e cortaduras das ruas, e vindo sempre correndo sobre os fugitivos, atrás d'elles chegaram até á Ribeira, onde o espectaculo se lhes apresentou terrivel.

As ondas do povo que successivamente alli se tinham amontoado, vendo a demora dos que se achavam na frente e ignorando o fatal precipicio que os esperava a todos para os abysmar, forcejavam por lhes accelerar a fuga, impellindo-os, com a sua maxìma força, para deante. D'onde resultava irem sendo inevitavelmente arrojados ao rio Douro todos os que, a seu turno, iam chegando ao tremendo alçapão, visto impossivel lhes ser resistir ao impulso que detrás lhes vinha.

Por este modo, camadas e camadas de infelizes assim se foram sepultando nas aguas d'aquelle rio. E, como se isto ainda não bastasse, dizem que a gradaria lateral das barcas da ponte, que toda era de madeira, arrombando-se em partes, abrira outros novos sorvedouros, que tambem lateralmente vomitaram por diversas bòccas immensa gente ás aguas do rio.

A' precedente causa de tantas mortes e desgraças accresceu mais que, apenas os das baterias do lado de Villa Nova viram os francezes correndo

pela descida da rua de S. João para a praça e caes da Ribeira, começaram logo de lhes atirar um sem-numero de balas e tiros de metralha, que, pela maior parte, se iam empregar nos infelizes fugitivos, os quaes debalde pediam misericordia, supplica que ninguem ouvia nem attendia, pelo apuro do momento em que todos se encontravam.

Outra calamidade sobreveiu ainda ás que já eram: a nossa pouca cavallaria, que a toda a brida debandava do combate, tambem se dirigiu para a ponte; e com a maior deshumanidade se lançou sobre a multidão, para abrir caminho, deixando após si no seu transito muitos desgraçados envoltos em sangue, tanto por causa do atropellamento das patas dos cavallos como por motivo dos golpes das espadas, brandidas pelos respectivos cavalleiros.

Em summa, affirmam alguns que a mortandade fôra tal que os cadaveres das pessoas, cahidas ao rio por todas estas causas, chegaram a fazer, por si mesmo, uma nova ponte.

Crê Soriano que, a não ser por estimativa, nunca ninguem soube o numero dos que perderam a vida em tam calamitosa catastrophe. Uns fazem-o subir a 4:000 e até mesmo a 8:000, e outros não duvidam eleval-o a 20:000 individuos. Mas, segundo o que se lê na *Descripção topographica e historica de Villa Nova de Gaya*, na nota de pag. 59 da edição de 1861, o numero dos submergidos fôra, tam só, de 400 pessoas, de ambos os sexos. Pa-

rece a Soriano, porém, este computo demasiadamente pequeno. O auctor do livro em referencia foi João Antonio Monteiro d'Azevedo, cidadão da cidade do Porto; o addicionador de 1861 foi Manuel Rodrigues dos Santos, natural de Villa Nova de Gaya.

Como quer que fôsse, o real e evidente desde logo era um espectaculo medonho e afflictivo, tam triste e lamentavel ainda aos mais duros e impedernidos corações que elle moveu o dó dos mesmos invasores. Os proprios francezes que alli iam chegando e o presencearam, por um momento de prevalencia do instincto bom esquecendo-se da resistencia que tinham encontrado, cuidadosamente buscaram valer aos que ainda podiam ser salvos. E, lançando, para este fim, pranchas aos vacuos da ponte, sobre ellas passaram para o outro lado.

Logo, d'ahi apressadamente correram sobre as baterias das alturas de Villa Nova e d'ellas desalojaram os nossos, fazendo assim acabar o fogo que de lá estavam sustentando contra a cidade do Porto.

Ella, para cumulo de todas estas desgraças, foi posta a saque, por castigo da sua resistencia, como em casos taes era costume e praxe de guerra praticar. O saque começou pelas onze horas do dia, levando os vencedores a todas as casas de habitação, a par do terror que infundiam, o roubo, a violação e a morte. Excitados de mais a mais para isto, a colera os enfurecia até á demencia da exas-

peração indignada, por encontrarem, consoante o dizer de alguns, varios prisioneiros francezes sem olhos, com as linguas cortadas e os membros truncados ou rasgados. Desde então tudo quanto lhes cahiu debaixo da mão foi inexoravelmente morto.

A perda dos portuguezes avaliou-se entre nove a dez mil homens, posto que Soult a eleva a dezoito mil mortos, não incluindo os afogados no Douro. Só no palacio do bispo se diz terem sido mortos duzentos portuguezes ao fio da espada dos soldados francezes.

Quanto ao espolio que, do Porto e Villa Nova, extrahiram os vencedores em numerario, joias, alfaias preciosas e em todo o genero de mercadorias, é incalculavel o seu valor; uns o fazem de vinte milhões de cruzados, outros de quarenta e alguns de mais, sem fallar no que dilaceraram, destruiram ou incendiaram, como por exemplo porcelanas, moveis, livrarias.

O dr. João Antonio de Carvalho e Oliveira, natural de Paredes da Beira, bispado de Lamego, é auctor de um escripto excellente, sobre o qual, conforme aliás lealmente o exara, Soriano trabalhou; intitula-se *Um capitulo da historia contemporanea ou a entrada do marechal Soult no Porto em 1809*. Encontra-se em um folheto, pouco vulgar, que, dizendo-o, diz o livreiro snr. João d'Araujo Moraes, no seu catalogo num. 16, que não vem incluido no *Dicc. Bibliogr.* e respectivo *Supplemento*, de Innocencio. Mas no *Supplemento* a Inno-

cencio, no artigo respectivo, se diz que de João Antonio de Carvalho Oliveira ha varios escriptos litterarios e historicos na *Revista universal lisbonense*. Ora, precisamente esse «capitulo da historia contemporanea» é um d'estes escriptos. Começa no num. 401, pag. 435 do tom. III, segunda serie, correspondente ao decimo anno: 1850-1851.

Pelo que toca ao marechal Soult, escreve Soriano que justo é confessar, por honra da sua memoria, que elle fez quanto pôde para pôr termo a tam barbara carnificina, a qual, porém, só por fim acabara quando o cansaço e o horror de tanto sangue derramado trouxeram em seu encalço as idéas de moderação e humanidade.

Sympathias procurou Soult ganhar no Porto e facto é que começava a adquiril-as, mas chegou-lhe a vez da derrota e pouco aqui vingou demorar-se.

Um desafortunado, natural da cidade do Porto, e, segundo Innocencio cria em 1858, nascido pelos annos de 1793 a 1796, em verso commemorou a dupla, contradictoria fortuna de Soult. Por effeitos de uma febre maligna, cegara totalmente aos dous annos de edade, «o que o não impediu, comtudo, de cultivar as lettras, ajudando-se das bôas disposições que da natureza recebera».

De quatro cantos, em oitava rima, compuzera o poema *O Porto invadido e libertado*, que sahira sem o seu nôme (Antonio Joaquim de Mesquita e Mello), impresso em Lisboa, n'um 8.º, na Typ. de Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões, em 1815.

No Porto, na Typ. de Sebastião José Pereira, em 1860, sendo a primeira composição do tom. I da *Collecção de poesias reimpressas e ineditas de Antonio Joaquim de Mesquita e Mello*, sahiu a 2.ª edição, «totalmente reformada», de *O Porto invadido e libertado*, poema em dous cantos.

*

A conto volva Soult, que o ensejo o dera um dos episodios dos residuos sobresaltantes da grande campanha clerical ultima em França, em a hora revolta do nacionalismo, excitado no anti-dreyfusismo e não guardando fé nem á politica nem sequer, no furor da procrastinada jornalistica propaganda, á mesma historia.

Na verdade, a historia, mesmo a moderna, soffre torturadas desfigurações em mãos do jesuitismo ultramontano ou nas dos seus addictos, que professaram em tal eschola e propugnam pela causa de taes mestres.

No n.º de 27 do *Diario de Noticias*, de Lisboa, vinha uma carta do seu correspondente de Paris, a qual trazia a data de 22 de agosto de 1902.

Começava o correspondente por dizer que, assim como em Paris terminado haviam as manifestações da rua, os comicios de protesto, as reuniões das damas francezas ultra-reaccionarias, as desordens domingueiras da Praça da Concordia, — tambem na provincia renascera a calma tam

ambicionada pelos verdadeiros homens de ordem de todos os partidos politicos e de todas as confissões, mesmo as mais orthodoxas.

Accrescentava que, como deviamos saber pelo telegrapho, as tres ultimas aldeolas bretãs, que tanto protestavam contra o rigoroso cumprimento da lei das associações, não haviam tido outro remedio senão o de acceitarem os decretos. Mas a resistencia fòra diabolica. Por momentos parecia que os soldados combatiam um bando de diabos sahidos da caldeira de Pero Botelho, de tal maneira surgiram furiosos todos esses fanaticos bretões, deante das auctoridades.

Em alguns pontos figurava-se que queriam atear a guerra civil.

Depois informava que na ultima reunião, — derradeiro canto do cysne clerical! — que se realisara alli no bairro da Charonne em pleno Paris operario, o senil e assás « gâteux » François Coppée, apresentando madame de Reille, dissera:

— Madame Xavier de Reille é a mulher admiravel que soube agrupar em volta d'ella todas as mães christãs. Vêmos bem que nas suas veias corre ainda o bom sangue do seu avô, o brioso marechal de Soult que decidiu a batalha de Austerlitz e que em Hespanha e em Portugal *esmagou as hordas de selvagens que se oppunham aos exercitos libertadores de Napoleão!*

Recordar as proezas de Soult em Portugal devia, de certo, fazer subir o rubor ás faces da hysterica madame de Reille, assim commentava o correspondente.

Ora, ponderava, nas memorias do general Saint Chamane sobre as guerras de Napoleão, o marechal Soult é apresentado como um egoista, prompto a todas as traições. O historiador Manmont disse: — O marechal tem uma ambição sem limites e sem escrupulos.

Soult, continuava o correspondente, trahiu a republica, trahiu Napoleão e trahiu Luiz XVIII. Foi o auctor dos mais importantes roubos que se fizeram nos conventos de Hespanha e Portugal, durante a invasão napoleonica. E Coppée tinha a falta de senso de chamar *horda de selvagens* aos portuguezes briosos que se oppuzeram á marcha offensiva de um militar, enriquecido com os saqueios em Hespanha e Portugal!

Assim rematava o correspondente referido.

Não rematava mal. Mas poderia additar ainda que o avô de Madame Xavier de Reille, o illustre estrategico Soult, não desdenhava tam desprezadoramente como o fez o distincto poeta parnasiano aquellas *hordas de selvagens* (os quaes eram os nossos avós), que aliás se batiam pela causa da patria, a qual devia ser respeitavel a um nacionalista, e pela causa da religião, a qual devia ser veneranda a um clerical, que em ambas as coisas, nacionalista e clerical, viesse a dar o snr. Coppée, versejador correcto da banda um tanto picara do snr. Catullo Mendès.

Não. Tam longe estava o marechal Soult de considerar os portuguezes como uma *horda de sel-*

vagens que não se lhe dava de repudiar a sua qualidade de francez para ser... rei de Portugal!

O marechal Soult entrou no Porto, á viva força, desbaratando a mal concertada defeza das suas linhas; esta cidade foi, segundo as leis da guerra de então, dada a saqueio da soldadesca victoriosa. Mas é cynico o desplante fatuo com que se escreveu, nas *Mémoires sur les opérations militaires sous le commandement du maréchal Soult, duc de Dalmatie*, por este teor:

> Quantos motivos para que os habitantes (do Porto) soffressem todos os horrores da guerra! Pois bem! Esses francezes, tam terriveis no combate, quando a victoria esteve certa, tiveram repugnancia em derramar um sangue demasiadamente facil de verter.

Porém, outro francez, mais verdadeiro, o snr. de Naylies, em suas *Mémoires sur la guerre d'Espagne*, conta com melhor exacção as atrocidades que presenceou no Porto desde que a resistencia das linhas foi levada de vencida. Elle diz:

> Os portuguezes debandaram para todos os lados e n'elles se fez grande matança. Essa grande cidade viu-se, durante algumas horas, preza de todos os horrores de um assalto.

Na verdade, o marechal Soult tractou de conseguir alguma ordem, a partir de quando a officialidade alcançou submetter a soldadesca indisciplinada e que Naylies nos confessa que andava ébria. Empenhou-se em captivar por bons modos a grati-

dão dos portuguezes e fez insinuar por meio de agentes seus que o processo de restabelecer a paz seria pedir a Napoleão que o fizesse a elle Soult rei de Portugal!

Alguns portuguezes, desvairados pelas terriveis calamidades da epocha, deixaram-se embair por essa chimera; e, assim, no Porto e no Minho começou a surgir um partido defendendo a candidatura do marechal Soult ao throno lusitano. Das doutrinas d'esse partido se constituiu orgão um periodico que appareceu, denominado *Diario do Porto*; e no mesmo sentido gemeram os prélos a estampar um folheto com o titulo de *Desengano proveitoso, que um amigo da patria se propõe dar aos seus concidadãos*. Desvanecendo por egual a presumpção de Soult e incitando-lhe as ambições, estimulava as pretensões que se soubera nutria o marechal á corôa portugueza.

A intriga foi seguindo seus tramites, regularmente urdida, se bem que sob os murmurios impacientes dos officiaes francezes, invejosos da supremacia de Soult e conspirando-se contra as suas temerarias appetencias.

De modo que em 25 de Abril d'aquelle terrivel anno de 1809 chegou ao Porto uma deputação de Braga, composta de trinta e seis membros das tres ordens, clero, nobreza e povo, e á sua frente o corregedor com os vereadores da camara e os deputados da relação ecclesiastica d'aquelle arcebispado, consoante se exprime o n.º 4 do citado

Diario do Porto, pessoas todas estas que, sendo apresentadas ao marechal duque de Dalmacia, indirectamente lhe prometteram respeito, fidelidade, obediencia e vassalagem. O primeiro passo estava dado e o mais difficil conseguido. O marechal respondeu «tam benignamente como bem se póde antever», relata com malicia o nosso Soriano.

No dia 26 de Abril, auctoridades civis, o clero, os deputados de cada uma das religiões, a nobreza, varios cidadãos, diversos membros das corporações judiciaes e militares do Porto se apresentaram egualmente no palacio do duque de Dalmacia, pela hora do meio dia, acompanhados de uma guarda de honra dos caçadores volantes do regimento n.º 4, sendo esta guarda precedida de uma banda de musica militar.

Esta deputação ia manifestar a Soult o mesmo que lhe manifestara já a deputação da cidade de Braga. Ella foi introduzida por Quesnel, general de divisão arvorado em governador militar do Porto e da provincia do Minho. Foi o corregedor da comarca quem, em nòme dos moradores da cidade, que assim tam mal e indevidamente representava, pronunciou um discurso affirmando irrisoriamente que toda a população do districto jurava fidelidade e obediencia ao marechal. Soult respondeu o mesmo que tinha já dito á deputação de Braga, accrescentando-lhe as seductoras promessas das grandes fortunas que elle havia de trazer a Portugal.

Commenta Soriano:

Contraria a similhantes tramas se mostrou dentro em poucos dias a mesma cidade do Porto, quando, dominada por sentimentos eguaes aos de toda a nação portugueza, não hesitou em com ella correr egualmente ás armas para a expulsão dos francezes para fóra do paiz.

Goraram-se os projectos cubiçosos do marechal Soult; elle não seria rei de Portugal!

A noticia d'estes ambiciosos enredos do seu logar-tenente em Portugal chegou aos ouvidos do imperador; Napoleão, magnanimamente, disse a Soult: *Mas eu não me lembro senão de Austerlitz.* Estava desculpado Soult de ter acariciado o sonho de vir a ser o rei de uma *horda de selvagens.*

O snr. Coppée é que deveria pensar em conhecer um pouco melhor a biographia d'aquellas personalidades das quaes aliás tecia panegyricos, pelo visto desauctorisados.

A avaliar, portanto, pelo exemplo do snr. Coppée, o ensino da historia nas escholas congregacionistas não presta para nada.

*
* *

Bem mais notavel, pois que para sempre memoranda, foi a segunda junta do Porto, no Porto installada em a gloriosa data do 24 de Agosto de 1820.

Raiando este para sempre famoso dia, o coronel Cabreira reuniu a artilheria no Campo de Santo Ovidio, a que se seguiu mandar dizer uma missa

pelo capellão do seu regimento, tendo-se para este fim levantado um altar no referido campo. A esta missa assistiu elle Cabreira, com os seus officiaes e soldados, os quaes deram depois uma salva de vinte-e-um tiros, por meio da qual se annunciou aos habitantes da cidade do Porto o começo de uma empreza revolucionaria em que os seus promotores, relembra Soriano, já desde alguns annos trabalhavam.

A' mesma hora do referido dia, o coronel Sepulveda e o tenente-coronel Gil fizeram tomar armas aos seus respectivos regimentos, o 18 e o 6 de infanteria.

Reunida toda a força no citado campo de Santo Ovidio, formou-se um conselho militar, composto dos commandantes dos corpos, aos quaes se lêram duas proclamações, assignadas pelos membros do referido conselho. Manda Soriano vêr, em seu volume appenso, o documento n.º 49, o qual contém as duas proclamações, ao exercito que abraçara a causa da revolução em 24 de Agosto de 1820 dirigidas pelo conselho militar do Porto, que assigna pela ordem seguinte: O commendador Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, coronel de artilheria n.º 4; Bernardo Correia de Castro e Sepulveda, coronel de infanteria n.º 18; Domingos Antonio Gil de Figueiredo Sarmento, tenente-coronel commandante de infanteria n.º 6; José Pereira da Silva Leite de Berredo, tenente-coronel commandante do real corpo da policia; José de Sousa Pi-

mentel, major commandante interino das milicias do Porto; José Pedro Cardoso e Silva, major commandante das milicias da Maia.

Após essa leitura, a tropa marchou para a Praça Nova (hoje Praça de D. Pedro), levando os corpos á sua frente os seus respectivos chefes, os quaes, entrando na casa da camara, mandaram chamar para ella todos os individuos que deviam compôr a *junta provisoria do governo supremo do reino*, sendo esta a denominação que se deu ao corpo que devia dirigir a revolução.

Alli compareceram o bispo, o governador das armas, que era o velho tenente-general Filippe de Sousa Canavarro, o senado da camara, o juiz-do-povo, a casa dos vinte-e-quatro, os juizes da vara branca, as pessoas da governança e os principaes cidadãos do Porto.

Reunida pelo respectivo juiz-de-fóra do civel a vereação da cidade, e presentes, como tambem estavam, os membros do conselho militar, ponderaram-se as rasões que elle teve para dar o passo que deu, concluindo-se pela necessidade de se nomear uma junta provisoria, depositaria do supremo governo do reino, a qual governaria em nôme de el-rei, manteria a religião catholica e faria convocar as côrtes representativas da nação, as quaes formulariam uma constituição adequada aos bons usos e ás leis que convinham na actualidade das cousas.

Aqui volve Soriano a mandar-nos vêr o seu documento justificativo num. 49-A, o qual é o

auto geral da camara municipal do Porto, em consequencia do qual se procedeu á nomeação de uma junta de governo, que se denominou junta provisional do governo supremo do reino.

Para constituir esta junta, deu o clero do Porto um membro; a nobreza, dois; a magistratura, um; a universidade de Coimbra, um; a provincia do Minho, dois; a provincia da Beira, dois; a de Traz-os-Montes, dois; e o corpo do commercio, um; havendo, além d'isto, tres secretarios com voto.

O pessoal da referida junta compoz-se, assim, dos individuos seguintes: Antonio da Silveira Pinto da Fonseca, presidente; Luiz Pedro de Andrade Brederode, deão, vogal pelo clero; Pedro Leite Ferreira de Mello, vogal pela nobreza; Francisco de Souza Cirne de Madureira, idem; fr. Francisco de S. Luiz, doutor em theologia, vogal pela Universidade; João da Cunha Souto Maior, vogal pela provincia do Minho; José Maria Xavier de Araujo, idem; José de Mello Castro e Abreu, vogal pela provincia da Beira; Roque Ribeiro de Abranches Castello Branco, idem; José Joaquim Ferreira de Moura, vogal pela provincia de Traz-os-Montes; José Manuel de Souza Ferreira e Castro, idem; Francisco José de Barros Lima, vogal pelo commercio; José Ferreira Borges, secretario com voto; José da Silva Carvalho, idem; e Francisco Gomes da Silva, idem.

Um dos vogaes pela provincia do Minho, José Maria Xavier de Araujo, viria mais tarde (em 1846)

a publicar em Lisboa, na Typ. Rollandiana, uma obra, em-8.º, de VII-232 pag., comprehendendo suas *Revelações e memorias para a historia da revolução de 24 de Agosto de 1820, e de 15 de Septembro do mesmo anno*, com a epigraphe, aliás modesta na eliminação do adjectivo: *Et quorum pars fui.* Apezar de mui succinto, este escripto Innocencio indica que offerece particularidades curiosas sobre o assumpto, e que dá as feições caracteristicas de algumas das principaes personagens que figuraram n'aquelles notabilissimos acontecimentos.

Assás custa a Soriano o soffrer, entre outras, a affirmativa pelo vintista Xavier de Araujo feita no seu livro de 46, onde assevera que o synedrio era *um corpo politico, sem communicação alguma com sociedades secretas.* «Synedrio» foi o nôme que se deu á associação, de que promanou a revolução de 24 de Agosto de 1820, e que fôra originariamente iniciada no Porto em 1818 pelo desembargador da Relação d'esta cidade, Manuel Fernandes Thomaz. Este a pôde formar com José Ferreira Borges, advogado da mesma Relação, com José da Silva Carvalho, juiz dos orphãos n'esta cidade do Porto, e com João Ferreira Vianna, nucleo a que successivamente fôram aggregando outros novos membros. Chegaram a fazer o numero de treze, sendo os nove restantes Duarte Lessa, José Maria Lopes Carneiro, José Gonçalves dos Santos, José Pereira de Menezes, Francisco Gomes da Silva, João da

Cunha Souto Maior, o coronel José de Mello Castro e Abreu, aquelle José Maria Xavier de Araujo e o coronel Bernardo Correia de Castro e Sepulveda.

Nascido no Porto, um d'estes, Duarte Lessa, falleceu em Liverpool, onde era consul geral. Por haver sido «um dos patriotas que mais trabalharam na commissão que promoveu a revolução de 1820», a *Encyclopedia Portugueza*, dirigida pelo dr. Maximiano de Lemos, resgatando-o d'injusto olvido, em suas columnas lhe inscreve o nòme, aliás, segundo ahi se rememora, immortalisado já na *D. Branca*, onde Garrett lhe chama o *bom philosopho Duarte*.

Intenso, sincero foi o jubilo pelo triumpho de 1820. Iniciaram-se os festejos civicos e resurgiram as patrioticas illuminações.

De resto, patrioticas ou não, servis ou livres, no amôr unanime das luminarias firmes fôram nossos maiores. Não havia discrepancias nos gostos.

De todo o tempo, na verdade, prezamos e nos divertimos com publicas illuminações e nossa capital se extremou em sua pompa e rutilancia. Para que com os fumos se não dissipassem na memoria, nossos maiores levavam o fervôr até o ponto de archivarem, em livros idoneos, a reminiscencia das luminarias a que assistiram, herdando-o d'ess'arte seus descendentes, até nós-outros actuaes, esse preciosissimo legado, de momentosa licção e fertil exemplo.

Está-se o leitor recordando, por exemplo, de

aquella obra que, no sentir de alguns criticos, é livro de toda a estimação, assim pela curiosidade do assumpto como pelo estylo e linguagem, e que, em folio grande de III-78 folhas, apresenta quatorze estampas e um rosto gravado em chapa de metal, tudo de boa execução artistica. Seu auctor foi João Baptista Lavanha, cavalleiro da Ordem de Christo, cosmographo-mór do reino e chronista-mór de Portugal, que nasceu em Lisboa, diz Innocencio que decerto antes de 1555, por ser n'esse anno que fallecera seu pae. Os dizeres do titulo de sua faustuosa obra são estes: *Viagem da Catholica Real Magestade d'el-rei D. Filippe II nosso senhor ao reino de Portngal, e relação do solemne recebimento que n'elle se lhe fez. Sua Magestade a mandou escrever por João Baptista Lavanha, seu chronista maior.* Logar e data d'impressão: Madrid, por Thomás Junti, 1622. Em Lisboa, nas livrarias publicas, ha varios exemplares; mas o mesmo Innocencio adverte que em alguns d'esses exemplares falta a primeira estampa, que é de todas a mais apparatosa e representa o desembarque de Filippe III no caes de Belem.

Se João Baptista Lavanha relatou dos festejos por outrem organisados, mais achegadamente a nós-outros José Pedro da Silva não permittiu que lhe andassem soltos os creditos por alheias mãos e elle-mesmo se encarregou de se constituir em chronista dos proprios luminarentos feitos, reduzindo-os no laço dos extranhos encomios.

Honrado e bondoso homem foi este José Pedro *das Luminarias*, que assim se lhe pegou a alcunha, graças a popularisar-se-lhe o nôme desde 1808, mercê das deslumbrantes illuminações que apresentou no botequim de que era proprietario e no terceiro andar do mesmo predio onde habitava, calculando-se que a despeza que fez excedesse a seiscentos mil reis. Com effeito, não havia dia festivo no reino e anniversario natalicio de principe nacional ou extrangeiro ligado com a casa de Bragança sem que nas tres janellas da residencia do excellente José Pedro *das Luminarias* brilhassem, ao anoitecer, nove lanternas.

Não vá julgar-se que este homem era um idiota ou um especulador; pelo contrario, foi um nobre caracter e um coração generoso, firme nas suas convicções liberaes e possuindo em grau eximio a virtude da amizade, valedora como entre outros o foi aos poetas Santos e Silva e Bocage. Mas a sua innocente birra eram as luminarias; gastou um dinheirão com os folhetos dos versos a proposito, que dos prelos da Impressão Regia (hoje Imprensa Nacional) por elle sahiram editados durante os annos de 1811 a 1814. Innocencio, de José Pedro da Silva, registra, especificadamente, a *Collecção dos versos, e descripção dos quadros allegoricos, que em todas as solemnidades publicas d'esta capital mandou imprimir, e gratuitamente distribuir por occasião das illuminações da sua casa na praça do Rocio.* A restante rubrica testifica dos dotes civicos

do José Pedro *das Luminarias*. E' assim: *Reimpressa á sua custa em beneficio da Casa-pia.*

Mas as grandes luminarias, nas solemnidades publicas da capital, fôram sempre as publicas; e para essas é que convergiu o applauso das populações embevecidas. Fallando com saudade dos tempos de sua meninice, o jarreta que, em 1848, estampou na Imprensa Lusitana, da rua do Passadiço, de Lisboa, as memorias de sua vida e da dos seus amigos, recorda primacialmente as luminarias d'aquellas felizes epochas. Só em 1814 diz elle: «fôram erguidos dezoito arcos, desde as Fontainhas d'Arroios até á Ponte d'Alcantara, e todos illuminados sem economia d'azeite». Declara, embravecido, que aquillo «não são patranhas de Periodiqueiro»; para prova, passa a dizer onde eram. E, exclama, extatico: «Que arcos!... que illuminações!...»

No tempo d'esses arcos e d'essas illuminações, grandissimas e affrontosas contrariedades se curtiam nas camadas profundas da população; e hoje em dia, entre fulgores de frequentes luminarias, atrozes difficuldades a essas mesmas classes fundamentaes as atormentam e affligem. Dá-se já agora, com triste frequencia, o facto de cahirem por essas ruas de Lisboa e Porto pessoas, prostradas de pura fome. Da pobreza envergonhada, d'onde a onde, como funebres claridades, transparecem os horrores de encobertos quadros de desesperação.

As opulentas alegrias não logram compensar os lamentos miseraveis; e a meditação entenebrece-se

quando se cogita na pungencia de contrastes taes. Não pretendi nunca aguar o jubilo de ninguem; nem o conseguiria, se estolidamente o ambicionasse; mesmo o intuito de um publicista independente não é jámais o suscitar o desgosto collectivo; nem representar o papel antipathico de desmancha-prazeres póde agradar a cubiça de nenhum sizudo. Todavia, frisar contrastes inilludiveis importa, na solidariedade admoestativa, o significado de que conhecemos a situação exacta e não nos deixamos fascinar por illusões.

O mesmo povo, na hora do bom-senso, diz que não corre a foguetes. E corre a foguetes como corre a balões, á maneira, hoje e sempre, da correria dos portuenses quando no Porto, com absorto pasmo, em balão subiu um extrangeiro audacioso.

Nos *Apontamentos para a historia da cidade do Porto*, de J. M. P. Pinto, a pag. 152, leio:

> Monsieur Poitven fez uma ascensão aerostatica na quinta das Lamelas, junto á igreja de Santo Ildefonso, em 1857.

Mas tradicional é a freima das gentes portuguezas pelas ascensões aerostaticas; e as subidas dos balões a nossos antigos vates mereceram mesmo vibrantes fremitos de suas lyras raro desdenhosas.

Nada menos que um poema a *O Balão* dedicou José Daniel Rodrigues da Costa, e da acceitação que a leitura do publico dispensou ao canto do bardo testemunha ainda hoje a noticia de que a

festejada obra logrou o premio de tres edições. A primeira estampou-se em Lisboa, na Impressão Regia, 1819. Sahiu reimpresso o poema no Rio de Janeiro em 1821. E no immediato 1822 fez-se terceira edição ainda em Lisboa, na imprensa de João Nunes Esteves.

Após um prologo endereçado ao seu publico habitual, o auctor por este typo apresenta o *Argumento* de sua composição:

> Mathematicos pontos combinando,
> Tendo por base a grande Astronomia,
> Um Genio, que não tem nada de brando,
> Projecta ir vêr o Sol, fonte do dia;
> Em pejado *Balão* vai farejando,
> Subindo mais e mais, como devia;
> Divisa a Lua, mette-se por ella,
> Pasma de immensas cousas que viu n'ella

Assim, o poema *O Balão* «aos habitantes da Lua» se reporta; quanto ao «Genio que não tinha nada de brando», o poeta lhe chama logo tambem «o Heroe que voa sem ter azas»; menos remontadamente, porém, seu nôme entre os humanos era de Robertson e subira destemidamente aos ares

> N'um bote, que de verga foi tecido,
> Preso a um globo, de gaz inchado e cheio.

Facto fôra que revoluteara no immenso espaço, sem que de queda conservasse receio algum, e entrara alfim na Lua, o que assegura José Daniel Rodrigues da Costa «não é caso novo». Todavia accrescenta que, ao vêr terra e tanto povo,

elle pasmara, o que a seus leitores, no intuito moralista de que se jacta, açodado transmitte o fecundo *Almocreve das petas*, com o fito de incutir «moral disfarçada para correcção das miudezas da vida».

Aos habitantes da Lua causara, sem embargo, grande estranheza o Balão lá chegado; não gostaram do invento e alto e bom-som d'elle rezingaram, em maneira e geito que o heroe de José Daniel, virando-lhes as costas, deu-se a provar os vinhos de fama no armazem d'um fulano alli apregoado.

Depois foi dar um giro, e por memoria,
Quando baixou, contou-me a sua historia.

Relatou-lhe o que por lá vira e presenceara; e, de passo, José Daniel exhibe o contraste do que infelizmente ha por cá com o que, felizmente, não ha por lá. Ninguem escapa; tudo apanha da ferula do poeta: moços e velhos, rapazes e raparigas, tafues e damas, pois que o «Genio nada brando» lhe disse que vira uma salla de senhoras, todas a conversar e bem fallantes. Mas já vamos.

O nosso Heroe, que tinha reparado
Não ouvir as senhoras murmurando,
Costume n'ellas muito inveterado,
Em duas, tres e quatro se ajuntando,
Perguntou se não era alli usado
Nas amigas cortar de quando em quando,
Descozendo o fiado bem a fundo,
Por esta ser a pratica do mundo.

A dona da casa logo o atalhou, respondendo-lhe, n'um tom sizudo e grave, que n'aquelle ditoso globo

não havia d'essa gentalha impura que tudo infama e tudo abocanha; ao contrario, alli a gente trabalhava por ganhar boa reputação com estudo serio, de modo que pessoa que se via cheia de lepra não se punha a murmurar da impigem, sendo alheia.

O Heroe ficara para a sua vida.

Pasmado do que ouviu, diz fôra andando
E n'uma praça viu moços refeitos;
Estranhou muito não os ver fumando,
Um vicio a que os de cá são tam atreitos;
Chegou-se então a um velho, perguntando
Se os cigarros alli são mal acceitos,
Soltou-lhe o velho um riso muito forte
E diz que respondera d'esta sorte:

Nós outros que vivemos nas ãlturas,
Sem ter fumaças muito bem passamos;
Esse luxo não ha n'essas figuras,
Porque consentimento lhes não damos;
Isso, da mocidade são verduras
Que nas educações logo atalhamos,
E seria indecente e moda louca
Fazer a gente chaminé da bôcca.

Este José Daniel sempre era então o mesmo que em 1801 pilotara o *Comboi de mentiras, vindo do reino Petista, com a fragata Verdade encuberta por capitania.* Ao seu poema heroi-comico de 1819, comesinhamente porém, faz votos positivos por que tenha gasto e produza cousa que se veja:

Ou papel, ou metal, tudo convem,
Apezar do defeito que ambos teem;
Que o dinheiro papel, que nos consome,
Qualquer vento que vem o leva e some,
E o metal, que em despezas o consumo,
E' um ar que lhe dá, torna-se em fumo.

Mas, na sua parranice rimada, conceitos ia divulgando proveitosos o poeta se bem que esterilmente, consoante praxe torna a maligna condição humana que resulte para as praticas fundadas dos moralistas.

Se a murmuração nas assembleias de senhoras terminou, em compensação os rapazes continuam a fazer chaminé da bòcca. E, comtudo, um gradual entorpecimento provem do habito funesto de fumar. Que bemfeitor da humanidade não seria aquelle que conseguisse convencer a juventude a que rejeitasse com tedio esse asqueroso e desastroso veneno do tabaco!

Comtudo, aquelles festejos profanos como o por José Daniel em Lisboa cantado desagradavam á religiosa compostura dos mais severos de nossos circumspectos avós; e aqui no Porto para os de fóra-Porto, mórmente de Lisboa, do que os portuenses se vangloriavam era da pompa e riqueza, fausto e opulencia de suas procissões.

*

As procissões, cirios, arraiaes e romarias constituem outras tantas manifestações pittorescas da indole peculiar das turbas e n'ellas estuda quem o estuda o typo dos costumes, crenças e tradições do povo, quando festas similhantes são espontaneas e não suggeridas, patenteando a persistencia incoercivel dos impulsos naturalisticos. Porém taes

procissões assim não agradam aos fanaticos ecclesiasticos, e as preoccupações theologicas empenharam-se, apezar do insucesso de seus esforços, por dos usos collectivos extirpar ridentes praticas, que não condiziam, no seu jubilo pantheistico, com a tristonha severidade do culto official, antes destoavam do retrahido dogmatismo de que este culto dimana.

Esses costumes, sem embargo, resistiram a todas as prohibições episcopaes, jesuiticas e dos moralistas pedantes, conforme nol-o mostra o dr. Theophilo Braga, o qual em nota addita ás ponderações do texto outras mais por este teor:

No fim do seculo XVIII o pessimismo moralista ainda se insurgia contra as comedias populares nos arraiaes e romarias, sem comtudo desraigar o costume. «Mas como querem que lhes resulte gloria (aos Santos) conciliando-se o povo para que no adro de suas egrejas assista á representação dos progressos del *Desden con el Desden*, da *Vida de D. Quixote de la Mancha*, dos *Amores de Jupiter e Alcmena*, guarnecendo-se estes pratos com um *Sermão do vinho*, com o *Entremez do Velho namorado*, com o baile da *Fofa* e outras ridicularias similhantes. . .? Dizem que para ser maior o concurso dos romeiros se lhes brinda com estes prazeres, pois, sendo este o principal estimulo que os commove, seja o applauso mais extenso, por mais numeroso, etc». Silvestre Silverio da Silveira e Silva (*Trabalhos de Job*, 1780).

No tom. II do *Governo do mundo em secco*, Silvestre Silverio da Silveira e Silva (isto é Manuel Joseph de Paiva) deitara contas, em 1751, e escandalisara-se piedosamente. Exhibe um extracto dos

gastos da festa, cirio e romaria; e tudo isso é interessantissimo como indice de costumes populares portuguezes no descahir do seculo XVIII.

Chegado (após a nota da receita e o apuro e despeza da egreja) á despeza da codea, lê o Lettrado moralista que despenderam os Irmãos Procuradores, em trinta e dous almudes de vinho, do melhor que se pôde achar a 1$440, 46$080; ao que, á socapa, commenta a chocarrice do Escrevente chão:—Fóra, bebados!

Cinco fôram as duzias de gallinhas, quatro os perús, os carneiros dous, dez prezuntos, uma duzia de payos, duas de chouriços e tres pernas de vacca. Curioso de vêr a festa que fazem os romeiros a suas barrigas, o Escrevente motejara de «galante» aquella palavrinha de *codea;* e, quando se tocou na verba «fructa», o jocarreiro Escrevente frisou que ahi entrara, com geral acceitação, a rica cenoura de conserva e a pobre azeitona de Sevilha.

Mas, aportados, emfim, ao recebimento da despeza do arraial, confessa o Escrevente que para alli guardara os sustos, pois os festeiros tambem querem tapar a bôcca ao mundo, com declaração de que o povo ha-de vêr com o olho e comer com a testa.

Logo, o sorumbatico Lettrado lê que se despendeu em uma latada de fogo e vinte duzias de foguetes do ar 500$000 reis; e que se gastou com alugueres de vestidos e propinas que se deram aos comediantes, e figuras de cavallo, para as entradas,

22$000 reis. Em áparte commenta o Escrevente: «Por signal que a comedia se intitulava *El desden con el desden*, que é um dos melhores obsequios com que se póde festejar, n'este mundo, ao deus Apollo».

Segue a conta da despeza em o aluguer de um corro de touros, porque, segundo o Escrevente, o certo é que romagem aonde não vão touros não vai gente. Apparece immediatamente a nota do que se despendeu com uma gaita de folles, o seu tamborileque, e outro bobo, que fazia no adro galanterias.

Para os pretos dos atabales e trombetas, fòram nove mil e seiscentos; e dezeseis tostões os festeiros despenderam com a propina do enxota-rapazes, «a quem estes dão o titulo de cruz-diabo». Despenderam em duas mãos de papel para o bofete oito vintens; «do qual (por este teor, maligno e, no seu ranço obsoleto, para nós bizarro, murmura o Escrevente) do qual só uma folha serviu para se fazer a eleição; o mais foi para cartas de amores do Escrivão, e para fazer traques o seu filho». Despenderam em alugueres de bestas, para levarem a gente da festa, e a abegoaria, 38$000 reis.

Despenderam, finalmente, em o aluguer de um sargento e seis soldados, que se levaram para apartarem as brigas, nove mil e seiscentos. Por isso, ao Escrevente, o pai, que Deus tinha, lhe dizia que d'aquellas festas, a que os curiosos d'ellas chamavam galhofas, não se tirava outra cousa senão que-

das, doenças, ciumes, desconfianças, pancadas, feridas e quebra-cabeças. Sem embargo, ás romarias e ás bòdas vão as louças todas.

Ainda até nas procissões promovidas e organisadas pela gente sacerdotal, n'este seculo XVIII sceptico, surgem contradictoriamente as figurações naturalistas, como na solemne procissão que se descreve na relação dos festivos applausos com que os vizienses celebraram a trasladação da imagem de Nossa Senhora do Carmo, da ermida em que estava, para a nova capella, que lhe edificaram «os seus filhos terceiros», a qual relação anda impressa na officina de Miguel Rodrigues, da Lisboa Occidental, de 1738.

Davam principio á lustrosa procissão dous a cavallo, vestidos á mourisca, com seus turbantes, e meias-luas sobre as cabeças, tocando clarins: logo se seguia a figura da Fama tambem a cavallo, lindamente ajaezado; nos cabeções do cavallo, que eram de fitas encarnadas, pegavam de uma parte a figura da Inveja, vestida de preto, e da outra parte a figura da Ignorancia, vestida toda de verde, mas sem donaire e sem flores. A figura da Ignorancia! Que mais ao vivo do que na gente viva?

Em duas alas vinham depois as quatro partes do mundo: a Europa, de encarnado; a Asia, «composta á Mourisca, e tragica,» vestida de côr de rosa; a Africa, despida da cintura para cima, com um saiote de primavera de côres; emfim, a America offerecia-se vestida de sêda côr de ouro, coberta a

cabeça com o sabido, fatal turbante á mourisca, e seu cocár de plumas. Etc. Etc. Um sem-fim allegorico.

E, então, as festas que se fizeram ao humano? Concluidas as de egreja, entradas a fazer as da praça: — as cavalhadas, a encamisada, os carros triumphaes, as danças, por fim a tourada?!

Tudo se veja no precioso livrinho, que estampa Miguel Rodrigues, impressor do Emin. Senhor Card. Patriarcha, na Lisboa Occidental, de 1738.

Quem leria já livrinho tal em 1820?

Tudo isto em 1820 seriam já evocações d'um mundo extincto, longe, longe, n'um passado remotissimo...

E, todavia, ao jubilo de 1820 bem proximamente o precedera o lucto de 1817; e d'essa catastrophe á victima mais illustre com compassivo desdem a designara, irritantemente, o algoz.

... *Poor fellow.*

E' como na carta que de Cintra, em 7 de setembro de 1817, endereçou ao marechal de campo, Archibald Campbell, commandante da torre de S. Julião, chama o marechal general lord Beresford ao tenente general Gomes Freire de Andrade, preso na mesma torre, em cuja esplanada foi enforcado, a 18 de Outubro de 1817. *Poor fellow.*

«O padre Amaro» traduz para o *pobre homem.* Mas, em inglez, *fellow* é, por vezes, um termo de desprezo, como quando se diz *a sorry fellow*, um pobre homem; porém, aqui pobre homem equivale a homem sem distincção, ordinario, baixo e vulgar.

Os professores Fleming e Tibbins traduzem: *He his a «poor fellow»* por: «E' um pobre diabo, é um pobre homem»; no francez, *un pauvre hère*. E em francez *hère* não se emprega senão n'estas locuções *Un pauvre hère*, *C'est un pauvre hère*, que (nol-o registram em Dupiney de Vorrepierre) se dizem familiarmente, e como irrisão, d'um homem sem merito, sem consideração, sem fortuna.

Para o inglez Beresford assim era o portuguez Gomes Freire em 1817. «Um pobre diabo». *Un pauvre hère. A poor fellow.*

Sem merito. Sem consideração.

Mas em 1822, em Londres, deixa ostensivamente Beresford de não ter em consideração a Gomes Freire; e em tanta consideração o tem agora que se afana por desviar de sobre o proprio nôme o labeu da responsabilidade no assassinato juridico do tenente-general lusitano. E, para que lhe fizesse aquelle serviço, nas suas *Memorias*, relata José Liberato Freire de Carvalho como foi que elle entregou a sua defeza ao redactor do periodico intitulado *O padre Amaro*, que por então se estampava em Londres.

Este redactor era natural da ilha da Madeira e chamava-se, abreviadamente, Joaquim Ferreira de Freitas; o livro rehabilitador de Beresford foi, na mesma cidade de Londres, impresso por Arthur e Ricardo Taylor. D'ella assim julga Innocencio Francisco da Silva:

Esta obra, escripta com o fim de justificar o marechal Beresford da maneira altamente censuravel e odiosa como procedera no negocio da conjuração, e para desviar d'elle toda a responsabilidade lançando-a á conta dos membros da regencia que a esse tempo governava o reino, está seguramente mui longe de poder julgar-se imparcial.

Não é, sequer, original o plano usado na sophisticação da verdade, afflictiva para Beresford; á exacção pretende-se desvirtual-a pelo processo desviatorio de transferir as culpas para as costas, além de outro, do Principal Sousa. «O padre Amaro», n'este fito, aproveitou-se da suggestão que lhe forneceu uma carta que em Maio de 1818 escrevera um official do exercito portuguez para o *Correio Braziliense*, achincalhando *o eterno fallador Principal Sousa*, insinuando suspeitas sobre *o patarata Sousa*.

Tam fóra da verdade era, comtudo, o proposito homicida do Principal Sousa contra Gomes Freire que, ao tempo, se disse em Lisboa ter, com effeito, esse Principal Sousa (D. José Antonio de Menezes e Sousa, irmão do conde de Linhares) concebido o humanitario intento de valer aos presos, o que é presumivel á vista da passagem de um officio do implacavel D. Miguel Pereira Forjaz, em que, ao intendente geral da policia, duramente declara como um *meio impolitico e inconveniente a opinião do senhor Principal, de os mandar sahir na fragata*, aos presos.

Porém deitar as culpas sobre o Principal Sousa,

para alliviar d'ellas Beresford e os seus cumplices, era tarefa facil e que estava naturalmente indicada. Não haveria o risco de desmentidos. Elle não poderia defender-se, accusando. Porque, escreve Soriano:

E' para notar ter a sorte poupado o Principal Sousa a vêr na sua vida executada a sentença de morte do general Gomes Freire de Andrade e dos seus companheiros de infortunio, por haver elle proprio perdido a vida em 1 de Outubro de 1817, ou dezesete dias antes d'aquelle em que teve logar o tragico successo do Campo de Sant'Anna e da explanada da torre de S. Julião da Barra.

Não. Quem nutria um odio inflexivel contra Gomes Freire e lhe movia uma perseguição de exterminio era, de facto, Beresford. Isto se verá a esta luz, desde que se attente no extremo a que elle se abalançou, com formular para o abjecto governo as perguntas que se deviam fazer ás testemunhas e aos reus, as quaes, com maldade insigne, afeiçoou de modo a comprometter mais particularmente Gomes Freire.

Tudo consta do officio que Beresford enviou em 10 de Junho de 1857, escripto n'um francez barbaro, ao seu connivente D. Miguel Pereira Forjaz. Communica-lhe: *Je vous euvoye quelques questions, qu'il me parait seront utiles de faire aux temoins de la devassa, et particulièrement à quelqu'un d'eux.* Mas precavê-se. Indica que essas perguntas, naturalmente, serão intercaladas no grande

numero d'aquellas que se propõe fazer o intendente geral, *car autrement, étant mises séparément, on pourrait savoir dont elles viennent et leur object.* As perguntas que Beresford propunha se fizessem ás testemunhas e aos reus, capciosamente se lhes fizeram, no effectivo proposito de comprometter e desgraçar Gomes Freire.

Tambem não esconde Beresford a furia da vil decepção, desde que as suas victimas não lhe fallam ao sabôr e o não satisfazem attribuindo cargas ao tenente-general aferrolhado em S. Julião. Assim procedeu quando chegou a mandar inquirir na sua propria presença e no seu mesmo quartel o mais enthusiasta e inconfidente dos conspiradores, o tresloucado Antonio Cabral Calheiros Furtado de Lemos. Apezar de indiscreto em supino grau, d'essa vez, por excepção, o infeliz guardou-se. Por isso, no officio de remessa, o marquez de Campo Maior considera que no depoimento de Cabral «visivelmente não ha sinceridade». E não ha sinceridade, porque *il n'a pas même mentionné les personnes principales.* As pessoas principaes eram o que, diabolicamente, lhe fazia conta. *Os cabeças, um principalmente*, escrevia, em freima sanguinaria, o digno socio de Beresford, D. Miguel Pereira Forjaz, esse D. Miguel Pereira Forjaz que, para salvar da infamia Beresford, «o padre Amaro» não hesitaria em sacrificar, no livro intencional de 1822

Fez-se a vontade a toda essa santa gente, lealista e meritoria. O dia 18 de Outubro cahiu

então a um sabbado. O terror era geral em todos os moradores de Lisboa n'aquelle terrivel sabbado; as lojas da cidade baixa viam-se geralmente fechadas, e fechadas se conservavam tambem as janellas de todas as casas do campo de Sant'Anna, destinado ao supplicio dos restantes onze, com Gomes Freire, condemnados á pena capital.

Muitas familias fugiram espavoridas para fóra da cidade. Ao prestito funebre, sahido das cadeias do Limoeiro, pela tarde, acudiu em grande numero a plebe alvoroçada; raro era o individuo que entre os espectadores inculcasse pertencer ás classes cultas. Rememora, nas *Revelações*, referindo, Soriano:

> Na calçada dos Caldas fui eu tambem vêr passar aquelles infelizes, de alva vestida, desfallecidos já quasi todos, apezar do curto caminho que por então tinham feito. A pallidez da morte ia-lhes estampada no rosto; os crucifixos que levavam nas mãos, e o funebre acompanhamento dos frades, que lhes iam aos lados, para os ajudarem a bem morrer, realçavam o terror que similhante prestito infundia. Sentados em largas e quadradas cadeiras de coiro, chapeadas de grandes pregos de latão, se viam conduzir vagarosamente a pau e corda para o logar do supplicio.

Ahi chegados, no momento da execução houve um certo reboliço, que não deixou de causar terror e alguma desordem. Este accidente derivou-se d'outro e foi que um aguadeiro, querendo vêr mais á sua vontade, *fez do seu barril uma especie de camarote*, pelo teor se expressa «o padre Amaro». E prosegue.

*

Fôsse por acaso ou porque tirava a vista aos que estavam por detraz do aguadeiro, levantou-se uma disputa, cahiu elle do barril, e o tumulto se foi communicando, de sorte que os que não conheciam a origem do motim deitaram a correr e bem depressa toda a multidão estava em commoção sem saber porque. Mas o brigadeiro José de Vasconcellos, que commandava a força assistente, foi elle-mesmo informar-se do acontecimento e acalmar o tumulto. De modo que, a contento da ordem publica, a execução fez-se tranquillamente; e as fogueiras, que consumiram os cadaveres, ainda ardiam pelas onze da noite, aterrando com o seu pallido clarão, candorosamente pondera Soriano, os moradores do campo de Sant'Anna e das suas visinhanças.

O cheiro da carne assada do campo de Sant'Anna ha-de conter os portuguezes:—o futuro apostata Manuel José Gomes de Abreu Vidal, em sua *Analyse da sentença,* archiva que o diziam os compatriotas de Beresford, e accrescenta que «esta tambem era a sua opinião», d'elle Beresford.

Firmar-se-hia na carencia de chefe para ulteriores revindicações, pelo supplicio preliminar, e supposto imprescindivel e irremediavel, de Gomes Freire.

Em Portugal fôra este eleito grão-mestre da maçonaria, tendo sido em França veneravel de uma loja, quando lá era grão-mestre o marechal Ney.

A conducta d'este bravo marechal de França e a grande coragem que mostrou quando teve logar a sua execução, sendo elle o proprio que mandou fazer fogo á escolta que o fuzilou, impressionara muito a Gomes Freire e, querendo imital-o na sua hora extrema, pediu como graça especial que lhe commutassem a pena de morte de garrote, a que primeiramente fóra condemnado, na de ser arcabuzado. Esta supplica parece ter aggravado ainda mais o seu supposto crime, porque, em vez de lh'a deferirem, foi por fim sentenciado á pena de forca, por ser a mais infamante. Persuadido, porém, como esteve até á ultima hora de que obteria a graça pedida, tinha-se preparado para o fuzilamento, vestindo a sua sobrecasaca e calçando as suas botas, causando-lhe uma tal ou qual satisfação o poder imitar o valor e coragem do marechal Ney no seu ultimo momento, dando tambem as vozes á escolta, que o havia de fuzilar, já que na vida o procurara imitar no que pôde, aspirando a deixar como elle o nôme de bravo, titulo que tambem julgava merecer por alguns dos seus feitos militares.

Não lhe consentiram esta triste satisfação os seus abominaveis inimigos; o infeliz estava votado ás humilhações e aos tormentos; e o leitor que queira conhecer o atrocissimo desenlace, moroso adrede, continue em Soriano lendo, attenta a raridade do livro de 1822, cujo ultimo capitulo, completo e impressivo, elle resume.

Emfim acabara. Dado, finalmente, o signal da execução, Gomes Freire subiu, com animo resoluto e sereno, ao infame patibulo, onde proferiu algumas palavras. «Mas os Padres, que lhe assistiram («o padre Amaro» o conta) fizeram tal gritaria que se não poderam recolher as ultimas expressões d'essa illustre e desgraçada victima».

Que restava a Beresford?

Premiar os denunciantes e delatores, que elle empregara como *agents provocateurs*, consoante, definindo-lhes a funcção, se lhes chama na giria policial franceza.

Beresford não foi esquecido nem ingrato. Cumpriu. Honra lhe seja. Por effeito das suas recommendações, depois que em 1820 chegara ao Rio-de-Janeiro, effectuou-se o decretamento de uma pensão de 600$000 reis annuaes a um dos traidores, exarando-se no respectivo decreto que *por contemplação á sua lealdade e bons serviços;* o outro traidor tambem não foi olvidado nas recommendações do marechal, sendo egualmente retribuido com outra pensão, ainda de mais vulto, pois montou a 800$000 reis.

Mas de Gomes Freire, d'esse, «depois de morto na forca, seu corpo ha sido queimado e suas cinzas lançadas no mar, na conformidade da sentença», relata-o ainda «o padre Amaro», apologista de Beresford.

Pela cruenta mão alcatroada do carrasco, dispersas fòram, com effeito, em Lisboa em 1817, as cinzas d'aquelle portuguez que n'outro Outubro, a 17, em 1788, o primeiro fôra que, á frente do seu regimento, penetrara os muros da praça de Oczakow, na Criméa, após prolongado sitio; d'aquelle portuguez a quem, á Russia volvendo em 1812 com Napoleão, em 1813 nomearam governador de Dresde, de que o exercito francez que

aquella praça guarnecia estava sob o commando do marechal Gouvion Saint-Cyr.

Pela mão do carrasco, em 18 de Outubro de 1817...

Gomes Freire! «Pobre diabo!» *Poor fellow!*

*

* *

A revolução foi o processo a que a monarchia constitucional recorreu para se implantar n'este paiz; e, se é costume increpar os republicanos pelo insuccesso da jornada do 31 de Janeiro, não desquadra relembrar de óra em vez que, de sua banda, os monarchicos constitucionaes portuguezes, na sua lucta contra a monarchia absoluta, teem outrosim a registrar desbarates e derrotas.

Cruel foi, por exemplo, aquella que deu a Oliveira Martins, no *Portugal Contemporaneo*, algumas de suas laudas mais impressivas, baseadas em relato pouco conhecido, a que se reporta aliás, de portuense tam ignorado como mal-aventurado. A certa destroçada congregação revolucionaria, monarchico-constitucional, alludo.

E, na verdade, mais merecedora de lastima do que credora mesmo de censura, quando já não avergada a vituperio, despontará perante os modernissimos olhos, compadecidamente criticos, essa desastrada Junta do Porto, terceira, por ordem

chronologica, das que a precederam e da que lhe ha de, mais tarde, vir a succeder, tambem com gloria equivoca. Esta terceira é a de 28.

Precedeu-a egualmente um Conselho Militar, do qual a proclamação, datada no quartel de Santo Ovidio, em 17 de Maio de 1828, é, ordenadamente, assignada por Duarte Guilherme Ferreri, coronel de artilheria 4; Francisco José Pereira, coronel de infanteria 6; Henrique da Silva da Fonseca, coronel de infanteria 18; Francisco da Gama Lobo Botelho, coronel de cavallaria 12; José Julio de Carvalho, coronel graduado de caçadores 10; José de Barros e Abreu, tenente-coronel de cavallaria 12; José Baptista da Silva Lopes, tenente-coronel de artilheria 4; Alexandre Marcellino de Maio Brito, tenente-coronel de infanteria 6; Joaquim Manuel da Fonseca Lobo, tenente-coronel de caçadores 11; Manuel Alexandrino Pereira da Silva, major de infanteria 18; Antonio da Costa e Silva, major de artilheria 4; Antonio Correia Leitão, major de infanteria 18; Miguel Correia de Mesquita, major de caçadores 11; e Pedro Antonio Rebôcho, major de caçadores 10.

O manifesto do mesmo Conselho Militar, ao dia seguinte, 18 de Maio de 1828, apresenta, depois d'estas, a mais a assignatura de José Maria de Sousa, capitão-commandante de caçadores 6.

O capitulo v *(Dissolução do Conselho Militar. Instauração da Junta. Seus primeiros actos governativos)* de obra tam idonea como pouco vulgar abre por este teor:

Em conformidade do manifesto do Conselho Militar em data do dia 18 e da circular do dia 20, n'este mesmo dia se reuniram os cincoenta eleitores, incluindo os quatorze membros do Conselho, para votarem nas pessoas de que se deveria compôr a nova Junta; esta eleição recahiu: Presidente, o general de Braga, A. H. da Costa; vice-presidente, o coronel D. G. Ferreri; vogaes, os desembargadores Sarmento e Gerardes S. Paio; os negociantes Christiano Kopke e F. J. Wanzeller; e o coronel Gama Lobo. Feita esta eleição a portas abertas e por escrutinio, instaurou-se desde logo a nova Junta, publicando-se seus nômes das janellas da Camara em altas vozes, ficando, em consequencia, dissolvido o Conselho Militar. N'aquelle mesmo dia exerceu a Junta as suas funcções governativas: nomeou para seus secretarios os desembargadores Vellez Caldeira e J. J. de Queiroz, com voto deliberativo; encarregou a policia ao desembargador A. Osorio, nomeando-lhe para escrivão A. da Rocha. No dia seguinte, nomeou o tenente-coronel de artilheria 4, Lopes da Silva, para secretario do expediente militar, e ao secretario do governo das Armas, Gandra, para official-maior do expediente, da mesma Junta. Instaurou uma Commissão Fiscal para arrecadação dos dinheiros publicos e proporcionar os recursos para pagamento do exercito, composta do desembargador Ochoa, do contador A. B. de Brito e dos negociantes P. T. de Mello, J. F. Duarte e J. J. G. de Castro. Officiaram ao bispo e ao chanceller interino da Relação, participando-lhes a instauração da mesma Junta, para que reconhecessem seu governo e lhe obedecessem e o fizessem constar ás auctoridades subalternas.

O livro, tam idoneo como pouco vulgar, a que me estou reportando é o volume das *Memorias historicas, politicas e philosophicas da revolução do Porto em maio de 1828 e dos emigrados portuguezes pela Hespanha, Inglaterra, França e Belgica. Obra posthuma de Joaquim José da Silva Maia.* Publi-

cada no Rio de Janeiro, typographia de Laemmert, rua do Lavradio, n.º 53. 1841. Tem por melancholica divisa certos versos de Camões, que assim se ouvem:

> Estas verdades, por mim já passadas,
> Oxalá fossem fabulas sonhadas!

O volume abre com uma dedicatoria «Ao Instituto Historico e Geographico Brazileiro», pelo dr. Emilio Joaquim da Silva Maia, a qual é seguida do «Prefacio do Editor», o mesmo dr. Emilio Joaquim da Silva Maia, filho do auctor Joaquim José da Silva Maia.

O qual Joaquim José da Silva Maia, natural d'esta cidade do Porto, aqui nasceu a 3 de Dezembro de 1776, sendo filho de Francisco José da Silva Maia e de D. Clara Josepha Bernardina, não podendo Innocencio haver noticia, consoante o exara, de quaes houvessem sido seus estudos. Noticia tinha só sim de suas *Memorias historicas, politicas e philosophicas etc.*, convindo em que obra é ella «instructiva no seu genero, pela narração dos successos e particularidades occorridas n'aquelle tempo e, como tal, de grande interesse para os que tiverem de estudar ou escrever a historia contemporanea de Portugal».

Tendo-a lido havia bastantes annos já, só, então, quando traçara as linhas supra (1860), é que Innocencio podera obter um exemplar, chegado do Rio. E, ao pôr na tira estas lettras, com endereço

ao caixotim, a mim á lembrança me acode aquella passagem que já considerei na amaritude de situação similar. Dissolvida no insuccesso essa terceira Junta, o quanto foi tremenda a pavorosa madrugada do dia 3 de Julho de 1828 no Porto!

Ella apresentava no Campo de Santo Ovidio — o portuense Joaquim José da Silva Maia, que, desenganando-se, ás onze horas da noite, sahiu então de casa, com seu filho, e acudiu a reunir-se aos fugitivos no Campo de Santo Ovidio, d'este modo o descreve — ella apresentava

a scena a mais interessante a todo o coração sensivel: ahi via-se uma multidão de povo de todas as classes: mulheres, meninos, velhos, moços, ricos e pobres; um profundo silencio inculcava assás os dolorosos sentimentos de que estavam possuidos; aquelle lastimava a sorte da esposa e filhos que deixava ao desamparo; este enternecia-o deixar parentes e amigos sacrificados á vingança dos inimigos; uns e outros meditavam qual seria seu ulterior destino, vagabundos em terra extranha, sem meios de subsistirem...

No Porto, de 1826 até 1828 Joaquim José da Silva Maia redigira o periodico «O Imparcial», destinado á defeza e sustentação dos principios liberaes, o que deu logar a que, por occasião da usurpação miguelista de 1828, elle se visse obrigado a emigrar, prevenindo d'est'arte a perseguição que de certo, adverte Innocencio, o ameaçava. Seguiu, portanto, o exercito constitucional (consoante do que acima contado fica se infere) em sua retirada por Galliza, na companhia de seu filho, então volunta-

rio academico. Tendo acompanhado o referido exercito de Hespanha para Inglaterra e transportando-se depois para França, resolveu, afinal, embarcar para o Brazil, onde emfim morreu, seu mau fado determinando-lhe ainda alli alguns desgostos em vida e até não sabe Innocencio «que desconsiderações executadas para com o seu cadaver, por homens inquietos e turbulentos, na occasião em que era conduzido á sepultura».

IX

Fernando de Novaes —João Teixeira da Silva

Os companheiros de emigração de Silva Maia regressariam, porém, a Portugal e no Porto encetariam obra pela homerica façanha do cerco.

Em que realçou a figura de D. Pedro IV, o qual, rehabilitado da felonia do Brazil, nas memorias portuenses permaneceu duravel.

Nas memorias e, ai!, tambem nos campanarios!

O demonio é o amor da arte. E que artista implacavel não é o sineiro!

Assim, certo 25 de Setembro, de manhã muito cedo acordaram-me d'um somno leve e enfermiço (porque com Voltaire me valha, á falta do espirito, a parecença de ter sido toda a entristecida vida uma creatura doente) os sinos da egreja proxima a minha casa, na plangencia garrida que lhes é praxe quando, badalando, *por musica*, lamentam o tran-

sito de personagens de consideração. Morreu passaro gordo, pensei com irritado, escarninho plebeismo. Mas logo me acudiu na mente a data e logo o pensamento se me poz serio. Os sinos annunciavam com antecedencia e convidavam já para as exequias d'aquelle duque de Bragança que foi imperador do Brazil e cujo coração, por legado seu a esta cidade do Porto, se encontra na capella da Lapa.

Eis aqui uma figura politica importantissima, crédôra da mais escrupulosa attenção e do mais percuciente estudo. Na sua valiosa carta ao proscripto republicano francez, em francez escripta, ácerca de Mousinho da Silveira (e tendo este caracteristico sub-titulo: *ou la révolution portugaise*), em 1856, a Ortaire Fournier, Alexandre Herculano resumia todo um periodo historico pela consideração das suas personalidades relevantes; e rematava com dizer assim: «*Lui* (Mousinho da Silveira) *et D. Pedro, voilà, pendant la première moitié de ce siècle, les deux hommes publics du Portugal qui ont laissé sur cette terre une empreinte à jamais ineffaçable*».

O marechal Saldanha, no fim da vida, em uma missiva enderaçada a Sá da Bandeira, consignava que, quanto melhor meditava nas memorias do tempo passado, mais se lhe radicava a opinião de que, se D. Pedro houvesse recebido a cultura litteraria em que fôram educados seus netos, seria o principe mais notavel da sua epocha na Europa. Não conheço senão este fragmento da missiva de

Saldanha, a que me reporto de reminiscencia, pelas laudas do historiographo Soriano onde a li. E' possivel que Saldanha maiormente attendesse ao impressivo prestigio militar do seu companheiro-de-armas e que, sob o deslumbramento magoado da saudade, mais concretadamente a Sá da Bandeira estivesse fallando do «rei-soldado».

E digo que é possivel, porque esse effeito ficou, ainda em paisanos, pelo voluntariado militares, de occasião, regressando, porém, definitivamente á paisanagem, pois n'elles dominasse, legitimamente sobranceiro, o espirito civil. Rememorando as suas relações com Silveira, Alexandre Herculano escreve por este teor:

Je n'ai connu personellement Mousinho que quelques années après son ministère aux Açores et à Porto. A cette époque simple soldat à l'armée de D. Pedro, passablement ignorant, et dépassant à peine l'âge de vingt ans, je ne me souciai guère des ministres de l'ex-empereur, ni de leurs ordonnances révolutionnaires. Pour moi, comme pour mes camarades, il n'y avait parmi tous ces gens qui nous menaient qu'un personnage pour lequel nous eûssions une admiration sans bornes. C'était ce duc de Bragance, ce prince qui, en tombant du trône, s'était relevé héros; c'était ce fils de Jean VI, le roi débonnaire, que le jour du combat nous voyions au milieu des balles qui pleuvaient, donnant des ordres avec sa voix vibrante, ou pointant un canon comme le plus habile artilleur; car, je vous le jure, mon cher républicain, cet ex-roi de Portugal, cet ex-empereur du Brésil, ce petit fils de tant de rois savait se battre pour la liberté beaucoup mieux que bon nombre de libéraux et de démocrates de notre connaissance.

(Eu pessoalmente só conheci Mousinho alguns annos após

seu ministerio nos Açores e no Porto. N'essa epocha, simples soldado no exercito de D. Pedro, soffrivelmente ignorante, e mal sequer ultrapassando a edade dos vinte annos, bem se me dava a mim dos ministros do ex-imperador, ou de suas ordenanças revolucionarias. Para mim, como para os meus camaradas, não havia d'entre todos quantos nos conduziam senão um personagem para com o qual nutrissemos uma admiração sem limites. Era esse duque de Bragança, esse principe que, ao cahir do throno, se havia reerguido heroe; era esse filho de D. João VI, o rei bom-serás, que nos dias da peleja nós viamos em meio da chuva das ballas dando ordens com sua voz vibrante, ou apontando uma peça como o mais habil dos artilheiros; poisque, eu lh'o juro, meu caro republicano, esse ex-rei de Portugal, esse ex-imperador do Brazil, esse neto de tantissimos reis sabia bater-se pela liberdade assás melhor que bom numero de liberaes e de democratas nossos conhecidos.

Aqui é que está o ponto. Seria pela liberdade que se batia, com effeito, esse ex-rei de Portugal, esse ex-imperador do Brazil, esse neto de tantissimos reis? D'ess'arte se acreditou.

Espirito essencialmente poetico, Alexandre Herculano era assim d'uma candura ingenua, que condizia, no caso, com a maravilhada impressão que o typo do principe-libertador imprimia nas almas, romanescamente sacudindo-as. Na minha familia materna conservaram-se as tradições dos episodios comesinhos, familiares do cerco, e d'elles aprendi, de pequeno, a perturbação moral, por esse homem prestigioso causada nos temperamentos leaes e nos animos generosos. Em toda a parte por onde cruzou, este personagem deixou um rasto de seducção enthusiasta, intensa sim na explosão mas

que prestes teria de apagar-se, com decepção e desconsolo. N'um de seus volumes de pessoaes recordações de Balzac, o litterato Léon Gozlan archiva o immenso *engouement* de Paris por «Don Pedro» a quando da passagem rapida do duque de Bragança atravez d'aquelle meio intellectivo, subtilmente sensivel e eminentemente prompto ao estimulo.

Porque seria que esse enthusiasmo se não conservaria duradouro? Porque seria que o mesmo Porto não acquiescesse aos desejos do seu heroe amado e, levantadas as linhas, logo se manifestasse adverso á sua politica e nas eleições votasse contra a sua lista? Porque é que são exorbitadas as recriminações de ingratidão em que tumultua a *Voz do Propheta* e porque é que as apostrophes biblicas de Alexandre Herculano contra a desazada revolução de setembro chocam e vexam como um ridiculo desproposito? Porque foi que essa magnifica epopeia muda da expedição libertadora não obteve echo litterario e porque foi que para o heroe não surgiu outro Homero senão o poetastro amalucado José Martins Ruas, precursor de Jayme José Ribeiro de Carvalho e auctor da *Pedreida, poema heroico da liberdade portugueza*? Porque foi?

Porque, ai de nós!, não era á liberdade portugueza que visava o heroe do poema; porque esse ex-rei de Portugal, esse ex-imperador do Brazil, esse neto de tantissimos reis, se se batia bem,

como um valoroso e esforçado soldado, não era pela liberdade que elle se batia; porque a sublimidade estava prejudicada pela coexistente insinceridade; porque havia um pensamento reservado e um plano occulto; porque é preciso dizer a cruel palavra, porque um tam prodigioso sacrificio resultava, de essencia e no fim, uma estupenda mystificação.

Não pude desenvolver no lance o meu ponto de vista concernentemente a tam complexo assumpto. Doeu-me até a conjectura, que aliás presumi, de que o meu pensamento fôsse mal interpretado, por insufficientemente definido.

Mas assombrava-me e assombra-me que os liberaes que se bateram no Porto e que vieram, como Alexandre Herculano, a cahir no torpor d'um amargo desengano não tractassem de inquirir das causaes do relativo insuccesso do vasto esforço collectivo em que co-participaram.

«Que bella gente essa, bem digna de fundar para si uma republica, sem os sophismas de uma Carta outhorgada!» — exclama, encerrando a sua narrativa *No cerco do Porto* que em 1878 sahiu publicada na *Renascença*, do Porto, o dr. Theophilo Braga, o qual lamenta lamentavel incuria:

E' pena que homens do talento de Garrett e de Herculano, e mesmo generaes que sabiam trocar a espada pela penna, e que fôram heroes n'esses grandes dias de sacrificio, nunca se lembrassem de colligir as sublimes tradições epicas que ainda casualmente se repetem do cerco do Porto.

Não que de cerco já outr'ora o Porto ameaçado não fôsse, em era assás remota.

Mas, pelo assassinio de dona Ignez de Castro, ficou o infante dom Pedro tam anojado e posto em tanta tristeza que, «como damnado, memora-o Ruy de Pina, andava para perder o siso e a vida, sem algum remedio nem conforto»; porém, por sanha de vingança propria e satisfação sua, buscou e procurou logo todas as cousas com que pudesse desservir o rei seu pae e, sem escrupulo, loucamente criminal, destruir seu reino, que teria de vir a herdar aliás.

Assim, com a gente que tinha sua no reino, e com a muita e mais que houve dos irmãos da assassinada Ignez, dom Fernando e dom Alvaro Pires, bem como de seus parentes e valias, entraram todos em Portugal e pelas comarcas de Entre-o-Douro-e-Minho e Traz-os-montes; e nos logares que eram do rei faziam todos os roubos, mortes, males e damnos que podiam.

Ora, vindo com grande poder para tomar a cidade do Porto, acolheu-se a ella primeiro, com muita gente, dom Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga, que encommendada lhe era. E, porque a cidade ainda então não era toda cercada de muros, o dito arcebispo, «para alguma ceremonia de mais defensão», commenta, explicativamente, Ruy de Pina, a cercou com os trens e pendões dos navios que alli estavam no mar; e dentro d'elles determinou esperar o infante e antes morrer que lhe entre-

gar a cidade. Mas o infante, « porque queria grande bem ao arcebispo, se diz que por sua reverencia e por não pôr sua honra e sua vida d'elle em ventura, não mandou acometter a cidade e a deixou, e assim porque soube que el-rei seu pae era em Guimarães a esse tempo, que vinha soccorrel-o ».

Duarte Nunes de Leão, em sua reformada e compilada chronica dos reis de Portugal, limita-se a copiar e não lhe faz mesmo identica especie a singularidade da defeza; mas fr. Raphael de Jesus, na parte que lhe coube da sequencia da *Monarchia Lusitana*, não deixa de embaraçar-se e, pois, de explicar-se.

Faltava tempo para fortificar o aberto e arruinado da circumvallação, e com as velas de todas quantas embarcações estavam surtas no Douro acabou o arcebispo defensor de cercar toda a povoação, valendo-se da cordoalha das enxarceas para as levantar, estender e unir.

Aproveitou o effeito o estratagema, condemnando a quem então (isto é remoque directo a Ruy de Pina) e agora julgou por ceremonia inutil o que foi ardil militar, sem entrar na consideração que se não defendem as praças com as pedras dos muros senão com a guarnição dos soldados e que, se o tren das velas não era capaz de sustentar os soldados para o combate, era util para esconder a falta da guarnição e para fazer suspeitar ao inimigo o laço de alguma cilada que o grande valor e pratica do arcebispo lhe urdia para o colher e desbaratar.

Com effeito, rotas as relações entre os dois reinos e travada guerra, marcou o rei de Castella

por capitães da Galliza dom Fernando Rodrigues de Castro e dom João de Castro, seu irmão, que, com muita gente, conta Ruy de Pina como entraram em Portugal por Vianna de Caminha e, sem alguma resistencia, chegaram á cidade do Porto, matando e roubando e fazendo todo o mal que podiam.

Sendo na dita cidade do Porto juntos dom frei Estevão Gonçalves, Mestre de Christo, o bispo do mesmo logar dom Vasco, e esse dom Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga, refizeram gente, entre de pé e de cavallo, mil e quatrocentos homens, com os quaes os contrarios não quizeram pelejar, e se fôram recolhendo, com grandes roubos e muitos presos que levavam. Mas, por a terra ser muito fragosa, nos portos d'ella recebiam dos portuguezes grandes damnos, e lhes faziam deixar grande parte da preza; e, na passada de um ribeiro, duas legoas e meia de Braga, houve entre todos grande peleja, em que dom João de Castro foi morto, e com elle trezentos outros de sua capitania, e por força lhes fizeram deixar todo o roubo e os presos que levavam; e, desbaratados os contrarios castelhanos, se tornaram a Galliza.

«Com mais pressa da que trouxeram», «bem descontentes da entrada que tinham feito em Portugal, levando novas aos seus do esforço do arcecispo D. Gonçalo Pereira e dos mais portuguezes que o acompanhavam», na segunda parte da *Historia Ecclesiastica dos arcebispos de Braga* o com-

menta, mofando, dom Rodrigo da Cunha, arcebispo e senhor de Braga, Primaz das Hespanhas, nomeado arcebispo de Lisboa, anno de 1675, em Braga, com todas as licenças necessarias, por Manuel Cardozo, impressor e mercador de livros.

D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga, antes fôra deão do Porto; e na sua façanha, principal parte tivera, com sua boa diligencia, do Porto o bispo, o D. Vasco já nomeado, para serem lançados d'esta cidade os castelhanos em cuja demanda vinham com a muita gente de armas tambem já indicada.

Este bispo dom Vasco Martins teve a cidade com interdicto nove annos, sahindo-se d'ella por um motim que contra elle se levantou, com crescerem, dè dia para dia, mais e mais, as duvidas e discussões entre elle bispo e a camara d'esta cidade.

Emfim chegou o negocio a termos que em certo alvoroço (na segunda parte do *Catalogo dos bispos do Porto* summariamente o relata o mesmo dom Rodrigo da Cunha) se juntaram alguns do povo e, com mão armada, se fôram ao paço do bispo, apostados a o affrontarem e maltractarem.

Mas elle, que soube do motim, primeiro que os conjurados chegassem, se recolheu da Sé, em que assistia a um officio funeral de certa pessoa nobre, ao Castello, que era a fortaleza da Igreja, e alli se deixou estar até passar aquella tormenta, em que perderam a vida uma ou duas pessoas da casa e serviço do bispo.

Acabado o motim, e por se temer de outros similhantes, se sahiu da cidade e nos nove annos seguintes não tornou a entrar n'ella, como depois allegou perante o papa o bispo D. Pedro seu successor, pelas palavras que do latim para portuguez transfere Dom Rodrigo da Cunha por esta maneira: «Depois que a egreja foi gravada, fôram ditas muitas palavras injuriosas e feitos muitos vituperios aos prelados d'ella por alguns da dita cidade, arremettendo contra elles e matando-lhe seus creados em sua propria casa; de tal maneira que os meus dous antecessores padeceram gravissimas perseguições, em especial o bispo dom Vasco, que, por nove annos ou mais, não entrou na dita cidade».

Achar-se-hão, segundo o informe do citado dom Rodrigo da Cunha, as referidas palavras no livro, da Camara, em que andam os processos do bispo D. Pedro, ás folhas 125.

*

Agitações pelo Porto varia vez se espalharam, mercê das *mésalliances* dos reis de Portugal.

Assim, na quarta parte, liv. XIV, cap. XXIV, da *Monarchia Lusitana*, o dr. Antonio Brandão, cuja sisudez historica tam justos gabos mereceu a Alexandre Herculano, *qui s'y connaissait*, conta de «alguns tumultos e guerras civis que em Portugal se levantaram entre os nobres»; porém estes episodios de nossas medievicas guerras privadas não

depoem seguramente em abono da these exclusivista em que Herculano tanto insistiu, da não-existencia do feudalismo em Portugal, doutrina degenerando em paradoxo, pela extensão exaggerada d'uma semi-verdade.

O dr. Antonio Brandão, philosophando, lembra que em outro logar deixara advertido que, em desconto dos bens que se alcançam das armas e exercicio da milicia, produz tambem effeitos monstruosos, como sejam essas guerras domesticas «a que se abre caminho com o desprezo dos perigos em que se cria a gente de guerra».

Não era em tempo d'el-rei D. Sancho II applicado remedio a estes males, o que nossos escriptores imputavam á maldade e pouco zelo dos ministros, se já não era que algumas d'estas cousas se conservavam «por malicia dos tempos, isentas da correição dos reis, como se póde vêr em outros muitos exemplos de guerras civis que houve em Hespanha».

De uma batalha civil que se déra junto ao Porto por este tempo, noticia tinhamos pelos annaes do reino, ainda que d'ella não referiam cousa de consideração, mais que dizer morrera Rodrigo Sanches, filho d'el-rei D. Sancho I, e que ganhara a batalha Gil de Soverosa, um dos senhores que então havia.

«Por não passar tam em grosso por um successo tam notavel», importava especular mais a morte d'este principe e as causas d'ella.

No mosteiro de Grijó, que era de conegos regu-

lares, não mui distante da cidade do Porto — e poderia ser que fôsse junto ao mosteiro a batalha — se encontrava a sepultura de Rodrigo Sanches e n'ella o epitaphio que o dr. fr. Antonio Brandão transcreve em latim e traduz em portuguez.

A causa da morte de Rodrigo Sanches, ao dr. Antonio Brandão parece que se collige do mesmo epitaphio, no passo em que diz:

Vitans incestus, actu verboque facetus.

Ou seja: Que, ainda que folgava de rir e conversar com suas parentas, era entre todos os limites do comedimento e em fórma que não désse logar a se presumir incesto.

Para o que, era de saber que dona Maria Ayres de Fornellos, de quem D. Sancho I houve a dom Martim Sanches e dona Urraca Sanches, casou depois com dom Gil Vasques de Soverosa, descendente do conde dom Gomes de Sobrado; e d'elle houve este dom Martim Gil de Soverosa, que venceu esta batalha. O qual ficava sendo meio-irmão materno dos filhos d'el-rei D. Sancho, de que dom Rodrigo Sanches era tambem meio-irmão, por parte de seu pai.

Podia ser que, com esta familiaridade, nascida de tam estreito parentesco, continuasse dom Rodrigo Sanches em casa de dona Maria Ayres e que se notasse n'elle alguma leviandade, que uma filha d'esta senhora, irmã inteira de dom Martim Gil, foi

amiga d'el-rei de Leão e não viveu tam casta como convinha.

D'isto tomaria ciumes dom Martim Gil, «que nunca os Senhores portuguezes fôram mui faceis em admittir estes tractos». Haveria depois palavras, em que romperiam, até que, juntando ultimamente seus valedores, intentaria um desaggravar-se do que presumia e o outro abonar-se do que não intentara. O monge de S. Bernardo é discreto e respeitoso.

Sahiu o recontro favoravel a dom Martim Gil e, assim, ficou morto dom Rodrigo Sanches.

O dr. Antonio Brandão não garante mais do que a plausibilidade da interpretação, no tocante ás causaes da chamada *lide do Porto*. «Esta causa que aponto tiro de conjectura, porém acho que tem muita conveniencia».

Houve n'esta lide do Porto um caso que conta o conde dom Pedro, «de que se póde considerar o primor e cavallaria dos Senhores d'aquelle tempo».

E' uma variante do clamo celebre de Ricardo III de Inglaterra, que d'uma grandiosidade sinistra todo enche a tragedia de Shakespeare: «O meu reino por um cavallo!»; «o meu cavallo por tua filha!»

Mataram o cavallo a um illustre cavalleiro chamado Ruy Fafes. Viu-se a pé, com pouco remedio em caso de tanto perigo. Não achou melhor commodo para se defender dos inimigos que pedir o cavallo a Gonçalo Rodrigues de Abreu. «O qual póde ser que tivesse mais arte para se sustentar a

pé na batalha». Deu Abreu o cavallo a Fafes. Mas foi com a condição de que Fafes lhe daria, a elle Abreu, por mulher sua filha dona Mecia Rodrigues. Promette u-lh'a Ruy Fafes, caso Deus o livrasse da refrega. E assim o cumpriu depois pontualmente. «N'esta fórma se resolviam os pontos-de-honra n'aquelle tempo».

Para tudo ser romanesco n'esta historia da lide do Porto, o mesmo epitaphio poetisa e a morte sorri.

A inscripção tumular de dom Rodrigo Sanches põe a data do obito por enigma:

Prima sit undena, bis tercia scripta sequatur,
Ex hinc vicena quater et quater accipiatur;
Post octava datur, ter scribitur. Era notatur.

Quer dizer que: A Era em que falleceu se conta n'esta fórma: Ponha-se no primeiro logar a undecima lettra do *Abc* (que é M). Escreva-se logo a terceira (que é C) duas vezes, e a vigessima (que é X) oito vezes. Ajunta-se então, tres vezes escripta, a que se dá depois da letra oitava (que é I). E assim se notará a Era.

A qual se vem a pôr n'esta fórma, ajuntando o valor das letras sobreditas: M.CC.LXXX.III. Que é o anno de Christo de 1245, em que succedeu a morte de dom Rodrigo Sanches.

Eis acima figurada e rebuscadamente o modo de contar os annos que, «para mostrar seu engenho, os poetas d'aquelle tempo usavam».

Mas a *lide do Porto* produziu uma impressão tam viva nos animos que nas Inquirições de Affonso III e de D. Diniz as testemunhas, querendo marcar por algum facto notavel o tempo desde quando conservavam memoria, muitas vezes dizem *que se acordavam de quando foi a lide do Porto.*

Alexandre Herculano, que o recorda, é menos poetico do que Antonio Brandão. Onde este formara conjectura d'amor fórma elle hypothese politica. O successo, posto ignoremos a sua data precisa, sabemos ter occorrido em 1245, Herculano o regista.

*

Do nosso infortunado Sancho II em 1903 atroz similaridade lá-de-fóra (Draga-Mecia) me fez lembrar novamente.

Fòra caso que, após o monstruoso exito, parecia que já se turvavam os ares. Com effeito, de Belgrado, em 20 de Junho d'esse anno, participavam que os radicaes moderados principiavam a atacar violentamente o governo, manifestando que este não devia intervir nas proximas eleições; registrando a explosão dos odios ao novo rei, accrescentavam que Pedro I contava já muitos e poderosos inimigos, entre os amigos de Alexandre I, explicando-se que o que tinha contribuido para augmentar esses odios era o saber-se que o actual monarcha estava ao corrente da conspiração.

Esta aristocratica conjura fundamentou-se, como

é sabido, na *mésalliance* do chacinado monarcha; ella revestiu todos os caracteres das conjuras aristocraticas: foi barbara, sanguinaria, perfida e bestial. O assalto do paço resulta um verdadeiro bandoleirismo, com a indispensavel clausula do traidor de dentro que abre as portas. Emfim, é um caso perfeitamente parecido com os das entradas da quadrilha do José do Telhado nas quintas minhotas, cujo cancello franqueava a cumplicidade dos feitores.

E, como me tivesse acudido á mente uma lembrança portugueza, com outra remembrança lusitana rematasse. Porque tambem entre nós lance analogo de irritação fidalguesca contra a *mésalliance* do rei se produzira já. Quando tambem tivemos uma Draga na pessoa de Mecia Lopes de Haro, *dona fermosa e viuva*, desposada por Sancho II, *muito contra sua honra, e com grande escandalo e nojo dos do Regno*, commenta o chronista Ruy de Pina.

Debalde foi

> El Rey Dom Sancho pelos Prelados, e povos, Senhores e titulos de seu Regno muitas vezes requerido, amoestado e aconselhado que se apartasse d'esta mulher e recebesse outra, qual a sua honra e consciencia convinha.

Debalde.

Então, tomaram-se disposições peremptorias; mas em Portugal as coisas fizeram-se mais humanamente, como se vê do rapto de D. Mecia, de Coimbra para Ourem, por D. Raymundo Viegas Portocarreiro, narrado pelo conde D. Pedro.

Admittindo a narrativa do Nobiliario ácerca do rapto, não pretende Herculano sustentar todas as suas particularidades.

Refere-se ahi que Raymundo Viegas viera a Coimbra com *companhas* (companhias de homens d'armas) de Martim Gil de Soverosa; que roubara D. Mecia do lado d'el-rei, com quem dormia; que a levara para Ourem e que, correndo Sancho II a libertal-a com gente armada, não podendo alcançar os roubadores, e apresentando-se junto de Ourem, castello então fortissimo, fôra obrigado a affastar-se pelos tiros e arremessos, arrojados dos muros. O nosso historiador acha no successo, só, ao primeiro aspecto, que ha n'elle uma improbabilidade, e é parecer que fôram homens de Martim Gil que ajudaram Raymundo Viegas no rapto, sendo aliás Martim Gil valido de Sancho. Quanto a Herculano, o que n'essa passagem se quer significar é que Portocarreiro e os seus entraram nos paços de Coimbra disfarçados como homens d'armas de Martim Gil e confundidos com estes. Escreve:

> Era um meio simples, postoque algum tanto arriscado, para facilitar o rapto, visto que Sancho se devia julgar seguro entre os *atenudos* (clientes) do valido.

Estaria o rei da Servia nos termos em que estava o rei de Portugal? Porque é de saber a rasão pela qual Sancho II não dava ouvidos nem a Prelados nem a povos, nem a Senhores nem a pessoas de titulo de seu Regno.

O pobre Sancho não quiz jámais descartar-se de Dona Mecia «ou por afeyçam, ou por feitiços, de que diziam que era ligado», que assim nol-o communica o mesmo Ruy de Pina.

Aqui pousemos um pouco, para que nos instrua quem d'estes mysterios da feitiçaria conheça a fundo e ácerca d'elles discorra com proficiencia.

Recorreremos todos a obra nossa conspicua, a *Anacephaleosis medico-theologica, magica, juridica, moral e politica, na qual em recopiladas Dissertações, e Divizões, se mostra a infallivel certeza de haver qualidades maleficas, se apontão os signaes por onde possão conhecer-se; e se descreve a cura assim em geral, como em particular, de que se devem valer nos achaques procedidos das ditas qualidades maleficas, e Demoniacas, chamadas vulgarmente Feitiços.* O seu auctor foi Bernardo Pereyra, medico do partido da Villa do Sardoal; o livro sahiu, em Coimbra, da officina de Francisco de Oliveyra, impressor da Universidade no anno de 1734, *com todas as Licenças necessarias.*

Saiba-se, pois:

Não ha enfermidade, a que seja tributaria a natureza humana, que os feitiços não possam produzir com a virtude diabolica, que em si têm; supposto que as que mais frequente se experimentão são impotencias, esterilidades, febres erraticas, manias, epilepsias, dôres vagas, e nefriticas, convulsões, parlezias, estupores, tremores, hydropezias, sendo os symptomas tam graves como do mais fino veneno, assim no corpo produzido como exteriormente propinado, os que se costumam originar de maleficio.

Ora,

deste ha duas especies, venefico, e amatorio: aquelle é o que se ordena para causar enfermidades; e este se determina para concilliar amor e attrahir as vontades.

Vê-se, portanto, que póde o Demonio violentar as vontades, persuadindo e representando o objecto, excitando os sentidos e imaginação, para que a vontade se incline e se inflame em amor.

Foi o que, por suas malas-artes, na Servia e em Portugal, a tanta distancia no tempo e no espaço, conseguiram, dos respectivos reinantes, Draga e Mecia.

Para quê, afinal? Para tudo acabar em desastre e perdição. Tanto mais lastimavel coisa quanto da villa do Sardoal se tinha, desde 1734, indicado os *remedios magicos e naturais*. Mas nada, nada. No Porto o consignamos, onde de *D. Sancho II*, em adequado poema, disse o portuense Mesquita e Mello, que no amoroso exemplo ao de novo o quiz interessar, ao seu Porto.

*

E, então, qual parte não teve o Porto nos episodios romanescos do romanesco episodio amoroso de D. Fernando!

Tres fôram as vezes, pela conta de dom Rodrigo da Cunha, que D. Fernando, o «Formoso e Inconstante», veio á cidade do Porto, a ultima

quando, andando folgando pelo reino, fugido da ira popular que não queria rainha que de estirpe bem arredia de popular origem não fôsse, se recebeu em Lessa do Bailio, pelos annos de 1372, com a rainha D. Leonor, tendo vindo a côrte da villa d'Exo, entre Aveiro e a cidade do Porto para o dito mosteiro de Lessa do Bailio e havendo o mesmo D. Fernando, a 5 de janeiro do citado 1372, feito doação d'aquella villa a D. Leonor, e dotando-a, a 28 do mez referido, amplamente, como rainha. Ahi cerca do Porto, no beija-mão que ao recebimento se seguiu, em reconhecimento da nova rainha, se deu o episodio violento da recusa de D. Diniz, filho de Ignez de Castro. Escreve o snr. José Augusto Carneiro (*Resenha historica e archeologica do Mosteiro de Lessa do Bailio* [*com notas biographicas e genealogicas*]):

> D. João, Mestre d'Aviz, e meio irmão (bastardo) de el-rei, não teve os escrupulos de D. Diniz, e o tempo lhe deu o throno portuguez, em quanto que o imprudente filho da malfadada D. Ignez apenas pôde pôr na sua sepultura, no Mosteiro de Guadalupe, em Hespanha, o titulo vão de rei de Portugal!

A primeira vez que D. Fernando veio a esta cidade do Porto foi quando foi a Galliza e se lhe deu a Corunha, começando a guerra, contra Henrique de Trastamara, para se fazer rei de Castella, pois, «posto que alguns digam — diz Fernão Lopes, no capitulo xxx da respectiva *Chronica d'el-rei D. Fernando* — que elle não tomou em esta guerra

senão titulo de vingador da morte d'el-rei D. Pedro, seu primo, isso não foi d'essa guiza; mas faziam entender a el-rei, e elle assim o dizia, que, pois el-rei D. Pedro era morto, que elle ficava herdeiro aos reinos de Castella e de Leão, porque era bisneto legitimo d'el-rei D. Fernando de Castella, neto da rainha D. Beatriz, filho do dito rei D. Sancho». Porém elle nunca se entremettera de começar tal demanda, «nem buscar esta avoenga de tam longe», se não fòssem os logares que se lhe deram de seu grado, e os muitos fidalgos que se vieram para elle. E, porque ainda em Galliza alguns logares não tinham sua voz, ordenou el-rei de ir lá, por receber logares que se lhe davam e assocegar a terra que estava por elle e cobrar da outra a mais que pudesse; «mas sua ida foi de tal guiza que mais sua honra fòra não ir allá d'essa vegada».

Partiu el-rei por terra, indo com elle dom Alvaro Perez de Castro e dom Nuno Freire, Mestre de Christo, e outros senhores e cavalleiros, e gentes muitas; e mandou ir oito galés por mar á Corunha, e por capitão d'ellas Nuno Martins de Goes; e chegou el-rei a Tuy e foi hi mui bem recebido d'Affonso Gomes da Silva, alcaide da cidade, e dos moradores todos d'ella.

El-rei fallou então com Lopo Gomes, seu filho, que fòsse deante á Corunha; e, se visse que os da villa duvidavam de o receber por senhor, que elle, com aquelles que comsigo levava, se puzesse no muro de cima da porta da villa, e que d'alli vedasse

aos do logar que não cerrassem a porta, até que el-rei entrasse, que seria logo cerca.

Lopo Gomes chegou á Corunha e nenhuma cousa disse aos do logar da intenção que levava, salvo que se ia para alli, por vêr que maneira os portuguezes queriam ter. N'isto, chegou el-rei D. Fernando á vista do logar, e os da villa o sahiram todos a receber, e entre elles João Fernandes Andeiro, «que era o mais honrado do logar, porque as outras gentes são d'elles pescadores e outros homens não de gram conta». E João Fernandes, porque ainda não vira el-rei de Portugal, ia dizendo alta voz entre os outros todos: «Hu vem aqui meu senhor el-rei Dom Fernando?» El-rei, quando isto ouviu, deu d'esporas ao cavallo em que ia e disse: «Eu sou; eu sou». Então lhe beijou a mão elle, e aquelles todos que iam de companhia; «e, porquanto el-rei d'esta guisa foi recebido na Corunha, não se poz em obra nenhuma cousa do que Lopo Gomes houvera de fazer».

Mas pouco valeu, porque o rei de Castella D. Henrique, tendo em Toledo, onde estava, noticias de que el-rei D. Fernando de Portugal se fazia prestes para lhe fazer guerra «e como tomava titulo d'herdar os reinos de Castella, por ser bisneto lidimo d'el-rei D. Sancho», logo se partiu de Toledo e foi para Zamora, que estava contra elle, e pôz seu arraial da parte da ponte, cuidando que accomodaria com os da cidade algumas preitezias por que lhe obedecessem e fôssem seus. Quando recebeu

*

noticias de que el-rei D. Fernando entrara na Galliza e como se lhe dera a Corunha e que toda aquella terra lhe queria obedecer! Logo que isto soube, partiu immediatamente de sobre Zamora e bateu para a Galliza, com todas as suas gentes, na intenção de pelejar com el-rei D. Fernando, «que d'isto estava dessegurado e não ia prestes, salvo por receber villas», de modo que, «quando soube que el-rei D. Henrique vinha, com todo seu poder, com intenção de lhe dar batalha, não houve em seu conselho de o attender», antes «metteu-se em uma das galés que levara Nuno Martins e veio em ella até á cidade do Porto».

O rei D. Henrique, no ponto onde vinha, soube novas como el-rei D. Fernando era partido e como se tornara para Portugal; deixou o caminho da Corunha que trazia e veio para entre Tuy e Salvaterra, e passou o rio Minho a vao, porque era em tempo que o podiam fazer. «E, como entraram por Portugal, começaram de fazer tal guerra qual homem com má vontade faz em terra de seus inimigos, quando não acha quem lh'o embargue».

Chegou o rei D. Henrique a Braga, cercou-a e cobrou-a por preitezia; e deshi fôram-se a Guimarães, que o castelhano cercou por sua vez.

Deixemos Guimarães estar cercado e tornemos a contar onde era el-rei D. Fernando, em quanto se estas cousas faziam; e sabei que el-rei D. Fernando, quando partiu da Corunha e se veio ao Porto, encaminhou logo para a cidade de Coimbra, onde esteve d'assocego; e alli lhe veio recado quando Braga

era cercada, e isso mesmo soube certo como el-rei D. Henrique jazia sobre Guimarães, e ordenou de juntar suas gentes e ir soccorrer aquella comarca e pôr batalha a el-rei de Castella. E mandou logo suas cartas á cidade do Porto, que muito á pressa fôsse feita uma ponte de barcas no rio do Douro, por que elle e toda sua hoste pudessem passar em um dia, porquanto sua vontade era em toda guisa ir pelejar com el-rei D. Henrique, e que isso mesmo se fizessem prestes os moradores do logar para se irem em sua companhia. Os da cidade, mui ledos com este recado, fôram todos postos em grande trigança para pôr isto em obra: uns a chegar barcas, d'elles a carretar madeira, outros a lançar ancoras e amarrar cabres; de guisa que muito asinha foi feita uma grande e espaçosa ponte, lastrada de terra e d'areia, tal por que folgadamente podiam ir através seis homens a cavallo; e, isto feito, fizeram-se prestes todos os homens d'armas e de pé e besteiros, com a bandeira da cidade, para irem em companhia d'el-rei á batalha. Partiu el-rei D. Fernando de Coimbra com todas suas gentes, e dizem que chegou até o Porto.

Mas o rei de Castella, vendo como não podia tomar Guimarães, partiu-se logo do cerco e foi-se por aquella comarca, de fórma que D. Fernando, por sua parte, quando soube que el-rei D. Henrique era partido de sobre Guimarães, não foi mais por deante e tornou-se «e — remata escarnecendo outra vez Fernão Lopes — dizem que lhe pezou muito porque se el-rei de Castella partira».

Em amplitude geral ou em especiaes monographias, pobrissima é a coparticipação dos portuenses antigos na litteratura historica antiga portugueza. Topamos com penuria miseravel.

Para que vejam:

A pag. 6 da nova edição, em Lisboa, na Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, 1801, o auctor (José Carlos Pinto de Souza) da *Bibliotheca historica de Portugal*, offerecida ao principe nosso senhor regente do reino, dom João Maria José Francisco Xavier de Paula Luiz Antonio Domingos Rafael, a seu n.º 3, compõe-o assim:

FERNANDO DE NOVAES, natural da cidade do Porto, escreveu *Chronicas dos reis de Portugal até ao snr. D. Affonso V*, as quaes dizem que compuzera por ordem do snr. D. João II. Do documento allegado por Damião de Goes na quarta parte... da Chronica do snr. D. Manuel, cap. XXXVIII, só consta que Ruy de Pina teve em seu poder, por ordem do snr. D. João II, umas chronicas dos reis de Portugal antigas, que paravam na mão do sobredito Fernando de Novaes; porém, se eram feitas por elle ou copias ou alguns fragmentos das que fez Fernão Lopes: não consta.

E a pag. 250 da mesma edição da dita *Bibliotheca historica* o citado Pinto de Souza, occupando-se das historias relativas á vida do snr. D. Pedro I, manuscriptas, a seu n.º 312 assim o compõe:

JOÃO TEIXEIRA DA SILVA, natural da cidade do Porto, oppositor canonista em Coimbra, escreveu *Exemplar politico da vida e acções d'el-rei D. Pedro I.*

X

Henrique Ayres Victoria—Antonio Correia

Estão hoje as historias d'esses tempos affastados esquecidas quasi por completo e tam só da tragedia amorosa de Dona Ignez de Castro a memoria popular conserva delido vestigio.

Aviva-o na representação theatral. Como o theatro, até ha pouco, se encarregou de perpetuar ainda mais proximas romanescas tradições.

Qual essa do *Pedro Sem, que já teve e agora não tem...*

E' verdade! A proposito:

Morrera, havia poucos annos em Lisboa, segundo elle cria, assim o commemorando Innocencio em 1859, Ignacio Maria Feijó, de cujas circumstancias pessoaes nada podia dizer com certeza, por não ter tido modo de averigual-as. Escrevera o drama em quatro actos, precedido de um prologo, *A Torre do Corvo* e a comedia em cinco actos, premiada pelo Conservatorio Real, *O Camões do*

Rocio, ambos impressos na typographia do *Panorama.*

O editor d'essas peças, A. J. F. Lopes, proprietario da referida typographia, annunciara, em um dos numeros do *Panorama* do mez de Dezembro de 1858, — ter em seu poder varias outras do mesmo auctor, das quaes apontava os titulos, declarando a intenção em que estava de as imprimir egualmente.

Com effeito, na typographia do *Panorama* se imprimiram em 1861, de Ignacio Maria Feijó, uma comedia em quatro actos, *Carlos ou a familia do avarento,* e dois dramas: um em tres actos e duas epochas, precedido de um prologo, *Remechido o guerrilheiro, ou os ultimos dez annos da sua vida* («pelo auctor do Camões no *(sic)* Rocio») e o outro em cinco actos, *Pedro Cem.*

Supponho (na falta de informação exacta, pois até agora não li nenhuma e nunca vi a representação theatral) que não é, porém, esta a peça que regalou a sensibilidade de nossas plateias, mas sim est'outra: *Pedro Sem, que já teve e agora não tem: drama fundado em factos: approvado pelo Conservatorio dramatico brasileiro, e pelo de Lisboa.* (Em prosa). Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1847 (esta declaração vem no fim), 12.º gr. de VIII-208 pag. «Este drama (informa Innocencio), bem como outros do auctor, foi representado não só no Brazil mas tambem em Lisboa». O auctor era Luiz Antonio Burgain, de nação francez,

natural do Havre, que, tendo passado da sua patria para o Brazil, nos annos da juventude, em condição inferior, conseguira fecundar e desenvolver, pela applicação e estudo, o talento de que a natureza o dotara e elevar-se á collocação, em que em 1860 se encontrava, de professor de lingua franceza e de geographia no Rio-de-Janeiro e membro do Conservatorio Dramatico Brazileiro.

A obra, *fundada em factos* se annunciava e proclamava desde a capa da brochura até ao cartaz da esquina; mas de lendas tradicionaes passariam além esses *factos*? Em factos se fundaria *A Vida de Pedro Sem*, publicada no Porto, em 1873, na typographia de A. J. da Silva, escripto que Pinho Leal qualifica de «romancesinho»?

Elle mesmo, Pinho Leal, n'outro lance observa:

> Em frente do Palacio de Crystal, ainda no limite d'esta parochia (Massarellos), se vê o palacete dos snrs. marquezes de Monfalin (ou dos Terenas), com a sua velha torre ameiada, antiga vivenda, segundo a tradição, do grande e orgulhoso negociante e capitalista Pedrossem, ou Pero d'Ossem, mais conhecido por *Pedro Sem*, do qual é ainda viva a lenda que deu origem ao drama *Pedro Cem*.

Do alto d'aquella torre, ou, como quer alguem — previne Pinho Leal, — d'outra que o legendario capitalista tinha nas proximidades, é que elle via entrar os seus numerosos navios. Sabe-se da blasphemia, no satanico orgulho intellectual do exito, e sabe-se do castigo.

Escreve Pinho Leal:

Desmoronando-se rapidamente a grande fortuna d'aquelle capitalista, compraram os ascendentes do conde de Terena esta propriedade, e para ella transferiram a sua residencia.

Porém a residencia do *Pedro Sem*, identificado em Pedro Pedrossem da Silva, fôra na rua da Reboleira, freguezia de S. Nicolau. N'outro volume da sua farta mas desordenada obra, Pinho Leal perora:

Suppomos que as casas em que viveu a familia Pedrossem, na rua da Reboleira, são a grande casa ameiada onde esteve o hotel Mary Castro, e que hoje — 1875 — são propriedade do rico negociante d'esta praça o snr. Francisco Cardoso Valente, e tambem nos dizem que entre outras quintas possuiram a quinta da Pena, em Villar, na freguezia de Massarellos.

Pedro Pedrossem da Silva («o celebre *Pedro Sem*», insiste Pinho Leal) era filho de Vicente Pedrossem da Silva, que em 1738, conjunctamente com seu filho Pedro Pedrossem, moradores na rua da Reboleira, freguezia de S. Nicolau d'esta cidade, sollicitou da nunciatura um breve para terem oratorio nas suas casas.

Foi-lhes concedido pelo nuncio apostolico d'estes reinos de Portugal, Caetano M. Orsini, arcebispo de Tarso, para que no oratorio das casas em que residissem Vicente Pedro e seu filho Pedro Pedrossem, moradores na cidade do Porto, se dissesse missa todas as vezes que lhes parecesse. Não havia de ser muitas, de vontade.

Mas, como não podessem usar do dito breve sem licença do prelado, a elle lh'a pediram em seu requerimento que se conservou, no maço unico dos

breves de oratorios, na camara ecclesiastica do Porto. Foi-lhes deferido; a licença do provisor da diocese tem a data de 14 de outubro de 1742.

Datado de 22 de março de 1777 é outro breve que outro Vicente Pedrossem da Silva, neto do primeiro e filho de Pedro Pedrossem da Silva (o identificado *Pedro Sem*) sollicitara, outrosim, e egualmente conseguira do nuncio para ter oratorio particular nas casas da sua residencia, na cidade ou no campo. O regio beneplacito é de 22 de julho do mesmo anno. Tudo consta tambem da camara ecclesiastica da diocese do Porto e se archivam no referido maço unico dos breves de oratorios.

A matriz de S. Nicolau foi victima de um desastroso incendio, que a devorou toda em 12 d'agosto de 1758; mas já em 1762 a egreja se encontrava reconstruida, não se poupando a confraria a despezas, para que as obras da restauração ficassem perfeitas quanto possivel. Mas o amigo Pedro Pedrossem, apezar de ser o juiz da confraria, esquivou-se a gastos o mais que pôde.

Quando foi do retabulo da capella-mór, orçado em 999$000 reis, dois mordomos, João Martins d'Araujo e José Vieira d'Azevedo, dizendo que queriam que a obra se fizesse não de empreitada, mas a jornal, offereceram-se para se obrigarem (como se obrigaram por uma escriptura) a tudo o mais em que a obra importasse, o que a meza, agradecida, acceitou em sessão de 23 de fevereiro de 1760. Annota Pinho Leal:

Foi celebrada essa sessão (talvez de proposito. . .) na propria casa do juiz da confraria Pedro Pedrossem da Silva, o *celebre argentario Pedro Cem*, que, além de nada dar nem offerecer, parece que até fugiu de casa, pois nem assignou a acta. . .

Em sessão de 11 de setembro de 1759, presidida por Pedro Pedrossem da Silva, o lendario *Pedro Cem*, aquelles dois mordomos e mais o devoto Adão José de Azevedo e Silva disseram que proseguisse a confraria com as obras até final conclusão, que elles se obrigavam a satisfazer (como satisfizeram) metade de toda a despeza, além das suas mordomias. Mas Pedro Pedrossem da Silva «simplesmente assignou a acta. . .»

Em sessão de 10 de março de 1761, presidida pelo mesmo senhor *Pedro Cem*, outros tres mordomos o envergonharam.

E Pinho Leal relata miudamente nova sovinice de Pedro Pedrossem. Não era, quiçá, só sovinice, porém. Talvez Pinho Leal não attingisse.

N'essa sessão, propoz-se que acabadas se encontravam as quatro imagens de Santo Antonio, Santo Agostinho, Santo Hilario e a do padroeiro, S. Nicolau, que anteriormente ao incendio da egreja se haviam mandado fazer em Lisboa, e que todos asseveravam estarem perfeitissimas, sendo, porém, para lamentar que a confraria no momento tivesse o seu cofre esgotado e não podesse dispôr da avultada quantia de 801$870 reis, em que o artista reputava o seu trabalho . . .

Reinando o silencio, fôra interrompido pelos tres mordomos Amaro Francisco Guimarães, Domingos Francisco Guimarães e Bento da Costa e Silva, que, ademais das suas mordomias de 100$000 reis,

offereceram, para ajuda da acquisição das ditas imagens, os dois primeiros cem mil reis cada um e o terceiro 101$870 reis, o que a confraria acceitou com reconhecimento, resolvendo mandar (como mandou) vir de Lisboa as imagens referidas.

E o celebre argentario nada deu nem offereceu. Simplesmente assignou a acta.

Não attendeu Pinho Leal, n'este caso das imagens (que são as quatro que se veem na capella mór) como no caso do retabulo não attendeu, ao que talvez cumpria attender para entender.

Em 1764 comprou-se um orgão por subscripção, e deu o juiz da confraria (José Pinto Vieira) 12$800 reis e o mordomo Vicente Pedrossem, «por elle e por seu pae, o celebre *Pedro Cem*», 9$600 reis. Pinho Leal, que griphara o que fica entre cômas, põe depois da quantia um ponto de admiração, seguido de tres pontinhos.

Aquillo constava da acta da sessão de 5 de fevereiro do dito anno; e da acta da sessão de 20 de abril de 1766 constava que, tambem por subscripção, se obtivera a somma de 1:151$280 reis, para prefazer a qual Pedro Cem entrara, de sua parte provavel, a meias, de parceria com outro, com 24$000 reis. Aquella somma era a importancia dispendida com o douramento do throno da capella-mór, 86 castiçaes para o mesmo throno, encarnação de uma imagem, etc.

Deduz Pinho Leal:

Vê-se, pois, que o desfavor com que é tractado o célebre *Pedro Cem* tem tal qual fundamento.

Não obstante, um escrupuloso aquilatamento não póde applaudir a especulação (que passa despercebida a Pinho Leal) intentada pelos carolas da freguezia sob o engodo da presumida vaidade do ricaço.

Sem imaginar o resto, de uns e outros, Pinho Leal, redigindo-o pelo teor infra, imagina-o assim:

Vendo-se a confraria do Santissimo d'esta freguezia de S. Nicolau a braços com sérias difficuldades para restaurar a sua egreja e refazel-a de alfaias, pois que tudo fôra reduzido a cinzas, lembrou-se de convidar para juiz o grande capitalista, imaginando que elle, impressionado com tam extraordinaria calamidade, contribuiria para a minorar, como lhe era facilimo, com alguma somma de vulto; mas quê? Acceitou o cargo e foi juiz mais de seis annos consecutivos em seguida ao incendio, mas atravessou impassivel aquelle periodo, em que a confraria tantos esforços fez para restaurar o seu templo, sem que o demovessem a offerecer quaesquer sommas os repetidos rasgos de generosidades de varios mordomos, membros da meza em que elle era o primeiro, como juiz. Apenas vimos o seu nôme em duas subscripções, mas ahi mesmo com desaire.

Seria caso de mera e extreme mesquinhez? Não repara Pinho Leal em que a subscripções elle não podia, de todo em todo, furtar-se e que a ridicularia da quota assignada se conjuga com o não offerecer jámais coisa alguma espontaneamente e com a ausencia propositada de casa quando foi do retabulo? Vai? Será?

Era o dito *Pedro Cem* casado com D. Anna Michaella Fraga, «e moravam na rua Nova (crêmos que a dos Inglezes), n'esta freguezia de S. Nicolau». Haviam deixado então a Reboleira?

Pedro Pedrossem teve (que a Pinho Leal conste, apezar de que a seguir tambem suppõe que «do celebre *Pedro Cem*» fôsse filho outro individuo ainda) dois filhos, um fallecido a 3 de dezembro de 1730, o outro aquelle Vicente Pedrossem da Silva, que casou com D. Maria do O' de Caminha Ossman, vindo a fallecer, havendo morado ultimamente na rua Nova, elle em 18 de Março de 1806 e, anteriormente, em 9 de Novembro de 1798 ella. Que era filha legitima de D. Maria Quiteria Joaquina de Caminha e de Arnaldo Ossman.

Este nôme de *Ossman* leva-nos immediatamente, se logo se nos suggerir emparelhal-o com o de *Haussmann,* ao goso da phantasia. E a phantasia condiz quando nos fallem do trocadilho e do paronymo (que o reforça e completa) de Jules Ferry: *Les comptes phantastiques de Haussmann (Les contes phantastiques de Hoffmann).*

Haussmann (que os nossos antigos, escrevendo consoante ouviam, escreveriam Ossman, como escreviam Voltere e Ruçô) foi para Paris mais do que o marquez de Pombal fôra para Lisboa, porque não só deu a Paris a reconstrucção mas ainda a demolição, que Pombal deixara ao terramoto. As demolições de Paris celebrisaram-se, na epocha, tanto e tanto que até forneceram titulo a Ponson du Terrail

para um dos volumes innumerandos das façanhas innumeraveis de Rocambole, omnimodo e proteiforme. Typicamente, depois das *Miserias de Londres*, *As Demolições de Paris*.

E não faltou quem em Paris, por motivo de Haussmann, de Pombal se lembrasse.

Foi em 1869 o snr. Jules Lau, na sua adequada obra: *Parallèle entre le marquis de Pombal et le baron Haussmann*.

Não me fica, portanto, mal que de *Haussmann* me lembre eu por motivo de *Ossman*. Aonde levou *Pedro Sem!*

*

Em seu tempo, em certas maneiras, a cubiça imaginativa era mais limitada. Pois que a phantasia individual se restringisse não só pela monotonia da vida collectiva como até pelo proprio ambito da localidade e sua escassa densidade de população.

No ponto um momento paremos, lembrando que no anno de 1706, em Lisboa, por intermedio da officina de Valentim da Costa Fernandes, impressor de Sua Magestade, o padre Antonio Carvalho da Costa, clerigo do habito de S. Pedro, mathematico, natural de Lisboa, do Porto publicava que toda a cidade e seus arrebaldes tinha 3:996 visinhos, 14:909 pessoas maiores e 965 menores. Em 1644, na sua *Poblacion general de España*, Rodrigo Mendes Silva lhe fazia habitarem-a mais

de quatro mil visinhos, muitos cavalleiros e nobreza, divididos em cinco parochias, nove conventos de frades, quatro de monjas, oito ermidas, quatro hospitaes e Casa de Misericordia, no que não achou que corrigir para a nova impressão, augmentada e emendada, de 1675.

No anno de 1706, na Lisboa Occidental da epocha, em a officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, publicava D. Luiz Caetano de Lima, clerigo regular e examinador das tres Ordens Militares, que «a cidade do Porto, exceptuando a capital de Lisboa, é a mais rica, mais populosa, de maior commercio e a melhor edificada povoação de todo o reino». Compunha-se esta cidade quasi de 4:000 visinhos, a saber: 3:000 dentro dos muros, e os mais nos arrebaldes, os quaes, conforme algumas memorias, se reduziam a 15:870 almas, entre pessoas maiores e menores; fóra dos muros se encontravam quatro arrebaldes: o de Santo Ildefonso, que olha para o nascente; o de S. Pedro de Miragaya, que fica para o poente; e entre elles, para a parte do norte, o do Bomjardim e o dos Ferradores.

Escassamente discorre do Porto, em sua segunda edição, por elle revista e augmentada, em Lisboa, em 1762, o padre João Bautista de Castro, beneficiado na Santa Basilica Patriarchal, quando faz sua descripção circular do paiz pela margem maritima e raia terrestre; mas em 1595, novamente corrigindo e mui ampliando o esboço de Pedro de

Medina em 1548, o cathedratico de mathematicas na universidade de Alcalá Diogo Perez de Messa declara que *la ciudad de Porto es muy principal en el reyno de Portugal, muy fertil y bien provida de todas las cosas necessarias de buenos tratos.*

O bracharense Agostinho Rebello da Costa, compendiando os elogios que os escriptores, até o seu tempo, haviam tributado á cidade do Porto, adverte que os que enumerara e transcrevera podiam ser suspeitos, por fallarem de uma cidade do seu reino; mas duplamente suspeitos, por do Porto naturaes, haveria elle de preliminarmente refugar Antonio de Sousa de Macedo, o padre dr. Manuel de Oliveira Ferreira e fr. Manuel da Esperança; dos escriptores extrangeiros, expressões encomiasticas de Miguel Baudraud, de D. João Antonio Strada, de Moreri, de Vosgien, de de la Clède, de Martinière. N'esta categoria inclue Bluteau, aportuguezadissimo, verdadeiramente portuguez.

D'estes não-do-Porto tomou trechos que traslada de dom Rodrigo da Cunha, que era de Lisboa; de Gaspar Estaço, que era de Evora; de fr. Domingos Teixeira, que era de Celorico de Basto.

Mas por todos taes lusitanos dos portucalenses amigos a estes em desfavor os compensa, desmanchando-lhe o prazer das farroncas, fr. Bernardo de Brito, que era de Almeida.

Este, «guiado pelo seu invisivel Laimundo», não duvidara escrever que no anno 14 do imperio de Octaviano, movidas guerras entre os bracharenses

e os portuenses, e vencidos os do Porto, morto o seu famoso capitão Norbano Calvio ás mãos de uma bragueza, postos nos ultimos apertos, pediram paz, que lhes foi concedida com as condições as mais affrontosas e humilhantes, como a de que os do Porto não levantariam muros nem os reedificariam sem licença das mulheres de Braga; como a de que, dando os de Braga algum officio nobre a qualquer natural do Porto, uma mulher bracharense lhe puzesse o pé no pescoço, e, assim, ficasse habilitado para aquella honra.

As demais clausulas são por este teor offensivo e irrisorio; mas a condição VII exara o presbytero bracharense, descriptor do Porto, que «a modestia impede a penna para não escrever este artigo, cheio de impiedade e impureza».

Engana-se na conta o excellente bracharense, em revindicta do bom nôme dos do Porto; deve ser a VI a que quer referir-se; e, na verdade, duas vezes para os do Porto, moral e physicamente.

Porquanto n'ella se estatuia que, se algum homem do Porto quizesse receber mulher natural de Braga e houvesse o consentimento dos parentes para esse fim, a não levasse de sua honra, mas qualquer dos parentes que ella escolhesse. Addita fr. Bernardo de Brito, n'este geito se expressando:

E a graça era que, acabado o convite e jantar que se dava n'aquellas festas, o triste do noivo cobria a cabeça com um panno e, tomando a noiva sobre seus hombros, a levava até á camara onde o parente os estava aguardando: lei que toca algum tanto de costume barbaro e indigno de gente politica.

*

Algum tanto! Sobrio na palavra é, para frade de Alcobaça, o dr. Bernardo de Brito. Mas o bracharense Rebello da Costa desmanda-se. Brada:

Não sei se os cafres, as barbaras gentes que habitam sertões asperrimos, concluiriam entre si pazes tam oppostas aos sentimentos da humanidade. O auctor d'esta patranha cuidaria talvez que incensava os de Braga como vencedores; mas eu creio que elles se dão por mui injuriados d'este louvor. Pois, como judiciosamente escreveu o illustrissimo Cunha: «que nação houve tam insolente nas victorias que lhe coubesse no animo dar pazes com condições tam barbaras? Ou que vencidos tam amigos da vida que não acceitassem antes a morte que tal paz?» Ora, seria possivel que os bracharenses, gente culta e civilisada com o tracto, communicação e amisade dos romanos e que n'aquelle tempo seguiam a sua mesma religião, policia e costumes, merecendo por esta causa o adquirirem para a sua Braga o glorioso titulo de *Augusta*, seria possivel, digo, que elles se fizessem estupidos para cahirem em similhante brutalidade, impondo pazes tam tyrannas?

E, todavia, aquelle padre Antonio Carvalho da Costa affirma, categoricamente, que, por uma provisão d'el-rei dom João I, eram, por effeito de causa exposta, obrigados os de Barcellos a ir varrer a praça e açougue de Guimarães todas as vesperas das festas da camara d'esta ultima villa, depois cidade. Os vereadores da dita villa de Barcellos descartaram-se d'essa servidão ignominiosa, valendo-se do conde da mesma villa, que, para os livrar, a impuzera aos moradores das freguezias de S. Miguel de Concha e S. Payo de Reilhe, do termo da villa de Barcellos, adrede transferido para o de Guimarães.

Só se libertaram estes no anno de 1743, por uma provisão de D. João v, com a data de 25 de Fevereiro, que ao dr. José Ribeiro Guimarães, que a publicou, como caracteristico documento «do egoismo de um povo que se comprazia em vexar os visinhos», lhe parecia ser ainda inedita.

Vergonhosas as deprimentes condições da sociabilidade preterita; e até se não percebe como a grosseria dos costumes, domesticos e politicos, permittia, ainda assim, o cultivo do espirito. Mas felizmente que, nos momentos mais rudes, o engenho se exercia, na contemplação abatida dos altos modelos.

Recordei-me quando nos fins de 1904, primeiro em Lisboa e depois no Porto o illustre actor parisiense Mounet-Sully representou em Portugal a tragedia do grego Sophocles, *Oedipo rei;* e, assim occorrendo, pareceu-me que mal não quadraria recordar que, de longa data, a nós-outros lusitanos, não fôssem indifferentes os meritos d'esse em quem, com Eschylo e Homero, resumia todo o genio artistico humano o seu ultimo e notado traductor em França, o poeta acurado, integro, o artista exigente, primoroso Leconte de Lisle.

De Sophocles na nossa litteratura, temos logo dos primordios classicos a traducção marcada de *Orestes* por Henrique Ayres Victoria, o qual duas vezes nos interessa porque no Porto nasceu. Sua obra chama-se *Tragedia da vingança que foy feita*

sobre a morte del Rey Agamenon. Agora nouamente tirada de grego em lingoagem: trouada por Anrrique Ayres victoria. Cujo argumento he de Sophocles, poeta grego. No verso do rosto e no alto da pagina diz-se: *Começa a tragedia de Orestes tirada de Grego em Romance, trouada por Anrrique Ayres victoria, natural do Porto e derregida a muy manifica senhora dona Violante de Tauora.* Principia, de facto, com a scena 1.ª *em que se contem Ayo, e Orestes*, rompendo o Ayo, sem virgulas:

Aquestes Orestes sam
Cãpos de grecia chamados
Descança teu coraçam
porque de todo seram
teus desejos acabados
e aquella gram cidade
que des outra parte ves
he arguos de anteguidade
e de grande potestade
e olha cá ho reves.

Etc., etc.

Na ultima folha destaca uma *Exortaçam do autor aos lectores* em quatro estancias de oito versos hendecassylabos, similhantes e conforme nosso Innocencio, aos da ultima com que a tarefa se remata, ainda e sempre no duo da virgulação:

A presente obra foi acabada
de em nossa linguagem se traduzir
a quinze de março sem nada mentir
na era do parto da virgem sagrada
de mil e quinhentos sem errar nada
e trinta e seis falando verdade
no Porto que he muy nobre cidade
e por Anrrique ayres foi tresladada.

E logo em seguida: « *Aqui fenece a tragedia de Orestes tirada de grego em lingoagem Portugues e trouada. Foy impressa na muy nobre e sempre leal cidade de Lixboa per Germão galhardo impressor del Rey nosso senhor. Acabouse aos VI dias de Novenbro de Mil e quinhentos e cincoenta e cinco anos* ». Consta de vinte quartos de papel sem numeração, caracter gothico; achava-se *Agora segunda vez impressa e enmendada e anhadida pelo mesmo autor.* Da primeira edição, até 29 de Maio de 1858 não apparecera, porém, ainda memoria nem vestigio algum. De resto, na Electra, o pedagogo Pierron acha que Sophocles a Orestes o deixou sem physionomia.

Natural de Lisboa foi outro traductor portuguez de Sophocles, relativamente moderno, Francisco José Freire, mais conhecido pelo nôme poetico de Candido Lusitano, que adoptou na Arcadia, da qual fôra um dos primeiros e, no teor do mesmo nosso Innocencio, mais conspicuos membros; a seu infatigavel labôr pertence, em 1760, *Edipo: tragedia de Sophocles exposta na lingua portugueza.* Numerosas fôram aliás suas versões do theatro grego: *Medea*, tragedia de Euripides, em 1769; *Hecuba* e *Phenicias*, *Hercules furioso* e *Iphigenia em Aulides*, para phraseadas; *Iphigenia em Tauris*, traduzida, todas do dito Euripides, mas esta incompleta. Taes obras, de resto, ficaram manuscriptas; o fallecido Joaquim Antonio de Sousa Telles de Mattos, no tom. II, que comprehende a litteratura, do Catalogo

dos manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborense, ordenado com as descripções e notas do bibliothecario Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara e com outras suas proprias, aponta as versões e para phrases de Candido Lusitano, cujos codices originaes de sua lettra na opulenta livraria de Evora se archivam, bem assim, pelo mesmo doutissimo nosso portuguez, as traducções das duas tragedias de Seneca, a *Medéa* e *Edipo*, feitas ambas no referido operoso anno de 1769.

Todavia, do *Oedipo* de Sophocles em 1904 exhibido em S. João por Mounet-Sully e sua sequella, nossa litteratura era possuidora já, desde 1765, d'uma versão impressa em Lisboa, na officina de João Antonio da Costa. E' o livro «*Traducção de Oedipo de Sophocles*, por Francisco de Pina, de Sá, e de Mello», n'um 4.º de 140 paginas. Cuidei mui a proposito dar a conhecer ao enfastiado leitor a *Advertencia* com que Pina e Mello precede sua traducção, que em verso se desenrola. A prosa é esta:

Huma das principaes figuras no Original de Oedipo he o Choro, e como este se tem supprimido em todas as tragedias modernas, se passou n'esta Traducção para o Supremo, ou grande Sacerdote de Jupiter tudo o que dizia o Choro no Exemplar Grego; porque assim ficava mais facil ao nosso Theatro, e talvez mais gostosa a representação da mesma Tragedia, sem que por isso se lhe tirasse, ou pervertesse cousa alguma do seu nexo, e solução, nem ainda o mais essencial d'este Poema Dramatico padece n'esta mudança alguma offensa.

Gostoso seria a preços snobicos em 1904 Sophocles?

Do theatro hellenico haveria, em nossas lettras, a mencionar outrosim a traducção do *Hyppolito*, de Euripedes, pelo P. Foyos; e dos varios auctores gregos ao nosso idioma transferidos cabe enumerar Homero, Alceo, Anacreonte, Pindaro, Esopo, Bion de Smyrna, Moscho, Apollonio Rhodio, Aristoteles, Pythagoras, Platão, Cebes, Epicteto, Longino, Luciano, Herodoto e Xenophonte. A'cerca dos «Versos de Ouro», *que vulgarmente andão em nome de Pythágoras*, então «traduzidos de Grego em linguagem Portugueza e illustrados com Escolios, e Annotações Críticas, e dirigidos ao Serenissimo Senhor D. João Principe do Brazil por Luiz Antonio de Azevedo Lisbonense», estudo logo (em 1795) se comprehende «Sobre o escriptor dos presentes versos». E dos escriptores já já modernos nossos portuguezes em relação de traslado para com os auctores eximios da litteratura grega menção haja de exarar-se de Garrett, Viale, Mendes Leal, entre outros. Sabido se suppõe que a *Oração da Corôa*, de Demosthenes, fôra traduzida em 1877 pelo insigne litterato Latino Coelho, o qual antecedera a sua versão d'um prologo mui erudito.

Em Lisboa, em 1879, publicavam-se, em 4.º gr., dois volumes sobre *Os tragicos da Grecia*, pelo dr. Luiz Garrido; e era com exaltação que na juventude litteraria do meu tempo se estremecia a transcendencia hieratica de Eschylo, se abominava

o decadentismo racionalista de Euripides. Releio com emoção a passagem de Luiz Botelho em que esse camarada avoca a reminiscencia onde «canta a musica divina e resplende o immaculado marmore dos córos de Sophocles». Pobre Luiz! Elle registrava que «o tedio da vida alastra, o pessimismo entenebrece-nos». E uma imagem nobre lhe perpassava no espirito sonhador: «Como o Oedipo de Sophocles, o Espirito exhora a Morte, filha da Terra, ella que adormece todos os homens, a abrir-lhe dòcemente o seu leito!» Fallavamos com mysterio e terror, n'um encanto incognito, da traducção bizarra de Leconte de Lisle para com os primitivos, sobranceiros, soberanos, supremos. Com que religiosidade se pronunciava este nôme: Eschylo! Quanta idealidade evolava d'este nôme: Sophocles!

Pois eil-o era alli, Sophocles, em 1904, na Batalha! «Quem compra ou vende algum bilhete?»

Sem a transição do Romantico, havida, com *Hernani*, em Lisboa, para o Porto então annunciado fòra em Dezembro de 1904 que Mounet-Sully passaria do Classico ao Barbaro, de Sophocles a, com o *Hamlet*, Shakespeare.

Se Sophocles em Portugal era traduzido já nos começos do seculo XVI, temos que chegar no mesmo Portugal aos fins do seculo XVIII para que noticia apuremos do conhecimento de Shakespeare aqui.

Com a designação heteroclita que lhe põe o copista *(Schakespear)* depara-nos o manuscripto das poesias de José Anastacio da Cunha, existente na Bibliotheca do Porto, um pequeno trecho, na parte II, das traducções. E o dr. Theophilo Braga rememorou, em o ultimo volume da sua *Historia do theatro portuguez*, um drama, datado de 1823, e ficado em manuscripto, *Morte de Cesar*, imitado de Shakespeare, por V. P. Nolasco da Cunha.

Precisamente no drama de *Julio Cesar* se appoia o polygrapho grosseirão José Agostinho de Macedo para (em o numero XIX, soliloquio XXXVI, do seu *Motim litterario*) de Shakespeare achavascadamente discorrer:

Sakespear que se diz genio original, e a quem os Inglezes entoão tantas antifonas de louvor, cuja fantasia vivissima pinta, anima, e cria as cousas, inimigo jurado da fria, e frivola escóla, sacode o jugo da verosimilhança, e das regras. Fez uma Tragedia, que os Inglezes vão pôr nos cornos da Lua, chama-se «Julio Cesar», o nôme he cousa grande, e roliça. No acto terceiro, Bruto mata Cesar (fez muito bem, porque se tinha levantado com o santo, e mais com a esmola da Republica), depois começa de exortar os Romanos, que fação o mesmo aos apaixonados de Cesar, e embute-lhe um Sermão o mais sublime, o mais patetico, o mais forte. Em poucos retalhos antigos, e modernos tenho eu topado com cousa mais elevada; sahe Antonio do Bastidor, e destroe o effeito das palavras de Bruto com outras não menos fortes, e levantadas. E quem diria, que esta scena acabaria com a Entremezada mais ridicula? Apenas o Antonio inspirou ao Povo o ardente desejo de vingar a morte de Cesar, apparece nova Personagem. O povo a cerca, e a moe com perguntas; pergunta-lhe como se

chama, donde vem, para onde vai, se he homem solteiro, se he casado, que idade tinha; depois que o deixarão fallar responde o pobre homem, que se chamava Cina, grita a canalha, este he um dos conjurados, morra. . . Não, senhores, grita o miseravel, amarélło como uma cidra, eu não sou Cina da conjuração, eu sou Cina o Poeta. Não importa, diz o Povo, seja feito em pedaços pelos máos versos que tem feito. Assim terminou o grande Julio Cesar de Sakespear, tão decantado por Pope Commentador em a sua nova edição. A este homem faltou aquella boa dóse de siso, que destingue o Francez, com esta poupou Corneilhe as regras que de nada servem, sem ella entornou o caldo o Inglez, porque não substituiu o juizo ás regras, que mostrou desprezar.

Sem embargo, não caberia, de todo em todo, de Shakespeare a proposito, a Portugal primazia alguma?

Em 1869, o snr. H. Lavoix filho extrahiu da *Revue et Gazette musicale de Paris* uma separata do cuidoso estudo que alli dedicara a *Os traductores de Shakespeare em musica;* o snr. H. Lavoix filho assertava, rematando, que, «tal como tentara demonstral-o, o espirito do auctor de *Hamlet* é intraduzivel em musica». Disse-me, n'uma hora de desenfadado cavaco, Cyriaco de Cardoso que de poder tentar a interpretação de Shakespeare em musica só suppunha capaz a . . . Beethoven.

Pelo que toca strictamente á obra, de Shakespeare, do *Hamlet*, o snr. Lavoix filho examina as tres temeridades de Hignard, de V. de Joncières e de Ambroise Thomas; da musa do ultimo d'estes enumerados o douto musicographo Hugo Riemann,

privat-docent na Universidade de Leipzig, viria a dizer malignamente, para ambos, que «ella não é sem analogia com a de Gounod, ao mesmo tempo sensual, graciosa, elegante». Mas o snr. Lavoix filho era mais generoso para com os tres audaciosos; dos dois primeiros acaso se occupa Riemann, se bem que o mesmo Lavoix deixa ao futuro o vir Hamlet a topar com um traductor melhor afortunado do que aquelles tres analysados compositores, o que aliás reputa «cousa pouco provavel», porquanto esse drama, de Shakespeare, do *Hamlet*, era «o menos accessivel á arte musical».

Antigos, ao thema, afoutamente, em sua desequilibrada indecisão, o não suppuzeram incoercivel; e d'esses antigos, nossos distantes portuguezes conhecimento houveram, o que curioso, certo, se figura. Conhece-se que genero era para nossos passados o espectaculo peculiar da opera e o apreço em que o tinham se aquilata.

Assim, pois, cabe frisar, em consequencia, que na Bibliotheca de Evora existe o manuscripto (contém só o primeiro acto) d'uma opera intitulada *Ambleto em Dania*, escripto por lettra de Ameno, como, em parte, outra, *Dom Ramiro*, e outra totalmente, *Carlos e Lothario*, opera para se representar no novo theatro do bairro Alto... em 1760. De lettra do amanuense de Ameno, lá se contém outra opera nova, *Lavinia ou Guerra de Eneas e Turno;* e por elle compostas (ao que parece), por lettra d'elle escriptas, alli se encontram

as obras dramaticas, farças faceis, do alludido. Chamava-se Francisco Luiz Ameno, foi natural de Arcozello, povoação na comarca de Miranda do Douro, provincia de Traz-os-Montes; e d'elle correm, traduzidas em prosa, cinco operas do famoso Metastasio, a quem o citado Riemann avaramente se limita a chamar «o mais celebre e o mais fecundo dos librettistas». Publicadas fôram sob o pseudonymo de Fernando Lucas Alvim, que é quasi, nota o nosso Innocencio, o anagramma perfeito do nôme do traductor, que consta ser sem duvida o dito Ameno. Com outra, traduzida em verso, que sahiu anonyma e se ignora se pertence ou não a Francisco Luiz Ameno, costumam andar todas seis juntas encadernadas em um só volume, e com um frontispicio geral, que diz: *Theatro dramatico, ou collecção das operas que compoz na lingua italiana o abbade Pedro Metastasio, traduzidas em portuguez* etc. Isto em Lisboa em 1755.

Mas em Evora o primeiro acto, tam só, de *Ambleto em Dania.*

*
* *

Reverto a que, salvo Garrett, é claro, nem mesmo modernamente na producção theatral grandemente filhotes do Porto se hajam distinguido, se bem que o difficil genero houvessem tentado, e

até com relativo luzimento, no agrado da critica e no applauso do publico.

Assim, o portuense Antonio Correia, auctor do drama patriotico *A Independencia* e dos dramas de intuito social *Os apostolos da luz* e *Os homens de bem.*

Era um democrata Antonio Correia; começara por publicar um volume de *Poesias* e, depois d'um prolongado retrahimento, um momento logrou de notoriedade pela representação do seu drama *Os apostolos da luz,* que teve successo, como se diz na linguagem dos theatros. A mesma critica dos novos lhe foi favoravel, qual a de Silva Pinto no primeiro fasciculo das *Noites de vigilia.* Antonio Correia repudiava o passado e cria na egualdade futura, creada pelo trabalho, «porque é pelo trabalho—diz a falla final do seu drama—que resgataremos os opprimidos, nivelando-os com o oppressor e formando uma só classe».

Esta aspiração de resgate repellia, com horror, naturalmente, á visão do passado.

XI

Pedro Ivo — Julio Diniz

E, NA VERDADE, quam ominosas não são, com effeito, as lembranças do passado, mórmente no aspecto truculento e bruto revestido pela justiça social, que cumpriria, na revindicta historica, agrilhoar ao pelourinho a que ella sujeitava delinquentes e não raro innocentes!

E com taes motivos e a estes respeitos:

O snr. Pedro Augusto Ferreira, ao presente ex-abbade de Miragaya, a proposito do patibulo n'esta cidade, escreveu:

A cidade do Porto teve forca e pelourinho permanentes. A forca esteve em diversos locaes. Anteriormente a 1714 esteve no sitio chamado *Mijavelhas* (depois *Poço das Patas*). Em vereação de 11 de agosto de 1714, foi mudada para o caes da Ribeira, e ahi permaneceu approximadamente até 1825, sendo então transferida para o campo da Cordoaria, a instancias de uma mulher rica, moradora na mesma Ribeira, por nôme Antonia do Coutinho. Emquanto esteve na Ribeira, era permanente,

formada por grossos varões de ferro, com uma escada de páo, por onde subiam o paciente e o algoz. Erguia-se em frente de um dos primeiros arcos dos muros da Ribeira, indo da rua de S. João para a ponte pensil, á direita da rua que conduz á ponte. Antes da construcção dos arcos actuaes, havia nos velhos muros em frente da forca um postigo, que tomou d'ella o nôme de *postigo da forca*. Ainda hoje se conserva n'aquelle muro, precisamente defronte do local onde esteve a forca, um painel com a imagem de Nossa Senhora da Misericordia, pintado a oleo, coberto por uma especie de docel de madeira, tendo pendente d'este um lampeão que os devotos da visinhança costumam conservar acceso durante a noite. A forca, depois da sua transferencia para o campo da Cordoaria, era volante e formada de madeira. Armava-se para as execuções, e logo se desarmava. Erguia-se ordinariamente na extremidade sul do dito campo, junto de uns casebres contiguos á cadeia. Ficava ainda um pouco ao sul da rua que hoje alli se vê e que vai para a rua do Calvario. Para execuções politicas se ergueu na Praça Nova.

Se em 11 d'Agosto de 1714, por um assento da Relação do Porto, se ordena que a forca, que estava em Mija-velhas, fôsse mudada para o caes da Ribeira, outrosim Pinho Leal refere que em 14 de Junho de 1725 assento se toma ácerca das ruas por onde haviam de passar os padecentes, as quaes eram a Ferraria de Cima, Caldeireiros, Flores, S. Domingos e S. João. Mas, havendo em 14 de Junho de 1789 um gallego assassinado sua ama, que era de Braga, e sendo logo preso, no dia 31 do mesmo mez, o que pasma a Pinho Leal, foi enforcado no logar do delicto, armando-se a forca, na noite de 30, á entrada da *rua da Neta* (depois

viella da Neta), do lado do O., onde desembóca a rua do Bomjardim e ficando a cabeça e as mãos do gallego pregadas na forca.

No artigo respeitante a *S. Nicolau*, do « Portugal antigo e moderno », se depara dissipada a confusão em que o leitor reparou no lanço duas vezes transcripto do snr. Pedro Augusto Ferreira, quando Pinho Leal relata que fòra aproximadamente em 1822 que, a instancias de uma mulher rica da localidade (Ribeira), conhecida por *Antonia do Coutinho*, é que a forca foi transferida para o campo da Cordoaria, extremidade do S., junto a uns casebres que havia na frente da cadeia.

O ex-abbade de Miragaya escreveu que, desde os primeiros annos da sua instituição, costumava a Misericordia do Porto acompanhar os infelizes condemnados a pena ultima até aos degraus da forca, e em seguida dava-lhes sepultura no local determinado. Observa o dr. Henriques Secco que era a pratica geral em todo o reino, fundada nas disposições legaes.

Quanto ao local do cemiterio dos justiçados, fòra um chão denominado *Campo das malvas*, junto da antiga Porta do Olival e da torre da egreja dos Clerigos.

Accrescentara em nota o douto ex-abbade:

D'aqui proveio o dizer-se, como ainda hoje (1881) se diz nas provincias no norte, quando se depara com alguem macilento e cadaverico: — *Aquelle vae para as Malvas! Está alli está nas Malvas!...*

*

Nos meus tempos de rapaz, ouvi eu no Douro, a uma vindimadeira, esta cantiga:

Ai Jesus!, que eu vou pr'as Malvas,
Caminhando pr'as ortigas!
Vão os rapazes pr'a forca,
Por via das raparigas.

Mal imaginava ella, e eu tambem então, a origem do tal proloquio!. . .

Redargue o dr. Henriques Secco:

Pois bem, nós temos a franqueza de confessar a nossa inopia quanto á origem d'elle; e, todavia, attestamos que tambem aqui pela nossa provincia da Beira é trivial *rezar* o officio da agonia com as formulas sacramentaes acima referidas áquelles que ainda de pé nos parecem já moribundos.

No *Campo das Malvas* deu a irmandade da Misericordia sepultura aos justiçados pelo espaço de 270 annos, isto é desde a sua instituição (1499) até que obteve por compra (1769) o terreno em que levantou o seu novo hospital de Santo Antonio, em substituição do antigo, chamado successivamente de Roque Amador e de D. Lopo, o qual terreno se prolongava desde o Campo da Cordoaria até os quarteis da Torre da Marca.

Apenas adquirido esse terreno, a Misericordia transferiu o cemiterio dos justiçados para um dos pontos extremos d'elle, no alto e a Oeste da antiga rua dos Carrancas, hoje rua da Liberdade.

O novo cemiterio, ou Adro dos Enforcados, era um recinto vedado por um muro, com um portão de ferro sobre a dita rua, tendo a meio uma capellinha muito pobre, interiormente nua, apenas com uma singela cruz de páo no topo; e á frente da capella, entre esta e o portão, havia um cruzeiro de pedra, com a imagem de Jesus Crucificado. A imagem do Crucificado tinha a invocação de Senhor dos Afflictos e era alvo de muita devoção. Os enterramentos dos justiçados, e dos presos que falleciam na cadeia, eram feitos em um pequeno espaço detraz da capellinha, e a irmandade da Misericordia ia alli, todos os annos, em procissão, remover as ossadas d'aquelles infelizes para o seu novo cemiterio; mas, em sessão de definitorio de 6 de abril de 1836, conformando-se com uma proposta do irmão Luciano Simões de Carvalho, resolveu transferir o Adro dos Enforcados para a cerca do novo hospital, cerca onde se enterravam os cadaveres dos doentes que n'elle falleciam, e emprazar o chão do dito Adro, com outros chãos adjacentes que a Misericordia possuia junto d'aquella. Os motivos principaes que determinaram a Santa Casa a tomar esta resolução fôram: ser muito pretendido para edificações aquelle local; haver na cerca, a poucos passos de distancia, espaço de sobra para receber os cadaveres d'aquelles infelizes; *não haver já n'aquelle tempo de grande evolução repugnancia em se lhe dar sepultura commum aos outros cadaveres;* e o serem já então rarissimas as execuções capitaes, e tanto que apenas se abriram na cerca tres sepulturas para justiçados, a N. do portão da entrada para a dita cerca, entre elle e o muro de supporte da praça do Duque de Beja.

Fòra Domingos Baptista o primeiro d'esses tres infelizes, justiçado a 23 de Julho de 1838, com quem se deu o caso de abrir os olhos e dar outros signaes de vida quando o iam a lançar na cova.

Supprimido o Adro dos Enforcados, mandou a Santa Casa remover para a cerca do seu novo hospital a capella e o cruzeiro que estavam no dito Adro. Lá se vê ainda hoje a capella com a mesma invocação do Senhor dos Afflictos, e dentro d'ella o cruzeiro, do lado do hospital. Foi restaurada em 1856, sendo provedor da Santa Casa o snr. conselheiro Antonio Roberto de Oliveira Lopes Branco... Ainda por ultimo direi que em 1856 a 1857, quando se restaurou a capella, foi tambem restaurada a imagem do Senhor dos Afflictos, que estava e está, como dissemos, dentro da dita capella, na propria cruz que foi do Adro dos Enforcados.

No tom. I de seus *Estudos historicos e archeologicos*, o fallecido Vilhena Barbosa, no artigo respeitante a «Pelourinhos», em certa altura, diz assim:

Todas as cidades e quasi todas as villas das provincias do sul do nosso paiz teem o seu pelourinho; mas não acontece o mesmo nas provincias do norte, onde elles são raros. Entretanto, em muitas terras importantes, onde não existem, consta que existiram antigamente por documento d'esse tempo. Acha-se n'este caso a cidade do Porto. Não tem pelourinho presentemente, mas é certo que o teve em tempos que ainda não vão muito longe. Deve existir no archivo municipal do Porto um documento que mostra ter havido pelourinho n'esta cidade no decurso do seculo XV. N'esse documento, que tem a data de 28 de abril de 1414, lê-se o seguinte accordão ou postura da camara: «... que, emquanto o alqueire de trigo valesse IX reis, dessem as padeiras o pam de 4 onças a 15 soldos; pois vinhão a gastar 12 reis em trigo, pagos todos os gastos: E que o de centeio o dessem a 10 soldos: pena de que, pela primeira vez, pagarião 50 libras: pela segunda 100: e pela terceira seriam *empicotadas*». Por consequencia, se a camara do Porto mandava empicotar os que contrariavam taes

posturas, é indubitavel que n'essa epocha havia n'esta cidade picóta ou pelourinho. Da sua existencia no ultimo quartel do seculo passado dá testemunho o padre Agostinho Rebello da Costa no seu livro: «Descripção Topographica e Historica da cidade do Porto», impresso na mesma cidade em 1789. Tractando do governo civil e administração da justiça no Porto, diz a pag. 183: «N'estas causas crimes, os réus são condemnados á proporção dos seus delictos, chegando muitos, pela sua atrocidade, a padecer a pena ultima. Para a sua execução ha uma forca, *pelourinho* e algozes». Não diz o padre Rebello onde se erigia o pelourinho — diz tal; — porém, achando-se situada a esse tempo a casa da camara entre a Sé e o convento que fôra dos jesuitas, então pertencente aos religiosos agostinhos descalços, e agora seminario episcopal, é de presumir, segundo o costume referido quasi geralmente em todas as terras do reino, que o pelourinho estivesse em frente ou proximo das paços do concelho. Ao tempo em que o referido auctor compunha a sua obra, estava em construcção o actual palacio da Relação, e este tribunal occupava o edificio que, ao presente, é casa da camara municipal.

De todo, mal não presumiu Vilhena Barbosa, porquanto no tom. II das *Memorias do tempo passado e presente para licção dos vindouros*, do dr. Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco, veem transcriptos trechos de uns artigos, que o dito dr. Henriques Secco qualifica, com justiça, de interessantissimos e que, sob o titulo de *Apontamentos de sangue para a nossa historia contemporanea*, publicara o então abbade de Miragaya, no jornal portuense *O Dez de Março*, em o mez de Julho de 1881.

Na verba attinente ao *Pelourinho*, estas são as idoneas informações:

O pelourinho esteve desde tempos remotos em um pequeno largo, junto da rua das Aldas, a cavalleiro do immundo largo do Collegio no antigo bairro da Sé. Tambem esteve muito tempo, seculos talvez, junto do pelourinho uma estatua representando o *Porto*, porque foi aquelle o *centro e coração d'esta cidade*. Depois da segunda cinta de muros, principiados por D. Affonso IV e concluidos por seu neto D. Fernando em data aliás incerta, passou o pelourinho do largo das Aldas para a Ribeira. Alli se conservou muitos annos a N. O. do arco, que foi, . . ., o Postigo da Forca, junto do primeiro arco que hoje se encontra indo da rua de S. João, mas ao norte da muralha, do lado da rua dos Canastreiros, onde esteve um pequeno postigo, denominado *Postigo do Pelourinho*. Foi apeado muito antes da forca e por isso, mesmo na localidade, se acha quasi perdida a memoria d'elle.

Que ficou perpetuada pelo padre Agostinho Rebello da Costa, porém não em o texto de sua obra, sim na estampa annexa, representativa da cidade do Porto, que falta em muitos exemplares e foi reproduzida modernamente pela Lith. Portugueza a vapor (de Sebastião Sanhudo), então ainda no Laranjal, e para cujo num. 49 *(Pelourinho)* não reparou Vilhena Barbosa.

Pinho Leal, em o artigo *Miragaya*, na verba attinente ás ruas d'essa freguezia, diz (pag. 265):

Approximadamente até ao anno de 1750 havia rua publica e passagem franca em volta da egreja de Miragaya pelo lado N., e um pequeno largo que formava esta rua na rectaguarda da Egreja, ou da capella mór, se denominava — largo do Pelourinho — ainda no anno de 1495, como se vê dos autos de uma sentença, obtida n'aquella data por Fernão Pereira Escudeiro, então provedor do hospital ou albergaria do *Santo*

Sprito, contra o rev. Pedro Farinha (foi juiz o dr. Pedro Annes Machado, vigario geral da diocese, *no espiritual e temporal,* por o prelado D. João de Azevedo), por querer assenhorear-se do rocio pertencente ao dito hospital, e que confinava com o largo do Pelourinho: dizem os ditos autos, que se encontram, por cópia, no tombo d'aquelle hospital — tombo que é, e faz parte do archivo da confraria do Santissimo de Miragaya, como administradora e representante do antigo hospital e capella. Não ha memoria de pelourinho em tal sitio, mas o nôme d'aquelle largo leva a crêr que elle alli existia. E com isto se coaduna o nôme de *villa* dado a esta freguezia de Miragaya na provisão que se encontra no *Censual* do cabido d'esta diocese *(in fine)* — Provisão do bispo D. Hugo, pela qual concedeu ao cabido a faculdade de nomear as auctoridades na reitoria da ermida e villa de Miragaya, arrebalde da cidade. Alguem quer que o dito rocio, ou largo do Pelourinho, era junto á frente da egreja de Miragaya. O dito largo do Pelourinho, em 1443, era limitado ao S. pela rua dos Cordoeiros, hoje rua da Esperança, ao poente pela egreja de Miragaya, e ao N. pelos montes que eram de *Catterina* Affonso, sua irman Margarida Affonso e outra, e que estas doaram, em 6 de Junho de 1443, por escriptura feita nas notas do tabellião Gil Vasques e em casa das doadoras, ao frade de S. Domingos Vasque Annes, para n'elle se fazer o hospital (ou Albergaria) do *Santo Sprito,* que então se principiava, como se vê das ditas escripturas, que ainda n'esta data (1875) se encontram no Tombo do dito hospital, no archivo da confraria. Com o volver dos tempos, este largo e rua *que ia ante S. Pedro* (dizem aquellas escripturas) foi-se limitando até que desappareceu. Resta d'elle um pequeno terreiro (e n'elle, ao nascente, um tanque com uma bica de agua), para o qual se entra por um portão de ferro, que dá para a rua da Esperança, e é limitado ao poente pela parede (hoje semi-circular) da capella-mór da egreja, ao S. pela rua da Esperança, e ao nascente e norte por casas que fôram ainda em 1872 do negociante Antonio José de Oliveira Machado e anteriormente fabrica de tabacos, tendo

sido fabrica de louça, de Francisco da Rocha Soares. O dito terreiro é hoje propriedade das casas indicadas e dá entrada para os armazens que ha nos baixos das mesmas. Diminuiu tambem aquelle antigo largo do Pelourinho em 1750, porque a confraria do Santissimo, de S. Pedro de Miragaya, vendo que, nas exposições do Senhor, que costumava fazer no altar da capella-mór, se derramava muito a cera, porque o altar não tinha fundo nem throno, por estar encostado á parede da capella-mór, que era rectangular, como costumavam ser os templos d'essas éras, mandou recuar as paredes sete a oito palmos para o nascente (sessão de 7 de setembro de 1750), ficando (como está) em fórma circular, sobre o dito largo.

No artigo especial, *Pelourinho* ou *Pellourinho*, Pinho Leal, depois de lembrar que muitos escriptores teem fallado sobre pelourinhos, e principalmente o conde de Raczynski, no seu livro *Les Arts en Portugal* (pag. 330, 410 e 423 a 427), apezar de que todos hajam sido concordes em que pelourinho e picóta são synonimos, elle diverge da opinião geral, e ao pelourinho o tem, restrictamente, como um padrão commemorativo da autonomia da terra.

Dos odiosos preconceitos e antipathicos prejuizos conservados até nossos proprios dias, um deu margem ao thema de certo romance, *O sello da roda*, por Pedro Ivo. *Pedro Ivo* é o pseudonymo de Carlos Lopes, portuense fallecido, como *Julio Diniz* o pseudonymo fôra de outro fallecido portuense, Joaquim Guilherme Gomes Coelho; e os dois talentos são affins, consoante o testemunha o lindo e delicado livro de *Contos* do dito Pedro Ivo.

Director de um banco foi e irmão d'um medico, e bibliophilo distincto, o dr. José Carlos Lopes, de quem biographia existe escripta pelo medico snr. Eduardo Pimenta, filho d'outro notavel professor da Eschola Medica e operador insigne, o portuense dr. Eduardo Pimenta.

*
* *

De Julio Diniz não direi aqui, havendo-o feito de pag. 109 a pag. 126 do meu livro *A Geração Nova*; restar-me-hia memoral-o como poeta em seu volume de versos e versejador nas laudas de suas novellas, por exemplo em *Uma familia ingleza*. Mas ainda mal, porque a peçonha do tabaco cante e suas suppostas virtudes proclame!

Comtudo, em verso portuguez portuguezes vates do tabaco maldisseram . . .

Por exemplo, Antonio Ribeiro Saraiva.

Quem se lembra?

Antonio Ribeiro Saraiva foi um miguelista intransigente que, expatriando-se com o seu rei expatriado, nunca quiz voltar á patria e na Inglaterra se deixou morrer, fiel á sua dedicação. Gastou uma longa e operosa vida conspirando e escrevinhando. Poetava tambem em seus momentos. Ora, denominadamente a proposito de Ovidio, fez publicar em Londres a obra *Saraiva e Castilho*, cujo primeiro volume traz os retratos de Antonio Feliciano de

Castilho e d'elle Antonio Ribeiro Saraiva, com o assimilhado desenho das assignaturas de ambos.

Após uma carta preambular em prosa, rompe decididamente introito ao volume com uma extensissima epistola em verso, ao mesmo seu dilecto Antonio Feliciano de Castilho endereçada, o endereçante Antonio Ribeiro Saraiva.

Tem a data de 12 de Outubro de 1860; d'ella os tercettos 369 a 373, inclusivamente, compostos e escriptos no Jardim Botanico, Park do Regente, tractam do Tabaco; mas, apesar de compostos no jardim das plantas, adverte Ribeiro Saraiva que nada têm com botanica nem cantam as virtudes da nicociana.

São, ao contrario, em sua graphia, caturra como o auctor, uma excitada satyra contra o habito do fumo, a invectiva do portuguez-antigo, hostil a innovantes extrangeirismos:

Repugna-me outro xestro agora usado
Por nossos perfumados peralvilhos,
Vulgar outr'ora, porco e malcreado;

Trinta vezes peior que os peralvilhos,
De sebenta e de sordida lembrança,
Cara a durazias bellas e casquilhos;

O vicio, entendo, sujo da fumança,
Que de qualquer sujeito se apodera,
Sem que de o mais largar fique esperança.

E' para notar este exacto reparo de Ribeiro Saraiva respeitante á terrivel intoxicação pelo tabaco que moralmente se caracterisa pela quasi impossibilidade em que cahe a sua victima de se libertar

do detestavel veneno, apesar de reconhecer os estragos que lhe causa mas sem ter já a força de emancipar-se. Ribeiro Saraiva presta-nos no tercetto seguinte uma informação curiosa, a de um dos raros fumadores inveterados que tiveram a coragem de abandonar o seu funesto habito:

Valor sómente de Ramon Cabrera
D'essa victoria mais teve a fortuna;
Soube *vencer-se* o que *vencer* soubera.

Mas o que ha de particularmente interessante no assalto poetico de Ribeiro Saraiva contra o fumo é a accusação que elle faz ao liberalismo de haver sido o introductor d'essa desgraça no nosso paiz; e ainda imagina em casos remedio o fungar do rapé! Porém ao fumo increpa-o de promover o abatimento da intelligencia e de ser causal occulta de que falleçam prematuramente os fumadores, no que, por infelicidade de todos, menos se engana.

Tal risco, pois, de estupidez e morte
Lá nos mette Partido inexcusavel,
Por que uma praga mais ao Reino importe.

Habito não bastava deploravel
De esterqueira sorver pelos narizes
(Salvo quando é remedio indispensavel);

Sem que, de mais a mais, inda precises,
Caterva *libera!* (dos bens alheios),
Sujo vicio trazer de outros paizes?

O jarreta indigna-se perante o espectaculo da juventude, da juventude?, da mesma infancia envenenando-se n'uma imitatividade desastrosa. Para se ser homem, rudimentos de organismos por formar, creanças inconscias absorvem fumaradas deleterias,

ignorantes do tremendo mal que estão a fazer a si-mesmas. De Inglaterra, ao seu amigo, imagina para Portugal Ribeiro Saraiva:

Estou certo que lá meros fedelhos,
Como aqui mesmo, quasi ao collo d'ama,
Levam do cigarrinho os apparelhos;

E da boquinha, qu'inda cheira a mama,
Já pende o xarutinho, onde fumega,
Typo de estupidez, lume sem chama!

Com tal peste, o sujeito, a quem se pega,
No génio até perpetra suicidio
(Se génio a natureza não lhe nega).

Mais sadiamente inspirado esteve, pois, em sua objurgatoria este fossil do que em seu regular dithyrambo o quasi actual Julio Diniz. Duplamente desastrada sua idéa essa, como poeta e como medico, de phantasiar um hymno ao tabaco!

Da Aguia-de-Ouro para S. João, depois de um jantar de oito horas, os camaradas da elegante brezunda seguem atropelladamente, dois cantando a plenos pulmões o duetto da *Lucia: O sole, piu rapido a sorger t'apresta;* o poeta confidencial, para Carlos Whitestone, recitando, com certo enthusiasmo, «quasi selvagem», sua improvisação, a qual o romancista admoesta que não era muito para produzir echo nos corações:

No centro dos circulos
De nuvens de fumo,
Um deus me presumo,
Nem d'outros thuribulos
Me apraz tanto o incenso
Como o d'este immenso
Cachimbo exemplar!

Na compita com o tabaco, desterre-se o opio; que só a raça gentilica das ardentes zonas consumma o café; anathema contra o uso das folhas de chá; fóra com o humor dos lagares; irrisão para as proezas do lupulo; nem Raspail imponha as maravilhas da camphora. O canto do poeta é da America, *paiz do tabaco*. Que immenso thesouro se não deve a Nicot?! O vate proclama que mais fumo inda aspirem seus labios aridos.

Tornadas Vesuvios,
As bôcas fumegam.
De nuvens que cegam
Vomitam montões.
Fumar! O' delicias!
Prazer de nababo!
E leve o diabo
Do mundo as paixões!

Seja.

Mas que, ainda assim, se não tome como extravio de senilidade a coarctada do miguelista Ribeiro Saraiva, quando apoda o fumo de imitativo extrangeirismo em Portugal. Lembrem-se d'isto: — Em Sèvres, impresso na Typ. de M. Cerf, e vendendo-se em Paris, na casa de J. L. Corrêa, 11, rua Trévise, publicou-se em 1845, em 8.º de IV-82 pag., com frontispicio de gravura em madeira, e vinhetas no principio dos cantos, a *Arte de fumar, ou o cachimbo e o charuto: poema em tres cantos, de Barthelemy, traduzido em versos portuguezes.*

Seria de iniciação sabia?

Não sei; o que sei é que o traductor foi Miguel Augusto de Oliveira.

Suggestionante começa a obra a sahir-nos logo pelo titulo: *Historia tragico-maritima*; e no segundo tomo se nos depara uma das mais espertadoras componentes do cuidoso archivo. E' a *Relação da viagem e successo que teve a nao «S. Francisco» em que hia por capitão Vasco da Fonseca, na Armada, que foi para a India no anno de 1596. Escrita pelo padre Gaspar Affonso, hum dos oito da Companhia, que nella hião.*

Este padre Gaspar Affonso, jesuita, cuja roupeta vestiu a 12 de Fevereiro de 1569, foi natural da villa de Serpa no Alemtejo e morreu no collegio de Coimbra, a 21 de Fevereiro de 1618, diz Innocencio que provavelmente com 70 annos de edade, ou pouco menos.

Tendo sahido de Lisboa para as missões do Oriente em 1569, padeceu naufragio nas costas da America meridional e, por isso arruinado na saude, desistiu do intento, voltando para Portugal, onde passou o resto dos seus dias no ensino da theologia e mais exercicios proprios do seu instituto.

Veio elle a tecer sua narrativa pelo desejo e sede com que isto lhe pediu quem por muitas vias o podia mandar, e ahi se lembrou que começaram seus trabalhos indo a nau onde se encontrava com todas as velas dadas, e ellas cheias com todo o vento que podiam recolher, a vinte e seis graos do sul, *hum dia á bocca da noite (ou huma noite á bocca da morte).*

Ora, descrevendo depois a ilha de S. Domingos, a nossos maiores contou elle que os d'ella, em logar de vinho que o não ha, se servem do tabaco, *a que nós chamamos Herva Santa*, ao qual se tem por todas as Indias achado innumeras virtudes, que o jesuita, todavia, declara que não sabe *se reaes, se imaginarias*. Imaginarias, totalmente; herva diabolica.

Mas o tabaco de Santo Domingo não sómente se semeava e grangeava para se usar n'aquellas partes, antes se trazia tambem por mercadoria para estas, *e de tanto preço, que vimos nós desembarcar fazenda que já estava embarcada, para fazer lugar a esta, e accomodar como esta merecia.*

O padre assombra-se:

> Quanto he por lá, não ha quem o tire nunca da boca em fumo, ou dos narizes em pó, e infinitos ha, que nem de ambas as maneiras se fartão d'elle.

Estavam por lá então como por cá estamos hoje agora. O jesuita escarnece, indignado, d'esses barbaros.

> Só os poderia fartar, quem lhes descubrisse invenção (que elles comprárão por muito dinheiro) para assim como o mettem dentro em si por estes dois sentidos, cheiro, e gosto, o podederem tambem metter pelos outros tres, que lhes ficão privados de tanto gosto.

Explica então Gaspar Affonso o ceremonial de que usavam em suas comezainas:

De maneira, que o fim dos banquetes muy regalados, e a ultima iguaria d'elles, he um prato muy fermoso cheyo de tantos rolos, ou canudinhos, como elles lhe chamão, feitos d'aquellas mesmas folhas seccas enroladas, quantos são os convidados. Os quaes canudinhos acezos por uma ponta, e metidos na boca, pela outra parte que estão acezos, estão chupando o fumo, repremindo o folego quanto pódem, para que o fumo tenha tempo para andar visitando, consolando, e amesinhando todas as partes interiores.

Dá o jesuita seguidamente o rol das phantasticas virtudes em que se comprazia a illusão d'aquellas predispostas victimas do tabaco:

Aos que tem fóme, serve de pão; aos que tem sede, serve de agua; aos que comeram destemperadamente, e estão fartos, dizem que ficão desalijados; se estão encalmados, que os refresca; se frios, que os aquenta; se com máos humores, que lhos bota fóra o pó mohido, e tomado pelos narizes, com o qual pó alguns misturão cinza para o fazer mais forte. Afóra outras infinitas cousas, para que d'elle se servem, applicado por dentro e por fóra.

Esses recalcitrados fanaticos do tabaco:

Para que a todo o tempo o tenhão á mão, não só o trazem perpetuamente na algibeira, e alguns, por fazerem mais honra ao pó, em abutas de preço, mas juntamente quando caminhão, fuzil para accenderem as folhas, e canudinhos: o que fazem com muita destreza, sem para isso parar o cavallo, nem perder hum passo.

Emfim taes eram as proclamadas maravilhas d'aquella preciosidade incomparavel do tabaco que

o proprio esperto jesuita cahiu na arriola de tentar. Nunca fiando, ainda assim limitou-se a usal-o applicado por fóra.

N'esta fórma experimentey eu tambem sua virtude, applicando-mo em hum accidente, como unica e singular mézinha.

Não ficou vezado.

Pelo contrario. Do tabaco escreve:

Eu mais difficultosamente dey credito a tantas virtudes suas, que ao que muitos me disserão, que era couza ordinaria, abrindo-se alguns moitos por algumas occasioens, acharem-lhes, pela continuação e ardor d'este fumo, tudo por dentro negro, e tostado, como uma chaminé: e que aos que começão a tomallo pelos narizes, acontece ficarem as primeiras vezes em extase, pela força, ou furor, com que acommette ao miolo, lidando interiormente o paciente d'aquella divindade, como aconteceo a hum bem rico, que eu conheci, que estava quasi morto, e com tudo he tanto o appetite d'este pó, e fumo, que estando hum morrendo, hum pouco antes de acabar, me pedia affincadissimamente lhe desse um pouco de tabaco para tomar o fumo.

Vem depois uma passagem caracteristica da epocha. Assim o jesuita:

De tantas virtudes, e de tão alimental fumo na sua opinião nasce por aquella parte huma celeberrima, e muy altercada questão, não só entre os Sacerdotes ordinarios, mas ainda entre os Letrados, e Religiosos, a qual he: Se póde tomar-se este fumo antes de commungar ou dizer Missa? *porque he tanta a doçura d'este veneno, que nem os Leigos pódem acabar comsigo esperar athé commungar; nem os Clerigos athé dizer Missa.*

*

Não escapem as frisantes palavras de Gaspar Affonso.

Era a lastimosa situação de incapacidade de resistencia, hoje, por uma observação vulgarissima, reconhecida pelos fumadores, impenitentes e confessos.

O miguelista Ribeiro Saraiva, nos tercettos já aqui extractados, refere-nos o triste caso de um d'esses:

Hei conhecido algum que, em todo o dia,
O xaruto infernal um só momento
Que deixasse de arder não consentia;

Assim, sempre a tabaco fedorento,
Sociedades polidas evitava,
Com fumo, e nada mais, no pensamento.

De madrugada, apenas acordava,
Mesmo antes de esfregar os olhos baços,
A's mechas e ao cigarro a mão deitava.

Demolir do xaruto os grossos molhos,
Viver submerso em densa fumaceira,
Outra idéa não tinha, outros antolhos.

Outrosim, o padre Gaspar Affonso especifica que aquella celeberrima e mui altercada questão, entre os contendores, se definia

por se conformarem com o parecer commum dos pouco mortificados, que sentem, e dizem, que quando o corpo está bem consolado, então se consola, e afervora mais o espirito.

Sobre a resolução de duvida, *tão sutil, e tão especulativa*, fez, por ordem do arcebispo, estando elle e os mais alli, um bom medico, theologo jun-

tamente, *que foy de nossas escolas*, um largo tractado, que lhes mostrou a elles, com muitos e copiosos argumentos, tirados de ambas as sciencias, pela parte negativa. Era, pois, que julgava o medico-theologo, egualmente, do tabaco o fumo ser *alimental.*

Essa parte negativa ao padre Affonso e companheiros lhes disseram que estava tambem confirmada e decretada por um synodo provincial do Peru.

Remata o jesuita ladino:

> Porém eu cuido que ainda que fora geral, não fora nunca recebido, *pelo antigo costume em que estavão postos.*

O antigo costume dos selvagens é o vigente costume dos civilisados. Que progresso!

Constato-o com tanto maior consternação quanto, fumador, penitente, desde pequenito, quando tarde emfim consegui corrigir o vicio sobranceiro, talvez, infelizmente para mim, não fôsse já a tempo. . .

Do tabaco fumado, de resto, a todos nos recorda a angustia da iniciação e o ridiculo justo castigo do vicio adquirido por espirito de imitatividade. Não aproveitou o ensino, porém. Teimamos todos; e o nosso é um dos paizes onde mais se fuma hoje, como um dos paizes onde mais se fungou elle o foi hontem.

Na verdade, introduzido em Portugal o maucostume do tabaco, consoante todos os maus-

costumes pegou depressa e bem. Generalisou-se em todas as classes sociaes, e os doutos d'elle começaram a occupar-se *ex professo*; porém quedou manuscripto o *Tractado do Tabaco* que escreveu Henrique do Quental Vieira, natural que foi da villa, hoje cidade, de Santarem, filho do licenciado Raphael do Quental Vieira e neto do insigne medico Fernando Alvares Cabral e, como elle, professor da mesma faculdade em a Academia Conimbricense, elegante poeta sendo tambem, assim na lingua materna como na castelhana, latina e italiana; sabe-se que as suas composições metricas fôram ouvidas com grande applauso na *Academia dos Singulares*, instituida em Lisboa no anno de 1663.

Mas no anno de 1614 nascera no concelho de Sanfins, distante seis legoas para o poente da cidade de Lamego, em a provincia da Beira, sendo o decimo e ultimo filho que pariu sua mãe, quando contava cincoenta annos de idade, o que tudo n'este teor nos refere Diogo Barbosa Machado, Francisco Rodrigues Cassam.

Desenvolve a *Bibliotheca Lusitana:*

A natureza, que, na sua producção, excedeu o termo da fecundidade, se singularisou no talento que lhe deu, ornando-o de juizo perspicaz, comprehensão summa e memoria tenacissima, cujos dotes o constituiram, em a Universidade de Coimbra, um dos maiores professores da medicina que venerou o seu tempo, em cuja faculdade recebeu a borla doutoral, não sendo menos estimavel pela noticia que tinha das lettras humanas, oratoria, poetica, estudo da historia sagrada e profana.

D'elle escreve o licenciado Jorge Cardoso (*Agiol. Lusit.*, tomo III, pag. 396, letra A) que era «intelligente e versado nas antiguidades d'este reino e fóra d'elle». E frei Antonio Brandão, no prologo da terceira parte da *Monarchia Lusitana*, chama-lhe «grande medico e mathematico, de grande noticia e applicação nas historias».

Juntara uma numerosa livraria, composta de todas as sciencias, onde, áquelle tempo que lhe restava da visita dos enfermos o consumia na licção de varias noticias para illustrar as suas doutas elocubrações. Morreu na cidade de Coimbra, quando contava a provecta idade de noventa annos.

Ora, compuzera (além d'outra, de que faz noticia frei Antonio da Purificação no prologo á primeira parte da *Chronica de Santo Agostinho da Provincia de Portugal*, cap. V, onde affirma que seu auctor, a quem intitula «medico peritissimo», lh'a communicara, estando já prompta para a impressão) Francisco Rodrigues Cassam uma obra que nos viria inteiramente ao ponto, se lograssemos d'ella conhecer mais do que tam só a penuria que até nós chegou.

E é que era uma *Invectiva contra o Tabaco, em que mostrava, com fundamentos solidos, ser peçonha fina e peste encoberta* (assim em Barbosa Machado).

Este tractado seu auctor o trouxera a Lisboa, para o imprimir, quando no anno de 1663 (aquelle exactamente em que em Lisboa se instituiu a *Academia dos Singulares*, onde brilhou Henrique do

Quental Vieira, auctor do outro *Tractado do Tabaco*, atraz inscripto) o chamaram para curar o serenissimo infante D. Pedro, não se diz de quê.

Já no seu tempo o medico portuguez Cassam proclamava o tabaco como sendo *peçonha fina e peste encoberta*. E, todavia, só por excepção é que elle era então usado em fumo. Usavam-o, tam só, cheirando-o, como rapé. Em vez da boquilha, a fungadeira.

Mas, fungado, como rapé, o tabaco repugnava então assás a quem seu admirador, o padre João Baptista de Castro, em sua *Hora de Recreio* (tom. II, pag. 26), chama «o galantissimo Bracamonte».

Este, fallando ácerca do tabaco, dizia assim:

Já os homens não poderão brigar com suas mulheres, por conta dos gastos que fazem no rosto, embalsamando-o cada dia com veneno reduzido a barro, pois elles os fazem hoje dobrados com seus narizes, estofando-os cada momento com fogo, transformado em pós. E' de notar que alguns, com a renda que tinham, apenas podiam hontem sustentar tres ou quatro bôccas (contando, em cada pessoa de sua casa, uma só) e agora, crescendo duas em cada nariz, as sustentam com o mesmo; d'onde se póde colligir que assim esta triplicação de gastos no sustento como a dos trajes no vestir foi invenção do demonio, para, com isto, introduzir mais facilmente no mundo os roubos e tyrannias que cada dia experimentamos. Cuidam estes confrades do Tabaco que, com martyrisar todos os dias os narizes com as suas sorveduras, se preservam dos catarrhos, sem vêr que a experiencia está mostrando o contrario, porque, com o tabaco, se habituam a um tossir e escarrar eterno, effeitos infalliveis do catarrho; e, assim, vêmos que quasi todos elles, de ordinario, fallam roucos, entupidos e destemperados

os instrumentos da voz, já com os humores derretidos á força do seu calor. Eu tenho por certo que o tomar tabaco n'estes taes é como o coçar-se nos que têm sarna, que parece remedio, mas, quanto mais se coçam, mais se accende a comichão; e, assim, se póde chamar este vicio: sarna ou tabacopecia dos narizes.

Debalde clamaram. E a riqueza publica teve a base falsa do publico envenenamento.

Tambem no Porto as rendas provenientes do vicio avolumaram, com effeito, pois que, no seu tempo, o padre Agostinho Rebello da Costa asseverava que a Real Fabrica do Tabaco não era menos consideravel que a Fabrica da Cordoaria. Ella, unida com o contracto de Lisboa, rendia, annualmente, livres, para a Magestade, 2 milhões e 400 mil cruzados.

No trabalho da Fabrica do Tabaco occupavam-se mais de 100 pessoas: umas, nos fórnos e esfolha; outras, nos filões e engenhos; e o resto, na empapelação, repartição, arrecadação, etc. Todos os dias, excepto nos feriados, se cozia a folha do tabaco em quatro fórnos, que algumas vezes não bastavam; e as qualidades que se faziam de tabacos eram as seguintes: *Cidade*, *Somonte verde*, *Somonte amarello*, *Esturro de côr*, *Esturro preto*.

Na terminologia rapezeira conservou-se até hoje a designação do *Somonte*, pouco alterada para *simonte*. De desgosto que haja de soffrer-se de qualquer descompostura que se leve é uso dizer-se do que a tem de apanhar que lhe ha de cheirar a

esturro. Mas já, se cheirasse a *esturrinho*, o caso mudava de figura. Então de aprazimento seria o cheiro.

Porquanto, no tempo do padre Agostinho Rebello da Costa, o principal administrador da fabrica, D. Vicente Gregorio Garcia, «elle-mesmo *(Bergeret lui-même)* subministrou a idéa de uma qualidade de tabaco, entre esturro preto e de côr, tam agradavel, balsamico e suave ao olfacto que é hoje — 1789 — o mais estimado. Dão-lhe o nôme de *esturrinho de D. Vicente*, em memoria do auctor que o inventou». *Aux grands hommes la patrie reconaissante.*

Agostinho Rebello da Costa diz-nos tambem a causa de ser, geralmente, mais reputado o tabaco do Porto que o de Lisboa:

> Procede de que no Porto cozem-se fornadas mais pequenas, e a lenha para os fornos não é de pinho mas de matto, cuja flôr e rama communica ao tabaco um cheiro suavissimo.

Assim deixaria, seguramente, o tabaco de ser o que lhe chamara Cassam: *peçonha fina e peste encoberta.*

E' capaz. Com a flôr e rama do matto do Porto, é capaz.

Como a humanidade foi sempre pateta!

E como ella tem sido cruel e perversa! Ainda mesmo nos grandes centros civilisados, conforme o exemplifica a propria França conservando até entrado o seculo XX a pena-de-morte...

Com effeito, em uma segunda-feira do mez de julho de 1906 é que um telegramma da Agencia Havas, datado em Rambouillet, nos communicava que o conselho de ministros se pronunciara, em principio, pela suppressão da pena-de-morte.

Muito tem custado, na verdade, em França a fazer vingar a doutrina que condemna a pena-de-morte como immoral, improficua, injusta e perigosa. Ha uma certa rudeza descaroavel na condição geral humana, resistente a todo o envernizamento civilisatorio, que (alliando-se ao receio de que o crime, menos intimidado, se propague, alastre e avolume) tolhe que as reivindicações mais altas e mais puras se realisem e effectuem no concreto das leis e das praxes sociaes, ainda quando são reconhecidas e acceites já no fôro intimo das consciencias. Por isso viamos que o ministerio radical francez, com respeito á suppressão da pena-de-morte, pelo emquanto a seu favor ainda tam só se pronunciava em principio. Mas, se do dito ao feito vae um grande eito, consoante nosso rifão popular portuguez, era certo, porém, que em França vasto caminho tinha andado, ainda assim, ultimamente a repulsa pelas sangueiras juridicas, conforme patentemente se deprehendia do alvitre então recente de suspender o pagamento dos salarios ao carrasco e seus ajudantes, como medida tendente a eliminar a applicação das sentenças capitaes.

Eu pertenço a uma geração sobre o sentimento da qual teve grande preponderancia a acção litte-

raria de Victor Hugo; e na leitura de suas constantes protestações contra a pena-de-morte se fortalecia a instinctiva repugnancia de nós-outros para com praticas afflictivas e crueis. Arripiamo-nos com a agonia lenta do *Ultimo dia de um condemnado*, com a ferocidade social registada no *Claudio Tunante;* enthusiasmava-nos a generosa eloquencia de tantos manifestos de occasião recolhidos nos possantissimos tomos dos *Actos e Palavras*.

Mais tarde, nossa razão era, de inclinação, affecta á argumentação dos criminalistas humanitarios e sentimos orgulho em que Portugal se assignalasse na senda do progresso moral, pela iniciativa da abolição da pena-de-morte.

Por esse nobre motivo, a Portugal o saudou Victor Hugo, em uma carta que, de Hautevillehouse, em 15 de julho de 1867, escreveu ao snr. Brito Aranha, contestando outra d'este, datada de 27 do anterior junho, em Lisboa, a qual, com a resposta do poeta philanthropico, se encontra (no summario da secção com esta designação: *Portugal avança)* em o vol. II do tomo *Durante o exilio*, dos *Actos e Palavras*, conjunctamente com a noticia do *Courrier de l'Europe*, de 10 d'agosto d'aquelle anno de 1867, dando conta da abolição da pena-de-morte em Portugal, o que com vibrante jubilo participara a Victor Hugo o referido nosso confrade distincto snr. Brito Aranha.

Sem arte, d'est'arte, á lettra, traduzi, no preterito 1905, rés-vés essa missiva de Victor Hugo:

A vossa nobre carta faz-me bater o coração. Eu sabia a grande nova; dôce me é o por vosso intermedio receber-lhe o echo sympathico. Não; não ha povos pequenos. Ha pequenos homens, ai de nós! E algumas vezes são esses os que conduzem os grandes povos. Os povos que teem despotas assemelham-se a leões que tivessem açamos. Eu amo e glorifico o vosso bello e querido Portugal. Elle é livre; portanto, é grande. Portugal acaba de abolir a pena-de-morte. Consummar esse progresso, é dar o grande passo da civilisação. De hoje-em-deante, Portugal está á frente da Europa. Vós não haveis cessado de ser, vós-outros portuguezes, navegadores intrepidos. Ieis ávante outr'ora no Oceano, hoje na verdade. Proclamar principios é mais bello ainda do que descobrir mundos. Clamo: Gloria a Portugal; e a vós-outro: Em bôhora!

Em bôhora seria? Portugal prosegue indo ávante na verdade? Continúa proclamando principios? Conserva-se, ao menos, livre?

Estas desanimadas, ou antes entristecidas, perguntas formulara eu n'esse anno preterito após o registro, no vol. *Os Genios*, da missiva de Victor Hugo, que deixo transcripta.

Então indicava-se que a França parecia, emfim, disposta a seguir a iniciativa de Portugal de ha quarenta annos e o governo francez pronunciava-se, em principio, pela suppressão da pena-de-morte.

O ministro portuguez não fôra sempre partidario da abolição da pena-de-morte; ainda na sessão passada, desviara um pouco a questão, porque a considerava cabendo no direito social, consoante o rememorou na sessão de 18 de junho de 1867 o deputado Ayres de Gouvêa, representante em côr-

tes do circulo de Cedofeita d'esta cidade do Porto; mas á data apresentava a sua abolição. O snr. Ayres de Gouvêa exclama:

Dou-lhe os parabens, e o nobre ministro póde n'isto collocar-se a par de um grande criminalista allemão, o snr. Mittermaier, que durante quarenta annos defendeu mais ou menos a pena-de-morte, para depois vir retractar-se n'um memoravel livro.

Na sessão de 21, o dr. Ayres de Gouvêa continuou usando da palavra sobre o mesmo assumpto e, pela opportunidade franceza, destaquei do seu discurso estas memoraveis lembranças:

Eu não trouxe aqui esta questão por vã gloria nem por ser moda. Nos fins de 1862 e principios de 1863 distribuiram-se n'esta casa o codigo penal civil, o codigo penal militar, o codigo penal da marinha mercante e o codigo penal da marinha de guerra. Lendo esses codigos, em todos elles encontrei a pena-de-morte, e em alguns d'elles com profusão; e protestei desde logo aproveitar a primeira occasião que se me offerecesse para suscitar esta grave questão. N'esse mesmo anno, a primeira aberta que encontrei foi o orçamento, e sem mais deter-me aproveitei-a. Suscitando a abolição completa da pena-de-morte, e por honra da camara de então, vi que quasi todos os meus collegas, sem distincção de côres politicas, porque diante do cadafalso não as ha, se associaram a essa christã idéa. Logramos então abolir uma entidade fatal, que vinha inscripta no nosso orçamento e que, na relação nominal dos empregados do Estado, vinha inscripta ao lado dos snrs. ministros *(riso)*. O nôme do carrasco está em todas as relações nominaes dos empregados do Estado anteriores ao anno de 1863. Não obtivemos mais, mas alcançamos que o assumpto ficasse desde então como em continua ordem do dia.

O dr. Ayres de Gouvêa rememora ainda as iniciativas honrosissimas de Portugal em materia assim suprema. Elle disse:

N'este assumpto da pena-de-morte, ainda bem póde Portugal gloriar-se de ser o primeiro que a aboliu em relação ás mulheres. Note isto a camara. Antes de em paiz nenhum, antes de na propria Toscana se abolir a pena-de-morte, o que teve logar em 1774, abolimol-a nós em relação ás mulheres. Desde 1772, quer dizer ha noventa e cinco annos, que em Portugal não morre justiçada uma mulher. Pergunto á camara se as mulheres, com não serem assassinadas ha tanto tempo, e com terem a certeza de o não ser, se tornaram perversas, assassinas?

Em seguida recordou que, em relação aos homens, fazia, no dia seguinte áquelle em que no parlamento portuguez estava orando, dous mezes, sobre vinte e um annos, que Lagos assistira á ultima execução; e frisou que nós, ainda que o quizessemos, já quasi que não podiamos fazer uma execução, não só porque a opinião publica reagia energicamente contra isso (e n'este lance teve o orador os *apoiados* da camara) como até porque tiveramos o bom-senso de destruir o local onde se levantava a forca em Lisboa e fazer-lhe em cima a gare do caminho de ferro, substituindo-se á barbaria a civilisação.

O dr. Ayres de Gouvêa recapitula a historia da abolição da pena-de-morte em Portugal.

Diz por este teor:

Teem vindo á camara tres ou quatro projectos para a abolição da pena-de-morte; o primeiro apresentei-o eu em 1863 e foi immediatamente coberto de assignaturas pelos meus

illustres collegas que quizeram associar-se ao santo principio da abolição; ha ainda n'esta camara trinta senhores deputados que o assignaram; veio em 1864 outro projecto, apresentado pelos snrs. Gaspar Pereira da Silva, Sá da Bandeira e José da Silva Mendes Leal. O primeiro, o meu, aquelle ao qual se associou quasi toda a camara, era a abolição radical e completa. Dizia: «fica abolida a pena-de-morte».

Deputado pelo circulo de Cedofeita, d'esta cidade do Porto, que por quatro vezes representou no parlamento, o dr. Antonio Ayres de Gouvêa, irmão do fallecido dr. José Fructuoso Ayres de Gouvêa Osorio, lente da nossa Eschola Medica, teve por paes Fructuoso José da Silva Ayres, de profissão negociante, e D. Maria Maximina de Gouvêa, seguindo elle-proprio a vida commercial até á edade de 22 annos, em que começou a dedicar-se aos estudos scientificos. Nascera no Porto a 13 de setembro de 1828.

Ligado seu nôme indissoluvelmente á abolição da pena-de-morte em Portugal, um reflexo d'esta sua gloria pessoal illumina a terra em que elle nasceu.

XII

José Ferreira Borges — Ignacio José de Macedo — José da Silva Passos — Augusto Luso — Joaquim Pinto Ribeiro — Ernesto Pinto de Almeida — Antonio Nobre — Soares de Passos.

NOVA éra de pensar e sentir raiou com o, para sempre, glorioso dia 24 de Agosto de 1820; e nos successos que o precederam e seguiram, parte insigne teve um illustre portuense, José Ferreira Borges.

O auctor do *Codigo Commercial*, cujo projecto foi approvado em 18 de setembro de 1833, José Ferreira Borges, nasceu n'esta cidade do Porto a 6 de junho de 1786, e aqui morreu a 14 de novembro de 1838, havendo perdido totalmente a vista quatro annos antes. Era bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra em 1805; foi advogado n'esta cidade do Porto, sua patria, desde 1808 até 1820, e secretario da Junta da Companhia dos Vinhos do Alto Douro em 1818.

Sua alta honra está em ter sido membro da Junta provisional do Governo Supremo do Reino, proclamada no dia 24 de agosto de 1820, pelo effeito da revolução para que concorreu tam activamente como consta não só de suas especiaes biographias como das historias geraes do paiz e das particulares d'aquelles memoraveis successos. Seguidamente deputado ás côrtes constituintes em 1821, foi feito conselheiro de Estado em 6 de março de 1823.

Emigrou para Londres desde junho do dito anno, alli se conservando na mesma penosa condição moral até fevereiro de 1827, voltando novamente a identica situação de fevereiro do anno seguinte até setembro de 1833.

Menos fallados são seus meritos, aliás reaes, de jornalista e, pois, cumpre que se lembre *O Correio interceptado*, que se estampou em Londres, na Imp. de M. Collero, 1825, compondo-se este periodico (afóra a que serve de prologo) de 63 cartas, tendo a primeira a data de 1 de novembro de 1825 e a ultima a de 24 de agosto de 1826. Em suas paginas, que tractam muitos assumptos de interesse para a historia contemporanea, os diversos actos do governo d'aquelle tempo são examinados com critica que Innocencio qualifica simultaneamente de chistosa e severa. Do *Chaveco Liberal*, tambem sahindo em Londres, impresso por R. Greenlaw, 1829, fôram collaboradores, além d'elle Ferreira Borges, Garrett, Midosi e outros; ahi appareceram,

de lavra do nosso activo portuense, as *Cartas ao reverendo Padre José Agostinho de Macedo*, sobre a «Besta Esfolada», que correram outrosim á parte, pelo mesmo impressor. Impresso por Bingham, egualmente em Londres, em 1830, é o *Palinuro*, jornal politico e noticioso. A José Ferreira Borges suscitou-lh'o a revolução de França nas gloriosas jornadas de julho, que derruiram o solio quasi-feudal de Carlos x e lhe substituiram o throno burguez de Luiz-Filippe de Orléans.

Versejador tambem foi o audacioso revolucionario; e em sua vida publicou algumas poucas poesias avulsas, todas destinadas a commemorar successos politicos e contemporaneos do paiz, em alguns dos quaes elle-proprio figurara tam notavelmente. Varias chronologicamente começa por citar Innocencio, todas rubricadas com o nôme arcadico de «Josino Duriense», que fôram insertas na collecção de folhas que successivamente sahiram em Coimbra, na Imprensa da Universidade em 1809, e que contém poesias diversas relativas á restauração do reino do poder dos francezes. Odes á patria, escriptas no Porto logo depois do 24 de Agosto de 1820, andam no *Campeão Portuguez*, de José Liberato Freire de Carvalho, em Londres, no mesmo anno, tambem com o nôme de *Josino Duriense*, crendo Innocencio que se imprimiram avulsas; outras odes, allusivas aos successos de 11 de Novembro de 1820, encontram-se no *Portuguez Constitucional*, de Pato Moniz, sendo reproduzidas na

Revista Litteraria do Porto, na propria biographia de seu auctor.

Esta biographia foi elaborada por Agostinho Albano da Silveira Pinto, tambem portuense, e d'ella extractou Innocencio Francisco da Silva, consoante elle-mesmo lealmente o exara, na maior parte o que escreveu na noticia que foi publicada no *Archivo Pittoresco* de 1859. A *Memoria* de Agostinho Albano é precedida do retrato de Ferreira Borges, que pouca similhança Innocencio diz que tem com outro que em 1822 se publicara na collecção dos de todas as personagens que mais notavelmente prepararam e seguiram a revolução de 24 de Agosto de 1820.

Pelo que toca ás obras caracteristicamente typicas d'este preclaro publicista, é de saber que, com respeito ás *Instituições de medicina forense* (Paris, 1832), Innocencio consigna que este livro, dedicado pelo auctor ao duque de Bragança, foi o primeiro que em similhante materia appareceu em lingua portugueza, e escripto por portuguez. Ferreira Borges déra n'elle provas da sua vasta erudição, mostrando que lêra, e meditara, todos os auctores citados. Attinentemente ao *Diccionario juridico-commercial*, por occasião de annunciar tal publicação, dissera a *Revista Litteraria do Porto*:

Esta obra, que sahiu posthuma, e fôra coordenada por seu illustre auctor conjunctamente com o *Codigo Commercial*, é de summo interesse, não só para o jurisconsulto mas para os commerciantes e, em geral, para todo aquelle que pretenda ter

noções exactas dos diversissimos pontos da jurisprudencia commercial, e ainda mesmo de muitos de economia politica e de syntelologia, correlativa com aquella. Os diversos e numerosissimos artigos de que se compõe são escriptos com a clareza e simplicidade que distinguem as producções litterarias do auctor e que caracterisam o seu estylo; e, ainda que didacticamente redigidos, não encerram menos o preciso para darem ao leitor uma cabal idéa do assumpto, enriquecendo-o com a legislação respectiva.

Já em Londres, em 1831, impressos por Birgham, haviam de Ferreira Borges sahido os *Principios de Syntelologia, comprehendendo em geral a theoria do tributo, e em particular observações sobre a administração e despezas do reino de Portugal*, reestampados, em segunda edição, em 1844.

Quanto ao *Codigo Commercial Portuguez*, Innocencio archiva a opinião, sem embargo, em demasia severa, do aliás illustre jurisconsulto Manuel Antonio Coelho da Rocha:

N'elle se acha regulado tudo o que diz respeito ás pessoas, obrigações, organisação do fôro e fórma do processo commercial, com uma segunda parte sobre commercio maritimo. Seu auctor compilou as mais previdentes disposições dos codigos das nações cultas da Europa, porém accumulando definições e principios geraes que, em obra de tal natureza, muito bem se poderiam dispensar. Nota-se-lhe, em muitos logares, confusão nas materias e irregularidade na redacção, e em outros a inserção de principios deslocados e sem uso.

O continuador de Innocencio, snr. Brito Aranha, remette, a proposito, o consultador da obra para os

artigos referentes e respectivos quer ás verbas *Explicação do Codigo Commercial* e *Reportorio Commercial* quer aos nòmes de Diogo Pereira Forjaz (de Sampaio Pimentel), Gaspar Pereira da Silva e Ricardo Teixeira Duarte. No campo de especiaes meditações, de José Ferreira Borges a *Revista Litteraria* do Porto diz que foi strenuo defensor das doutrinas do celebre economista russo Storch, auctor do *Curso d'Economia Politica*, que elle lia e compulsava muitas vezes.

No «relance sobre o estado actual das sciencias e das artes entre os portuguezes, com a indicação das pessoas que em materias varias maiormente se distinguem», que encerra o segundo volume do *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*, em 1822 publicado por Adriano Balbi, na secção de Jurisprudencia, lêmos que elle Ferreira Borges acabara de publicar um codigo de commercio e que esse joven jurisconsulto a vastos conhecimentos em jurisprudencia juntava um profundo saber na economia politica e na difficil sciencia das finanças. Na secção de Economia politica, repete-se que José Ferreira Borges é um dos portuguezes melhor familiarisados com as mais altas theorias da economia politica, sobretudo na parte relativa ás finanças e ao commercio. Emfim, na secção da Eloquencia, escreve-se:

Os ultimos acontecimentos abriram uma nova carreira aos oradores portuguezes; e a salla d'assembleia das Côrtes ja retumbou com muitos discursos dignos de figurar ao lado dos

que teem honrado as camaras dos deputados d'Inglaterra e de França. Entre os deputados que se fazem notar maiórmente por sua eloquencia, os seguintes são aquelles que, segundo a opinião unanime de todos os nacionaes instruidos, merecem particular menção.

E o nôme de José Ferreira Borges é o sexto que se topa na lista.

O primeiro logar, depois de Fernandes Thomaz, entre os membros do synedrio preparatorio do movimento, em sua *Historia da revolução portugueza de 1820*, dá-o o sr. José de Arriaga a Ferreira Borges, «pela sua erudição, talento e influencia na cidade do Porto, onde era bem visto e estimado»; e cita Innocencio da Silva que, no *Archivo Pittoresco*, dissera: «A amenidade de sua conversação, seus vastos conhecimentos em litteratura, talento poetico, affeição e gosto pela musica, tudo concorria para adquirir-lhe o tracto e convivencia das pessoas mais conspicuas da cidade».

Filho de um armador, José Ferreira Borges era de pequena estatura; fraco de compleição, mas de uma actividade extraordinaria. As suas feições eram miudas, olhos grandes, pretos e de muita vivacidade. Tinha o labio inferior bastante grosso; todos os traços do rosto manifestam um espirito agudo, sagaz e de grande penetração. Este retrato fornece o snr. José de Arriaga, em o tomo primeiro da importante obra a que já n'este rapido esboço me reportei.

*
* *

Para a perpetuação das antigas idéas em Portugal, o proprio processo evolutivo da moderna sociabilidade produziria um grave factor opposicionista na imprensa periodica, como, atéhi, ignoto elemento politico; e, do Porto natural, periodista foí o presbytero secular, cavalleiro da Ordem de Christo, que de sua prosapia se pavonêa, por da familia ser de Duarte Ribeiro de Macedo, consoante em sua folha o registra.

Esta foi o *Velho Liberal do Douro*, jornal de 1826, onde advogava os principios liberaes e do qual lhe proviera ser em 1828 perseguido e obrigado a refugiar-se em Lisboa; mas não tardou a ser alli descoberto. Foi preso e encerrado, em 30 de agosto de 1829, na torre de S. Julião, e depois remettido para o Porto a 11 de julho de 1830, para cá ser julgado, segundo presume Innocencio, o qual declara ignorar qual fôsse a sua situação em 1832, quando aqui entrou o duque de Bragança com o exercito constitucional; addita que o certo era que logo após Ignacio José de Macedo retomara a redacção do *Velho Liberal*, que continuou até á sua morte, occorrida a 17 de fevereiro de 1834, antes que podesse vêr consolidada a causa que tam fervorosamente defendera.

Qual fôsse a situação de Ignacio José de Macedo

em 1832, quando aqui entrou o duque de Bragança com o exercito constitucional, podia apural-a Innocencio da lista dos presos politicos que ingressaram na cadeia do Aljube da cidade do Porto desde 3 de julho de 1828 até 9 de julho de 1832 e de cujos processos tomou conhecimento a Alçada estabelecida n'esta mesma cidade, a qual enumeração começa publicada na lauda 115 da *Collecção de listas que contêm os nômes das pessoas qne ficaram pronunciadas nas devassas e summarios a que mandou proceder o governo usurpador depois da heroica contra-revolução que arrebentou na mui nobre e leal cidade do Porto em 16 de maio de 1828, nas quaes se faz menção do destino que a Alçada, creada pelo mesmo governo para as julgar, deu a cada uma d'ellas*, larga compilação organisada pelo bacharel Pedro da Fonseca Serrão Velloso e impressa em 1833 no Porto, em a typographia da Viuva Alvares Ribeiro & Filho.

Ahi, na lauda 119, o mappa diz que Ignacio José de Macedo, de occupação presbytero e prégador regio, natural do Porto, entrara no Aljube no dia 24 de julho de 1830, vindo preso da torre de S. Julião de Lisboa; tinha sido citado por Carta de Editos de 23 de dezembro de 1828; não constava que fôsse sentenciado; entretanto, estivera na prisão até 9 de julho de 1832, em que fôra solto pela entrada do exercito libertador.

E na relação dos presos d'Estado que estiveram na torre de S. Julião da Barra durante a usurpação,

a qual após a advertencia e prefacio precede o texto do primeiro volume da *Istoria do cativeiro dos presos d'Estado na Torre de S. Julião da Barra de Lisboa durante a desastrosa epoca da usurpação do legitimo governo constitucional deste reino de Portugal*, segundo a peculiar grafia de seu auctor João Baptista da Silva Lopes, «um dos martires da referida Torre», consoante se exara no rosto já de sua obra, encontramos com o numero 232 Ignacio José de Macedo, prégador regio, natural do Porto, preso em Lisboa em agosto de 29, entrado na Torre a 30 do dito mez e anno, removido para o Porto a 11 de julho de 30. Os que entraram na Torre até 22 de Junho de 1828 traziam, na ordem da remessa, recommendação para serem guardados com toda a cautella e segurança. Este nosso Ignacio José de Macedo, que, como fica dito, entrou na Torre a 30 de agosto de 1829, apparece-nos tambem «recommendado para estar com toda a segurança». Aos triumphadores do momento, pelo visto, não lhes parecia seguro.

O Velho Liberal do Douro, do padre Ignacio José de Macedo, inscreve-o Innocencio nos outros periodicos, taes como *O Velho Economico em observação do Velho Liberal*, por João Damasio Roussado Gorjão, que sahiram ao tempo com o fim especial de refutar *O Velho Liberal*, escripto periodico publicado em Lisboa desde agosto de 1826 por Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, uma parte das doutrinas politicas d'aquelle escripto (que

desagradou egualmente aos constitucionaes e aos absolutistas) sendo, de feito, confutada com vigor n'esses outros periodicos.

Esse Vicente José Ferreira Cardoso da Costa que, doutor na Faculdade de Leis pela Universidade de Coimbra, propondo-se entrar na carreira do magisterio, obtendo ser nomeado Oppositor, e como tal regendo extraordinariamente uma cadeira no anno lectivo de 1788 a 1789, tomando para assumpto de suas licções o direito emphyteutico e a jurisprudencia portugueza dos morgados e da successão nos bens da corôa, trocou depois a vida universitaria pela da magistratura e, passado algum tempo, foi provido em um logar de Desembargador da Relação do Porto, e a quem offereceu o portuense João Baptista Gomes a sua versão da tragedia *Fayel* de Arnaud, é uma figura que tem sua importancia na chronica das idéas novas em Portugal. Elle foi comprehendido em 1810 na denominada *Setembrisada*, isto é (explica Innocencio) preso e deportado com outros para a ilha Terceira, por ordem da Regencia do reino, como suspeito de affeição aos francezes, ou tido por *jacobino*, segundo a qualificação vulgar n'aquelle tempo, sendo inuteis as representações que dirigiu ao governo, pedindo ser processado criminalmente ou que se lhe levantasse o desterro, conseguindo apenas a permissão de transferir-se da ilha Terceira para a de S. Miguel, onde possuia alguns bens e onde casou, em 20 de maio de 1815, com D. Helena Victoria Ma-

chado de Faria e Maia, senhora de familia mui distincta e abastada entre as d'aquella ilha. Veio a Lisboa duas vezes, trazido por negocios politicos, a primeira em 1822, e segunda em 1826, fazendo d'esta vez annunciar a sua chegada nos termos que Innocencio diz poderem vêr-se na *Gazeta de Lisboa*, n.º 188, do referido anno, ficando em qualquer d'ellas, porém, mallogradas as suas aspirações, não conseguindo na direcção das coisas publicas a parte que sempre ambicionara. Desgostoso, recolhera-se a S. Miguel e resignou-se, emfim, a viver no seio da sua familia e a cuidar da admnistração e gerencia da sua casa, até que a morte o levou aos 14 de agosto de 1834, quando entrava nos 70 annos de edade.

Sessenta deveria ter rés-vés o padre Ignacio José de Macedo quando, poucos mezes antes do mesmo 34, falleceu tambem.

Filho do desembargador José Ferreira Cardoso da Costa, natural d'esta cidade do Porto, Vicente José Ferreira Cardoso da Costa era do Brazil, natural da cidade da Bahia-de-Todos-Os-Santos; e no Brazil, para onde partiu aos oito de edade, conta Innocencio que Ignacio José de Macedo vivera mais de quarenta; e na Bahia exercera por muito tempo o magisterio, sendo juntamente examinador synodal e censor regio, bem como alli redactor foi de um jornal *A Idade de Ouro*, o primeiro que se publicou n'aquella cidade. Proclamada na Bahia a independencia, voltou para Portugal em

1823, e fôra estabelecer-se na sua patria, que este Porto foi.

Innocencio, na curiosidade de um aguçante parenthesis, aponta que não deixa de ser curioso o que a respeito d'aquelle periodico e do seu auctor dissera, no *Portuguez*, n.º 38, de junho de 1817, João Bernardo da Rocha. Que será? Não deve ser coisa bôa, que este Innocencio, de innocente pouco tinha; e aquelle João Bernardo da Rocha, foi uma linguasinha de prata. Vamos vêr.

Antes, porém, dito fique que, jornalista e prégador, o que era a maneira antiga de ser jornalista, como jornalista é a maneira moderna de ser prégador, Ignacio José de Macedo tambem fôra poeta, versejando em hora solemne, á laia de quasi todos os do seu tempo. Como, v. g., no *Elogio do Commercio* que, recitado no festim pelos negociantes da Bahia offerecido ao governador, conde dos Arcos, em 6 de setembro de 1817, e impresso em separado, na mesma Bahia, na typographia de Manuel Antonio da Silva Serra, vem outrosim no folheto da *Relação das festas* que ao referido titular *deram os subscriptores da Praça do Commercio*, no dito 1817, na mesma officina de Serva, ou Serra, como quer que seja o que de ser haja na dupla variante do diccionario e seu supplemento, e para a pompa das quaes assás contribuiu, de sua parte, Antonio José Osorio de Pina Leitão, nascido nos suburbios de Pinhel, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, que, seguindo a carreira da

magistratura, e passando para o Brazil, era em 1820 desembargador da Relação da Bahia. Por occasião da declaração da independencia, ficou ao serviço do Imperio e considerado como brazileiro. Como pessoa de posição, para o festim de 1817 concorreu com uma *Ode pindarica*. Quando á modestia de um simples *Elogio* se limitara o padre Ignacio José de Macedo, meu collega que na Bahia foi de *A Idade de Ouro*, o primeiro jornal que se publicou n'aquella cidade.

Mas, é verdade, que já ia esquecendo... O que é, afinal, que de curioso disse a respeito d'esse periodico e do seu auctor aquella linguasinha de prata do João Bernardo da Rocha?

Vamos lá vêr.

*
* *

Entretanto, consideremos o largo espaço, no conceito politico, percorrido desde o balbuciamento liberal até á categorica affirmação democratica, proclamada pela constituição do *Centro republicano do Porto*.

D'elle fez parte e um dos fundadores foi Augusto Luso.

Não que no Porto (sem embargo da grande decepção da intervenção extrangeira em 1847) de todo se houvesse jámais extincto o fogo sagrado.

Sopitada sob cinzas conservava a braza a ma-

çonaria, á qual se tem attribuido de mais mas a quem cumpre não cahir no excesso opposto, concedendo-lhe de menos. Como quando, na pessoa d'um de seus maiores, do maioral maximo do liberalismo maçonico portuense, José da Silva Passos, chacoteia a leviandade litteraria de Camillo Castello-Branco, pois que o effeito social se vá produzindo através de tudo, até mesmo do ridiculo, que importa?!

*

Verdade seja, consoante se frisou, que todos os accidentes politicos a alorpada sinceridade de nossos maiores, da grei conservantista, os attribuia á solapada, diabolica influencia do maçonismo.

O qual, na verdade, irrepremivelmente se tem estendido quasi que pelo mundo todo e, pois que, mercê da guerra russo-japoneza, as attenções longo espaço convergissem para a Asia, registrasse-se que mesmo até por essa invia Asia. Já em setembro de 1864 o snr. Léon de Rosny, professor na Eschola Imperial das Linguas Orientaes, em o opusculo que dedicou ao estudo da franco-maçonaria entre os chinezes, o archivava. Sem embargo, rematara referindo que, durante a residencia da primeira embaixada japoneza em Paris, debalde conduzira ao Grande Oriente de França muitos dos mais esclarecidos membros d'essa missão, e respondera, nos termos desejados, a um tropel de questões que lhe

haviam proposto esses intelligentissimos insulares do Extremo Oriente sobre o caracter e a organisação d'uma ordem que lhes era sympathica sob varios pontos de vista. Todavia, após haver discreteado ácerca da franco-maçonaria com grande numero de membros d'essa legação e da que se encontrava, alguns mezes tam só ainda, em Paris á data da publicação do seu especial trabalho, o douto snr. Léon de Rosny concluia que força se lhe figurava convir em que as ramificações da philanthropica sociedade logrado não tinham ainda por então penetrar no Japão, se bem que com ellas se topasse por toda a extensão do continente asiatico.

No mesmo europeu não se dilatou a franco-moçonaria sem experimentar duras perseguições e, naturalmente, o nosso Portugal, terra mimosa do santo-officio da Inquisição, não haveria de querer ficar-se somenos na gloria de castigar aquelles faccinorosos que, tendo feito pacto com Satanaz, pelo escuro da noite se reuniam e congregavam para dar tiros em Christo, que tal era o abominavel e idiota emprego dos pedreiros-livres. Assim, cedo principiamos na sagrada faina de atormentar maçons. Um dos primeiros que affligimos com nosso sanguinario fanatismo e estolida superstição foi precisamente um francez.

De seu penoso martyrio diz o livro chamado d'est'arte: *The sufferings of John Custos for franc-masonry, in the Inquisition at Lisbon*, obra impressa

em Londres por W. Strahan em 1746, com estampas desenhadas por Bostard.

A proposito d'este volume e de seu auctor, discorrendo das barbaridades da Inquisição, o Cavalheiro d'Oliveira, no tom. II do seu ultra-raro *Amusement périodique* (a pag. 200, e nota) escreve no teor elucidativo que segue:

> Entre um grande numero de judeus que estão em Londres e que podem testemunhar da verdade dos factos que allego, aqui vêmos nós outrosim um christão que experimentou todo o rigor da Inquisição de Lisboa e das suas torturas, ainda as mais crueis. E' um fulano *Jean Custo,* francez protestante, e lapidario de sua profissão. Lêmos a sua obra, onde com nenhuma exaggeração hão-de deparar no concernente aos tractos que lhe fôram applicados por ordem dos inquisidores.

De facto, aquellas estampas do memorado livro, offerecido ao conde de Harrington, consigna o fallecido Manuel Bernardes Branco que representam diversas torturas applicadas aos presos da inquisição.

Mas do lamentoso caso existe ainda mais recente registro, que está no in-8.° de provavelmente 1750, *Procédures curieuses de l'Inquisition de Portugal contre les franc-maçons dans la vallée de Josaphat, publiées par L. T. V. I. L. O. D. M.*

E elle foi, se bem me recordo, succintamente exposto no decurso da deduzida historia da franco-maçonaria desde a sua origem até os nossos dias por J. G. Findel, que do allemão para francez tras-

ladou E. Tandel, em a unica edição auctorisada pelo auctor.

Do livro das *Procédures* informa-nos o tambem fallecido Joaquim Martins de Carvalho, em artigo que do *Conimbricense* reproduziu o egualmente morto Simão José da Luz Soriano. Diz-nos que todo esse livro é escripto em francez; mas que no fim de sua dedicatoria — *Aux très vénérables et honorables frères, répandus sur la face de la terre* — tem *em portuguez* a nota dos tres pedreiros-livres condemnados no auto-de-fé de 21 de Junho de 1744, extrahida da respectiva lista.

O artigo do *Conimbricense* sahira em esclarecimento ao *Jornal do Commercio*, de Lisboa, o qual dissera que fôra no anno de 1744 que principiara em Portugal a perseguição contra os pedreiros-livres, sendo no auto-de-fé celebrado na egreja do convento de S. Domingos de Lisboa, a 21 de Junho d'aquelle anno, que appareceram punidos os primeiros membros da mencionada sociedade secreta. Os curiosos informes aproposito encontram-se largamente transcriptos no tom. VI do *Diccionario Universal Portuguez*, obra redigida pelos principaes escriptores nacionaes, segundo os trabalhos mais recentes dos extrangeiros escriptores, sob a direcção do snr. Fernandes Costa e editada pelo snr. Henrique Zeferino de Albuquerque.

Não pertencendo á franco-maçonaria, ignoro se em seus Boletins officiaes se encontra menção d'este antecedente historico; nos primeiros annos de

A Expressão da Verdade (1866-1867) vem uma resenha dos fastos da maçonaria em Portugal; porém não vejo lá noticia d'este episodio, aliás interessante, caracteristico e ensinativo.

A' famosa sociedade secreta as mais negras culpas se teem assacado em nosso idioma portuguez, e em nossas lettras politicas copiosamente se pode forragear, dada a multiplicidade das publicações anti-maçonicas que os curiosos das aberrações supersticiosas do humano espirito podem, a exiguo preço, ir catando dos caixotes de folhetada que pejem lojas de alfarrabistas.

Na transição do absolutismo para o regimen constitucionalista, fòram innumeras as producções do genero, devidas ao interesseiro sobresalto que se mascarava com pretextos piedosos; e as palavras crueis de uma intolerancia sanguinaria entremeam-se com as sandices as mais boçaes, capazes de promover o riso da compaixão escarninha, ainda na mais tristonha das philosophias humanitarias.

Os nossos obscurantistas e reaccionarios recorreram tambem á congenere litteratura alheia, para a trasladarem para nossa linguagem; e, assim, de 1818, na Impressão Regia, com licença, é já a terceira edição da *Atalaia contra os pedreiros-livres*, obra traduzida do hespanhol, accrescentada com um appendice (que immodestamente se dá como importante) de varias noticias que se dizem recon-

ditas da maçonaria, e ainda com os graus da maçonaria das mulheres, augmentada por Joaquim José Pedro Lopes.

Em um prefacio, o traductor esclarece que a obra que offerta ao publico credulo e fanatico tinha tido varias edições na Hespanha desde a primeira em 1752; e d'essa edição se valera elle para a dar em portuguez, aliás com algumas leves mudanças que reputou necessarias. Escreve:

> • Porque decerto nada póde mostrar melhor a solidez do seu merecimento que vêr com tanta antecipação escriptos e manifestados os sinistros fins que se tem proposto sempre a fatal e pestifera seita dos *Pedreiros-livres*, ou *Franc-mações*.

N'este fito, ao publico se proporciona aquelle discurso sobre a origem da franco-maçonaria, instituto, segredo e juramento, no qual se descobre a cifra com que se escrevem os franc-mações e as acções, signaes e palavras com que se conhecem.

De modo que, pela iniciativa benemerita do traductor Lopes, todo o segredo estava acabado, attenta a facil divulgação d'aquelles mysterios desvendados. Salvo se, vendo-se descobertos, os pedreiros-livres adoptassem outra cifra, diversas senhas e differentes signaes de reconhecimento. Mas então o livro de Lopes não prestava já para nada e passava a não valer dois caracoes.

Aqui no Porto houve ao tempo um fero inimigo da pedreiragem; foi o professor de grammatica na

extincta Academia de Marinha e Commercio, José Luiz Coelho Monteiro. Debalde procurou Innocencio haver a seu respeito algumas noticias, encarregando as diligencias ao seu correspondente no Porto, onde por então residia, o tambem já fallecido Manuel Bernardes Branco, o qual a Innocencio escreveu dizendo-lhe que julgava perdidas as esperanças de obter qualquer esclarecimento. Que esse professor era fallecido desde muitos annos (estava-se em 1860) e que, vivendo sem parentes e na obscuridade, apenas havia quem se lembrasse de o conhecer de vista, sem poder, comtudo, informar cousa alguma de suas circumstancias individuaes.

A' lista das obras que deixou este José Luiz Coelho Monteiro accrescenta dois numeros o continuador do *Diccionario bibliographico portuguez*, snr. Brito Aranha, porém de seu auctor diz que ignora as circumstancias pessoaes.

Tambem, os opusculos attinentes á franco-maçonaria, por José Luiz Coelho Monteiro elaborados, são rarissimos; mas seus titulos nos indicam sufficientemente o thema que o mysterioso professor se propoz demonstrar. Em 1828 publicou a sua *Analogia entre maçonismo e judaismo;* mas em 1823, da typ. Maigrense, sahira o seu *Maçonismo desmascarado, ou breve opusculo em que com factos e raciocinios se prova como o maçonismo é o judaismo. Quarta vez impresso, revisto e mui accrescentado.*

Até hoje não me foi possivel vêr estes folhetos; mas nos *Apontamentos para a historia da revolução do Minho em 1846, ou da Maria da Fonte, escriptos pelo Padre Casimiro, finda a guerra, em 1847*, se satisfaz, tanto quanto, nossa inquieta curiosidade.

Ahi se lê:

José Luiz Coelho Monteiro, no seu folheto *O Maçonismo desmascarado*, impresso ha sessenta annos, em 1823, provou que o maçonismo é o mesmo que o judaismo, com vinte-e-seis razões, podendo as principaes d'ellas reduzir-se a treze.

Não transcreverei o resumo das doze razões que precedem a ultima; o leitor mexeriqueiro recorra ao volume em Braga impresso em 1883.

Mas a decima-terceira das razões pelas quaes os pedreiros-livres são judeus disfarçados é, na verdade, assignalavel. Porque é, pois, que os pedreiros-livres são judeus disfarçados?

Porque, finalmente, até praticam entre si a circumcisão, posto que de differente fórma, porque todos elles são marcados em alguma parte occulta do corpo, que escolhem, com o sinete da Ordem, ou sello em braza, operação que corresponde exactamente á circumcisão dos judeus (pag. 449).

Ora para que lhe havia de dar á pedreiragem?! Safa!...

Com immensa, magnifica pilheria nossa lusitana, moteja Camillo Castello-Branco das sandices maldosas d'este Padre Casimiro; porém a menor liber-

dade que me concedia a ampla divulgação de folhas volantes como essas da imprensa periodica não me consentia que usasse da facilidade que é permittido ao recato das laudas cautelosas de volume menos correntiamente accessivel.

Sem embargo, cumpria-me acudir ao lance da circumcisão attribuida pelo padre aos pedreiros-livres com referir que Camillo relata chocarreiramente a iniciação na maçonaria, por José Passos, em sua casa-do-arco na Viella da Neta, conferida a um neophyto, apresentado por Alexandre Thomaz d'Azevedo. « Posso asseverar ao mal informado clerigo (Camillo informa) que este mação não foi circumcidado ».

Seguidamente, o amargo auctor illustre da *Maria da Fonte, a proposito dos « Apontamentos para a historia da revolução do Minho em 1846 », publicados recentemente pelo reverendo Padre Casimiro, celebrado chefe da insurreição popular*, transcreve, elle bem antes de mim, em 1885, aquella mirifica passagem da pagina 449 que eu, então, em 1904, trasladara, por minha vez; e, entrando na sarcastica zombaria, a Camillo parece-lhe que « o snr. padre não fórma ideia perfeita e etymologica do que seja *circumcisão* ». Explica-lhe adrede a composição da palavra. Saltando eu pelo risonho, escabroso trecho, remata elle: « Torno a asseverar-lhe que o neophyto sahiu na mais completa e inviolada inteireza do seu organismo da Viella da Neta — *et ce n'est pas peu dire* ». Os que conheceram ainda o

becco onde residia José Passos entendem o motivo recondito do francez camilliano alli.

Ao padre Casimiro desejava Camillo Castello-Branco convencel-o de que não está em uso nas funções maçonicas o idioma hebraico, nem as descargas em Jesus Christo, nem o juramento de hostidade á religião catholica. E, a fallar verdade, Camillo até tinha esperança de grangear para a maçonaria o padre Casimiro, dando-lhe conhecimento da eloquente allocução de um Grão-Mestre que fôra o mais brilhante orador parlamentar do seu tempo. E logo reproduz o discurso de José Estevão Coelho de Magalhães, quando tomou posse do malhete da confederação maçonica portugueza.

Que, de resto, o padre Casimiro extranho não era a sociedades secretas em Portugal; antes, em mais de uma pagina do seu livro, dissera que fôra *commendador de S. Miguel da Ala.*

Pertencera, pois, a uma sociedade secreta e tam clandestina que, sendo fundada em 1848, só os liberaes tiveram d'ella noticias positivas depois da sua extincção em 1859.

Com effeito, no artigo respectivo do *Diccionario* editado pelo snr. Henrique Zeferino se depara com a corroboração do asserto de Camillo:

Todas estas circumstancias (as attinentes á Sociedade de S. Miguel da Ala), incluindo a fundamental, isto é a da sua existencia, foram sabidas nove annos depois de extincta a sociedade. Era, pois, verdadeiramente *secreta*, porque, não

obstante os seus *collegios, capitulos* e *provincias,* as suas *classes,* e os seus *trabalhos,* foi necessario que d'ella só restassem vestigios para se chegar a saber que existiu!

A loja principal era em Lisboa, e tinha muitas filiaes em larga peripheria do reino. Os estatutos promoviam o desenvolvimento e esplendor do catholicismo e a restauração da legitimidade, por meios suasorios ou, sendo necessario, com braço armado. Havia tres graus fundamentaes na Ordem: noviço, professo e dignitario. O noviciado finha tres classes: aspirante, pagem e escudeiro. Nos professos, 1.° e 2.° grau de cavalleiro; e, nos dignitarios, commendador, e d'ahi para cima Grão-cruz e Grão-mestre, que era o snr. D. Miguel. Todos os membros tinham *nome de guerra.* Nas provincias, havia associados effectivos e supranumerarios.

Egualmente Camillo nos esclarece, ao ponto, do facto de que a Ordem tinha collegios, capitulos e provincias, que se correspondiam, addita, por cifra — tal qual (commenta) como os pedreiros-livres.

Antes da instauração da Ordem da Ala, já desde 1846 que as Juntas absolutistas se carteavam em phraseologia dissimulada, talvez mais difficil de interpretar que a *cifra* adoptada depois em 48, Camillo pondera. Em parte da bagagem de Macdonell, ou de algum dos seus officiaes do estado-maior, apanhada pelo barão do Casal, em dezembro de 1846, na derrota de Braga, rememora que apparecera uma especie de diccionario alphabetico para a versão das cartas procedentes das Juntas legitimistas.

Mandava escrever com syllabas invertidas os nômes das terras d'onde partiam os officios, come-

çando pela ultima e acabando pela primeira syllaba. Exemplo: «Lhe-ve-a» quer dizer *Avelhe;* «To-por» *Porto. Ninguem seria capaz de pescar que «To-por» era «Porto»*, annota Camillo.

O tal *Diccionario* tinha, de facto, «palavras de uma finura engenhosissima que ninguem seria capaz de adivinhar. Por exemplo: os «inimigos» (liberaes) são *bestas;* «Inimigos em movimento» *bestas desinquietas*».

Revertendo á Ordem de S. Miguel da Ala, não deve passar na ignorancia, ou sumir-se no descuido não deve que Camillo nos conte, como, no pittoresco fulgor de seu vivo estylo, nos conta, a ceremonia da iniciação d'um primo do morgado Pinto Magalhães, por este apresentado, no escriptorio da *Nação*, á primacial aristocracia do partido. Os fidalgos tinham concorrido ao palacio do Largo do Intendente no dia em que aquelle neophyto, por seu padrinho esoterico conduzido, haveria de ser ajuramentado. Estavam João de Lemos, Silva Bruschy, o marquez de Abrantes, o conde de Pombeiro, o de Bobadella, o de Redondo, Maggessi Tavares, D. Sancho e D. Christovão Manuel de Vilhena, Ayres Pinto, Loureiro, Lucas Castello, Francisco Palha; e lastima fôra que esta descarnada enumeração substituisse, pela exiguidade de espaço, que se acabava e já bruxuleava, a lauda florida, garridissima e saudosa, de Camillo.

Mas o recipendiario nunca se julgaria «bem purgado do crime em que claudicou respondendo

affirmativamente ao juramento inintelligivel, provavelmente hebraico, de José Passos». Era o mesmo.

Ritualmente zombando e liturgicamente arremedando, no Porto do maçonismo se caçoou, em uma mystificação soez, poisque pezadas sejam as portucalenses brincalhotices.

Nos *Commentarios á procissão dos mortos* («Obulo ás creanças», organisado por Joaquim Ferreira Moutinho) Camillo Castello-Branco, do padre Joaquim de Santa Clara escreve:

> Foi meu professor de chimica na Polytechnica do Porto. Escreveu no *Panorama* e fez um folheto de sensação, *O cordão sanitario contra a peste jesuitica.* Calumniava ao mesmo tempo Berzelius e o instituto de Santo Ignacio de Loyola. No fim da vida, recreava-se puerilmente em presidir as sessões dos *Calenderes,* uns idiotas de gravata e com primeiras lettras, proprietarios abastados da Maia, que iam mensalmente ao Porto exhibir-se em coices n'um vasto salão para haverem por esse processo exquisito um diamante enorme promettido por um genio, chamado *Dom Alvarado.* O padre Santa Clara fazia o discurso da abertura e rejuvenescia n'aquella deshumana asneira os seus setenta e tantos annos.

Essas orações sem nexo são muito prezadas nas esturdias da rapaziada galhofeira do Brazil; é o que lá se chama *discurso bestialogico,* e consiste em ligar por grammatical syntaxe phrases empoladas, chocarrices triviaes, palavrões altisonantes e esdruxulos a expressões do vocabulario technico e scientifico. Em 1865 publicou-se no Porto um ro-

mancinho n'esse estylo, intitulado *O disparate dos disparates*.

Calender é uma palavra arabe que significa *ouro puro* e que Jussuf, fundador da ordem dos calenderes, se attribuiu como adequado sobrenôme. Jussuf, o dito *Calender*, era um derviche que sua altivez tanto quanto a austeridade excessiva de seus costumes fizeram expulsar da ordem dos bektachis, e que teve então a idéa de fundar uma nova ordem cuja severidade devia fazer esquecer tudo quanto a lei musulmana havia inspirado te'lli de mais santo. Mas a nova instituição não tardou em degenerar, por larga, estranha e espantosa maneira.

Antes mesmo da morte do fundador, o zelo primitivo perdera amplamente de seu enthusiasmo, e pouco depois os calenderes cahiram em plena desvergonha. Após se haverem entregue á pratica da devassidão primeiro, e depois ao roubo e ao assassinato, chegaram ao extremo de erigir esses bellos exercicios em maximas doutrinaes. Logicos no vicio e no crime, empenharam-se em provar que o crime e o vicio são tam indifferentes para a salvação como a virtude e a santidade. Para elles, a macula do mal é uma mancha puramente material, de que o peccador póde purificar-se por meio de algumas abluções. Não é mesmo necessario, ao que parece, o emprego n'esse santo baptismo de uma grande quantidade de agua. E não se conhece nada de mais infecto no mundo do que o corpo dos calen-

ders, a não ser talvez (minora, aggravando, o extrangeiro diccionarista abundoso), a não ser talvez os trapos que os cobrem quando andam cobertos, e as espeluncas que de eremitèrios lhes servem.

No mesmo teor, já em segunda edição em 1808, nosso bacharel João José Pereira *(Historia da vida, conquistas, e religião de Mafoma, e do governo civil, e militar do imperio ottomano; etc.)* dos calenderes rezava por taes assim analogos termos:

Estes religiosos da Turquia pretendem ganhar o Céo por caminho totalmente opposto ao dos outros: entregando-se de todo á relaxação, e á licenciosidade; gostam muito da alegria, e do prazer sensual, expulsam de si fóra quanto podem a melancholia e a tristeza, e vivem sem anciedade e com desafogo; empregam todo o tempo em comer e beber, e para fartarem sua intemperança e golotoneria vendem tudo o que tem, e ainda o mais precioso. Quando estão em casa de pessoas ricas, moldam-se por ellas, vivem a seu modo e gosto, esquadrinham maneiras de agradar a todos os familiares por meio de facecias, contos e jovialidades, só para que se lhes dê bem de comer. Todos elles teem para si, e dizem, que a taberna é tam santa como a mesquita e que servem tam bem a Deus n'aquelle genero de vida brutal como os outros no jejum e na mortificação.

Mas os pobres calenderes da Maia, ao contrario, se ambiciosas, eram pessoas pacatas, e tam credulas e submissas que se prestavam a espinotear no meio de um salão, repleto de desconhecidos, a ornear, a gemer, a grunhir, espolinhando-se com frenesi no soalho, — pois provações taes necessarias se tornavam para virem em posse do encantado diamante.

Eram gente de consideração publica, o maioral d'elles regedor na sua freguezia. Diziam-lhes que os assistentes pertenciam a outras «vendas» superiores, e que aquelles mesmos exercicios praticavam perante os graus supremos da mysteriosa hierarchia; ensinavam-lhes que o signal de reconhecimento entre os iniciados na peregrina seita era o *pied-de-nez*, cabalisticamente executado; e foi, á data, com frequencia que se viu, no escriptorio commercial o negociante, no seu gabinete o jurista, abordado por um desconhecido que, relembrando-se-lhe da figura, em sessão uma vez lobrigada, buscava captar a sympathia da fraternidade mystica espalmando a mão, com o pollegar na ponta do nariz, ou abanando, com solercia, em furia, as orelhas.

O cornaca d'estes miseros era um veterano de appellido Guedes, que escreveu ou a quem escreveram uma *Historia dos Calenderes da Maia*, volume seguido de um folheto *O Brilhante dos Calenderes*. Mas estas especulações sahiram já serodias, e a piedade contra tam duros abusos da estupidez alheia acabara por insurgir-se. Eu ainda conheci de vista este mystificador ignaro; era um homem esgrouviado e macilento, soturno.

Eis um aspecto, em certo tom, curioso da vida social do passado Porto, e não podia elle escapar á omnimoda perspicacia representativa de Camillo Castello-Branco. Este nos revela que Santa Clara presidia a essas burlas. Se não era caridosa, ao menos não se enxovalhava de interesseira tal troça.

Porque os calenderes minhotos differençavam-se dos turquescos em que quem pagava eram elles.

Dispersos os desinteressados e surprezos desfructadores (que regressavam attonitos, a contar ás familias boquiabertas as quasi voluntarias cambalhotas de que haviam sido testemunhas), partiam os da Maia a encher a avida pança ao seu cornaca, já no *Rainha* já em outras saborosissimas «cascatas» coevas.

*
* *

Era-se alegre ainda; divertiam-se as varias classes, com sinceridade e effusivamente. No Carnaval então! Mui famosas as «cavalhadas» que organisavam os irmãos Lusos; no livro do snr. Alberto Pimentel *(O Porto ha trinta annos)* encontrará o leitor, a proposito, informes interessantes.

Relacionei-me ainda com um d'estes irmãos.

Original figura a d'esse bom, honrado e talentoso Augusto Luso, professor e poeta!

Pertence a uma roda de escriptores portuenses que aos leitores lisbonenses apresentou erudito homem do norte. Entre esses tantos, Joaquim Pinto Ribeiro, por exemplo.

Onde isto vae! Se relermos, vêmos que a esse portuense poeta, Joaquim Pinto Ribeiro, em Lisboa o critico nordico *Abd-Allah* (Augusto Soromenho) o qualificava de *filintista*. Ao poeta portuense Au-

gusto Luso, o mesmo critico, no mesmo ensejo em Lisboa, o taxou de «poeta *arcadico-elmanista*». «As suas *Rimas* teem, porém (addita), n'esse genero bastante merecimento, especialmente na poesia bucolica».

Innocencio, registrando que de Augusto Luso da Silva ha muitos artigos, em prosa e verso, nos jornaes litterarios e politicos tanto do Porto como de Lisboa, e inscrevendo que era professor de historia e geographia no lyceu nacional do Porto, lança ambiguamente que nascera na mesma cidade, ou em suas immediações, a 22 de fevereiro de 1827; no supplemento limita-se a aperfeiçoar a noticia, incompleta e vaga, que dera das *Rimas*.

Filho do professor portuense de latim, Fernandes, cavalheiro illustrado e respeitavel, Augusto Luso da Silva foi irmão de outros distinctos professores de materias secundarias em diversos institutos de ensino, como no lyceu de Vizeu um d'elles, d'entre os quaes poeta e litterato se assignalou tambem outro, Henrique Augusto, que só assim assignava nas folhas litterarias seu nôme, a que ellidia o appellido. D'este Henrique Augusto são as graciosas, vivazes, lindas, lindas quadritas *A filha da moleira*, que o dr. Theophilo Braga recolheu no seu *Parnaso Portuguez Moderno*, selecta precedida de um estudo da lusitana moderna poesia.

Na *Anthologia portugueza*, onde reunira tudo quanto conhecia de mais bello e caracteristico da

nossa poesia desde o seculo XII até ao presente (1877), apenas pudera esboçar os alvores do romantismo com um pequeno excerpto de Garrett; no *Parnaso Moderno* desenvolveria este periodo com uma escolha do que tem produzido de melhor «a geração de rapazes que, em grande parte, constitue hoje a litteratura portugueza contemporanea».

«Muitos fôram os chamados mas poucos os escolhidos».

Escolhido, d'entre os chamados, foi outrosim o nosso portuense Augusto Luso, que contribue com uma poesia, composta em 1862, para a *Grinalda*, a famosa gazeta de versos, fundada e dirigida no Porto pelo versejante Nogueira Lima.

Essa poesia de Augusto Luso marca uma das variações das preferencias mentaes do professor poeta; intitula-se *A troca da minha lyra*.

Por que é que elle troca a lyra?

Pela casca d'um caracol.

E' que, declara-o, não mais o inspira o amor; os espectaculos e mysterios da vida absorvem-o, reconhecendo

. . . que a belleza
Excede muito, de certo,
Nos reinos da natureza
Aquella que um vate gosa
E á qual . . . já culto déra!

N'esta corrente sentimental e ideativa, comporia mais tarde copiosas fabulas, onde ha, a espaços, engenho, gosto e invenção. Porém, de todo o tempo

o dominaram as impressões da natureza. *Impressões da natureza*, é o titulo do seu livro, no Porto estampado em 1875. Assim, pela cançoneta reproduzida pelo snr. João Diniz no *Thesouro do trovador*, sabemos que, pretendendo Amor, um dia, retratar, de phantasia, Marilia bella, como quer que o não logre, não atinando, desesperado, larga os pinceis, scismando fica.

Mas, de repente,
Chega-se á téla,
Como se visse
Marilia bella.

E, satisfeito,
A mais formosa
De quantas póde,
Pinta uma rosa.

Não descazando com estas futilidades, agradaveis, idéas sérias se acoutavam no espirito d'este homem, aliás um tanto excentrico, d'uma bondade extensiva, pois que vegetariano a quando em Portugal o epitheto não penetrara e o caso no Porto era talvez unico.

Elle cumpria mais do que estrictamente os deveres do seu cargo official, pois elaborou um *Compendio de geographia*, para uso dos lyceus, comprehendendo idéas cosmographicas e geographia mathematica, applicações á chronologia etc., em 1881; e dez annos depois, em 1891, redigira uns *Elementos de geographia e chorographia de Portugal*, para uso das escholas de ambos os sexos.

Por occasião do tricentenario de Camões, publicou Augusto Luso da Silva a *Leitura d'um trecho dos «Lusiadas»*, «descripção da esphera celeste feita por Thetis a Vasco da Gama, canto decimo».

Este opusculo é offerecido ao hoje tambem fallecido Pedro de Amorim Vianna, lente da Academia Polytechnica do Porto.

Augusto Luso refere o caso na dedicatoria do seu escripto:

Uma simples, mas interessante conversa sobre o poema de Luiz de Camões, alargando-se um pouco, veiu suscitar duvidas, no decimo canto dos *Lusiadas*, ácerca da descripção da esphera celeste, feita por Thetis a Vasco da Gama.

Aproveitando a occasião do tricentenario do grande poeta, que o torna mais fallado e, porventura, mais lido, direi sinceramente como entendo essas oitavas e como comprehendo o sentido de Camões.

Relanceando o conjuncto, Augusto Luso remata:

Sinto não haver uma edição portugueza que, a par das largas margens e magnificas gravuras, aceios materiaes, similhantes aos galões d'uma nobre farda, que podem tornar vistoso o corpo mas nada dizem do espirito, não seja enriquecida tambem de notas instructivas e explicativas, em relação com os conhecimentos actuaes, que venham adornar o espirito do grande poeta, mostrando o seu saber, o seu genio e as bellezas poeticas que, com tanta profusão, soube espalhar.

Fui, como disse, discipulo d'este pedagogo.

Homem de pachorra excitavel e sempre celebrão, Augusto Luso chamava os alumnos no fim da aula,

a vêrem com assombro e terror as faltas que haviam dado já e lhes ameaçavam o anno e, apontando-as com o dedo, com o dedo as ia safando, delindo o lapis na caderneta e sorrindo-se bonhomico.

D'esta benevolente evasiva de Augusto Luso me recordei, quando em 1902 os correspondentes telegraphicos de Lisboa para as folhas do Porto informaram, no domingo 28 de Agosto, que ia ser modificado o regulamento de faltas na Universidade de Coimbra.

Accrescentavam que no anno lectivo findo haviam sido apresentados 2:027 attestados justificando faltas, só na faculdade de direito.

E rematavam dizendo que, pelo novo regulamento, se acabava com as faltas justificadas com attestados de doença, subsistindo apenas os casos excepcionaes.

Não presumo a maneira como o novo regulamento pretendia obviar á fraude dos attestados de favor. E' pratica velha nos nossos costumes academicos esta da certidão falsa; e no corredor das aulas de longa data se conta aquella anedocta sediça do caloiro esperto que por uma certidão falsa pagou com um pinto tambem falso.

Mas, se a isenção por doença se admittia para os casos excepcionaes, por que seria que se não havia de admittir para os casos normaes?

O que serão, de resto, os casos excepcionaes? Serão aquelles de enfermidade mortal? Porém, n'essa hypothese, a certidão dispensa-se, desde

que o alumno está no cemiterio. Só se fôsse a certidão de obito; mas esta para quê?

Se por casos excepcionaes se entendem os de doença prolongada, qual será a razão por que um incommodo curto mas inhibitivo não deve auctorisar o estudante indisposto a faltar n'esse dia á aula?

Depois, não seria injusto envolver sem excepção os clinicos de Coimbra no labeu d'uma suspeição geral que refuga, *in limine*, as certidões como sendo todas fabricadas atraz da porta, ou por obsequio delicado ou por amavel esportula?

Pretendia-se e pretende-se ainda resolver um problema absurdo; por isso as soluções propostas chegam a ser ridiculas.

O mal vem da perpetuação injustificavel da pratica obsoleta da frequencia obrigatoria. Corte-se o mal pela raiz; que, retirada a causa, tolhido resulta o effeito.

Em toda a parte do mundo civilisado se terminou por este expediente, que é o unico recurso contra o sophisma do diploma a fingir e que representa, simultaneamente, a garantia da dignidade dos cursos.

Na França começaram por adoptar um meio-termo, que não conduziu senão a abusos e a males maiores do que aquelle que por esse meio-termo se propuzeram remediar. Foi a lembrança desastrada da multa pecuniaria, imposta por cada falta ao alumno remisso. De resto, então, uma riscadella

importava, com a perda da matricula, a ruina da carreira. Menos era irem-se sessenta francos pela agua abaixo do que renunciar de vez á carta.

Lêram, por certo, da versão portuense de Sousa e Silva, aquella pagina, nos *Miseraveis*, do encontro de Laigle de Meaux com Mario Pontmercy, quando Bossuet faz a oração funebre do lente Blondeau, o qual tinha um nariz de verruma que gostava immenso de farejar os ausentes.

Eu supponho-o morto, que a sua magreza, a sua pallidez, a sua frieza e cheiro, aquella sua postura hirta já não eram muito de homem vivo. *Erudimini qui judicatis terram.* Aqui jaz Blondeau, Blondeau Nariz, Blondeau Nasica, o boi da disciplina, *bos disciplinæ*, o molosso da pauta, o anjo da chamada, que foi recto, justiceiro, pontual, rigido, honesto e medonho. Riscou-o Deus, como elle me riscou a mim!

Fôra caso que, chamado por Blondeau o estudante Mario Pontmercy, este, pela forte rasão de não estar presente, não respondera. A Mario, que aliás não conhecia e com quem se encontra, ao depois, por acaso, refere o successo, com suas consequencias, o mesmo incorrigivel cabula generoso que se ufanava da derivada, metaphorica alcunha, que lhe puzeram, de Bossuet. E' uma scena que tem frescura e vivacidade:

Principiou (Blondeau) disfarçadamente pela letra *P*, do que eu não fiz caso, porque não estava comprehendido n'esta letra. A chamada não ia mal. Estava tudo presente, por consequencia riscado nem um só, o que enchia de tristeza aquella candida alma de Blondeau. Eu dizia com os meus botões:

«Blondeau, meu amor, hoje não fazes a mais pequena execução.» De repente chamou Blondeau: — *Mario Pontmercy!* — Não responde ninguem. Blondeau, cheio de esperança, repete com mais força: — *Mario Pontmercy!* — E pega na penna. Eu, que tenho bom coração, ao vêr aquillo, disse commigo: «Ahi vai ser riscado um bello moço. Attenção. E' algum *pandego de lei,* com quem estes senhores embirram, porque não está para os aturar. Não é nenhum estudante que estuda, nenhum pé-de-banco, nenhum pedante, massudo em lettras, em theologia e sapiencia, nenhum d'esses parvos que querem passar por *Petrus in cunctis.* E' algum respeitavel preguiçoso, que anda á tuna, que embirra com o direito, que cultiva a costureira, que faz a côrte ás damas, que a esta hora se acha talvez em casa da minha amante. Salvemol-o! Morra Blondeau!» N'este momento molhava Blondeau a penna na tinta com que faz os seus admiraveis sarrabiscos, passeava os ferozes olhos pelo auditorio e repetia pela terceira vez: — *Mario Pontmercy!* — *Presente!* respondi eu então e o senhor não foi riscado. — Oh! senhor... —, disse Mario. — Mas fui-o eu! — accrescentou Laigle de Meaux. — Não percebo —, replicou Mario. — Pois é bom de perceber. Eu tinha-me posto ao pé da cadeira para responder e ao pé da porta para me pirar. O lente tinha os olhos cravados em mim. De subito, Blondeau, que deve ter o maligno nariz de que falla Boileau, salta á letra L, que é a minha letra. Eu sou de Meaux, e chamo-me Lesgle. — L'Aigle! —, interrompeu Mario. Que lindo nôme! — O caso é que Blondeau chega a este lindo nôme e grita: — *Laigle!* — *Presente!,* respondo eu. Blondeau então fita-me um olhar de meiguice como o do tigre e diz-me sorrindo: — Se o snr. é de Pontmercy, não é Laigle. — Phrase que ao senhor não lhe póde toar muito bem, mas que só para mim era lugubre. Dito isto, riscou-me.

Esta alegre narrativa figura-se á volta do anno de 1830, em Paris.

Ao depois, em França, deixou de exigir-se a

frequencia de banco. Não se marcam faltas. Vai á aula quem quer; quem não quer ou não póde não vai. No fim do anno, no acto, é que se apuram contas.

Por que será que se não resolvem a fazer aqui o mesmo e a acabar com essa velharia de marcar faltas?

De par e passo, por que não findará tambem essa outra velharia de chamar á licção, como se os cursos superiores fôssem frequentados por creanças?

O professor que leccione e discurse; o alumno que ouça, retenha e aprenda. No acto, dará provas de haver ou não aproveitado. Será, em consequencia, approvado ou reprovado.

Mas em Portugal mantem-se uma rotina secular, com afagos e carinhos que se não possuem para inaugurar iniciativas civilisadoras.

Assim, pensavam então em redigir um novo regulamento academico para apurar faltas.

Quando o progresso estaria em deixar de contar faltas.

Isto é que resultaria util. Não ha emendas possiveis aqui. Aqui o mal deve cortar-se pela raiz.

Acabasse-se com o archaismo da marcagem das faltas. Aproveitasse-se o ensejo.

Não se aproveitou. Tambem o mal, grande não seria.

Mas, voltando a Augusto Luso, elle já me tinha examinado no meu acto de admissão aos lyceus, vulgo instrucção primaria. Na vespera, meu pae

levara-me a casa d'elle (era na nossa commum rua do Bomjardim), a cumprir a formalidade do pedido de protecção. Ainda não vigorava com a audacia hodierna o desafôro ulterior da carta de empenhoca.

Oh! O *empenho*! Detestavel coisa! Todo o mal que d'elle diga acho-o pouco. E, todavia, a consciencia me accusa de ingratidão. Porque já me valeu, de si, em thema. Transe afflictivo é, por certo, para o escriptor forçado que rema n'essa lantejoulada galera do jornalismo a falta de noticias, que importa carencia de assumpto, pois que o criterio da actualidade deva prevalecer n'esse genero de litteratura politica, chamado, por vezes bem pouco chorumentamente, o «artigo-de-fundo».

Em Portugal, por via de regra, o assumpto era escasso, mas então, na morta estação social, o terreno mostra-se safaro de todo.

Por mim, sobre meus achaques, este motivo de penuria promovera minha ausencia da folha toda uma semana; e lêra, bruscamente, como correspondencia da capital, nas columnas d'um collega portuense, uma derivação esquivante d'abandono. Na calmaria politica, um phenomeno social portuguez ao correspondente lhe restituia a possibilidade de escrever de occasião. Esse phenomeno social portuguez era o *empenho*; e a carta de Lisboa a que me reporto estava redigida n'um estylo claro e facil, mas insinuante e elegante.

Pedindo venia ao distincto confrade, permitisse-me elle que lhe tomasse o thema que deixara

e que ás considerações que produzira eu additasse algumas palavras pallidas. Mas do mesmo mal me lamentava e, pela falta de assumpto, folguei e jubilei com deparar assim maneira e modo em que conseguisse, por minha vez, ennegrecer tambem aquellas implacaveis tiras brancas, que, á laia da esphinge, ouvi que me bradavam ou que as enchesse eu ou me despediriam ellas, por indecente e má figura, com labeu de esterilidade e publico pregão de incompetencia.

Em epocha de exames e concursos, como essa então tinha decorrido e ia decorrendo, ferve o *empenho*, que é fructa de todo o anno, de resto, e que constitue feição mui especialmente caracteristica da nossa sociedade lusitana. O *empenho* ha-o em toda a parte do mundo, como o vinho, pouco mais ou menos; mas, como o vinho, o bom, o legitimo, o fino, o authentico, o superior, o impiedoso e furioso *empenho* é coisa nossa portugueza.

Não se acoime de tineta pessimista este modo-de-vêr, e não se deite á conta do preconceito antipatriotico o que não passa, mórmente, d'uma comesinha observação.

Senão, repare-se em que não existe, entre as sociedades que, por sua cultura e feitio moral, nos são, proximamente, affins, vocabulo, em suas linguagens, que reproduza, flagrantemente, este nosso querido mimo: o *empenho*. Como haveriamos de dizer, por exemplo, *empenho* em francez? Diriamos *recommandation?* Mas *recommandation* é frouxo; e

o caracter restricto e preciso do *empenho* consiste na pertinacia, na obstinação, na perseverança. Até mesmo o tom especifico do *empenho* é o ser elle um desejo ardente, que persiste no fito da satisfação. A recommendação é *pro forma;* o empenho é essencial. A idéa do empenho envolve energia e vigor. O *empenho*, no fim, é uma coacção subjectiva, uma imposição delicada mas nem por isso menos absoluta. Assim, esquecer uma recommendação nada significa; emquanto que desattender um empenho é uma offensa.

A tendencia natural do temperamento portuguez vai para a tyrannia; amoroso, o portuguez é ciumento e em sua existencia sentimental educa-se sempre no sentido de tomar tudo a peito e não se contentar com discretas apparencias.

Por isso, empenhando-se, é a valer; por isso, os descuidados, ironicos francezes não possuem, no seu idioma, palavra por esse teôr determinativa para definir categoricamente a situação do *empenho*. Veem-se forçados a usar de periphrases, a servir-se de rodeos. Emquanto nós vamos logo directamente e apressadamente ao alvo, elles tudo são galanteios falsos e circumloquios de evasiva. Dizem: *recourrir aux bons offices de quelqu'un, demander à une personne son appui et sa protection;* quando nós é logo logo: *empenhar, empenhar-se*. Na mesma nossa locução adverbial, *com empenho*, resulta immediata a differença. Chega a pontos de excessiva. Os hespanhoes gemem: *¡Que empeño!* — Que massada!

Safa!

Se, para francezes, assim diverge da nossa a situação verbal, moral e social, outrosim para inglezes passou e passa. E esta revertencia ao preterito ensina-nos o quanto o *empenho* é antigo e medrado em Portugal, consolando-nos com o exemplo de nossos maiores, cujas licções (pelo menos essas) não cahiram no sacco rôto do esquecimento de seus ingratos descendentes. Não.

Ha, de Londres, impressos por F. Vernor, Birchilane Cornhili, dois grossos volumes, intitulados *Sketches of society and manners in Portugal in a series of letters from Arthur William Costigan to his brother in London.* A primeira carta d'este (real ou suppositicio) ex-capitão da brigada irlandeza ao serviço da Hespanha a seu irmão Charles Arthur Costigan está datada de Cadiz do anno de 1778. A obra toda é interessantissima; ella offerece uma leitura, se bem que mui longe de agradavel ao amôr proprio nacional, altamente instructiva e em eximio grau captivadora da attenção.

No seu primeiro volume, o arisco Costigan traz uma biographia (que Bernardes Branco qualifica de não muito crivel) de Valeré. Ora, a filha d'este general francez mandou publicar tambem o elogio-historico de seu pae. Succede que em certa altura d'esta vida de Valeré se encontra a passagem seguinte:

Na «Bibliotheca Britannica», . . . vêm insertos os extractos de algumas das cartas sobre a sociedade e os costumes em

Portugal por Arthur William Costigan e impressas em Londres depois de passados dez annos. Os francezes, que teem feito da litteratura um ramo de commercio, e que por isso se não teem descuidado de traduzir tudo quanto tem apparecido de mau e bom sobre Portugal e Hespanha, não as traduziram até agora (1808), o que prova a pouca estimação que ellas merecem.

Mas, em 1810, em Paris apparecia, vertido para francez, o primeiro volume do livro de Costigan, com este titulo: *Lettres sur le gouvernement, les moeurs et les usages en Portugal.* E, pelo que concerne a seus meritos, frise-se que Marianne Baillie nos diz, em sua descripção de Lisboa *(Lisbon in the years 1821, 1822 and 1823)*, que a obra de Costigan fôra tam mal recebida em Portugal que se arriscava a ser punido pela Inquisição quem a tivesse em sua casa.

Seria por que ella fôsse um escrinio de verdades desagradaveis?

N'este teor o rememora Bernardes Branco:

Alli narram-se factos tam aviltantes praticados por portuguezes que, realmente, se nossos avós no fim do seculo passado (XVIII) eram taes como nol-os descreve Costigan, tinha Byron rasão quando disse:

> Poor, paltry slaves! yet born! midst nobleste scene
> Why, Nature, waste thy wonders on such men!

Versos injuriosos contra os portuguezes, cuja eloquente crueldade trasladou para nosso vernaculo o snr. Alberto Telles, no seu curioso tomo ácerca de *Lord Byron em Portugal.* Desejara trans-

crever então esse traslado; mas, havendo consumido irritante trecho na busca mal succedida atravez do cahos de meus cartapacios, desisti. Afinal não fazia ao caso. O que fazia e faz ao caso é que em um dos esboços inglezes, em uma das missivas francezas, Arthur William Costigan declara que vae elucidar o publico do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, dando-lhe uma inverosimil e impresumivel novidade.

Entre as coisas extravagantes e inconcebiveis que ha em Portugal, uma ha espantosa e unica. E' aquillo a que se chama, na linguagem barbara d'este paiz selvatico, o *empenho*. Arthur William Costigan quiz ser impressivo e fulminante. D'est'arte não hesitou em manchar a limpidez do seu melindroso idioma anglico pondo-lhe em meio a lusitana mascarra do palavrão portuguez. O vocabulo *empenho* alli está, para illustração e assombro dos sobrios e sizudos *esquires*, como elle, que o leiam.

Consequentemente, Arthur William Costigan reputa-se obrigado a explicar o que venha a ser isso de *empenho* e gasta a sua prosa a cumprir similhante sua obrigação, com consciencia.

Quando, emfim, a nodoa não é peculiar nossa; e, se aqui avulta, é porque curto seja o panno.

O que prohibe lá fóra a empenhoca (defeito porco mas fatal da humana desgraça) não é a virtude do francez, do inglez, etc., que são frescos, não tem duvida nenhuma. E' a densidade da população na

Inglaterra, na França, etc. Vá agora lá saber, n'aquella barafunda, *quem é bom* para o snr. Fulano ou para o snr. Cicrano. Mas aqui, n'esta pequenez, toda a gente sabe *quem é bom* para o snr. Fulano, para o snr. Cicrano. Esta, a nossa miseria. Ai de nós! Sòmos todos primos...

Porém, logo que lá-fóra o ambito acanha e o meio se reduz, immediatamente brota o nosso amigo, genuino *empenho*, viçoso e florido como n'estas terras generosas do bom vinho e do excellente azeite. Assim é que o meu talentoso confrade referido, concluindo a sua carta, alludiu á sanha do empenho que se verificou que em França lavrava á data no exercito e respectivas repartições ministeriaes.

De modo que acabei por observar que o meu escripto se encontra em contradição comsigo proprio. O seu começo não ligava com o seu remate. Suppuzera eu coisa nossa exclusiva e propria o *empenho;* e vae que não é, pelo menos de todo em todo.

Eis como, com effeito, consoante o dissera, encetando, o artigo-de-fundo raramente é chorumento; eis como, com effeito, o artigo-de-fundo raramente é artigo com fundo.

De todo esse debate e d'essa investigação toda colhera, ao menos, verdade tal. Quando mal, nunca maleitas.

Para longe, pois, a decepção amara. Para longe, pois, a deprimente tristeza.

Reconstituisse-me. Recompozesse-me. Rejubilasse.

Como, em pequeno, jubilo grande, no temor, me offertou o gabinete d'estudo de Augusto Luso.

Ficaram-me os olhos na bicharia que tinha embalsamada pela salla o exquisitão excellente de quem se dizia, em reticencias de pasmo e duvida, que andava a arranjar um *museu*. Bastantes annos depois havia de vir a ser seu collega na redacção d'outro, *Museu Illustrado*, revista litteraria fundada por David de Castro. No fim do primeiro anno da publicação, deu-se em brinde aos assignantes um medalhão contendo os retratos dos collaboradores do volume. Lá está o de Augusto Luso.

Para o mausoleu da familia d'outro professor seu collega no Lyceu, João Baptista da Silva Pereira Leal, escreveu Augusto Luso uma curta composição que se encontra esculpida no referido jazigo em o cemiterio do Prado do Repouso:

> Pára, lê, pensa e medita.
> Com vida, como tu, na terra andamos.
> Como nós, serás pó. Teus olhos fita
> N'este recinto onde te esperamos.

Bello, este começo: grande, alto, solemne. Melhorado o primeiro verso, ao qual o prejudica uma repetição de conceito, parece-me que ficaria uma inscripção modelar, perfeita, insubstituivel, para a entrada de todo o cemiterio. Na sua concisão, diz tudo. Ella provoca o meditar. Constitue uma advertencia, permanece um aviso. E' irrespondivel, visto não consentir evasivas. O que desfeia este achado (que ficaria um primôr, corrigido esse defeito) está

na repetição da idéa representada pelos dois verbos *pensa* e *medita*. O resto é mais do que excellente, é inultrapassavel.

O *Museu Illustrado* não conseguiú levar a cabo seu segundo anno de existencia. Iniciara n'esse segundo tomo uma galeria de escriptores portuenses fallecidos, retratos grandes, de gravura em madeira. Tenho idéa de que as biographias que David de Castro chegou a insèrir fôram as de *Julio Diniz*, José Gomes Monteiro, Arnaldo Gama, Ernesto Pinto de Almeida, José Dias de Oliveira, Faustino Xavier de Novaes e Henrique Augusto, irmão, então fallecido já, de Augusto Luso da Silva, hoje fallecido tambem.

Registre-se aqui, ademais d'estas laudas á memoria de Augusto Luso, as que escrevi como preambulo ao volume de *Ultimos versos* seus, recentemente no Porto publicado.

*

* *

E, pois que de Joaquim Pinto Ribeiro nas linhas anteriores fallasse, como fallei, olhemos agora por um instante para essa personalidade esvahida, e que teve fugidio momento de consistencia na notoriedade, Joaquim Pinto Ribeiro dito.

Este nòme, não obstante ser de um quasi contemporaneo da mocidade de hoje, é d'ella inteiramente ignorado, quando ainda á mocidade de hon-

tem chegou o echo das acclamações com que os homens feitos, de quando mancebos nós eramos, o haviam, em sua juvenilidade, saudado. E com um estrepido caloroso que já a nós se nos figurava estranho e aos de agora então há de parecer absurdo. Todavia, ainda de nossas fileiras, com os olhos em alvo, esquecendo que os davam apagados, recitavamos, alguns, como primôr de comparação:

Bella, eu lhe disse, no teu calmo gesto
Todo o socego do teu peitó leio;
Bardo, disse ella co'um sorriso honesto,
A lua é calma e tem vulcões no seio.

Em 1865 publicava o snr. Cherubino Lagòa, modernamente inquiridor erudito da archeologia portuense, o seu volume de versos *Vozes timidas* e este vinha auctorisado com um prefacio, datado em 24 de Junho de 1864 e redigido por Pinto Ribeiro Junior, o qual, sem embargo, previne de que nunca amara os prologos. Seu pensamento com respeito ao destino dos talentos no Porto desabrochando não era, pessimistamente, lisongeiro para a sua cidade natal, de sua condição intrinseca, pouco propicia ao entendimento e á cultura mental:

D'ahi o firmamento em lucto; d'ahi essa lugubre facha d'escuridão que fórma o Zodiaco da litteratura portuense, Zodiaco sem sol que transforma uma cidade em sombria e silenciosa solidão, onde apenas avultam os sarcophagos do miserrimo Soares de Passos, de Henrique Augusto, de Lousada e do conselheiro Bastos como outros tantos sellos postos a uma litteratura morta; e por entre elles, inda de pé, affrontando as

iras e as revoluções do céo e do sólo, com as frontes inda arraiadas d'um reflexo mysterioso e unidas, como as duas columnas do templo de Jupiter Tonánte, por um fragmento do ideal, dous luctadores — Camillo Castello-Branco e Arnaldo Gama.

Mas, de par, o enthusiasmo dos *arrivés* do tempo em que nós eramos *os novos* fôra por Joaquim Pinto Ribeiro excedente e extremo. A 11 de agosto de 1862, em carta a Ernesto Biester, escrevia Camillo Castello-Branco:

Perguntam-me muitas vezes se eu anteponho Pinto Ribeiro a Soares de Passos? E eu, que já disse do fallecido poeta louvores que por ahi estão em esquecidos artigos, se tu me fazes tal pergunta, respondo-te que sim, que leio com mais affectuosa attenção e mais captivo os versos de Pinto Ribeiro.

O qual era, sem embargo dos elogios portuenses, em Lisboa pouco conhecido e acoimado de incomprehensivel, pelos raros que lhe sabiam da obra, aliás pelo rotulo. De uma das duas, a ultima, Ernesto Biester, já em sua penultima chronica litteraria da *Revista Contemporanea*, havia esclarecido a obscuridade do titulo: *Corôas fluctuantes*.

Camillo Castello-Branco applaude-o:

Fizeste bem, que já por ahi andava nuvem de mosquitos a zumbir á volta do titulo, que apparecera na secção dos annuncios, sem o prefacio explicativo. A gente critiqueira que eu mais temo é a que dispensa lêr um livro, logo que teve a felicidade de lhe vêr o nôme na vidraça do livreiro.

*

Todavia, no Porto mesmo o merito de Joaquim Pinto Ribeiro não lograra aquilatar-se no conceito do grande numero; seu livro de apresentação, *Lagrimas e flôres*, era ignorado. Os homens-de-lettras da epocha a si proprios «perguntaram como era possivel a obscuridade d'este livro». Camillo nomeia-os; fôram Barbosa e Silva, Evaristo Basto e Arnaldo Gama.

Este revolta-se e irrita-se; logo se prodigalisa em largos elogios, que podem lêr-se no volume terceiro da novella *O Genio do Mal*, onde o romancista finge, entre personagens ficticios, palestra ácerca de litteratos portuenses, a qual lhe dá margem para os passar em revista critica. Em 1860, no folhetim do *Amigo do Povo*, jornal que fundara, de parceria com seu irmão J. L. Simões de Carvalho, e que em 1871 se transformou em *Diario mercantil, politico, litterario, industrial e agricola*, o bacharel formado nas faculdades de mathematica e philosophia e distincto engenheiro civil Augusto Luciano Simões de Carvalho publicou um estudo litterario relativo ás poesias de Joaquim Pinto Ribeiro, como no *Amigo do Povo* varios artigos de apreciação litteraria publicou ácerca de Alexandre Braga e no *Diario mercantil* a proposito de Licinio de Carvalho.

Do volume *Lagrimas e flôres*, de Joaquim Pinto Ribeiro, eis aqui o que Innocencio traslada do tom. XII do *Panorama*:

Acaba de publicar-se no Porto um livrinho de poesias, intitulado *Lagrimas e flôres*. E' a estreia de um poeta novo em annos, e novissimo no culto das musas: porém os poetas mais laureados não deixariam de honrar-se, sem duvida, chamando seu a este primeiro canto do cysne novel.

Choram-se n'aquelle livro *lagrimas* tam sentidas, lagrimas que partem de uma saudade tam viva e pungente que se afigura a quem lê sentil-as cahir, uma a uma, sobre o coração. Mas soube o poeta misturar na sua dôr tanta resignação e doçura que o coração do leitor, em vez de se apertar ao recebel-as, expande-se suavemente. As *flôres* que alli se espargem com abundancia são pensamentos repassados de philosophia, idéas cheias de sentimento, phrases de ingenua eloquencia, vocabulos de apurada escolha.

Finalmente, n'aquelles versos, tão lindos e conceituosos, em que brilham mil imagens não triviaes e em que avultam quadros copiados da natureza com exactidão e simplicidade, e com tam fresco e vivo colorido, vêm ainda dar realce a pureza da dicção e a correcção do estylo.

Innocencio não pôde prescindir de mostrar o reverso da medalha. Informa que o critico que, annos havia, fizera inserir na *Revista Popular* (aliás *Peninsular*, como corrige no *Supplemento* o snr. Brito Aranha) os seus juizos ácerca do merito litterario dos mais notaveis poetas e romancistas portuenses contemporaneos, ao tractar do auctor das *Lagrimas e flôres*, quizera mostrar-se algum tanto mais severo. «Vejamos, pois (prosegue Innocencio), abreviadamente, como se exprime o auctor do *Diwan* na *Revista*». E transcreve abreviadamente:

Joaquim Pinto Ribeiro... Alguem lhe chamou já *um dos primeiros poetas de Portugal, e um dos melhores entre os pri-*

meiros. Será muito. Eu fico mais áquem na minha apreciação... Parece-me que Joaquim Pinto Ribeiro é um habil metrificador, que tem talento poetico, mas que está muito longe de ser optimo poeta... O *sentimento* raras vezes dá mostras de vida na leitura das *Lagrimas e flôres*... Pinto Ribeiro gasta muito anil em côres, muita prata e perolas em lagrimas, muito ouro em cabellos, etc... As *Lagrimas e flôres* são, comtudo, um dos livros de mais merecimento que teem sahido no Porto... segue uma eschola em geral filintista, tem alguma novidade de fórmas, felicidade na rima, *mas pouco sentimento*.

O italico tomo-o da pagina de Innocencio.

Em Lisboa, sente Camillo Castello-Branco que não se conhecesse a poesia de Joaquim Pinto Ribeiro, por titulo *Amaritudo*. Para Ernesto Biester assim escreve:

Tenho pena que o nosso mestre e amigo Antonio Feliciano de Castilho a não ouvisse n'aquella noite das musas em que, a meu pedido, Thomaz Ribeiro, o mimoso poeta do *Dom Jayme*, nos recitou a intitulada *Hyems*.

Na nossa terra o snr. Alberto Pimentel, em 1894 (no volume *O Porto na berlinda*, cap. x), memora que «o poeta portuense Pinto Ribeiro cantou em bellas estrophes a espada de D. Affonso Henriques (*Corôas fluctuantes*, 1863)».

Injustamente mais severo para todos os seus versos de todo o seu novo livro fôra o proprio vate. Ouçamol-o (XLIII):

AOS MEUS VERSOS

Pois que não pude — ó punição! — rasgar-vos,
E ao fogo, menos que eu em ira acceso,
Com a ponta do pé arremessar-vos,

Ide, informes anões, curvos co'o pêzo
Da minha maldição — horda selvagem
D'amoucos que protege o meu desprezo,

Ide á gloria, isto é: ide á miragem;
Ide aos louros, isto é: ide aos apupos;
Ide aos tempos, isto é: ide á voragem.

Na voragem da morte cahiu Joaquim Pinto Ribeiro, em Lisboa, a 10 de Abril de 1882; de certa data em deante, elle, que deixou avultados bens de fortuna, se abstivera de toda a actividade litteraria, manifestando pela arte e pela sciencia o mais completo indifferentismo, o que registra Camillo Castello-Branco, no volume *Obulo ás creanças*, com sarcasmo e amargor.

Em o tomo quinto do «Supplemento», o snr. Brito Aranha equivoca-se duas vezes. O volume das *Apreciações litterarias* (exactamente, *Esboços de* etc.) é posterior (1865) ao artigo da *Revista comtemporanea* (1862), que aliás recolhe, a pag. 153 e seguintes. Nas pag. 65 e seguintes estão, com ella, que é de 1856, umas linhas antepostas á critica das *Lagrimas e flôres*, que são de 1859.

Alludindo ao estudo que apparecera na *Revista Peninsular*, escreve o snr. Brito Aranha: «o auctor do artigo critico *Diwan* era Augusto Soromenho».

Augusto Soromenho era o auctor do artigo critico e fôra tambem auctor do *Diwan*, que é um volume de versos, registrado por Innocencio (tom. I, pag. 311).

*
* *

A influencia das desesperançadas estrophes do portuense Joaquim Pinto Ribeiro, em 1863, encontra-se ainda, em 1870, na prosa preambular do livro de versos, *Estrellas cadentes*, do portuense poeta Ernesto Pinto de Almeida: «Ide, ligeiras estrophes (diz elle a seus poemas). A' miragem. A's tempestades... Ao esquecimento!...»

Na previsão triste do indifferentismo não se enganou o talentoso moço que, tendo o curso completo do lyceu de Braga, não encontrou no que Theophilo Braga chamou «a crassa atmosphera dinheirosa do Porto» guarida e acolhimento mais do que na contadoria do Banco Mercantil Portuense.

Ornado com o seu retrato, gravado por G. P. de Sousa, elle publicara, em 1865, na typographia do «Jornal do Porto» um livro de versos intitulado *Solidões*, sob a egide pessimista de Zimmermann, citado em francez; porém já aquella collecção de «odes, canções e phantasias», de 1870, vem sob o amparo do animoso Ruckert, em allemão. Ahi promettia para breve mais duas publicações em prosa: *Litteratura e arte*, estudos criticos; e *Luctas e amor*,

romance. Ai d'elle ou feliz d'elle! O que breve o esperava era o cemiterio.

Nas dedicatorias das composições poeticas de que constam os volumes de Ernesto Pinto de Almeida vêmos perpassar as personalidades marcantes no meio litterario e artistico portuense coevo, Joaquim Pinto Ribeiro Junior, logo de inicio, o que corrobora a affirmativa que produzi quanto á acção dominante d'este esquecido sobre a mentalidade d'uma juventude, já tambem morta e já tambem esquecida. Surgem-nos perante os olhos do espirito Marcellino de Mattos, escriptor e advogado; Antonio Corrêa, poeta e dramaturgo; Miguel Angelo Pereira, pianista e compositor musical; Antonio José Nogueira, Guilherme Braga, J. M. Nogueira Lima, Alexandre da Conceição, Custodio Duarte, esse que herdou de Joaquim Pinto Ribeiro Junior o mestrado sobre a cultura poetica dos adolescentes portuenses, consoante o veio a rememorar na *Renascença*, de Joaquim de Araujo, aquelle Alexandre da Conceição, Dias de Oliveira, o auctor melancholico da *Lyra intima*, a quem Pinto d'Almeida offertou, logicamente, sua composição intitulada *Melancholia*.

O livro das *Narrativas poeticas*, estampado em 1870 na Typographia Lusitana, é offerecido *in totum* por seu auctor a Camillo Castello-Branco, a quem elle tracta ainda por *Vossa senhoria*. Este tractamento que n'estes tempos democraticos das «excellencias» nos espanta justifica-se pela data

ingenua de 1868 (15 de julho). O livro comprehende sete series ou divisões, que se intitulam: *Flor de Herminio*, a *Casa branca da azenha*, *Ondas malevolas*, *Lagrimas e auroras*, *O filho do assassino*, *Nupcias de fogo*, o *Anjo da eloquencia*.

Vem ácerca d'este livro, de pag. 145 a 153, do *Aristarco portuguez* (Coimbra, 1869), um artigo critico, em que a obra é avaliada por um modo menos favoravel talvez do que merece, e que contrasta singularmente com os applausos que em geral mereceu a toda a imprensa periodica do paiz.

Estas palavras são de Innocencio Francisco da Silva.

Modernamente, nem em sua parte III nem nos additamentos finaes a essa parte III o snr. Martinho Augusto da Fonseca, em seus *Subsidios para um diccionario de pseudonymos, iniciaes e obras anonymas de escriptores portuguezes*, nos revela quem foi ou fôram os auctores d'esse *Aristarco portuguez* de Coimbra.

A segunda parte do volume do 1.º anno, *Poesia*, analysa Alberto Pimentel, nas *Rosas brancas*, na *Joanninha* e na *Nereida;* Candido de Figueiredo, nos *Quadros cambiantes* e no *Anjo martyr;* E. A. Vidal, nos *Cantos do estio;* Eugenio de Castilho, na *Patria;* Guerra Junqueiro, nas *Vozes sem echo* e no *Baptismo de amor;* Guilherme Braga, nos *Eccos de Aljubarrota;* Sabino de Faria, nas *Palmas e martyrios;* José de Lemos de Napoles, nas *Flores silvestrès;* Thomaz Ribeiro, emfim, nos *Sons que passam* e na *Delphina do mal*.

Quanto a Ernesto Pinto d'Almeida, o *Aristarco*, consignando que muito havia que não vira uma impressão mais nitida que a das *Narrativas poeticas*, maliciosamente observa que, realmente, se os arrendados interiores, os capiteis, as columnatas correspondessem á magnificencia do portão do edificio, o livro de Ernesto de Almeida não desmerecia a sorte dos versos de Alvares de Azevedo, versos que as damas brazileiras expunham ás suas visitas, como se expõe um album preciosissimo. Infelizmente, para o *Aristarco portuguez*, o poeta brazileiro ficara acima do poeta portuguez, e o engenho de Ernesto de Almeida ainda d'essa vez não elevara o nôme d'esse poeta até onde se podia guindar, mais discretamente dirigido. Detalhadamente pormenorisa em seguida, censurando sempre quasi, porque aparta o *Filho do assassino*, visto se encontrar já n'elle um fim social, um plano não vulgar e scenas dispostas na devida ordem.

Citando o quadro debuxado pelo poeta portuense da luxuriante vegetação das serras de Santa Cruz, o *Aristarco portuguez* aventa que taes versos nos dão uns longes de alguns dos melhores alexandrinos de Thomaz Ribeiro; nos versos d'este poeta diz que ha por certo mais colorido, mais matizes, mais aromas; Ernesto de Almeida, porém, a seu parecer, sobreleva vantagens a Thomaz Ribeiro, em quanto consagra mais d'alma a sua musa ao culto do pensamento, «que assim o pede o seculo que vamos atravessando.»

Tendo aquilatado do merito ou demerito do livro quanto ao assumpto, o *Aristarco portuguez* passa a esmiuçar os defeitos da forma; e a proposito entende que vem a citar alli duas palavras, contra que se insurge, de Pinheiro Chagas com motivo das *Narrativas poeticas:* «A gente anceia — diz Pinheiro Chagas — por um verso errado, como se póde anceiar por uma gota de agua no deserto, e o verso errado não vem.»

O sancta simplicitas, exclama o *Aristarco portuguez;* e a Pinheiro Chagas não só propõe úm verso que declara errado, «em quanto Pinheiro Chagas ou qualquer mestre não demonstrar que só é errado o verso que não abrange o devido numero de syllabas grammaticaes», mas ainda dois outros, que qualifica de defeituosos.

Como quer que não seja vulgar hoje no mercado dos livros d'occasião esse livro do *Aristarco portuguez*, já agora completarei o informe additando que em a parte primeira *(Prosa)* comprehende A. da Silva Gayo, no *Mario;* Camillo Castello-Branco, na *Bruxa do Monte-Cordova*, no *Sangue*, no *Mosaico*, nas *Virtudes antigas;* Carlos Borges, na *Eulalia;* Climaco dos Reis, nos *Homens de bem;* Costa Goodolphim, nas *Paginas velhas;* Adolpho Coelho, na *Lingua portugueza;* Ramalho Ortigão, no *Em Paris;* Lopes Praça, na *Historia da philosophia em Portugal;* Joaquim Martins de Carvalho, nos *Apontamentos para a historia comtemporanea;* Simões Dias, na *Corôa de amores;* Julio Diniz, nas *Pupillas do snr.*

reitor, em *Uma familia ingleza*; os pamphletarios iberistas, ou antes, de sobejo, anti-iberistas; e Theophilo Braga, em *Os foraes*, finalmente.

Do nosso portuense Ernesto Pinto de Almeida, resta a atrocidade da nota da tuberculose a frisar, essa calamitosa ceifadora dos portuenses poetas, a começar em Soares de Passos modernamente, passando por Guilherme Braga, para terminar suspensivamente nos nossos actuaes dias em Antonio Nobre.

*

* *

De Antonio Nobre, de quem prefaciei o volume das *Despedidas*, outrosim não direi aqui. Posthumo foi esse livro; a uma das argolas de seu caixão pegara eu, em seu enterro, por uma noite tempestuosa, grata á alma melancholica do cantor de *A poesia do outomno*.

No intimo, tambem as amava, essas estações entristecidas outro portuense poeta, morto cedo, Soares de Passos, o cantor da *Partida*, quando o outomno despe os encantos das virentes margens e já o inverno das longes montanhas vem baixando.

Embaciados, são tristes os outoniços dias; mas para a tristeza tem a alma ferida estranha predilecção; e, assim, mysteriosamente lhe sorri um sorriso enigmatico que transcende da tristeza d'estes embaciados, curtos, tristes dias.

Acaso, porém, teria razão o condemnado poeta, quando reprehendeu a cantôra morta?

O poeta era Alfred de Musset; a cantôra fôra a Malibran; e a maravilhosa XXIII das maravilhosas estancias *A la Malibran* prorompera assim:

> Ne savais-tu donc pas, comédienne imprudente,
> Que ces cris insensés qui te sortaient du cœur
> De ta joue amaigrie augmentaient la pâleur?
> Ne savais-tu donc pas que, sur ta tempe ardente,
> Ta main de jour en jour se posait plus tremblante,
> *Et que c'est tenter Dieu que d'aimer la douleur?*

Um escriptor brazileiro, o dr. Gonzaga Filho, em um seu recente livro *A mais encantadora mulher*, commenta: «Não concordo com o qualificativo «comédienne imprudente ». Porém relevasse-me que, por minha parte humillima, não concordasse, eu, com sua discordancia.

O dr. Gonzaga Filho, em uma novella tam meticulosamente concebida que a designou como sendo «um romance para senhoras», enquadrou a dentro do molde precioso d'uma conferencia contradictoria a mais bella e a mais completa das biographias criticas que até hoje tenham sido elaboradas da genial cantôra-actriz e talentosa compositora cuja morte subitanea fulminou uma acerba dôr na Europa culta do seu tempo e fez borbulhar da emoção sincera de Musset a perolisação de lagrimas, urdindo, germinando, atando o collar divino de suas inspiradas sextilhas.

O dr. Gonzaga Filho é um verdadeiro professor

em materias de grammatica portugueza, pois allia a uma licção vasta uma analyse penetrante, conforme o testemunha a larga «simples nota» com que se abre aquelle volume alludido. E, medico, applicou os seus conhecimentos especiaes a apurar em definitivo a causa da brusca enfermia da Malibran e do seu consequente rapido fallecimento.

Compulsou o dr. Gonzaga Filho, quasi os exhauriu, a todos os documentos que nos restam da admiração dos contemporaneos concernentemente á insigne cantora, que foi o espantoso prodigio e o pasmo maximo do palco lyrico do seculo passado XIX; a erudição do escriptor é, no thema, immensa e segura; elle interpretou as obscuridades, corrigiu os erros, castigou as perfidias e preencheu as lacunas. Essa estava sendo uma das faltas capitaes; cabalmente, pois, á obra do dr. Gonzaga Filho cumpre consideral-a como sendo uma restauração perfeita e integral da personalidade artistica que constituiu o assumpto de seu acuradissimo estudo. Ainda modernissimamente tam competente vulgarisador como o eximio musicographo Hugo Riemann, privat-docent na Universidade de Leipzig, (no seu *Diccionario de musica*, para francez traduzido pela quarta edição, revisto e augmentado pelo snr. Georges Humbert, professor d'historia da musica no Conservatorio de Genebra) se limita e condiciona, pelo que toca ao obito da Malibran, no vago appelo a um excesso de trabalho, quando é notoria a excepcional resistencia á fadiga que ex-

tremava, entre outros dotes primaciaes e ultrararos, essa mulher inverosimil que, como nenhuma, mereceu o cognôme onde se resumiu o coevo respeitoso assombro: «a unica». Depois da excellente monographia do dr. Gonzaga Filho o problema póde affoutamente dar-se por liquidado.

Mas no logar onde o fiz caberia, em verdade, que, obrigado da amabilidade cavalheiresca do escriptor para commigo, alli eu consignasse o protesto de meu desauctorisado applauso a seu primoroso estudo?

Seguramente. E seguramente pelo auctor e pela obra. O auctor é um philanthropo que, ao combate intenso de preconceitos e abusões, tem dedicado generosa quota de seus labôres, como nos vinte artigos estampados pelo *Diario do Rio de Janeiro* em 1875 e 1876. A obra sacode-a o fremito dos mais puros e remontados intuitos.

Pela bôcca do ficticio Dr. Luvirno Franco, falle o dr. Gonzaga Filho:

Primeiro que tudo, assentarei umas verdades: a guerra, em todos os tempos, só traduziu barbaria, horror, rebaixamento até o irracional; ao passo que o altruistico exercicio da fraternidade tem sido a melhor prova de positiva civilisação. *Gloria in excelsis Deo et in terra pax hominibus!* Creio em Deus, e em que Elle tanto se entristece com os nossos desvarios quanto paternalmente se ufana entre os nossos sinceros esforços para o bem. Dê-se, muito embora, por satisfeita a cholera de Achilles; que não mais se avistem as muralhas de Ilion, e que, em atroadores hurrahs, se esguellem os orgulhosos, os triumphantes gregos! A rouca vozeria extinguir-se-ha, pois que todos os

epinicios são baldos de expansibilidade, não pódem subir alto, devem abater-se, glacialmente, aos pés das possessas turbas. Olhemos para este recinto; sômos uma gotta, em comparação áquelle oceano de guerreiros, celebrados por Homero; nutrimos, entretanto, a certeza de que, se o Creador não escutou aquellas estentoreas manifestações de alegria, tem ouvido, com desvanescimento, toda a nossa conversa d'esta noite, só porque notou que, pertencendo a tam diversos paizes, aqui nos achamos na mais edificante harmonia, attestando o que sejam fraternidade, amor, civilisação! E nem de proposito: tambem nos sorri este marmore, que relembra uma ideal civilisada! Sim, se M.me Malibran, sem que o sentisse, teve as apparencias de uma distinctissima hespanhola, foi por sua lucida vontade uma perfeita cosmopolita.

Fallando varios idiomas e o mais sublime e indefinido de todos — o canto —, conservou-se, até finar-se, uma legitima irmã de todos os espiritos abrazados pelo que é immortal. As puras notas do seu arrebatador larynge outro poder não tiveram que espargir pacificidade. Esquecendo-se de si mesma, libertando-se de fallazes preconceitos, immolou-se pelo bello e pelo bem; é n'essa divina patria que todos a encontramos, que todos a applaudimos. Compete á França fazer questão de recolher a gloria de ter sido o berço de tam encantadora mulher; compete aos demais paizes gentilmente protestarem, tractando cada um de chamal-a para si, pelo unico meio possivel: posthumas provas de subido apreço pela sua memoria. De minha parte, nada mais hoje tenho feito do que uma séria tentativa para, com o assentimento dos circumstantes, tambem a nacionalisar de brazileira.

E de nossa lusitana concomitantemente o conseguiu o douto auctor das *Questões de linguistica*, numerosos artigos estes sobre varios pontos da lingua portugueza, insertos no periodico *O Globo*, da capital federal.

Pela sua magnifica biographia á memoria ineffavel da Malibran com sabio carinho consagrada, o dr. Gonzaga Filho, em a nossa distancia, rebateu a coordenada pungencia da recriminação sarcastica de Alfred de Musset aos de sua proximidade:

> Sans doute il est trop tard pour parler encore d'elle;
> Depuis qu'elle n'est plus, quinze jours sont passés,
> Et dans ce pays-ci quinze jours, je le sais,
> Font d'une mort récente une vieille nouvelle.
> De quelque nom d'ailleurs que le regret s'appelle,
> L'homme, par tout pays, en a bien vite assez.

Oh a esplendida composição! «Emquanto a lingua franceza existir (exclama, no acquiescente fervor de nosso consenso, o dr. Gonzaga Filho), seja estrepitosamente applaudido o genial Musset, que não consentiu que a genial M.me Malibran de todo morresse, como para sempre se extinguiu o echo da sua voz!»

Relendo as linhas preteritas, entre varia coisa que me ficou e ficará por dizer, não disse que foi a Malibran um mimo esbelto de mulher, como se póde fazer uma idéa pelo lindo retrato que, desenho de Gravedon e gravura de Armytage, o dr. Gonzaga Filho intercala entre as laudas 316 e 317 do seu livro, onde (pag. 280-282) explica como «depois de tam insolito alvoroço, de tam intenso delirio por toda a Europa, durante uma boa década, . . . rapido e progressivo silencio se foi estendendo, ao ponto de já em nossos dias parecer elle completo». «Succedeu o que era de esperar: contra

o fogo do enthusiasmo sempre acaba por prevalecer o cynismo de Menippo. Para que melhor» se «entenda», recitará «o curto *dialogo VI*, de Luciano, o conceituoso grego, que, para nosso ensino, fazia os mortos conversarem».

Um momento, quem foi elle?

N'um dos repentes de seus requintes, os quintessenciados nada repentistas Goncourt escreveram que, dos da remota antiguidade, só a Luciano prezavam, por isso que a esse parisiense de antes da tiragem geral fôra dado o saber discriminadamente distinguir (tal encanto descobrindo) aquellas mulheres que teem *os olhos côr-de-violeta*. Bizarra exquisitice. Bem admissivel em artistas, quando no historiador Carlyle se admitte (e que effeito tira da monotonia da insistencia!) que ao bafio da formula da rhetorica politica cuja phantasmatica apparencia vital teve nôme, entre os vivos, de Maximiliano Robespierre, elle a personalisasse chamando-lhe, com o engulho da suspeita, o homem dos olhos verde-mar.

De Luciano, a nós-outros, portuguezes e brazileiros d'este entrado seculo XX, vêmos que nos faculta o dr. Gonzaga Filho o 18 dialogo dos mortos. Aos nossos passados do Brazil e Portugal, de Luciano Samossateno, traduzido do grego, o dialogo offertou Maximiano Pedro de Araujo Ribeiro de *O Sonho, ou o Gallo*. No fim d'elle promettia a impressão de outro dialogo traduzido do mesmo auctor; porém não sabe Innocencio que tal promessa jámais se realisasse.

*

Innocencio mette-nos em confusão quando da versão de fr. Jacintho de S. Miguel, censurando, diz que é para notar que o conhecimento d'esta obra faltasse a Barbosa e ao collector do *Catalogo* chamado da Academia, pois nem um nem outro a mencionam! O ponto de admiração é de Innocencio, que, observando que obra era ella hoje, no dia d'elle, pouco vulgar, nos informa de que o exemplar que possue o comprou por um pinto! O ponto de admiração aqui é meu.

Increpa Farinha que, no *Summario da Bibliotheca Lusitana*, cahiu, á sua parte, em erro, pois a attribue a fr. Manuel de Santo Antonio, quando do rosto bem claramente consta ser seu auctor fr. Jacintho de S. Miguel. Mas, emquanto que no tomo VII nos remette, quanto á traducção dos *Dialogos*, para o tom. III, lá volvidos, topamos esta differença de se nos depararem, de Luciano Samossateno, traduzidos da lingua grega na portugueza, *Discursos*.

Predilecção é certo que por seu auctor nutria este frade, pois d'elle consta tambem a *Arte historica de Luciano Samossateno, traduzida de grego em duas versões portuguezas, pelos reverendos padres fr. Jacintho de S. Miguel, chronista da congregação de S. Jeronymo, e fr. Manuel de Sancto Antonio, monge da mesma congregação em Portugal.* A obra foi dada á luz pelo P. José Henriques de Figueiredo, em Lisboa, na Offic. da Musica, em 1733.

As duas versões seguem a par em frente uma da outra: a de fr. Jacintho é feita palavra por palavra sobre o original grego; entretanto que a de fr. Manuel é mais livre, tomando só o sentido do texto, sem ligar-se ás palavras, e procurando na lingua portugueza as phrases equivalentes ás do grego. Os dous contendores escolheram para arbitro o Conde da Ericeira, o qual foi de parecer que ambas as versões se imprimissem, por serem (diz elle) dous excellentes modelos dos diversos generos da arte de traduzir.

Registrando-o, addita Innocencio que não sabe descobrir a rasão por que outro padre, que imprimiu a sua versão de Luciano em 1771, deixou, ao que se lhe figura mui de proposito, de fallar d'estas traducções, como que ellas não existissem ou elle não as conhecesse, o que a Innocencio parece impossivel, achando-se impressas trinta e oito annos antes.

O padre assim suspeitado era o padre Custodio José de Oliveira; e a obra o volume, de que ha duas edições, *Luciano, sobre o modo de escrever a historia.* Não se attinge tambem o aproposito com que, no lance, Innocencio se reporta de José Dias Pereira.

Que em Luciano forrageasse o plano de seu *Burro de oiro* Apuleio, com frequencia lh'o teem assacado, mas alguns editores duvidam que essa apimentada historieta, *Lucio ou o Burro,* de Luciano seja. O fundo, por sem duvida; é uma d'essas fabulas mi-

lesianas, cuja liberdade galhofava por vezes até á licença; mas, a juizo de Eugène Talbot, as minucias e o estylo não são indignas do espirituoso escriptor que, integralmente, traduziu; elle frisa, de resto, que excellentes criticos não hesitam, por aquelles motivos, em lhe attribuir, senão a invenção original, pelo menos a redacção, viva e divertida. Quiçá um e outro houvessem noticia do livro mais antigo de Luciano de Patras.

Como quer que seja, da obra de Apuleio diz Schoell assim:

> *O Burro d'oiro* é um romance satyrico no qual Apuleio escarnece, com muito espirito e originalidade, dos ridiculos e dos vicios que dominavam no seu seculo, da superstição que era geral, da tendencia para o maravilhoso e para a magia, da trapacice dos padres do paganismo, da má policia que reinava no imperio romano e que permittia aos ladrões exercerem impunemente todo o genero de bandoleirismo. O heroe do romance, punido da sua curiosidade e da sua lubricidade com se vêr transformado em burro, soffre diversas aventuras que o poem em relação com differentes classes d'individuos e lhe fazem conhecer o que se passa no interior das casas e das mais secretas sociedades. As abominações que se recobriam sob o véu dos mysterios sagrados são pintadas com vivas côres. O romance termina por uma bella descripção dos mysterios d'Isis, em que o heroe é iniciado, onde é depurado de suas fraquezas e, por assim dizer, regenerado.

O episodio de Amor e Psyché, que constitue os livro IV, V e VI d'esta *Metamorphose*, lembra Nisard que «teve a gloria de inspirar la Fontaine»; Hœfer diz que «foi imitado pelo inimitavel la Fontaine»;

o allemão Herder considera-o como «uma obra-prima de romancista».

O primeiro barão de Villa-Nova de Fozcôa, Francisco Antonio de Campos, filho de Luis de Campos Henriques, imprimiu, em Lisboa, na typographia de José Baptista Morando, em 1847, o *Burro de Ouro, de Appuleio, traduzido em portuguez.* O traslado é precedido de um resumo da vida de Apuleio, extrahido do artigo respectivo do *Dicsionario* de Bayle, e adornado com um retrato do philosopho.

De Apuleio, sua união com certa rica viuva serviu de pretexto aos invejosos. Accusaram-o de haver empregado a magia para se fazer amar d'uma mulher muito mais idosa do que elle. O enteado chamou-o ao tribunal do proconsul. Foi então que Apuleio pronunciou sua eloquente *Apologia.* A qual foi tambem vertida em portuguez pelo mesmo traductor do *Burro de Ouro*, e em Lisboa impressa em 1859.

Mas voltemos a Luciano e, de Luciano, a seu *dialogo VI.*

Como é?

Dá-nol-o o dr. Gonzaga Filho assim:

Menippo — Sou, oh Mercurio, um recem-vindo a estes sitios; serve-me, pois, de guia, mostra-me onde estão os galantes e as formosas. *Mercurio* — Falta-me tempo, caro Menippo: volta-te, sem embargo, para a direita: ahi tens Jacintho, Narciso, Niseu, Achilles, Tyro, Helena, Leda, todas as bellezas dos tempos idos. *Menippo* — Apenas enxergo ossos e descarnados

craneos, que uns aos outros se parecem. *Mercurio* — Ainda assim, esses mesmos ossos, que só desprezo te despertam, enchem a admiração de todos os poetas. *Menippo* — Ah! . . . aponta-me, ao menos, Helena; confesso-te que teria difficuldade em conhecel-a. *Mercurio* — Eil-a, esse craneo perto: é Helena. *Menippo* — E pensar que foi por isto que a Grecia armou mil navios! . . . dizer-se que este o preço foi de uma guerra em que morreram tantos gregos e barbaros! *Mercurio* — Ah, Menippo! é porque a não viste viva! pois tambem concordavas que por tanta belleza tudo poderiamos soffrer! Tal, quaes as flores: se as mirarmos, quando seccas e descoradas, certamente que as acharemos feias; que lindas, entretanto, são, durante o seu viço e esplendor! *Menippo* — Mas o que me surprehende, Mercurio, é isso mesmo: não terem os gregos ponderado que uma flor tam gracil, tam rapidamente murchecivel, era o premio de tantos trabalhos! *Mercurio* — Não estou, Menippo, para comtigo philosophar; emquanto me vou entreter com outros mortos, procura por ahi um canto em que sósinho o faças

A' moderna distancia, amando, philosophou, a poetar, não sósinho, mas para as recentes camadas estheticas mundiaes, o francez Carlos Baudelaire, que exerceria uma acção sensivel na nossa geração litteraria immediatamente succedendo á ultraromantica. Seu chefe de fila, Anthero de Quental, proclamou o enthusiasmo d'essa admiração em certa das composições da sua romantica primavera.

Um critico parisiense considera como sendo o trecho typo do volume de Baudelaire *(Flores do mal)* a famosa peça *Une charogne*, onde registra que ha um vigor incontestavel, mas maldosamente addita que, «para melhor fazer destacar a originalidade d'esse trecho», se deve constatar que elle

não passa d'um desenvolvimento da palavra da Escriptura: *Memento, homo, quia pulvis es!*

O poeta lembra á sua bem-amada aquella hedionda carcassa morta e corrupta que os dois viram, em leito de pedriscos, plena de exhalações, n'aquella bella manhã de tam dòce estio, toldando-a de um fedor tam forte que sobre a relva a formosa prestes esteve a cahir em deliquio.

O critico alludido commenta que é lastimavel que tanto estro fôsse despendido em um thema assim repugnante; e o nosso lyrico snr. Antonio Feijó conseguiu dar uma idéa da vehemencia do original em sua imitação:

> Andavam-lhe no ventre inchado, monstruoso,
> que tinha o cheiro mau das velhas corrupções,
> as larvas a arrastar-se em grandes batalhões,
> deixando no seu curso um liquido viscoso.

Totalmente espantado, o critico observa que Baudelaire descobre, na sua ultima estrophe, uma aspiração espiritualista diz elle critico que bem inesperada.

Fôra que, a cabo de sua saniosa evocação, o poeta se voltara para a sua querida e lhe gritara, n'um arrebato sublime:

> Et pourtant vous serez semblable à cette ordure,
> A' cette horrible infection,
> E'toile de mes yeux, soleil de ma nature,
> Vous, mon ange et ma passion!

Mas a graça transcendente d'uma idealidade reparadora logo o pacifica e transmitte ao seu

amôr o acrysolamento de uma fé recuperante. O conselho que libertando triumpha, elle lh'o dá para quando ella fôr, a debaixo da herva e das gordas florescencias, entre as ossarias abolorecer:

Alors, ô ma beauté, dites à la vermine,
Qui vous mangera de baisers,
Que j'ai gardé la forme et l'essence divine
De mes amours décomposés.

O escandalo das imagens cruas n'esta composição indignou, e erroneamente o auctor foi qualificado no grupo dos realistas, inepcia que com rasão o irritava. Não obstante, ao artista o diminue o snobismo de *épater le bourgeois.*

Mas o momento moral ideativo e constructor d'essa, sem embargo, mui notavel peça surgiu, nas nossas modernas lettras, á musa sobria, recolhida, timida na audacia, casta e séria de Soares de Passos, e é mesmo com uma eloquencia alta que o poeta portuense se exprime.

Tambem com sua muito estremecida se imagina divagando, mas no augusto respeito do campo-santo. Elle lhe mostra tambem:

Repara, doce amiga, olha esta lousa,
E junto aquella que lhe fica unida:
Aqui d'um terno amor, aqui repousa
O despojo mortal, sem luz, sem vida.
Esgotando talvez o fel da sorte,
Poderam ambos descansar tranquillos;
Amaram-se na vida, e inda na morte
Não pôde a fria tumba desunil-os.

E a ella tambem a ensina:

Vês estas sepulturas?
Aqui cinzas escuras,
Sem vida, sem vigor, jazem agora;
Mas esse ardor que as animou outr'ora
Voou nas azas d'immortal aurora
A regiões mais puras.
Não, a chamma que o peito ao peito envia
Não morre extincta no funereo gêlo.
O coração é immenso; a campa fria
E' pequena de mais para contêl-o.

A nota terminal da biographia de Soares de Passos pelo snr. Rodrigues Cordeiro relata assim:

O jazigo do poeta fórma exactamente o angulo do noroeste no cemiterio de Nossa Senhora da Lapa. Está cercado por uma grade de ferro, em cujos varões, no dizer de J. Pinto Ribeiro, se entrelaça a flôr symbolo do soffrimento, a mais sympathica, a mais triste, a mais adoravel de todas as flôres, a flôr martyrio. Tem á cabeceira uma pequena lapide onde, além do nôme, se leem os seguintes versos do *Amor e Eternidade:* (São os que proximamente acima ficam transcriptos: *Aqui cinzas escuras etc.*). Em torno abrigam-n'a com os seus ramos o cypreste, a acacia e a rosa branca, que elle tanto amava.

XIII

Faustino Xavier de Novaes—José Dias de Oliveira—Antonio Francisco Ferreira da Silva Porto—Francisco de Assis Sousa Vaz—Joaquim Albino Cardoso Casado Giraldes.

No commento triste do *Cancioneiro alegre*, assim Camillo Castello-Branco:

> Ainda no Porto, quando toda a gente lhe invejava a alegria, Faustino de Novaes tinha intermittencias de tristeza negra. N'estas crises escreveu as suas poesias mais comicas; e nas horas contentes as mais sentimentaes, com Minerva esquiva.

O que levou do Porto o portuense Xavier de Novaes para o Brazil foi o que do Porto para o Brazil levou o portuense Dias de Oliveira, a escassez de meios de fortuna, euphemismo decente da penuria, mascara honesta da miseria.

No Brazil, na carta datada do Rio em 23 de Outubro de 1866, a Camillo Castello-Branco escrevia Faustino Xavier de Novaes estas revelações temiveis: «Tenho tido vida cruel. Tenho soffrido

amargas decepções; e, se ainda gracejo, não é isso por habito. Aborreço o mundo e a vida». Elle emancipou-se em agosto de 1869. *Mors liberatrix.*

As poesias posthumas de Faustino Xavier de Novaes fòram publicadas em Portugal pelo seu amigo o portuense Antonio Moutinho de Souza, editadas em 1877 pela livraria internacional, portuense-bracharense, de Ernesto e Eugenio Chardron, declarando-se a propriedade do volume no Brazil como pertencendo ao distincto escriptor brazileiro Machado d'Assis. Em 1879, pela mesma livraria editora, o referido Antonio Moutinho de Souza fez reimprimir o livro das *Poesias*, com que Faustino Xavier de Novaes no Porto debutara na consagração do volume, em 1855, pela typographia de Sebastião José Pereira.

No Porto, da mesma typographia, sahira em 1858, de Faustino Xavier de Novaes, o tomo das *Novas Poesias*, acompanhadas de um juizo critico de Camillo Castello-Branco, que ao primeiro volume do poeta portuense o classificou assim:

> Era uma galeria de retratos tirados de perfil, e a furto, e de passagem, á maneira que os originaes «o» acotovellavam nas praças, nos botequins e nos salões. O debuxo era rapido, como as aguarellas, caprichoso como os contornos de Grandville; mas a caricatura filava o bode expiatorio pelas orelhas, e trazia-o á exposição da hilaridade.

Da obra litteraria de Faustino Xavier de Novaes, ha uma especie bibliographica de insigne raridade em Portugal. E' o volume *Manta de retalhos*,

impresso no Porto, na typograqhia do «Jornal do Porto», em 1865, 8.º gr. de 198 pag. e duas de indice, livro de que só na occasião em que revia as provas do artigo de seu *Supplemento*, Innocencio pôde vêr um exemplar em poder de um amigo, e que só conhecia pela noticia que lhe déra o *Jornal do Commercio* do Rio, de 14 de Novembro de 1866, nos termos seguintes:

O snr. F. X. de Novaes colleccionou n'um livro, a que chamou *Manta de retalhos*, alguns dos seus escriptos já impressos em periodicos litterarios. Em prosa e verso o snr. Novaes tem adquirido justa nomeada pelo seu estylo faceto. Rindo e zombando, diz á humanidade muitas verdades, ás vezes um tanto cruelmente, mas sem offensa de pessoa. Esta collecção veio avivar as saudades que d'elle sente o publico, que lhe aprecia a vêa satyrica.

A edição havia sido mandada fazer no Porto, e encommendada pelo editor Cruz Coutinho, livreiro estabelecido no Rio de Janeiro, para onde fôram remettidos todos ou quasi todos os exemplares.

Tambem em Portugal se ignoram as *Cartas de um roceiro*, publicadas por Faustino Xavier de Novaes no Rio de Janeiro, na typographia Perseverança, em 1867, n'um 8.º de VIII-104 paginas, o qual comprehende trinta e quatro cartas humoristicas, que primeiro haviam sido estampadas em folhetins no *Correio mercantil*, desde o 1.º de Novembro de 1863 até 12 de Junho de 1864, com a assignatura *Bernardo*, e da setima em deante *Bernardo Junior*.

Por motivo da morte de Faustino Xavier de

Novaes, o litterato brazileiro R. C. Montoro, quebrando o protesto tacito, que diz fizera, de não mais escrever para o publico, mandou para o *Jornal do Commercio*, do Rio, um, segundo o qualifica Innocencio, bem traçado artigo, onde, referindo-se á epocha de 1858 a 1865, se leem, entre outros, os seguintes, ainda segundo Innocencio, conceituosos e elegantes periodos:

Dos nômes que hão de sobreviver a essa pagina historica da litteratura no Brazil, é sem duvida Novaes um dos mais notaveis. Se a profundidade do saber não lhe gravou em sulcos vigorosos creações lançadas em laminas de bronze, vieram á luz publica em graciosas estatuas de marmore as imagens ingenuas que a phantasia lhe inspirou. De suas poesias satyricas ha muitas de agudo pensamento, de expressão concisa e feliz, de graça incontestavel. Quem as discriminar dos seus trabalhos de menor espontaneidade lhes realçará, sem duvida, o valor. Em sua prosa faceta ha producções de verdadeira originalidade, quadros cheios de vida e de acertada critica de costumes. A estas qualidades do seu talento vence, e se altêa, a inspiração sublime de seus cantos elegiacos de amor, as estrophes inspiradas em que o infortunio se desafoga em lagrimas, em que a correcção das imagens rivalisa com a abundancia e riqueza da metrificação.

Felizes aquelles que, depois de tam nobres momentos de inspiração, se a decepção os fulmina, podem esconder o coração espedaçado sob as lages de um tumulo! Ao menos não vêm alli os amargores da vida pratica, das humilhações immerecidas afogar o espirito n'esse lago immenso da morte, que se chama o esquecimento do proprio engenho!...

Onze annos aquelle portuense que do Porto se retirara, por no Porto não poder alcançar os meios

abastantes, viveu no Brazil, se viver se chama a uma contínua derrota pelas contrariedades da sorte. Depois de ensaiar successivamente, e sempre com exito desfavoravel, diversas carreiras, em que — escreve Innocencio — entrava com o intuito de recuperar o que perdera nas tentativas passadas, via correr o tempo sem melhorar de fortuna. Quando, emfim, parecia que ia pôr pé em terra firme, a infelicidade que o perseguia não lhe consentiu aproveitar-se da monção, ao parecer, propicia. Sentiu aggravarem-se-lhe os padecimentos do corpo, e com elles os do espirito, apagando-se-lhe gradualmente a luz da intelligencia, vindo a morte, aos 16 de Agosto de 1869, pôr termo a este lastimoso estado, que durou, Innocencio remata, dous annos ou pouco menos.

Após aquella extractada carta, nunca mais a Camillo Castello-Branco escreveu Faustino Xavier de Novaes.

Pouco depois morreu intellectualmente. Sem phrenesis nem grandes paroxysmos da robusta razão que vasquejava, passou a um sereno e risonho idiotismo. Depois acabaram de o enterrar as mãos piedosas do conde de S. Mamede, e fez-se um grande silencio sobre o nada d'este meu honrado e desditoso amigo.

Assim Camillo Castello-Branco no commento triste do *Cancioneiro alegre.*

*
* *

Nascido n'esta cidade do Porto a 24 d'Agosto de 1817, para o Brazil partiu em 1829 Antonio Francisco Ferreira da Silva Porto e, após alguns annos de permanencia no Rio e na Bahia, em 1838 embarcou para a Africa, aportando a Loanda e seguindo depois para Benguella.

Quando Silva Porto em 1853 encontrou no Lui o mais preconisado dos viajantes extrangeiros, a quem expoz a prioridade das descobertas dos portuguezes e a quem fez valiosas indicações, a recompensa que mais tarde recebeu de Levingstone foi a serie de insinuações e de erros, que a brilhante penna de D. José de Lacerda teve de refutar, bem como ainda outros escriptores que tractaram egualmente de vindicar o caracter do sertanejo, mostrando como elle no tracto com os indigenas jámais empregou os processos da intriga nem as violencias da guerra...

Por este teor se expressou o portuense padre Francisco José Patricio no sermão *(A bandeira do sertanejo)* prégado na capella da Lapa, no Porto, nas exequias celebradas por occasião de serem trasladados para alli os restos mortaes de Antonio Francisco Ferreira da Silva Porto, em 1891.

As notas e apontamentos manuscriptos do sertanejo encontram-se, legados por elle, na bibliotheca publica portuense. A proposito, o padre Patricio diz:

Nos *Diarios* de A. Francisco Ferreira da Silva Porto, sob o titulo *Apontamentos d'um portuense na Africa*, está escripta com adoravel singeleza a historia dos cincoenta e dois annos da vida do sertão.

Chegando ao lance tragico da biographia do sertanejo, vibra de patriotica eloquencia a voz do orador:

Tendo em vista a fixação de dominios, uma expedição nossa, que se dirigia ao Barotze, achou resistencia no transito pelo Bihé: era a intriga que tinha indisposto o sóba e este negava a passagem aos nossos soldados.

Silva Porto luctou em vão para convencer o potentado negro e, vendo frustradas as suas diligencias, perdida toda a esperança, abalado o nosso prestigio com a «ordem de retirada» que a expedição recebeu, envolve-se na bandeira, lança fogo aos barris de polvora e com o estampido d'esta explosão diz á patria: — E' tempo de acordares!... vingando-me, salvas os teus direitos!!

Invocou o sacerdote a misericordia de Deus para que perdôe ao suicida e, confiante e enthusiasta, voltando-se para o sertanejo morto, elle lhe diz:

No Campo Santo, a horas calmas da noite, quando a lua bordar com pallidos fulgores a silhuêta dos jazigos e o vertice dos cyprestes, has de escutar as harmonias d'uma lyra que se occulta no tumulo de Soares de Passos... Oh, repousa em paz!... guarda-te a espada do Coronel Pacheco, defende-te a toga de Ferreira Borges, abençoa-te o prelado Santa Ignez!... No meio d'esses mortos illustres, sentirás por igual as complacencias de Deus e os applausos da humanidade!

*

*
* *

Da tuberculose *ex-professo* um portuense em Paris tractou, o medico Francisco de Assis Sousa Vaz, que, nascido em 1797, era já professor substituto da Eschola do Porto, quando em 1828 emigrou, por causa das suas idéas liberaes. Cursou durante o exilio as aulas da faculdade de Paris e ahi se doutorou em 1832. A dissertação que serviu para o seu doutoramento, e da qual Innocencio viu um exemplar em poder do seu amigo J. J. O'keeffe, tem o titulo como se segue: «*De l'influence salutaire du climat de Madère (île portugaise) dans le traitement de la phtisie pulmonaire, et de la supériorité de cette influence sur celle des climats du sud de la France et de l'Italie. Thèse présentée et soutenue à la Faculté de Médecine de Paris le 23 Aôut 1832.* A Paris, De l'imprim. de Didot le jeune».

Este é o informe do *Supplemento*, porque na verba respectiva do tom. II puzera Innocencio um dubitativo signal de interrogação após a designação de Assis como doutor em medicina pela Faculdade de Paris. Ahi se queixara Innocencio de que a falta de informações, até então não obtidas, posto que sollicitadas por vezes, e empregando para havel-as todas as diligencias ao seu alcance, causa eram de que esse e outros artigos, principalmente relativos a escriptores contemporaneos, naturaes ou residen-

tes na cidade do Porto, tivessem ido, e continuassem a ir, deficientes, já no que diz respeito ás circumstancias especiaes dos sujeitos, já na enumeração das obras por elles publicadas. Portanto (Innocencio ralha), os que pretendessem increpal-o por taes omissões, commettidas bem a seu pezar, e inevitaveis na sua situação, culpassem antes a propria indolencia, ou queixassem-se dos que, podendo e devendo auxilial-o na sua empreza, de verdadeira utilidade publica, se não dignavam concorrer para o aperfeiçoamento de um trabalho, incomportavel ás forças de um só individuo, muito mais não sendo coadjuvado em tempo com os esclarecimentos e noticias que lhe eram indispensaveis.

Dos escriptos do dr. Assis, até á data vindos ao seu conhecimento, ou de que tinha exemplares, cumpre destacar, por sua benemerencia social, a *Memoria*, publicada no Porto, na Imprensa de Grandra, em 1835, *sobre a inconveniencia dos enterros nas egrejas e utilidade da construcção dos cemiterios.* Util outrosim se depara ess'outra Memoria, offerecida ao Conselho de Saude Publica do Reino, e no Porto impressa, na Typographia da «Revista», em 1845, tractando *Da verificação dos obitos.*

Mas onde especialmente os meritos do dr. Assis se assignalaram aponta-o Innocencio no *Supplemento,* quando frisa que o auctor escrevia na materia com grande proficiencia, pois que ao estudo feito nos livros reunia a pratica adquirida nos muitos annos em que foi medico da administração dos

expostos na cidade do Porto. A esse cargo deu, com effeito, o dr. Assis muitos cuidados, publicando a respeito das rodas differentes opusculos.

Notemos do dr. Assis tambem a *Relação historica, estatistica e medica da Cholera-morbus em Paris, precedida da topographia medica d'esta capital* (Paris, 1833, 8.º gr. de VIII-372 pag., com uma estampa); bem assim, connexamente, o opusculo sobre o *Curativo da Cholera-morbus* (Lisboa, no mesmo anno de 1833), o qual Innocencio, como o registra, deixou, por esquecimento, de incluir na resenha particular dos escriptores relativos a essa especie. Tambem em 1845, no Porto, em a Typ. Commercial, o dr. Assis imprimiu uma *Addição ao opusculo da verificação dos obitos.*

A seus n.os 577 *(Noticia sobre o estado actual da casa da roda da cidade do Porto; seguida de algumas considerações hygienicas, etc.*, 1834), 580 *(Algumas palavras ácerca d'Expostos, por Mr. Benoiston de Chateauneuf, traduzido em portuguez*, 1841) e 582 *(Os Expostos. Hospicio do Porto)*, vem no *Supplemento*, da lavra do dr. Assis, Innocencio accrescentar o livro, de que lhe dera noticia Pereira Caldas e que ainda não pudera vêr: *Algumas considerações sobre expostos: fragmento da obra do Barão de Gerando* «De la Bienfaisance publique» (Porto, 1843). Ahi se encontra uma extensa nota do traductor, ácerca do estado regulamentar da educação dos orphãos e expostos em Portugal, e um additamento sobre o mesmo assumpto, referido

especialmente ao districto do Porto. Occupa essa nota as pag. 52 a 63. — Esta mesma versão sahira primeiro publicada na *Revista litteraria* do Porto, tomos x e xi, tendo ahi por assignatura as letras S. V., iniciaes dos seus appellidos. Ha, porém, na edição feita em separado, dous mappas estatisticos, relativos ao movimento dos expostos no districto do Porto, os quaes se não acham na *Revista*.

Cavalleiro da Ordem de S. Mauricio e S. Lazaro de Sardenha, foi o dr. Assis um dos medicos de Carlos Alberto, pelo que recebeu o titulo de medico honorario da casa d'el-rei da Sardenha; falleceu no Porto a 6 de Abril de 1870.

O opusculo especial do dr. Assis suscita a lembrança de outro, que o precede em data. Alludo á *Memoria*, publicada por fr. José Marianno Velloso em Lisboa, na Offic. da Casa Litteraria do Arco do Cego, em 1800, *sobre os prejuizos causados pelas sepulturas dos cadaveres nos templos e methodo de os prevenir*. Ao principe regente, «nosso senhor», a offereceu seu auctor, Vicente Coelho de Seabra Silva Telles, medico e lente substituto de zoologia, mineralogia, botanica e agricultura na Universidade de Coimbra, e socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Era natural da provincia de Minas-Geraes no Brazil e nascido, ao que se julga, pelos annos de 1764. Como fôsse de compleição pouco robusta, sua tenaz applicação e immoderados estudos lhe deterioraram a saude, por modo que veio a finar-se valetudinario em Março de 1804, segundo

se diz, antes de completar os quarenta annos. Na *Revista trimensal* do Instituto, acha-se no tom. IX, pag. 261, uma noticia a seu respeito escripta por Varnhagem. Innocencio assevera que, postoque todos os escriptos de Vicente Coelho de Seabra Silva e Telles, contenham coisas interessantes e comprovem a applicação e assiduos estudos do auctor com respeito á sciencia que professava, devem, todavia, ser lidos com cautela no tocante á pureza e correcção da linguagem, por estarem, na maior parte, inçados de termos improprios e vocabulos peregrinos que nem se usavam no seu tempo nem fôram admittidos depois.

Escripta e quasi impressa aquella sua Memoria, Vicente Coelho de Seabra Silva Telles teve a satisfação de vêr que os meios propostos no *Ensaio* que do italiano traduziu Vicq-d'Azyr para prevenir os maus effeitos das emanações putridas se conformavam, pela maior parte, com o que elle propunha; a differença era sómente filha das novas descobertas chimicas, ainda ao tempo da versão de Vicq-d'Azyr (1778) ignoradas.

*
* *

No exilio, por motivo de minhas idéas republicanas, ouvia em Paris conterraneos, voluntariamente desterrados, em Paris vivendo, discorrer da

patria remota. Alguem, d'esses, fallou com amargura; disse da indifferença de Portugal para com os portuguezes benemeritos. Lá-fóra as mascaras cahiam; os falsos respeitos eram proscriptos; a hypocrisia das conveniencias sumia-se; uma linguagem azeda e clara surgia em todos os labios; até das compostas, mezureiras, bôccas officiaes, em rajadas subitaneas, a verdade brutal vinha.

Contaram o caso, então quasi recente. Havendo completado com raro brilhantismo o seu curso na Eschola Superior de Chimica de Paris o portuguez Roberto Silva, inspirado d'um patriotismo chimerico, propuzera-se trazer á patria o serviço e a gloria do seu talento, do seu saber, do seu trabalho, da sua dedicação. Fòra apresentar-se, descobrindo-lhe seu proposito, no edificio da embaixada portugueza ao embaixador da sua nação, que era á data o poeta, dramaturgo, romancista Mendes Leal.

Este velho apiedou-se d'aquelle moço e entendeu prestar-lhe serviço rompendo-lhe o crystal refringente de sua illusão. Substituiu-lhe a miragem pela realidade. — Como assim?! O snr., com os seus diplomas e o seu nôme na população academica de Paris, quer ir para Portugal?! No viço da vida, quer suicidar-se? Para Portugal?! Com os seus laureis de chimico! Professar a chimica! Mas então o snr. decididamente está doido. Pois não sabe que, de toda a sua sciencia chimica, em Portugal o snr. só poderá ganhar a sua vida, se houver inventado e se se puzer por lá a vender ou um novo sabonete de

tirar nodoas ou uma nova perfumaria para dar cheiro aos lencinhos das senhoras.

Roberto da Silva deixara-se persuadir, por Paris se deixara ficar; lá morreu lente de eschola superior.

Não tentara sequer, mais feliz do que um portuguez (e portuense) que a Portugal veio fazer uma rechaçada tentativa. Esse era medico; concluira seu curso com insigne distincção na Eschola de Paris, depois do que viera a Portugal, a concorrer a uma vaga na Eschola-Medica de Lisboa. Fôra reprovado na Eschola de Lisboa.

Da capital de Portugal se volvera immediatamente á capital da França, e com tam caracteristica coincidencia que, quando a Paris chegou de volta, em a Eschola de Paris vagara uma cathedra, para o provimento da qual precisamente acabava de se abrir concurso. O portuguez reprovado em Portugal concorreu a essa cadeira vaga na Eschola Medica de Paris. E sahira approvado e na Faculdade de Paris fôra admittido como professor quem como professor não quizera a Eschola de Lisboa.

Esse portuguez (portuense) não limitou sua actividade ao ensino; fez clinica, abriu consultorio; a sua especialidade eram as doenças de olhos; a sua fama tornou-se europeia; chegou a Portugal a retumbancia de seu applaudido nôme.

Muito, muitissimo tempo após a reprovação em Lisboa, de Lisboa se partiu para Paris, na demanda de seu compatricio reprovado, um opulento enfermo, abandonado, que da sciencia e da pratica do espe-

cialista insigne tão só a esperança fiava de uma desenganada cura. Apresentou-se no consultorio do clinico emerito e, entrando á vez, começou de no idioma seu nacional lhe expôr o seu caso; porém logo ás primeiras palavras o medico o interrompeu, severo, em francez dizendo-lhe que em francez fallasse, ao que o doente, adivinhando, retorquiu, consternado, que não sabia os rudimentos do francez sequer.

Então, compadecido, o medico em portuguez lhe disse que havia trinta annos que a sua bôcca não pronunciava um vocabulo de portuguez e que protesto fizera de jámais em sua vida um só instante que fôsse voltar a fallar portuguez. Esse protesto o quebrava n'aquelle momento, mas tão só e unicamente para lhe dizer que tractasse de, por intermedio do dono do hotel onde se alojara ou de seu correspondente em Paris ou, emfim, como podesse e soubesse, arranjar um interprete que lhe servisse de lingua nas consultas que houvesse de fazer-lhe, porque nem uma só palavra mais das já ditas com elle diria em portuguez.

Retirou-se o doente, surprezo e confuso; e como indicado lhe fôra o fez. Arranjou um interprete e, durante o longo tempo do seu tractamento, com elle todas as manhãs se encaminhava ao consultorio do clinico. O medico perguntava em francez; ao doente em portuguez o interprete transmittia a pergunta. Respondia em portuguez o enfermo; ao medico o interprete em francez a resposta transmittia. E assim até final, com o regresso do lisbo-

nense a Lisboa, curado em Paris pelo portuense em Lisboa reprovado.

Esta amarga tristeza, portuguez exilado, ouvi em Paris; por este teor alli me referiram d'um portuense proscripto e que não sei se poderá a rigôr chamar-se voluntario.

A cultura mental d'este homem destacava variada e o seu espirito mui curioso se manifestara como o testemunha, em um dos seus trabalhos, a referencia a Wronski. Conversador scientifico emerito, a sua palestra suggestiva era citada nos meios intellectivos parisienses com espanto; e a sua erudição na historia, antiga e moderna, da medicina e da cirurgia causava assombro. Mas o nosso portuense, de Portugal repellido, não foi tão só um conhecedor, foi ainda um descobridor na sua especialidade d'estudo e o seu nôme anda gloriosamente ligado a seus scientificos achados. Os que me acoimem de hyperbolico, recorram, para a rapida comprovação, ás encyclopedias de particularisado ensino, como o grande diccionario de Dechambre, onde com minha justificação deparem.

Não; não digo de mais; antes, dizendo bem, de menos é que digo d'esse portuguez, como tantos outros congeneres, por Portugal repudiado.

Quando elle morreu em Paris, o *Jornal da Noite*, em succinta biographia, depois de referir como, doutorado em medicina, regressara a Portugal, addita:

Alguns desgostos, porém, que aqui teve na sua carreira scientifica fizeram com que tomasse a determinação de voltar para Paris, onde se habilitou com os estudos especiaes para ir ao concurso de um logar de lente da faculdade de medicina, a que effectivamente concorreu e, havendo sido classificado em primeiro logar, foi nomeado professor em 1844, obtendo desde então successivos triumphos não só nas Escholas mas nos principaes hospitaes de Paris e na sua clinica particular.

D'este portuguez (portuense), em seu *Dicciona-rio Popular*, narra Pinheiro Chagas assim:

Estudou medicina em Paris e, tendo concluido o seu curso brilhantemente, veio a Portugal concorrer a uma cadeira da Eschola Medico-Cirurgica. Foi-lhe preferido outro qualquer; profundamente ferido, regressou a França e nunca mais pensou na sua patria. Adquiriu em pouco tempo em Paris a reputação de um clinico distinctissimo, e a cadeira que não obtivera em Lisboa obteve-a em Paris, onde juizes francezes preferiram a candidatos seus compatriotas o illustre sabio extrangeiro que era só recommendado pelo seu merecimento.

Chamava-se Joaquim Albino Cardozo Casado Giraldes e nascera no Porto em 1810.

FIM DO TOMO II

UNIVERSITY OF MICHIGAN
3 9015 02648 6442